

COMPETITIVIDADE TERRITORIAL
E
COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

VOLUME 3
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO DO ALGARVE

JULHO DE 2005



FICHA TÉCNICA

Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas.
Região do Algarve*

Julho de 2005

Autoria: *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

VOLUME III -
COMPETITIVIDADE, COESÃO E
CONVERGÊNCIA: A ÓPTICA ESPECÍFICA DAS
REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO DO ALGARVE

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DO ALGARVE: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE	13
1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	13
1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO DO ALGARVE.....	17
2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	27
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL	28
2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO	37
2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	56
2.3.1. <i>Demografia</i>	57
2.3.2. <i>Capital Humano</i>	69
2.3.3. <i>I&D e Tecnologia</i>	74
2.3.4. <i>Especialização Produtiva</i>	88
2.3.5. <i>Estrutura da Procura</i>	102
2.3.6. <i>Infraestruturas de Suporte</i>	108
3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE	113
3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO	114
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL.....	132
3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA.....	144
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i>	144
3.3.2. <i>Ambiente</i>	153

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão	14
Caixa 2.2.1 - Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial	41
Caixa 2.2-2 – Turismo e Sazonalidade da Actividade Económica no Algarve.....	42
Caixa 2.3-1 – Ordenamento do Território – Pressão Urbanística Litoral.....	61
Caixa 2.3.2 - Tipologia de classificação por graus de intensidade tecnológica	77
Caixa 2.3-3 – Inovação no Parque Natural da Ria Formosa	78
Caixa 2.3-4 – Turismo no interior Algarvio: a Fábrica do Inglês em Silves.....	93
Caixa 2.3.5 - Tipologia de classificação por factores chave de competitividade: a identificação de segmentos competitivos	98
Caixa 3.1.1 - Metodologia de cálculo dos índices de pobreza	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002.....	18
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002	19
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002)	21
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002)	22
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão: condições, processos e resultados (NUTSII, 2000-2002)	23
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão nas NUTS II, <i>as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*)</i>	25
Figura 2.1.1 – PIB <i>per capita</i> e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu.....	29
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	30
Figura 2.1.3 – Resultado de convergência com a UE nos anos 90 (PIB <i>per capita</i>).....	31
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população nos anos 90	33
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior nos anos 90	35
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90	36
Figura 2.2.1 – PIB per capita e produtividade: posicionamento da região no contexto europeu	39
Figura 2.2.2 – PIB <i>per capita</i> e taxa de emprego da população dos 15-64 anos: posicionamento da região no contexto europeu	40
Figura 2.2.3 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90.....	42
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	45
Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	46
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90.....	47
Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90	48
Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial nos anos 90, por escalões de dimensão	49
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90	49

Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000).....	50
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90.....	51
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/1999).....	52
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos Anos 90	53
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001)	54
Figura 2.2.15 – Presença do capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90.....	55
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90.....	56
Figura 2.3.1 – PIB <i>per capita</i> e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu	58
Figura 2.3.2 – PIB <i>per capita</i> e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	59
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90.....	60
Figura 2.3.4 – Densidade populacional: perspectiva concelhia (2001).....	61
Figura 2.3.5 – Estrutura etária da população residente nos anos 90	65
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90	66
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001).....	67
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90	68
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia.....	69
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu.....	70
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001).....	71
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90.....	72
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total, nos anos 90.....	73
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000)	74
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	75
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> , tecnologia ^(*) e conhecimento.....	76
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000).....	78
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria, nos anos 90.....	82
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % total dos serviços, nos anos 90	83
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total, nos anos 90.....	84
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) em % do total, nos anos 90.....	85
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	86
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	86
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	87
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	88
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu.....	89
Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90.....	90
Figura 2.3.28 – Emprego por sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001)	92
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade nos anos 90.....	95
Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB) nos anos 90	96
Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: análise <i>shift-share</i>	97
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade nos anos 90.....	99

Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000)	100
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90.....	101
Figura 2.3.35 – Intensidade exportadora nos anos 90	102
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90.....	104
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	104
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	106
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001)	107
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001)	108
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu	109
Figura 2.3.42 – Distâncias aos principais mercados	110
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas entidades de suporte em % do VAB nos Anos 90	112
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	115
Figura 3.1.2 –Rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001).....	116
Figura 3.1.3 – Dispersão concelhia do rendimento colectável: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	117
Figura 3.1.4 – Capacidade relativa de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001).....	118
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença, nos anos 90.....	119
Figura 3.1.6 –Esperança média de vida à nascença: perspectiva concelhia (1996/1998).....	120
Figura 3.1.7 – N° médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	121
Figura 3.1.8 – N° médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001).....	122
Figura 3.1.9 – Taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	123
Figura 3.1.10 – taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001).....	124
Figura 3.1.11 –Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	125
Figura 3.1.12 –Idosos isolados: perspectiva concelhia (2001).....	126
Figura 3.1.13 – Principal meio de subsistência da população residente nos Anos 90.....	128
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000).....	131
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000)	131
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu	133
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu.....	134
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	135
Figura 3.2.4 - Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001).....	136
Figura 3.2.5 - Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia	137
Figura 3.2.6 –Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	138
Figura 3.2.7 – Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamento da região no contexto nacional (2001)	139
Figura 3.2.8 – Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional.....	140
Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional (2001).....	141
Figura 3.2.10 – Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001)	142
Figura 3.2.11 – Variação da taxa de desemprego e da especialização produtiva nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	143
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por mil habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	145

Figura 3.3.2 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total (1998)	146
Figura 3.3.3 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	147
Figura 3.3.4 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998)	148
Figura 3.3.5 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	149
Figura 3.3.6 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total (1998)	150
Figura 3.3.7 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	151
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total (1998)	152
Figura 3.3.9 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total: perspectiva concelhia (1998)	153
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos (1998 e 2001)	154
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos: perspectiva concelhia (2001)	155
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001)	156
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total (1998 e 2001)	157
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total: perspectiva concelhia (2001)	158

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes *outputs*:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

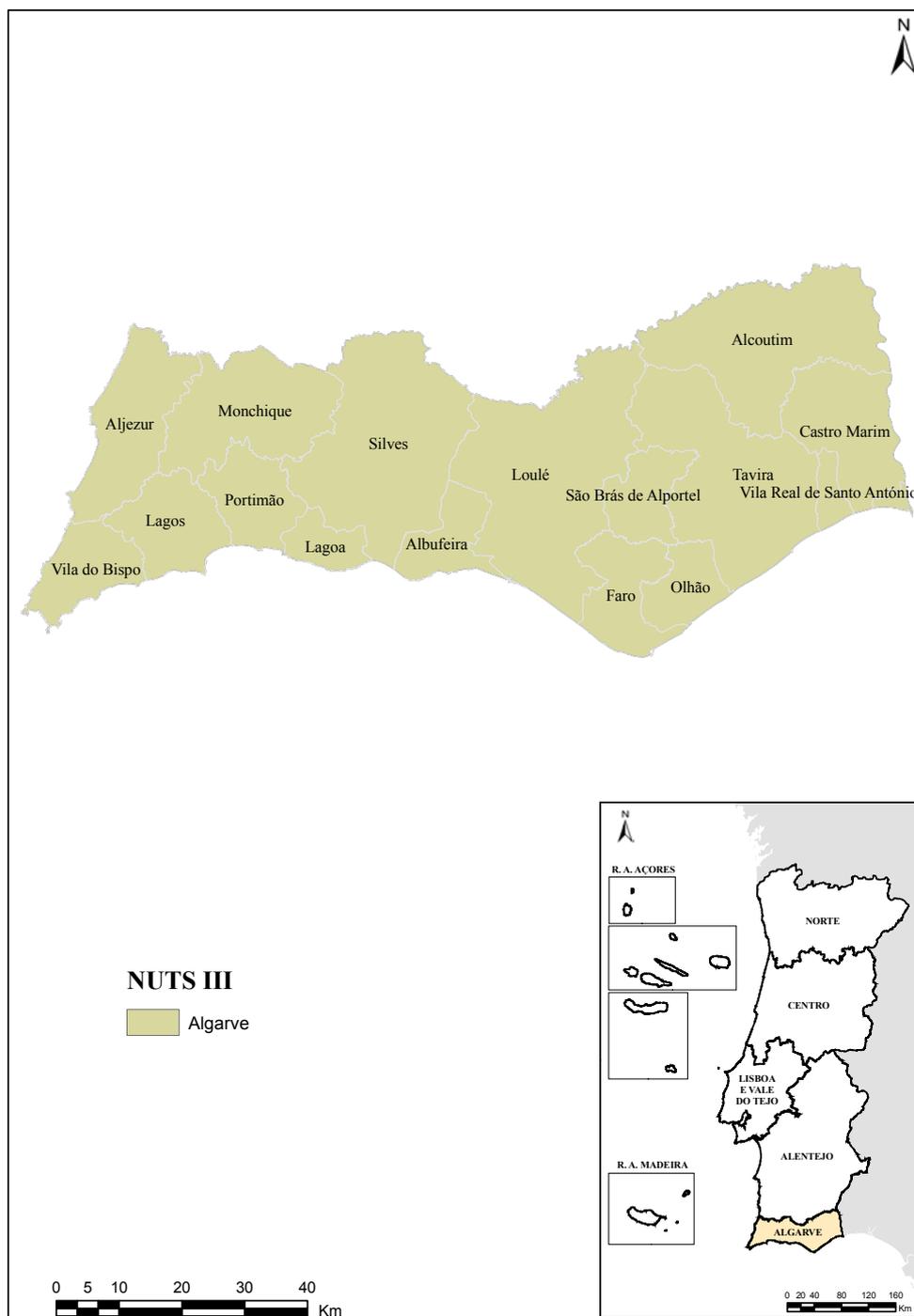
Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procurar-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da região do Algarve.

A este propósito, importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a região do Algarve é composta pelos seguintes concelhos:

A Região do Algarve



1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO DO ALGARVE: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE

1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação do desempenho das regiões portuguesas é entendida, no contexto dos vectores de monitorização assumidos no presente trabalho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos e metodologias de ordem técnica seleccionados para a sua concretização, quer numa lógica de complementaridade entre os vectores da competitividade e da coesão territorial, onde se concede destaque particular ao posicionamento regional no equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes do desenvolvimento, quer numa lógica de circularidade entre os aspectos que sustentam a sua análise, onde se destaca a pertinência da internalização de um raciocínio interactivo e dinâmico.

A abordagem adoptada no presente estudo, ao privilegiar uma sistematização de resultados globais centrada nas relações que se estabelecem entre, por um lado, os resultados obtidos e as trajetórias verificadas, e, por outro lado, os processos utilizados e as condições existentes, permite que, do ponto de vista da análise regional específica de cada uma das NUTS II nacionais, seja possível posicioná-las no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes, e que, com base nesta visão, esteja mais facilitado o levantamento de dúvidas metodológicas sobre os aspectos que justificam e sustentam esse posicionamento relativo e se fomente um nível de sensibilidade especificamente orientado para o encadeamento dos factores (na lógica de análise de condições → processos → resultados) que poderão contribuir para a sua clarificação.

Interessa, pois, destacar as características específicas associadas ao modelo de crescimento da região do Algarve, que, de um ponto de vista sumário e sintético, são passíveis de tradução nos resultados da aplicação do ISCCT, mas que não podem, contudo, constituir o único instrumento de suporte à (re)formulação de políticas estruturais de desenvolvimento económico e social, uma vez que, a este respeito, se torna particularmente recomendada uma leitura que ultrapasse uma análise centrada, exclusivamente, nos “resultados obtidos” ou nas “condições existentes”, abarcando, igualmente, o “conjunto dos processos” que sustentam, justificam e explicam esse posicionamento.

A estrutura adoptada para o presente relatório apresenta, como tal, em primeiro lugar, uma abordagem inicial centrada no posicionamento quantificado relativo da RLVT em matéria de competitividade e de coesão territorial, com base no ISCCT, e, em segundo lugar, um aprofundamento destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão (Caixa 1.1.1), e que traduzem o conjunto de opções metodológicas¹ assumidas no contexto deste trabalho.

CAIXA 1.1.1 – SÍNTESE METODOLÓGICA SUBJACENTE À CONSTRUÇÃO DO ISCCT: OS INDICADORES DA ANÁLISE FINA DAS CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO

O Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, construído com o objectivo de identificação dos diferentes modelos e formas de articulação entre competitividade e coesão, bem como as diferentes capacidades regionais de transformação de condições em resultados, permite que se estabeleçam as seguintes articulações:

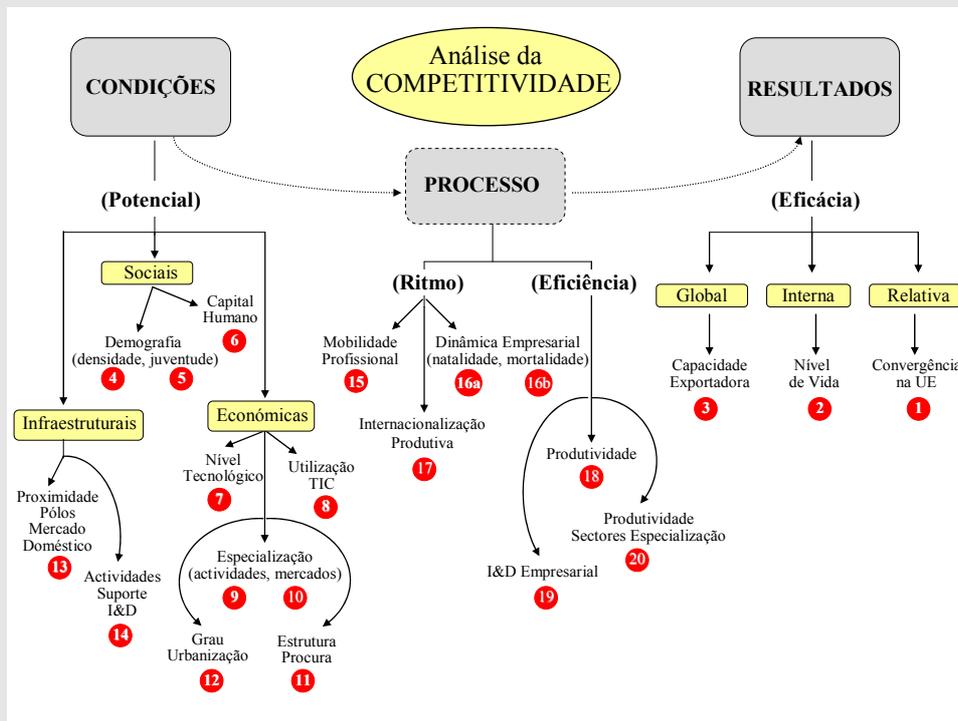
- Decomposição do índice sintético agregado global nos *Índices Sintéticos Parciais de Competitividade e de Coesão*, sendo o primeiro índice orientado por critérios de referência aos níveis de *eficiência* presentes nos *processos de coordenação económica*, e o segundo índice orientado por critérios de *equidade* presentes nos *processos de coordenação social*. No contexto do funcionamento dos mercados e da democracia, a articulação entre ambos tem vindo a assumir-se como instrumento decisivo orientador das reformas estruturais nas políticas públicas;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da competitividade*, das componentes global (criação de valor internacional), interna (poder de compra) e relativa (convergência do poder de compra no espaço europeu), com o objectivo de promoção da articulação complementar entre, por um lado, aspectos estáticos e dinâmicos, e, por outro lado, referenciais internos e externos;
- Decomposição, ao nível das *condições da competitividade*, das condições económicas, sociais e infraestruturais, com o objectivo de introduzir uma visão global e pluridimensional do conceito de competitividade, que ultrapasse o enfoque “económico” que lhe é normalmente concedido;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da coesão*, das componentes de coesão económica e de coesão social, com o objectivo de identificar as diferentes trajectórias, complementares, de construção da coesão territorial;
- Identificação, ao nível das *condições da coesão*, do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos, matéria onde o ordenamento do território assume um papel muito relevante.

Os indicadores de base subjacentes à construção do índice sintético de competitividade e coesão das regiões portuguesas foram seleccionados por referência aos domínios de análise desenvolvidos a propósito do desenvolvimento destes conceitos de competitividade e de coesão, e incorporando (entre diversos outros factores) preocupações acrescidas de robustez estatística, de possibilidade de actualizações periódicas e de equilíbrio na distribuição dos vários indicadores pelas diferentes dimensões e domínios.

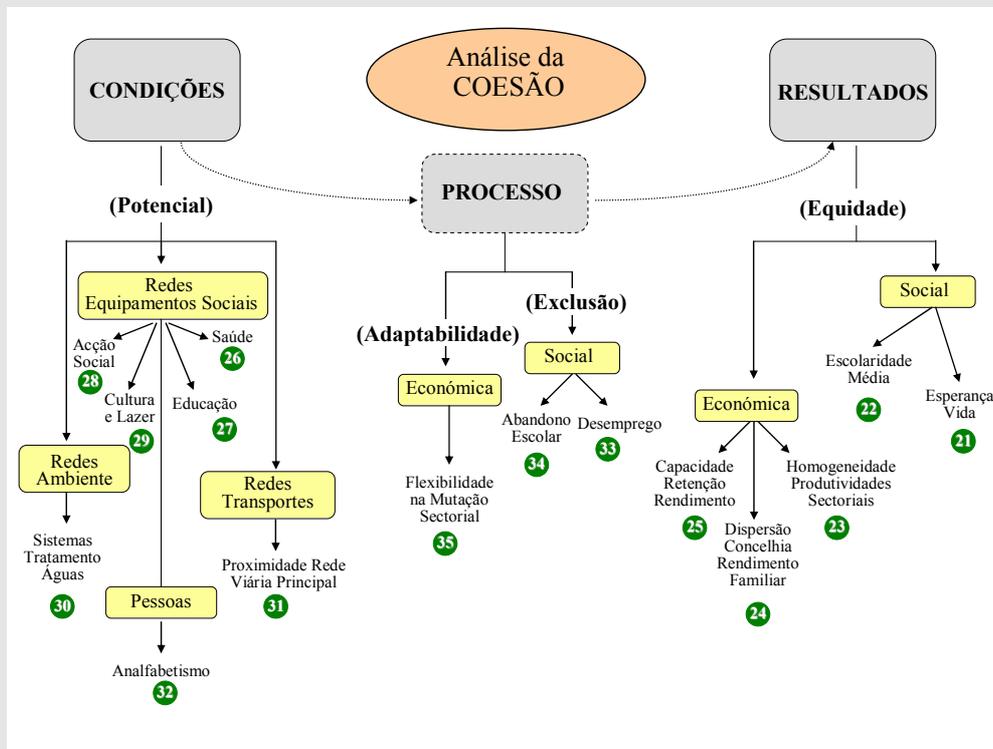
O índice sintético de competitividade e coesão territorial é construído com base em técnicas de tratamento estatístico de dados especificamente orientadas para o efeito, podendo ser subdividido em vários índices específicos parciais - de *competitividade*, de *coesão*, de *coesão económica* e de *coesão social* -, que, por sua vez, podem ser analisados numa lógica de identificação dos contributos em termos de condições, processos e resultados.

¹ Apresentadas de forma sistemática e completa no Volume I, *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Parte II, *Um índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas*.

O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE



O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



A interpretação do ISCCT, ao permitir estabelecer ópticas de abordagem compartimentadas por domínios de análise - o Índice Sintético Parcial de Competitividade (ISpComp), o Índice Sintético Parcial de Coesão (ISpCoes) e, em particular, o Índice Sintético Parcial de Coesão Social (ISpCoesS) e de Coesão Económica (ISpCoesE) -, é aqui apresentada numa lógica orientada para o posicionamento específico da região do Algarve, que, no entanto, não poderá nem deverá ser isolada de uma análise integrada no contexto das restantes regiões portuguesas².

A análise centrada neste posicionamento relativo das diversas regiões portuguesas permitiu que se desenvolvesse uma tipologia³ das sub-regiões NUTS III, com capacidade de reflectir a articulação estabelecida entre o respectivo posicionamento relativo nos índices sintéticos parciais de competitividade e de coesão, face aos valores médios nacionais tomados como termo de referência. A inserção de cada sub-região no grupo das Regiões “*finas*” deverá ser perspectivada no contexto do equilíbrio estabelecido entre o seu posicionamento específico nos referenciais da competitividade e da coesão (ver Quadro 1.1.1).

QUADRO 1.1.1 – AS GRANDES SITUAÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE COMO BASE DE UMA TIPOLOGIA DAS REGIÕES PORTUGUESAS (NUTS III)

<i>Grupo</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Competitividade</i> <i>Valor do ISpComp (*)</i>	<i>Coesão</i> <i>Valor do ISpCoes (*)</i>	<i>Regiões “Finas”</i> <i>(NUTS III)</i>
I	Regiões globalmente “avançadas”	$ISpComp \geq 100$	$ISpCoes \geq 100$	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
II	Regiões “seguidoras”	$100 > ISpComp \geq 75$	$ISpCoes \geq 100$	Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego
			(**)	Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga <i>(Algarve, se considerada)</i>
III	Regiões intermédias	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 80$	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
IV	Regiões menos desenvolvidas	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 70$	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul <i>(Madeira, se considerada)</i>

² No Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, apresenta-se uma análise global do ISCCT e dos Índices Sintéticos Parciais, aplicada ao conjunto das Regiões NUTS II e NUTS III portuguesas.

³ Apresentada de forma sistemática e completa no Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*.

V	Regiões industriais com reduzida coesão	$I_{SpComp} \geq 70$	$I_{SpCoes} < 70$	Cávado e Ave
VI	Regiões globalmente “atrasadas”	$I_{SpComp} < 50$	$I_{SpCoes} < 60$	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores (***)

(*) A notação obtida no respectivo índice sintético parcial (ISp) constitui a base da afectação de cada “região fina” ao respectivo grupo de acordo com os critérios definidos no quadro.

(**) Estas duas regiões, que apresentam notações no índice parcial de coesão ligeiramente acima, respectivamente, de 90 e de 85, constituem como que uma “charneira” entre os grupos II e III, mais próximas do primeiro em matéria de competitividade e do segundo em matéria de coesão.

(***) A região dos Açores é aqui incluída por apresentar a notação mais baixa no índice parcial de coesão, apesar de registar uma notação ligeiramente abaixo de 60 no índice parcial de competitividade.

1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO DO ALGARVE

A determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas e, em particular, pela região do Algarve no índice sintético de competitividade e coesão territorial, para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 2000-2003, que tem em 2001 o seu principal ano de referência, permite obter um primeiro grande resultado da metodologia desenvolvida, que se traduz na elaboração de uma hierarquia consistente das regiões portuguesas, considerando globalmente, no seu conjunto, aquelas duas dimensões.

Os valores assumidos pelo ISCCT nas regiões NUTS II e suas sub-regiões, com destaque particular, neste caso, para o posicionamento inter-regional da região do Algarve, permitem, com efeito, traçar um quadro global da organização territorial da economia portuguesa e da região, que surge suficientemente rico e diversificado para poder contribuir para a fundamentação técnica dos processos de tomada de decisão que envolvem as políticas públicas orientadas por objectivos de competitividade e coesão, enquanto alavancas da convergência económica e social na Europa alargada.

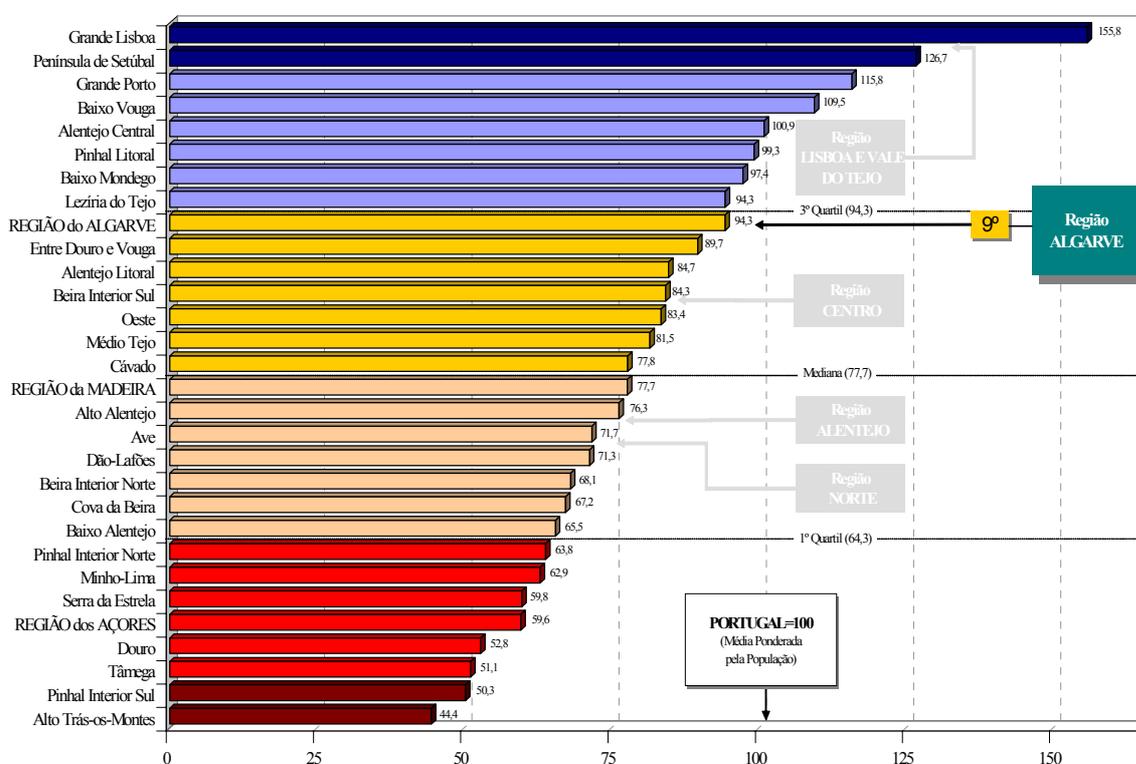
As notações apuradas, a este propósito, para o índice sintético global de competitividade e coesão territorial são apresentadas de seguida (Figura 1.2.1), num referencial hierárquico descendente, onde a sua média ponderada pela respectiva população é tomada como valor de base, isto é, o valor obtido por cada região e sub-região representa, também, a sua posição relativa em relação à situação média do país (Portugal=100).

A região do Algarve é a região de coordenação portuguesa (NUTS II) que, a seguir à região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), apresenta o melhor posicionamento no ranking global de competitividade e coesão, ainda que as posições globais registadas por estas regiões se baseiem em resultados relativos antagónicos. Se, por um lado, a RLVT é a região mais competitiva e coesa de entre as regiões NUTS II com registos globais aproximadamente 50% acima da média nacional, constituindo a única NUTS II nesta situação de diferencial positivo, sendo este posicionamento global influenciado pelo lugar de destaque que esta região apresenta em termos de resultados ao nível da competitividade, o posicionamento do Algarve como a segunda região NUTS II mais bem posicionada em termos globais, é sustentado nos resultados dos indicadores relacionados com a coesão. Este posicionamento relativo do Algarve é o

reflexo, em grande parte, desta ser uma das regiões nacionais que regista maior nível de coesão interna de rendimentos, maior nível de esperança média de vida ou número médio de anos de escolaridade, ou ainda maior acessibilidade a um conjunto diversificado de equipamentos (educação, saúde, acção social e cultura/lazer).

Ainda assim, num ranking desagregado com todas as sub-regiões (NUTS III), a região do Algarve está em 9º lugar, com um rácio 6 pontos inferior à média nacional, podendo ser classificada enquanto pertencente ao grupo de regiões *seguidoras*, com um posicionamento global inferior ao de outras regiões “finas” consideradas como as mais *avançadas*, nomeadamente Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto, Baixo Vouga (ver Figura 1.2.1 e Quadro 1.1.1).

FIGURA 1.2.1 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS: OS RANKINGS GLOBAIS EM 2000-2002



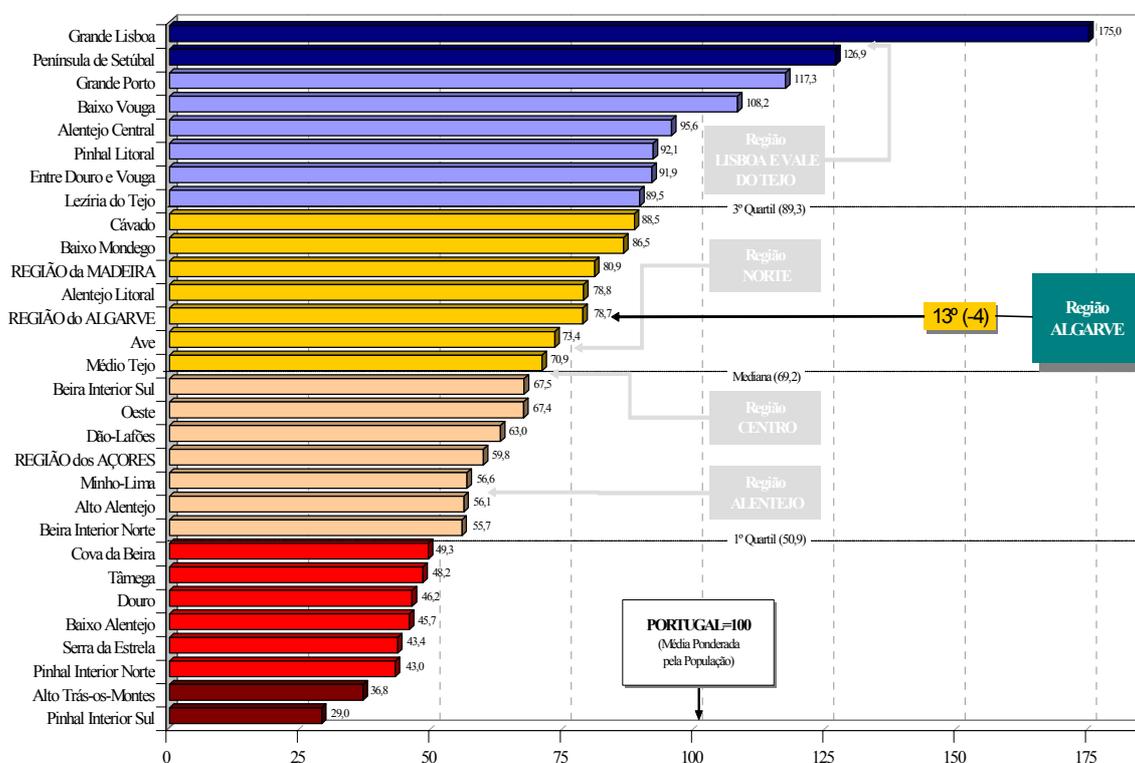
Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

O grande traço da análise das regiões portuguesas em matéria, agora, exclusivamente de posicionamento competitivo, revelado pelos resultados das notações obtidas no respectivo índice sintético parcial, é, por seu lado, o de uma vulnerabilidade significativa e relativamente generalizada, tanto mais, convém não esquecer, que o referencial da média nacional apresenta, também ele, uma particular vulnerabilidade na configuração actual do processo de convergência económica numa União Europeia alargada. Os resultados obtidos no plano da competitividade revelam, por outro lado, que as assimetrias entre as

regiões portuguesas são ainda mais significativas que as registadas no plano global da coesão e da competitividade.

A situação das “regiões de coordenação” no plano da competitividade reflecte estas características, produzindo uma hierarquia muitíssimo marcada com um pólo bastante distanciado das restantes regiões NUTS II, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de competitividade superior em mais de 60% à média nacional (161,5) - ver Figura 1.2.2. O posicionamento da região do Algarve neste ranking parcial da competitividade é, como seria de esperar, um pouco inferior ao obtido no ranking global, quer em termos de valores absolutos (78,7 pontos, face aos 94,3 pontos obtidos no ranking global), quer no que se refere à posição no ranking (13ª posição no ranking parcial da competitividade, em vez da 9ª posição no ranking global).

**FIGURA 1.2.2 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS
OS RANKINGS PARCIAIS DA COMPETITIVIDADE EM 2000-2002**



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

No que se refere ao posicionamento da região do Algarve na coesão (ainda que não se apresente uma figura referente ao respectivo ranking parcial), parece claro que a situação seria a oposta da registada no ranking da competitividade, ou seja, o valor seria superior à média nacional (Portugal=100), se se entender que o posicionamento global reflecte a ponderação de ambos os posicionamentos parciais (competitividade e coesão).

Por outro lado, a observação global dos resultados permite concluir que amplitude dos resultados ao nível das NUTS III é bastante maior na vertente da competitividade, do que na vertente da coesão. De igual forma, os resultados obtidos no plano da coesão económica revelam assimetrias muito menos significativas do que as registadas no conjunto das dimensões da coesão, o que se explica, em grande parte, pelo facto do índice parcial de coesão económica⁴ ser bastante mais disperso que os índices parciais de coesão social e, também, de coesão, tomada no seu conjunto.

A leitura, por outro lado, das grandes características e tendências da organização espacial, na economia e sociedade portuguesa, e, em particular, na região do Algarve, baseada nos resultados do índice sintético de competitividade e coesão territorial, permite partir para um aprofundamento analítico valorizando a construção de um sistema de articulações entre as suas grandes dimensões (competitividade versus coesão e coesão económica versus coesão social).

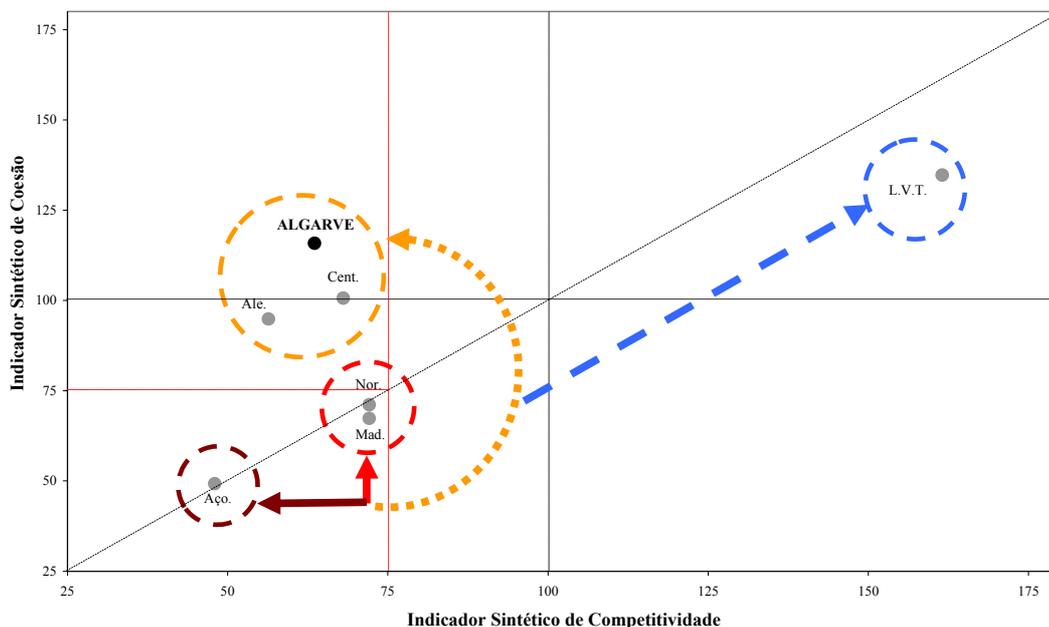
A análise, neste quadro, da articulação entre coesão e competitividade pode ser desenvolvida através da comparação dos níveis relativos alcançados pelas regiões numa e noutra dimensão.

Esta comparação permite confirmar não só a existência de assimetrias regionais significativas no nível de desenvolvimento económico e social, como evidenciar, igualmente, quer a existência de desequilíbrios significativos na promoção daquelas duas dimensões cruciais, quer uma clara preponderância dos desvios para cima e para a esquerda, isto é, a preponderância de situações de vulnerabilidade competitiva, para um determinado nível de coesão considerado, ou de situações de “excesso” de dotação nas condições da coesão, para um determinado nível de competitividade alcançado. Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da “coesão à frente da competitividade”, que pode ser mais “desejada” (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos agentes económicos) ou mais “sofrida” (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização).

O posicionamento da região do Algarve no contexto das regiões NUTS II nacionais, parece confirmar o referido desequilíbrio das maioria das sub-regiões nacionais para a coesão - ver Figura 1.2.3. Neste caso, os resultados ao nível da competitividade são afectados pela “sobre-especialização” do Algarve em actividades de serviços relacionadas com a fileira turística, sector que tradicionalmente penaliza um conjunto de indicadores, como os que se relacionam com a internacionalização da economia e o investimento em actividades de I&D e tecnológicas, considerados na presente análise.

4 A dispersão pode ser baixa, lembre-se, tanto na “pobreza” (regiões menos desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica), como na “riqueza” (regiões mais desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica).

FIGURA 1.2.3 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUEASAS (2000-2002)

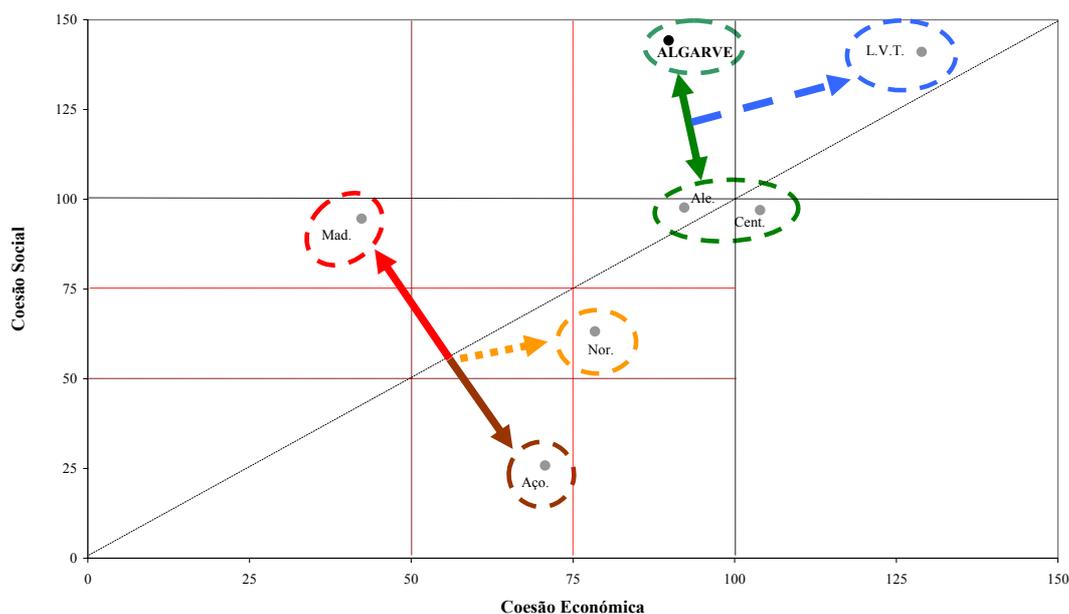


Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Num exercício de articulação mais fina entre coesão económica e social, verifica-se, desde logo, o que tinha sido referido anteriormente, ou seja, as assimetrias inter-regionais tendem a ser maiores no plano da coesão social do que no plano da coesão económica, ainda que tal não se traduza numa clara tendência de desequilíbrio para o melhor posicionamento das regiões numa daquelas dimensões referidas.

A região do Algarve regista um posicionamento bastante mais positivo no plano da coesão social (avaliada através de indicadores como a acessibilidade aos equipamentos colectivos, a esperança média de vida, a taxa de desemprego ou a escolaridade média), apenas ultrapassada pela região NUTS III da Grande Lisboa, do que no plano da eficiência económica (coesão económica), onde regista valores inferiores à média nacional e, no conjunto das regiões de coordenação apenas ultrapassa o posicionamento das regiões autónomas e da região Norte (ver Figura 1.2.4).

FIGURA 1.2.4 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUEAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A metodologia utilizada para a construção do índice sintético de competitividade e coesão territorial permite, ainda, um aprofundamento adicional das conclusões avançadas com base na interpretação do sistema de articulações entre a competitividade e a coesão, através do tratamento mais detalhado do desempenho específico de cada região nas condições, processos e resultados de cada uma dessas grandes dimensões de análise.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da competitividade permite-nos aproximar, respectivamente, o seu potencial competitivo e a eficácia da sua utilização, isto é, a capacidade efectivamente demonstrada na criação de riqueza à escala nacional e internacional. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados em matéria de eficiência produtiva e de ritmo de evolução, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

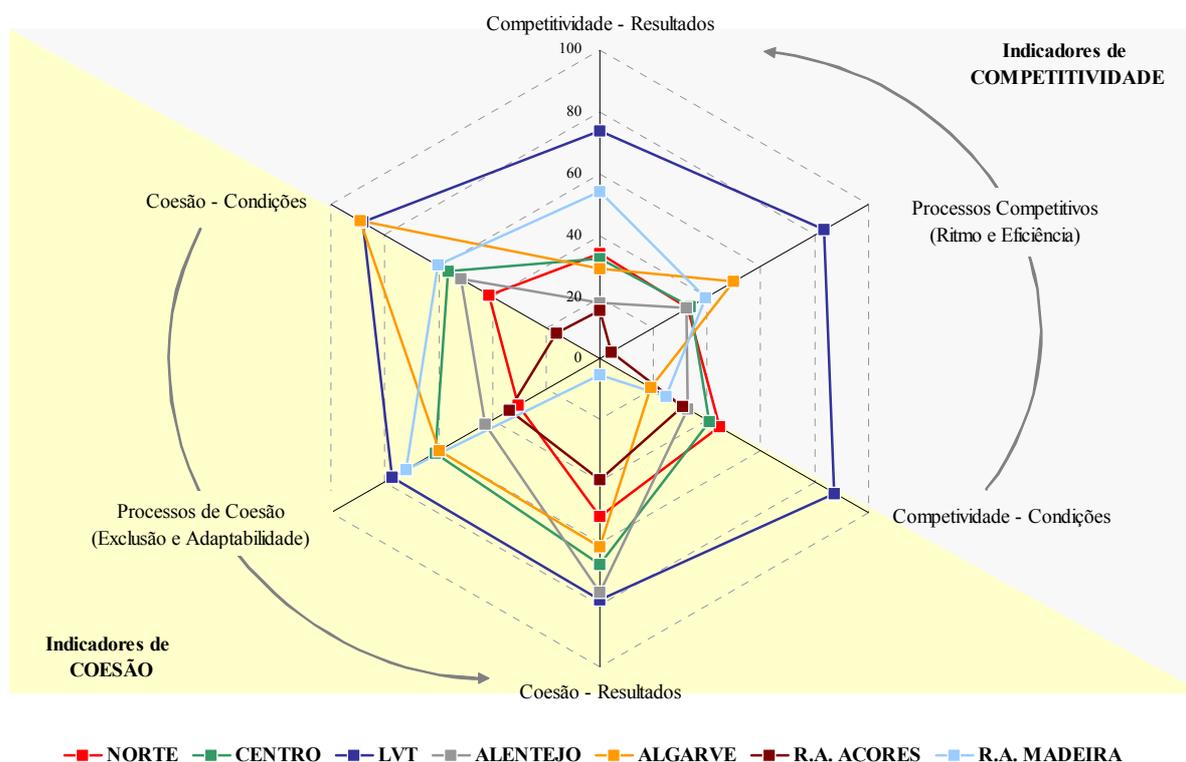
A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da coesão permite-nos, por sua vez, aproximar, respectivamente, o acesso das pessoas às grandes infraestruturas e equipamentos colectivos e o grau de equidade económica e social daí resultante. Por outro lado, as notações nos processos permitem aproximar os níveis alcançados pelos fenómenos de exclusão e adaptabilidade, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A leitura dos gráficos em radar utilizados (ver Figura 1.2.5) permite, nesta linha, evidenciar a clara posição de liderança da região de Lisboa e Vale do Tejo nas condições, processos e resultados de coesão e, sobretudo, de competitividade.

No caso da região do Algarve, parece evidente que o desempenho ao nível da coesão é bastante superior ao que esta região regista no plano da competitividade, independentemente de se estarem a considerar as condições, os processos ou os resultados, sendo a este nível de ponderar a eficácia/qualidade/resultados dos investimentos efectuados em infra-estruturas. Contudo, quando se aprofunda o nível de análise conclui-se que no plano da coesão existe um claro desequilíbrio entre as condições, que, reflectindo a acessibilidade das populações às infra-estruturas colectivas, registam aqui níveis similares aos apresentados pela RLVT, os processos e, sobretudo, os resultados. Esta leitura parece ilustrar que, não obstante a maior facilidade de suprimir falhas ao nível das condições de coesão, a sua tradução em níveis de processo e resultados maiores, parece ser mais morosa e progressiva.

Nas dimensões da competitividade, os desempenhos são globalmente inferiores, ainda que a gradação seja oposta à que se identificou nas dimensões da coesão, pois as condições registam posições bastante abaixo dos resultados e, com maior evidência, dos processos. Esta situação é típica de uma região, como o Algarve, que sendo “sobre-especializada” em actividades terciárias (turismo e comércio), não apresenta grande potencial tecnológico, de inovação e de capital humano, mas regista elevados desempenhos, quer em termos de resultados (como o elevado nível de vida e grau de convergência do Algarve com a UE), quer em termos de processos (assente, nomeadamente, nas elevadas dinâmica empresarial, produtividade e mobilidade profissional).

FIGURA 1.2.5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E COESÃO: CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS (NUTSII, 2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A caracterização aprofundada da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, e, em particular, da região do Algarve, realizada a partir da determinação dos valores assumidos pelo índice sintético, concebido de raiz para o efeito, se permitiu construir uma visão suficientemente rigorosa e detalhada da situação específica de cada região e sub-regiões, dos eixos de convergência e divergência nos respectivos problemas, necessidades e desafios e das grandes diferenças nos seus modelos económicos e sociais, não permitiu, no entanto, construir uma visão das dinâmicas em acção, isto é, da evolução da competitividade e da coesão económica e social nas regiões portuguesas e na região do Algarve, em particular, no período de vigência dos QCA.

A análise desta evolução exigiu a determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas num índice sintético de competitividade e coesão territorial que fosse comparável em dois períodos suficientemente afastados para cobrir o período de vigência dos QCA (1989-93, 1994-1999, 2000-2006).

As dificuldades enfrentadas situaram-se, não no plano conceptual, mas no plano da disponibilidade de informação. A solução encontrada consistiu em configurar uma nova estrutura de indicadores de base para o índice sintético, maximizando o número de indicadores a conservar⁵ para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 1990-1995, que tem em 1991 o seu principal ano de referência. Os resultados desta análise, para o caso das regiões NUTS II, estão vertidos na Figura 1.2.6.

A leitura dos resultados permite entender que a evolução do posicionamento da região do Algarve foi similar à que foi registada pelas regiões Centro, Alentejo e Madeira, e que se traduziu na melhoria do nível de coesão, por contrapartida da deterioração do nível de competitividade, ainda que a região do Algarve seja a região de coordenação (NUTS II) que maior índice sintético “depurado” parcial de coesão apresenta em 2001. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, o movimento foi o inverso, ou seja, houve uma melhoria da posição no índice sintético parcial e “depurado” de competitividade, por contrapartida de uma penalização no índice sintético parcial e “depurado” de coesão.

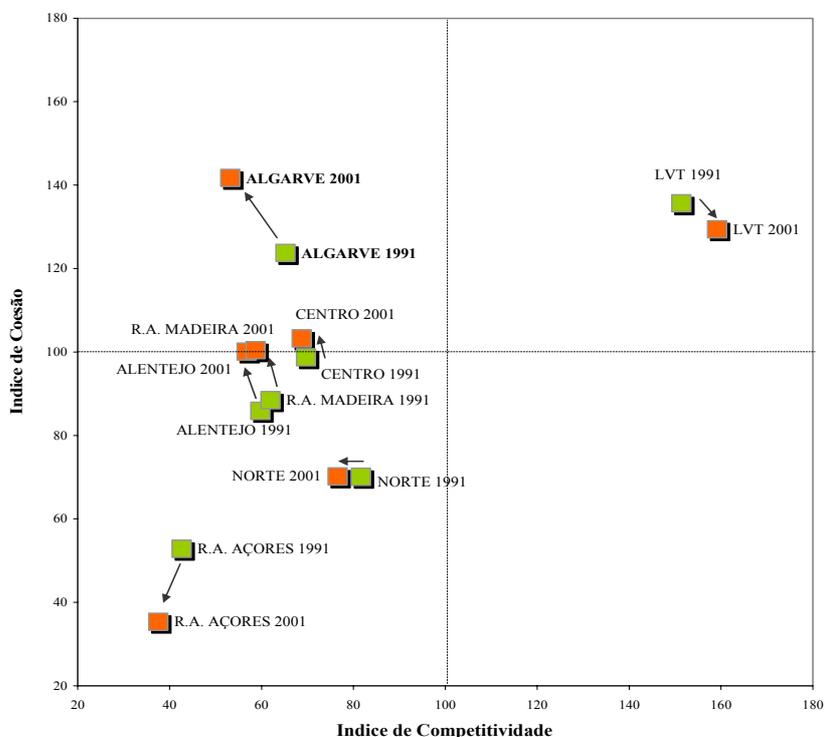
À excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo, que em termos absolutos foi, durante a década em análise, a única região a apresentar um índice de competitividade superior à média nacional (Portugal =

5 O índice sintético de competitividade e coesão territorial utilizado para a análise das dinâmicas de evolução das regiões portuguesas, e da RLVT, em particular, no período de vigência dos QCA é, assim, um “índice depurado” em relação ao que foi possível calcular para caracterizar a situação mais recente, englobando 27 indicadores de base, 18 na dimensão “competitividade” e 9 na dimensão “coesão”. Os indicadores não incluídos, por razões de indisponibilidade estatística directa ou indirecta (casos em que não era possível proceder, com níveis de confiança adequados, a estimativas) foram os relativos à convergência económica no espaço da UE (1), à mobilidade global de mercadorias e pessoas (13), ao nível de escolaridade alcançado (22), à dispersão concelhia do rendimento familiar (24), à capacidade de retenção do rendimento gerado (25), à perifericidade (31), ao abandono escolar (34) e à flexibilidade e adaptabilidade (35).

O ISCCT “depurado”, com base no qual se procede à análise da dinâmica de evolução da competitividade e coesão territorial, penaliza menos, neste quadro, as regiões periféricas, menos coesas no plano económico, com menor nível de educação e com maior desemprego e rigidez na especialização produtiva, quando comparado com o ISCCT “completo”, utilizado para caracterizar a situação mais recente.

100), todas as outras regiões registaram uma deterioração do valor do índice parcial de competitividade, afastando-se ainda mais da média nacional.

FIGURA 1.2.6 – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E COESÃO NAS NUTS II, AS TRAJECTÓRIAS 1991-95 → 2000-02(*)



(*) - Por razões de comodidade na representação gráfica, utilizam-se os anos base para representar os períodos de referência.

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Neste ponto específico do relatório regional, procurar-se-á abordar, de forma relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, toda a temática da competitividade e crescimento da região do Algarve, situando, nesta medida, em primeiro lugar, os principais resultados, no terreno da eficiência e da eficácia, do processo competitivo ao longo dos anos 90, em torno, designadamente, da evolução do nível de vida regional, dos avanços registados em matéria de convergência com a média da União Europeia, da capacidade regional de atracção de população, mormente de quadros qualificados, e da conquista de posições nos mercados internacionais globalizados, traduzida na evolução da dimensão da sua actividade exportadora.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização da trajectória competitiva e do modelo de crescimento seguidos, em termos, nomeadamente, da natureza mais ou menos intensiva/extensiva deste, da sua maior ou menor orientação para o exterior, da dinâmica empresarial e profissional envolvida, dos avanços registados ao nível da eficiência produtiva e da sofisticação das estruturas organizacionais e de gestão facilitada e catalisada pela crescente afirmação do capital estrangeiro na estrutura financeira das unidades empresariais da região.

Analisam-se, por fim, as condições/determinantes de competitividade e crescimento, estruturadas em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às Actividades Económicas

Neste processo de caracterização, procurar-se-á, na medida da informação disponível, primária e trabalhada, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, isto é, regiões altamente especializadas no sector turístico, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II.

Trabalhada a temática da competitividade, passar-se-á, no ponto seguinte, à abordagem específica das questões da coesão económica social e dos avanços na equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial, uma vez mais, dos resultados para as condições de coesão económica e social.

2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

O posicionamento da região do Algarve relativamente ao nível de vida (aqui medido em PIB per capita), é distinto quando o âmbito de análise é o espaço europeu ou o espaço nacional. Num quadro de análise europeu, a região do Algarve regista um valor de PIB per capita 20 pontos percentuais abaixo da média comunitária (UE25), o que, comparativamente com um conjunto de regiões europeias fortemente especializadas na actividade turística seleccionadas para a análise, se traduz num posicionamento apenas superior ao registado por um grupo de regiões mediterrânicas: Sicília, Malta, Creta e Andaluzia. No contexto nacional, o posicionamento do Algarve é bastante mais positivo, uma vez que no início e no final da década de 90, o valor do PIB per capita da região está acima do valor médio nacional. Ainda assim, é importante notar que tem havido um enfraquecimento da posição relativa registada pelo Algarve, situação que se fica claramente a dever ao facto desta região NUTSII ser a que maior crescimento populacional registou entre 1991 e 2001 (16%). Não obstante, o Algarve é a região continental nacional que, na segunda metade da década de 90, registou um maior ritmo de convergência do PIB per capita face às médias europeias (UE15 ou UE25).

Como reflexo da melhoria do nível de vida da população residente na região do Algarve, foi possível concluir que esta região, para além das Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, é a única que apresenta concelhos que registam taxas de atractividade de população (medida em termos de percentagem de população residente que vivia, seis anos antes, num outro concelho, da mesma região ou de outras regiões NUTSII) na classe mais elevada das quatro classes definidas na análise. Neste sentido, os concelhos de Faro, Loulé, Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila do Bispo, são os que maior taxa de atractividade populacional registam em 1991, e os concelhos de Lagos, São Brás de Alportel, Albufeira e Lagoa, são os concelhos que registam maiores atractividades, em 2001.

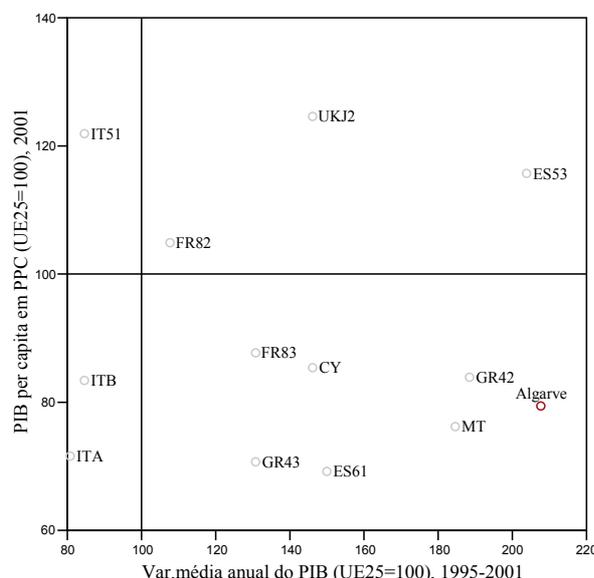
A região do Algarve, num exercício de comparação com um conjunto de regiões da União Europeia que têm um forte peso da actividade turística e um acentuado desenvolvimento do sector terciário (ver Figura 2.1.1), é a região que no período 1995-2001 registou a dinâmica de crescimento do PIB mais favorável, com um crescimento duas vezes superior aos valores médios registados na União Europeia (UE25) ainda que, comparativamente com o ritmo de crescimento médio nacional, a posição relativa do Algarve não seja tão favorável (como se verá mais adiante).

Ainda assim, o nível de vida na região do Algarve está claramente abaixo (menos 20 pontos percentuais) do nível médio de vida da União Europeia (UE25), de acordo com a análise do PIB *per capita* regional no ano de 2001, medido em Paridade de Poder de Compra (PPC). Em termos comparativos, a região do Algarve, posiciona-se num grupo de regiões da Europa Mediterrânica que registam um crescimento do PIB acima da média da EU alargada (UE25), podendo assim identificar-se processos de convergência efectiva, mas que em termos de rendimento *per capita* estão ainda longe dos valores médios europeus, nomeadamente as regiões de Notio-Aigaio e Kriti (Grécia), Andaluzia (Espanha), Provence-Alpes-Côte d'Azur (França), Malta e Chipre..

Este posicionamento da região do Algarve parece reflectir o elevado dinamismo do tecido económico local, que se tem desenvolvido a partir do principal sector dinamizador da economia regional - o turismo.

Contudo, o facto da região ser especializada em actividades como a hotelaria, a restauração, o comércio a retalho e a construção, influencia negativamente o rendimento *per capita*, dado que estes sectores permanecem, tradicionalmente, associados a baixos níveis de qualificação do emprego e, assim, das próprias empresas.

**FIGURA 2.1.1 – PIB PER CAPITA E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucia	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

Nota: Variação média anual do PIB da UE25 (1995-2001) = 2,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Relativamente ao posicionamento nacional da região do Algarve no que se refere à situação relativa do seu nível de vida (Figura 2.1.2), esta tem uma posição comparativa favorável, uma vez que os valores médios de PIB *per capita* são superiores aos valores apresentados pela média nacional no início e no final da década de 90, estando assim, a região do Algarve, num lugar intermédio entre a região de Lisboa e Vale do Tejo e as restantes regiões continentais. Contudo, e ainda que em 2000-20001 o valor do PIB *per capita* se mantenha superior ao valor médio nacional, é importante notar que aquele valor é 5 pontos percentuais inferior ao valor registado no início da década, e que os valores registados entre 1995 e 1997 foram inferiores à média nacional, situações que parecem configurar a fraca sustentabilidade dos valores da região, muito por “culpa” das actividades de especialização estarem associadas ao turismo, que é um sector fortemente influenciado por ciclos plurianuais de procura.

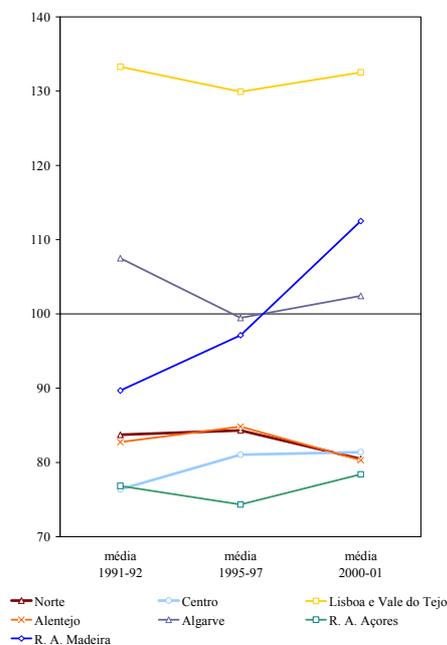
Sendo uma região de cariz claramente turístico, é relevante fazer uma comparação com a Região Autónoma da Madeira que, contrariamente ao Algarve, tem apresentado uma dinâmica de crescimento constante, passando, durante a década de 90, de uma situação em que o PIB *per capita* era 10% inferior à

media nacional, para uma situação em que é superior a esta mesma média em aproximadamente 13%, sendo depois da NUTS II de Lisboa e Vale do Tejo a região que, em 2000-2001, regista um melhor nível de vida.

A principal justificação para a evolução decrescente do rendimento *per capita* da região do Algarve prende-se com o elevado crescimento da população residente, uma vez que a região NUTS II do Algarve é a região que maior crescimento populacional registou entre 1991 e 2001 - com um crescimento de aproximadamente 16%. Por outro lado, é importante ter em consideração que, à luz da crescente oferta internacional de destinos turísticos nos segmentos predominantes no Algarve (turismo de sol e praia), com relações preço/qualidade bastante competitivas, nomeadamente o fortíssimo crescimento dos destinos tropicais da América do Sul e das ilhas do Oceano Índico, têm existido desvios nos fluxos de turistas/clientes potenciais desta região de turismo, comprometendo toda a evolução económica regional.

Face a esta ameaça, não houve um grande movimento reactivo por parte da oferta turística do Algarve no sentido de qualificar e diversificar os produtos oferecidos, em parte porque a oferta turística algarvia é composta maioritariamente por micro e pequenas empresas que actuam em actividades específicas do sistema de valor deste “*cluster*”, sendo assim bastante mais vulneráveis à “agressividade” da concorrência internacional que empresas de maior dimensão ou que actuem numa lógica integrada e com soluções turísticas diversificadas, quer numa lógica intra-regional, quer em termos de complementaridade de destinos. Porém, a ligeira recuperação do PIB *per capita* na segunda metade dos anos 90 pode indiciar o efeito de investimentos apoiados em estratégias mais competitivas, ligados sobretudo a agentes e cadeias hoteleiras internacionais – são exemplo destes investimentos os *resorts* turísticos com golf, cujo número tem vindo a crescer de forma muito significativa, permitindo valorizar a oferta turística da região.

**FIGURA 2.1.2 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL
(PORTUGAL=100)**



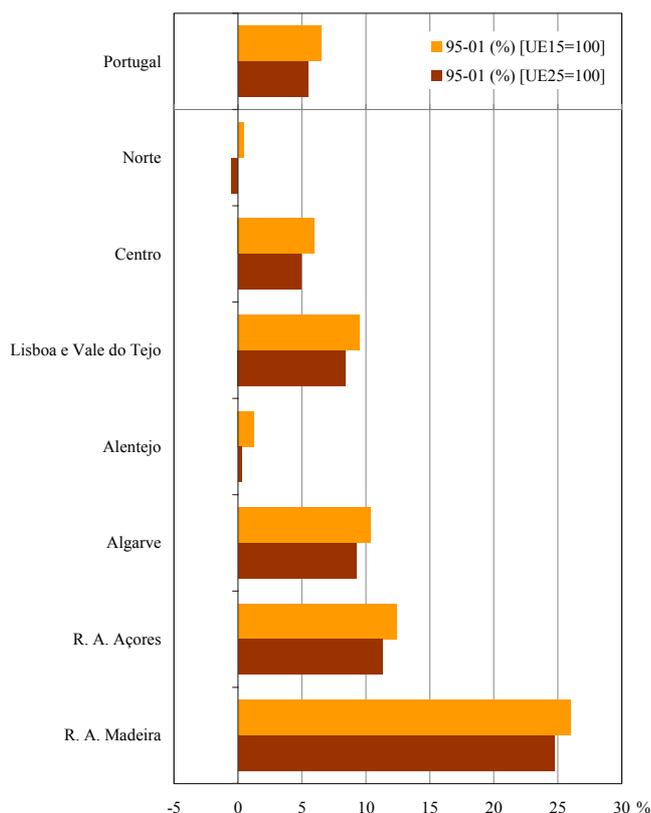
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Em termos de convergência do PIB *per capita* das regiões NUTS II face à média europeia, é possível constatar que o Algarve é a região continental que apresenta maior ritmo de convergência (ver Figura 2.1.3), ainda que se deva ter em consideração que, tal como se analisou atrás, os valores do PIB *per capita* do Algarve no início da segunda metade da década de 90 tenham sido, em termos relativos, reduzidos, influenciando positivamente as taxas de convergência, a partir da base de comparação (ano 1995).

Neste período, o elevado ritmo de convergência da taxa de crescimento do PIB *per capita* desta região é visível pela comparação entre os valores regionais e a média nacional, pois enquanto que o Algarve registou uma evolução do PIB *per capita*, de 10,4%, face à UE15, e de 9,3%, face à UE25, a taxa de crescimento média nacional não ultrapassava os 6,5% e os 5,5%, respectivamente, resultando os valores inferiores da comparação com a UE alargada, pelo facto de um grupo significativo dos novos membros da UE apresentar taxas de crescimento bastante elevadas, e assim, ritmos de convergência superiores à média europeia.

Esta evolução no sentido da clara redução das assimetrias regionais, no caso do Algarve, é o reflexo do dinamismo económico que a região tem vindo a apresentar, com elevados níveis de produtividade, sobretudo nos sectores primários (agricultura e pesca) e nos sectores terciários (actividades financeiras, imobiliárias e outros serviços às empresas), taxas de iniciativa empresarial e de actividade elevadas.

FIGURA 2.1.3 – RESULTADO DE CONVERGÊNCIA COM A UE NOS ANOS 90 (PIB PER CAPITA)



Nota: Variação percentual do índice do PIB *per capita* regional relativamente à média europeia.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A aferição relativa da qualidade do nível de vida da região do Algarve é bem ilustrada pela análise da taxa de atractividade populacional, que em termos concelhios, reflecte a percentagem de população residente nos concelhos da região do Algarve, que viviam, seis anos antes, num outro concelho, da região do Algarve ou de outras regiões NUTS II (ver Figura 2.1.4⁶). É interessante verificar que o distrito de Faro (que inclui todos os concelhos da Região do Algarve) é o único distrito, para além dos distritos das Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, que apresenta mais do que um concelho com valores para as taxas de atractividade na classe mais elevada, quer em 1991, quer em 2001, o que explica em parte, porque razão é que entre 1991 e 2001, a região do Algarve foi a região que registou o maior crescimento de população residente (aproximadamente 16%).

No contexto nacional, os concelhos de Faro, Loulé, Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila do Bispo, eram os concelhos algarvios que em 1991 registavam maiores taxas de atractividade de população, sendo os concelhos de Lagoa e Albufeira os que registam os valores mais elevados à escala regional. No ano de 2001, o número de concelhos algarvios que apresentam taxas de atractividade, à escala nacional, classificadas na classe mais elevada de caracterização, são menos: Lagos, São Brás de Alportel, Albufeira e Lagoa, sendo estes três últimos os que mais se destacam à escala da região.

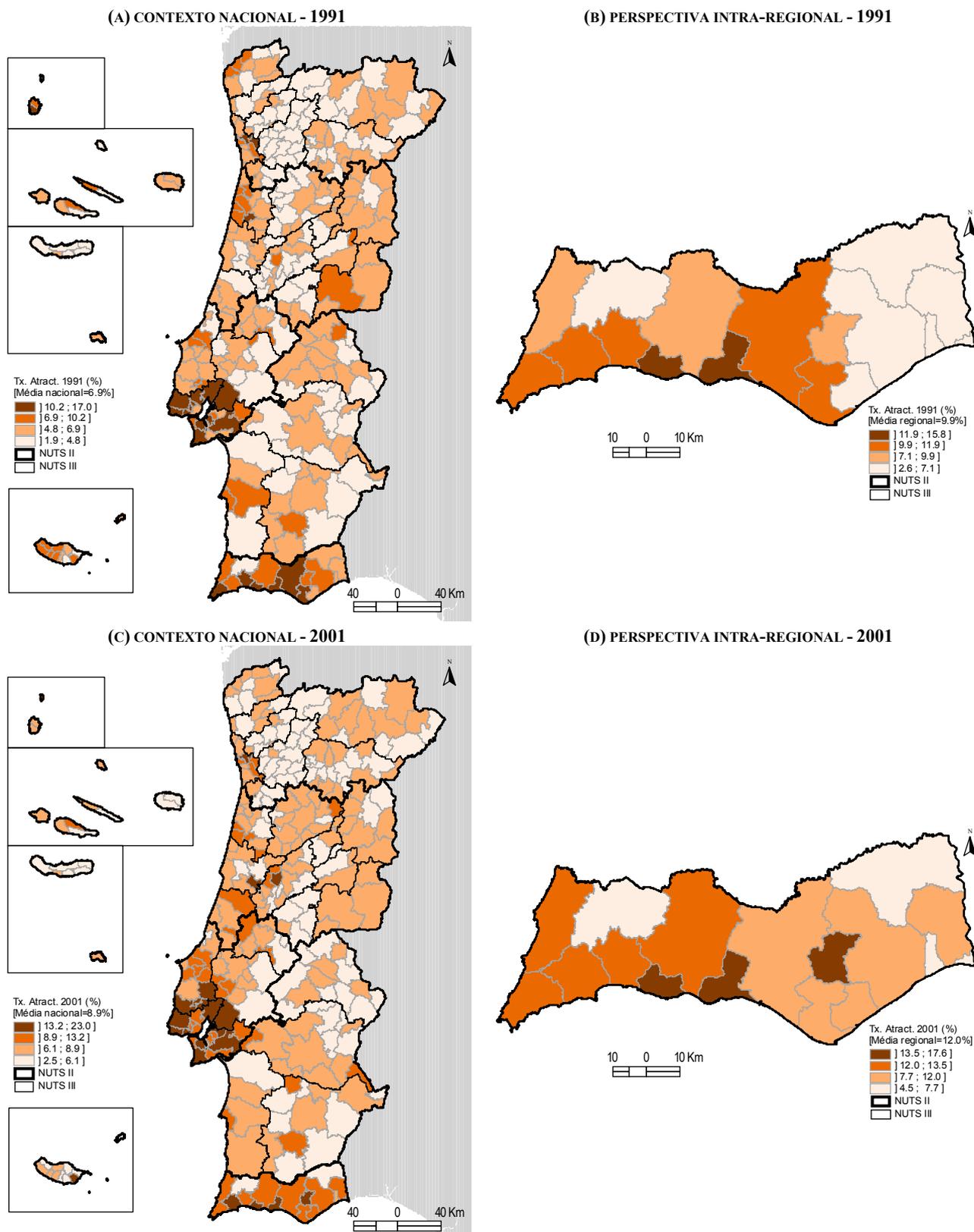
Sendo claro o maior grau de atractividade dos concelhos costeiros, é importante notar que a grande heterogeneidade que existia no início da década de 90 se tem vindo a esbater, com a classificação de um número cada vez maior de concelhos nas classes de atracção mais elevadas.

O crescimento populacional da região do Algarve, e especificamente os elevados níveis de atracção populacional que alguns concelhos desta região têm demonstrado ao longo da década de 90, podem ser justificados por um conjunto diversificado de factores estruturais e sócio-económicos, nomeadamente:

- Crescente desenvolvimento do sector turístico e de outras actividades terciárias, relacionadas ou não com o turismo, bem como do sector da construção, que têm elevadas necessidades de mão-de-obra, nomeadamente nos concelhos da faixa litoral algarvia;
- Maior desenvolvimento das acessibilidades intra e inter-regionais, que se reconhecem enquanto formas facilitadoras da mobilidade e da atracção populacional, nomeadamente o final da construção da Via do Infante e o prolongamento da A2, até Grândola e, posteriormente, a Ourique que resultou na diminuição da perifricidade desta região às restantes regiões do Continente;
- A especialização produtiva desta região em actividades que não exigem pessoal qualificado, nomeadamente construção civil, hotelaria e restauração, justifica que o Algarve seja a região NUTS III que apresenta uma maior percentagem de entrada e fixação de população estrangeira, a seguir à região da Grande Lisboa.

⁶ É importante destacar que, ao longo do relatório, as classes de estratificação utilizadas nos mapas nacionais e regionais variam consoante a perspectiva adoptada, em função do referencial médio utilizado em cada um deles, que no primeiro caso, corresponde à média nacional do respectivo indicador e, no segundo, corresponde à média do mesmo na região em causa. Assim, é possível que um mesmo concelho seja sombreado com cores diferentes de um mapa para o outro.

FIGURA 2.1.4 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO NOS ANOS 90



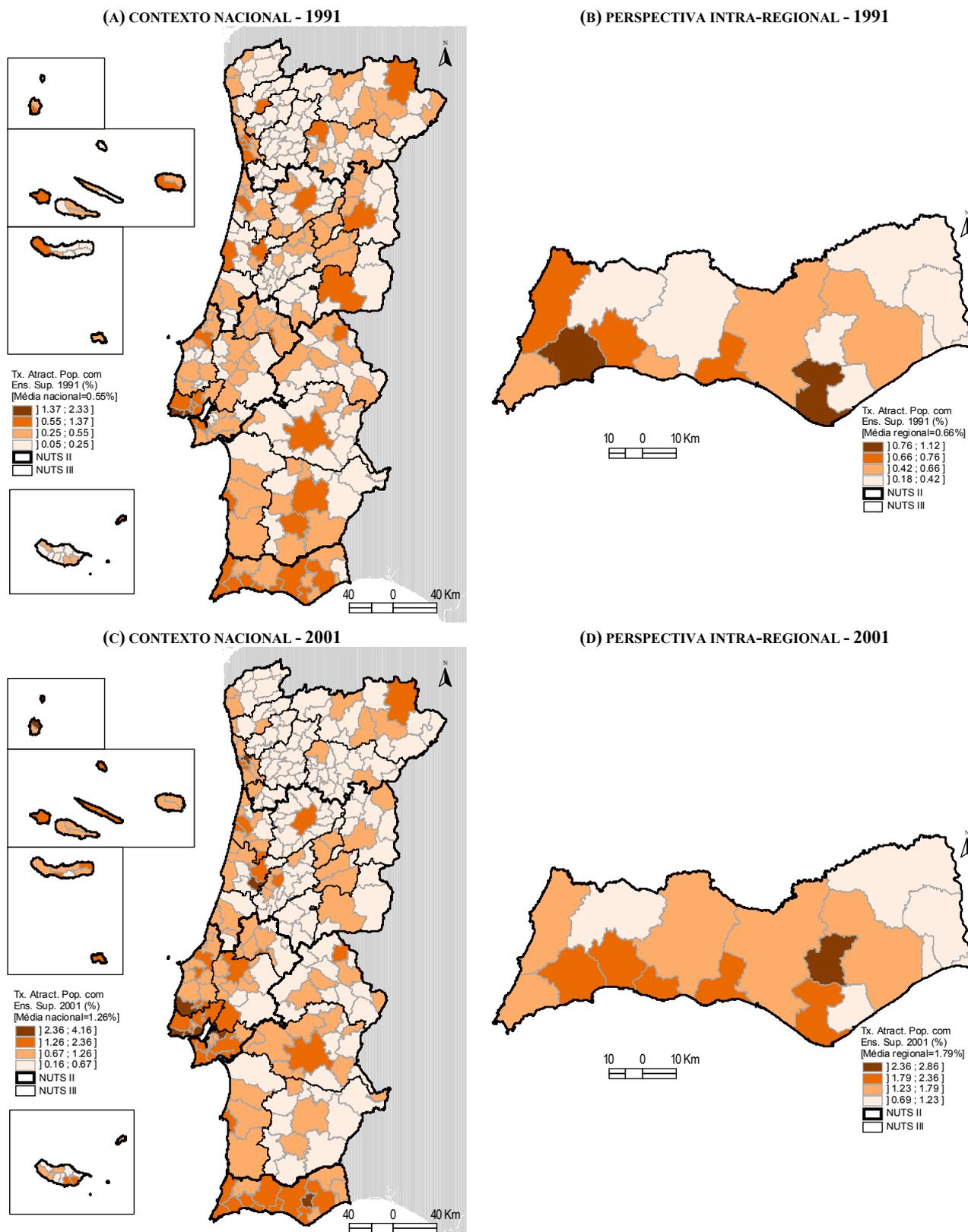
Nota: Taxa de atractividade = % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Fazendo uma análise similar à anterior, mas tendo agora como foco a atractividade de população com ensino superior (Figura 2.1.5), as conclusões são similares, uma vez que são sobretudo os concelhos da faixa litoral algarvia que exercem maior poder de atracção à residência de população com maiores habilitações, sendo a única excepção o facto do concelho de São Brás de Alportel ser o concelho que em 2001 maior poder de atracção teve de todos os concelhos algarvios. Em 1991, os concelhos com maior atractividade à população com ensino superior tinham sido os concelhos de Faro, quer pelo facto de ser capital de distrito e, assim, ter um elevado peso de administração pública local e regional, quer por ser um concelho onde se localizam as filiais de várias empresas nacionais de serviços, e Lagos, pelo facto de ser uma zona de grande desenvolvimento hoteleiro, com algumas necessidades ao nível da gestão.

Por outro lado, é relevante ter em consideração que a região do Algarve é naturalmente uma região que tem um peso de população com formação superior acima da média nacional, tal como é possível constatar pelo confronto entre as médias nacionais e regionais para os anos de 1991 e 2001, e mais importante ainda esse diferencial aumentou ao longo da década de 90. Todavia, ao contrário do que acontecia na taxa de atractividade global, a heterogeneidade concelhia não apresenta grande diferença entre o início e o final da década, uma vez que o número de concelhos com taxas de atractividade de população com ensino superior acima da média regional se mantém bastante estável.

FIGURA 2.1.5 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 90



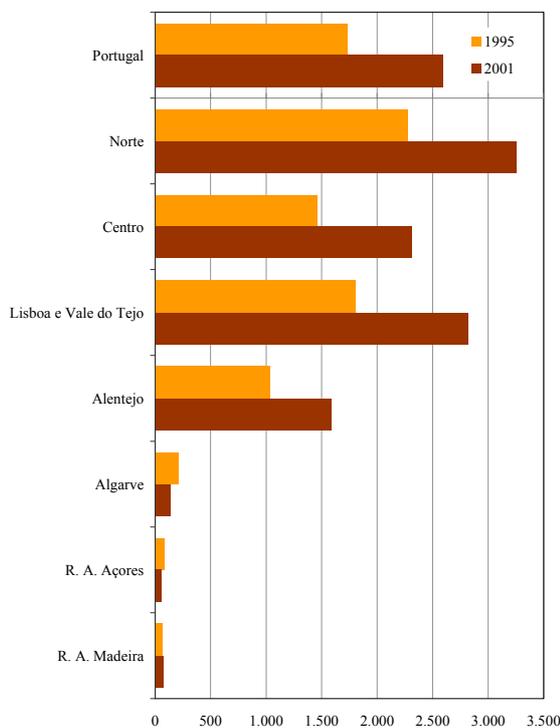
Nota: % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás e que detém habilitações ao nível do ensino superior.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Sendo uma região claramente especializada no sector terciário, de uma forma global (uma vez que 74,8% do total de empresas da região e 68% do emprego está relacionado com este sector), e no sector turístico, em particular, actividades que em termos concretos não geram quaisquer produtos exportáveis, entende-se que a região do Algarve seja a região continental NUTS II que menor relevância tem em termos de Exportações *per capita* (ver Figura 2.1.6). A conclusão seria similar se a análise fosse efectuada em termos de valores absolutos de exportações, uma vez que as exportações desta região apenas representam 0,21% do total das exportações nacionais.

Por outro lado, o sector secundário, sendo o sector que potencialmente poderia ter uma maior relevância enquanto exportador, apenas tem um peso de 21,9% do total de empresas da região e 19,7% do emprego, registando-se uma clara tendência decrescente na década de 90, sobretudo pelo crescente reforço da especialização sectorial em actividades terciárias (nomeadamente, oferta hoteleira). Este aspecto, associado ao aumento populacional da região durante aquele período temporal, justificam que o Algarve seja a única região continental que diminuiu a dimensão da actividade exportadora entre 1995 e 2001.

FIGURA 2.1.6 – DIMENSÃO DA ACTIVIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90
(EUROS PER CAPITA)



Nota: Indicador de exportações *per capita*.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO

Após a avaliação do posicionamento da região do Algarve no contexto nacional e europeu relativamente à evolução do nível de vida (medido em PIB per capita) durante a década de 90, procura-se compreender, neste ponto, a trajectória competitiva regional, a evolução das dimensões que compõem a pirâmide da competitividade regional e, também o modelo de crescimento que tem vindo a ser seguido por esta região. No contexto europeu, a região do Algarve apresenta um nível de produtividade 43% abaixo da média europeia (UE25), que, em 2001, se fixava em 46,52 mil euros por indivíduo empregado. A conclusão é a oposta, se o âmbito de análise for o nível de emprego da população (15-64 anos), indicador em que esta região nacional regista um dos valores mais altos, comparativamente com as regiões europeias equiparáveis, sendo inclusive superior à taxa média da UE25 de 62,8%.

No âmbito nacional o posicionamento da região do Algarve parece ser bastante consistente, uma vez que todos os factores da pirâmide da competitividade territorial apresentam níveis bastante similares às médias nacionais, não estando assim, a competitividade da região sustentada por um factor em particular. Durante a década de 90, houve um incremento na posição competitiva da região, uma vez que se identificou uma melhoria generalizada do posicionamento de todas as dimensões da pirâmide competitiva face aos valores médios nacionais, passando inclusive, a maior parte dessas dimensões a registar diferenças positivas face àquelas médias, em alternativa às ligeiras diferenças negativas que registavam em 1991.

Em termos particulares, é possível constatar que, ao longo da década de 90, a região do Algarve manteve um nível de produtividade acima da média nacional, tendo inclusive aumentado a diferença positiva face à média nacional. Já no que se refere à taxa de utilização dos recursos humanos (e assim, também a taxa de emprego), a evolução foi diametralmente oposta, passando esta região a registar um valor abaixo da média nacional. Parece assim claro que, em termos de trajectórias de competitividade, houve a substituição da primazia da taxa de utilização dos recursos pela produtividade, ainda que, a evolução positiva da produtividade tenha sido acompanhada pela evolução de sinal similar no rendimento directo da população empregada, ou seja, houve a distribuição de parte dos ganhos obtidos pelo crescimento da produtividade (através de remunerações).

Por outro lado, constata-se que apesar do elevado crescimento populacional da região durante os anos 90 (16%), se manteve a situação deficitária do peso da população activa no total da população residente, o que resulta, em grande parte, do envelhecimento da população da região e da imigração para a região de população mais idosa nacional e, principalmente, internacional, pelas características climáticas que esta apresenta. Relacionado com este factor, a região também tem registado níveis de mobilidade geográfica da população empregada acima da média nacional, o que reflecte a estrutura produtiva dinâmica do Algarve e a necessidade que esta região tem de absorver recursos humanos residentes noutras regiões. Ainda assim, estes fluxos de emprego tendem a ser “pendulares” e estão, tradicionalmente, relacionados quer com actividades e competências específicas enquadrados em ligações empresariais cada vez mais complexas (nomeadamente no sector da construção, com as

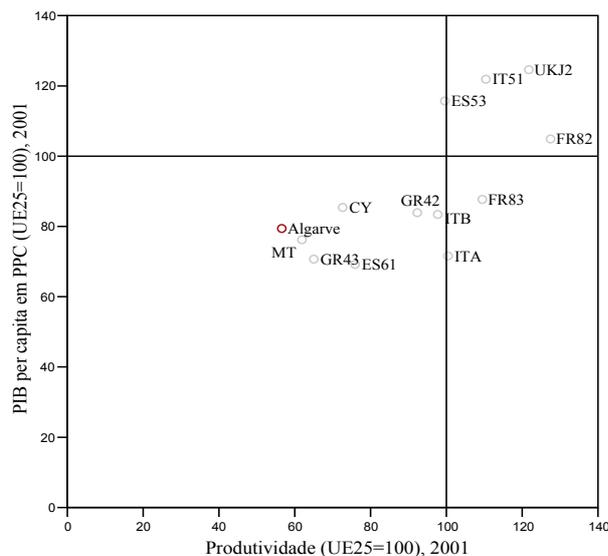
subcontratações de determinadas fases de trabalho), quer com o fenómeno da sazonalidade associado aos negócios da actividade turística, que necessitam de recursos humanos extra em períodos de procura mais elevada.

Em complemento, concluiu-se que a região do Algarve é das regiões que maior dinâmica empresarial regista, uma vez que apresenta a maior taxa de iniciativa empresarial de todas as regiões NUTSII, mas também apresenta a maior taxa de mortalidade empresarial infantil (com menos de 1 ano de actividade). Este facto, bem como o elevado nível de mudanças de emprego originadas por processos de empreendedorismo e de promoção na carreira profissional, justificam a crescente relevância que as empresas com menos de 10 trabalhadores têm vindo a ganhar no Algarve, sendo aliás a região que apresenta o segundo maior peso das empresas desta dimensão.

No conjunto das regiões da União Europeia que têm um forte peso da actividade turística e um acentuado desenvolvimento do sector terciário, avaliadas em termos de posicionamento das variáveis PIB *per capita* e produtividade face à média da União Europeia alargada (UE25=100), a região do Algarve, registando um nível de produtividade aproximadamente 43% abaixo da média europeia, é a região menos produtiva (ver Figura 2.2.1). Este resultado, em parte, pode ser justificado pelo facto da região do Algarve ser uma das regiões que regista um nível de vida mais baixo, uma vez que, tal como é visível na Figura 2.2.1, existe correlação positiva entre ambas as variáveis consideradas, pelo que, se uma região apresenta um PIB *per capita* baixo, regista um nível de produtividade igualmente baixo.

Contudo, as regiões de Creta (Grécia) e Andaluzia (Espanha) registam valores de nível de vida (PIB *per capita*) inferiores ao do Algarve e níveis de produtividade superiores. A principal explicação para o desajuste entre os níveis do PIB *per capita* e da produtividade na região do Algarve está relacionada com o facto dos sectores de actividade mais especializados da região, nomeadamente o comércio, alojamento e restauração, apresentarem níveis de produtividades abaixo da média nacional, sobretudo pela sazonalidade associada ao subsector do comércio.

FIGURA 2.2.1 – PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



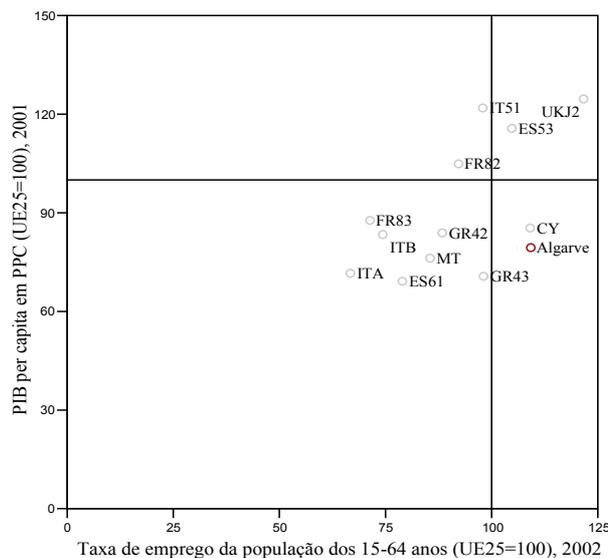
- Legenda
- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| GR42-Notio Aigaio | ITA-Sicilia |
| GR43-Kriti | ITB-Sardegna |
| ES53-Illes Balears | PT15-Algarve |
| ES61-Andalucia | UKJ2-Surrey, East & West Sussex |
| FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur | CY-Kypros |
| FR83-Corse | MT-Malta |
| IT51-Toscana | |

Nota: Produtividade (VAB/Emprego) na UE25 = 46,52 milhares de euros por indivíduo empregado.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Fazendo o mesmo exercício de comparação com o mesmo painel de regiões europeias, mas agora tendo como quadro de análise o PIB *per capita* e a taxa de emprego da população dos 15-64 anos, constata-se que a região do Algarve é, depois do valor registado pela região inglesa de Surrey, East & West Sussex e a par com o Chipre, a que apresenta maior taxa de emprego naquela faixa etária de população. Aliás, do grupo de regiões com um valor de rendimento *per capita* inferior à média europeia, apenas a região do Algarve e Chipre ultrapassam a média de taxa de emprego europeia, estando as restantes regiões desse grupo bastante abaixo da empregabilidade média da UE alargada. Estes resultados são tanto mais interessantes, na medida em que a grande dinâmica dos sectores relacionados com a cadeia de valor turística, tem justificado que esta região seja, como se analisou atrás, uma região com elevadas taxas de atractividade populacional e uma região fortemente absorvedora de população estrangeira, nomeadamente para sectores como a construção e a restauração.

FIGURA 2.2.2 – PIB PER CAPITA E TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO DOS 15-64 ANOS: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucía	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

Nota: Taxa de emprego da população dos 15-64 anos na UE25 (2002) = 62,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A análise da decomposição do topo da pirâmide mostra que (ver Figura 2.2.3), no caso da região do Algarve, a sua competitividade não é influenciada pelo posicionamento excessivamente positivo ou negativo de nenhum dos elementos em particular, sendo a diferença posicional dos factores da região face aos valores nacionais bastante marginal. Ainda assim é possível aferir que, entre 1991 e 2001, houve uma mudança no padrão competitivo da região, quer pela melhoria relativa da globalidade dos factores, quer pela evolução individual desses mesmos factores que, quando comparados com a média nacional, passaram de diferenças negativas para o plano positivo.

No início da década de 90 a região do Algarve registava uma estrutura etária activa menos elevada que a média nacional, uma taxa de actividade e nível de produtividade similares aos valores nacionais, e era uma das regiões NUTS II com maior taxa de emprego, sendo, possivelmente, este último factor o que mais influenciava a competitividade da região. Ao longo dos anos 90, houve uma evolução positiva do posicionamento competitivo regional, com todos os indicadores a convergirem no sentido ascendente, e a ultrapassarem os valores médios nacionais. A única excepção, em 2001, é a estrutura etária em idade activa, que embora tenha subido face ao valor do início da década, se manteve com um valor inferior à média nacional.

CAIXA 2.2.1 - DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

A decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional (Figura 2.2.3). A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB *per capita* -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

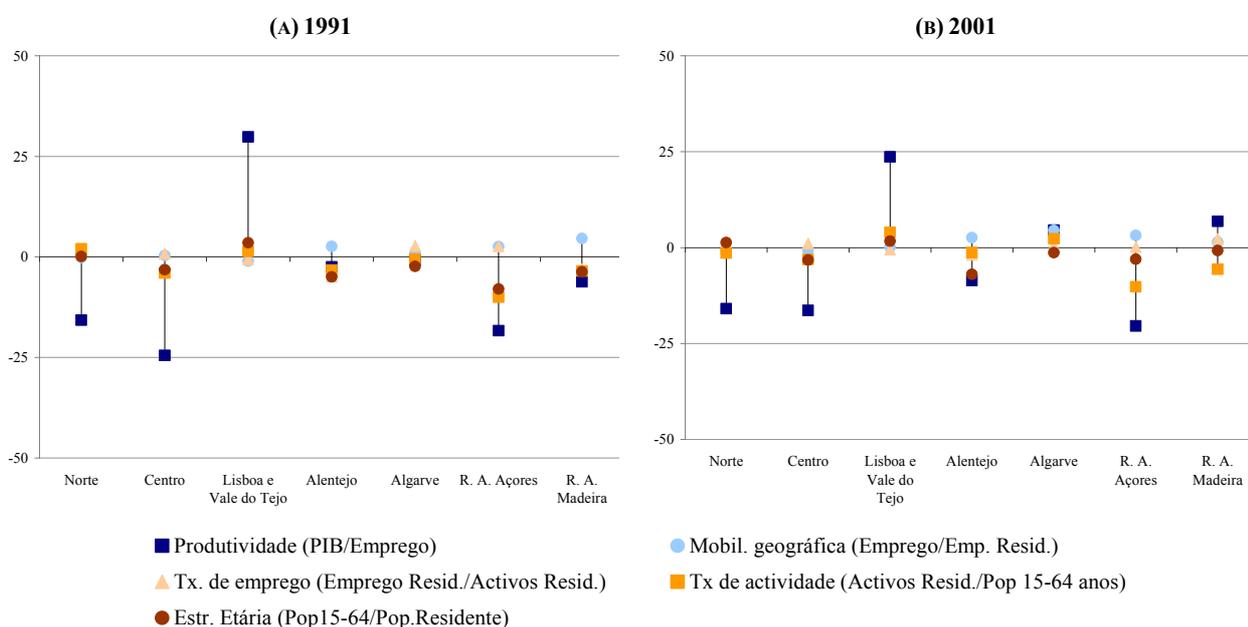
- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;
- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões;
- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfasamentos temporais que se verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

Sendo uma região bastante dinâmica, o Algarve demonstrou ao longo da década de 90 que exerce um elevado grau de atracção da população, tendo sido a região NUTS II que maior aumento populacional registou entre 1991 e 2001, e a segunda região nacional de destino de população estrangeira. Estes fluxos populacionais influenciaram positivamente a estrutura etária em idade activa e a taxa de actividade da região, mas não foram suficientes para diminuir os fluxos de emprego oscilante que alimenta a região. Todavia, a julgar pela ligeira diminuição da taxa de emprego da região, aqueles fluxos “pendulares” de emprego, deverão estar relacionados com actividades e competências específicas enquadrados em ligações empresariais cada vez mais complexas, nomeadamente no sector da construção, com as

subcontratações de determinadas fases de trabalho, ou justificados pela sazonalidade associado aos negócios relacionados com a cadeia de valor turística, que necessitam de recursos humanos extra em períodos de elevada procura (a este propósito, ver a Caixa 2.2-2).

Contudo, foi ao nível da produtividade que se registou a subida mais relevante, sendo o Algarve, em 2001, a região que atinge o valor mais elevado face à média nacional a seguir às regiões de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira, o que tendo em consideração os aumentos populacionais e de emprego, apenas poderá ser explicado pela melhoria das técnicas e dos processos produtivos, pelo aumento do nível habilitacional e de competências, mas também pela evolução da organização empresarial para modelos mais complexos, eficazes e eficientes que tenham permitido suportar o salto produtivo.

FIGURA 2.2.3 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

CAIXA 2.2-2 – TURISMO E SAZONALIDADE DA ACTIVIDADE ECONÓMICA NO ALGARVE

O crescimento económico da região algarvia está intimamente ligado com as actividades do sector do turismo e dos serviços de apoio com ele directamente relacionados, aliás estimativas do WTTC para 2003, indicam que 45% do PIB regional provem directamente do turismo.

A aposta neste sector foi marcada por uma excessiva especialização da economia regional, o que tornou o Algarve profundamente dependente deste sector e, por isso, muito vulnerável à conjuntura internacional. Por outro lado, o turismo algarvio especializou-se no segmento “sol e mar”, o que acarretou uma forte concentração da população residente e das actividades económicas na faixa litoral a sul, acompanhada pela acentuadíssima urbanização deste território, muitas vezes mal enquadrada, descaracterizada e destruidora dos recursos naturais e paisagísticos em que a própria actividade assenta, o que acaba por se converter numa séria ameaça ao seu desenvolvimento no médio e longo prazo. Não se tendo qualificado nem diversificado, o turismo no Algarve tem vindo a manifestar indícios de perda de competitividade face à emergência de novos destinos concorrentes internacionais.

Taxas de Ocupação da Hotelaria e Tendências Recentes

O Algarve tem uma capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros muito alargada, 94.089 lugares em 2002, o que representava 39,2% da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros em Portugal. Por sua vez, para o mesmo ano, as dormidas em estabelecimentos hoteleiros da região representavam 41,8% do total nacional. A região ocupa assim uma posição destacada de liderança face às restantes regiões no que a este domínio diz respeito (Lisboa ocupa a segunda posição, possuindo apenas 17,8% da capacidade de alojamento e 19,1% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros do País).

Também no que respeita às taxas de ocupação e à estada média por hóspede em estabelecimentos hoteleiros, a região encontra-se numa posição privilegiada relativamente às médias nacionais.

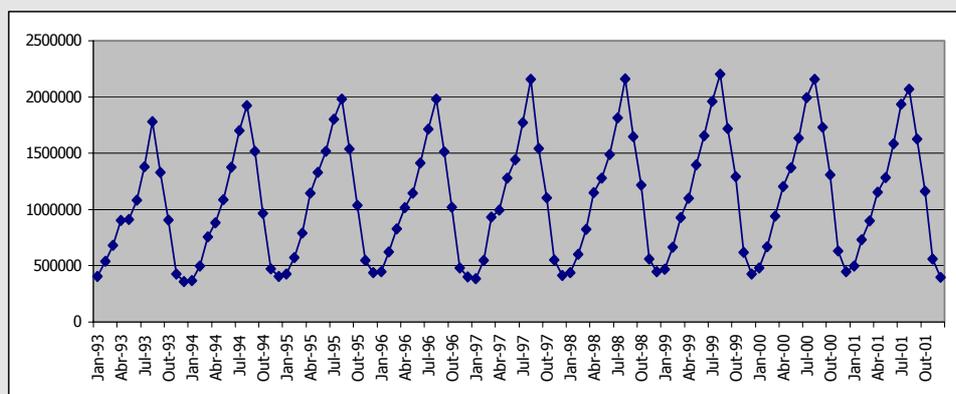
TABELA 1 – TAXA DE OCUPAÇÃO E ESTADA MÉDIA NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS (2002)

	Taxa de ocupação-cama		Estada média	
	Algarve	Portugal	Algarve	Portugal
Total	45,6	41,1	5,8	3,2
Hotéis	54,6	44,4	4,5	2,6
Pensões	30,6	24,5	3,0	2,2
Outros Estabelecimentos	43,5	44,3	6,9	5,3

Fonte: INE

No entanto, o turismo balnear, segmento em que a região se especializou, apresenta uma forte concentração da procura nos meses de Verão. A intensa sazonalidade da ocupação das estruturas hoteleiras na região algarvia tem-se mantido sensivelmente constante nos últimos anos, concentrando-se esmagadoramente nos meses de Junho a Setembro.

GRÁFICO 1 – SAZONALIDADE DAS DORMIDAS EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS DA REGIÃO DO ALGARVE



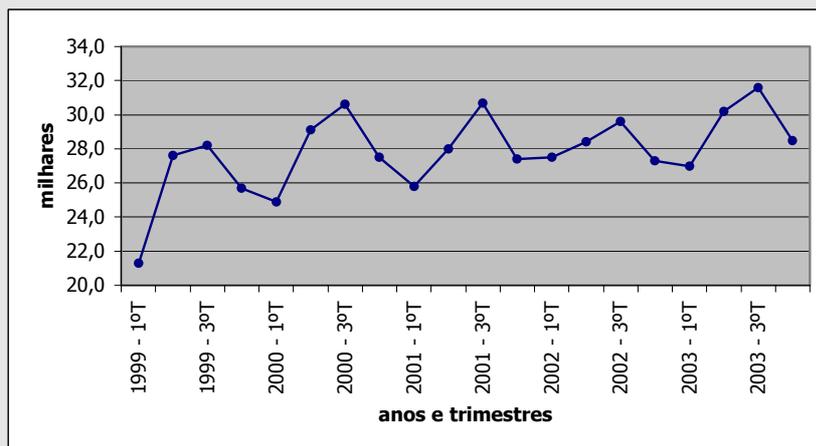
Fonte: INE

A população presente no Algarve sofre assim um profundo incremento, geograficamente concentrado no litoral, nos meses de Verão, o que causa problemas difíceis de ultrapassar ao nível do dimensionamento das infra-estruturas e equipamentos. A forte sazonalidade do turismo tem igualmente efeitos consideráveis ao nível dos preços e do emprego.

Variação Sazonal do Emprego nas Actividades de Alojamento e Restauração

Porque a economia regional é muito marcada pelo peso do turismo, a estrutura do emprego na região é fortemente condicionada por esta especialização. A parcela da população empregada em hotéis e restaurantes representava, em 2003, 14,2% da população empregada (no 1º trimestre) e 16,4% (no 3º trimestre), enquanto as mesmas actividades no conjunto do País assumiam um peso no emprego muito menor, que apenas variou entre os 5,0% e 5,1%.

GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO TRIMESTRAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA NAS ACTIVIDADES DE ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Algarve, 1999 a 2003

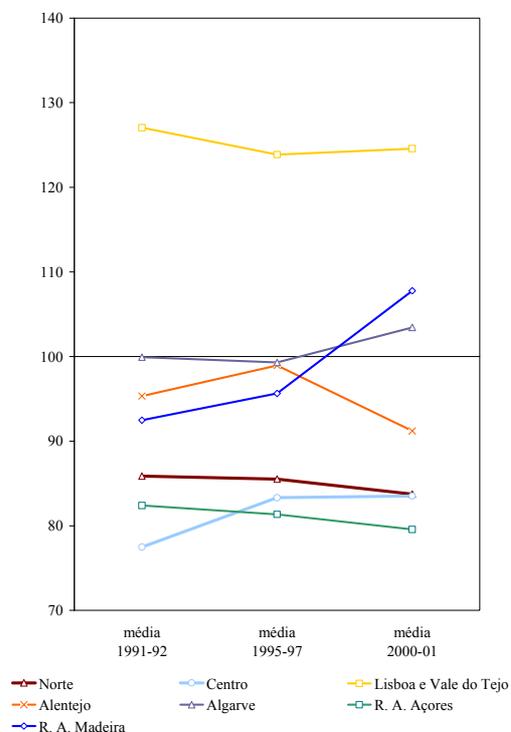
Por sua vez, as oscilações do desemprego ao longo do ano reflectem também a sazonalidade da actividade turística - o número de desempregados diminui ciclicamente nos meses de Verão – e são um sinal da precariedade do emprego neste sector.

Na sequência da análise efectuada atrás, em que a produtividade era um dos factores relacionados com o topo da pirâmide da competitividade, importa fazer uma análise mais discriminada a este factor e à sua evolução durante a década de 90 (Figura 2.2.4). O Algarve, partindo de uma situação próxima dos valores de produtividade nacional, a meio da década teve uma ligeira retracção face à produtividade média nacional e no final da década registou uma recuperação bastante forte, posicionando-se esta região como uma das regiões nacionais com maiores índices de produtividade, a seguir às regiões de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira. Ainda que a evolução do sinal deste indicador seja similar à evolução registada no indicador do PIB *per capita*, é importante notar que, comparativamente com a média nacional, os valores daquele indicador têm tendência a ser maiores. Esta situação parece demonstrar que a população residente na região do Algarve tem um menor peso no PIB que o emprego da região, podendo assim caracterizar-se esta região como geradora de mobilidades geográficas para trabalho, ou seja, existe uma elevada atracção da região por trabalho de tarefa e trabalho sazonal, sendo o primeiro mais comum na construção civil, nomeadamente com a subcontratação de equipas especializadas em determinadas áreas específicas, e o segundo nos sectores de restauração e hotelaria, sobretudo nas épocas altas como a Páscoa e o Verão, em que a procura turística é mais elevada e, assim, há maior necessidade de recursos humanos.

Os ganhos de produtividade existentes, ainda que pouco significativos, podem resultar de um conjunto de factores transversais a diversos sectores e a dinâmicas específicas existentes em alguns dos sectores mais relevantes no contexto regional, nomeadamente:

- A evolução positiva relativa da região do Algarve, face aos valores médios nacionais, para a maioria dos indicadores do topo da pirâmide da competitividade, influenciando todos eles o nível de produtividade da região;
- A região do Algarve tem registado uma taxa de atracção de população com ensino superior acima dos valores médios nacionais, o que poderá representar um reforço das qualificações e das competências da força de trabalho existente na região;
- O crescimento do número de alunos matriculados na Universidade do Algarve, nomeadamente em cursos das áreas económica e de gestão, engenharia civil e topográfica, engenharias dos recursos naturais, ciências do mar, hotelaria e turismo, vem responder às necessidades dos sectores de especialização da região, elevando as competências dos recursos humanos da região e, assim, o nível competitivo, a eficiência e a eficácia organizacional das empresas da região;
- A existência dos Quadros Comunitários de Apoio II e III permitiu alimentar processos de investimento de raiz e de modernização de empresas e outras instituições da região, bem como o investimento em infraestruturas de apoio social e económico, com reflexo na atractividade da região e no salto de produtividade que a região pode dar.

**FIGURA 2.2.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL
(PORTUGAL=100)**

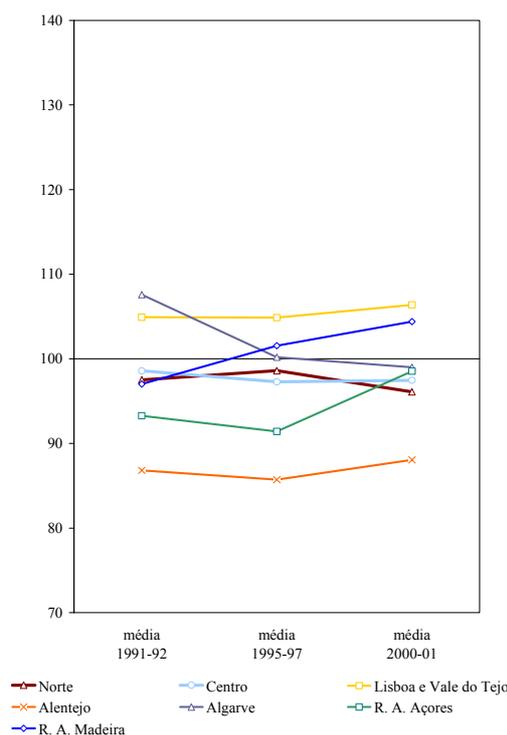


Nota: Produtividade do trabalho = PIB/Emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A taxa de utilização dos recursos humanos registou, nos anos 90, um recuo considerável, especialmente na primeira metade da década, face aos valores apresentados em termos nacionais, o que se poderá relacionar, por um lado, com o elevado crescimento populacional verificado nesta região e, por outro, ao claro envelhecimento demográfico a que se assiste, que afasta uma parcela crescente da população do mercado de trabalho. O decréscimo da taxa de utilização dos recursos humanos não é mais do que o corolário do aumento da taxa de desemprego da região, face aos valores médios nacionais.

**FIGURA 2.2.5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL
(PORTUGAL=100)**



Nota: Taxa de utilização dos recursos humanos = Emprego em % da população residente.

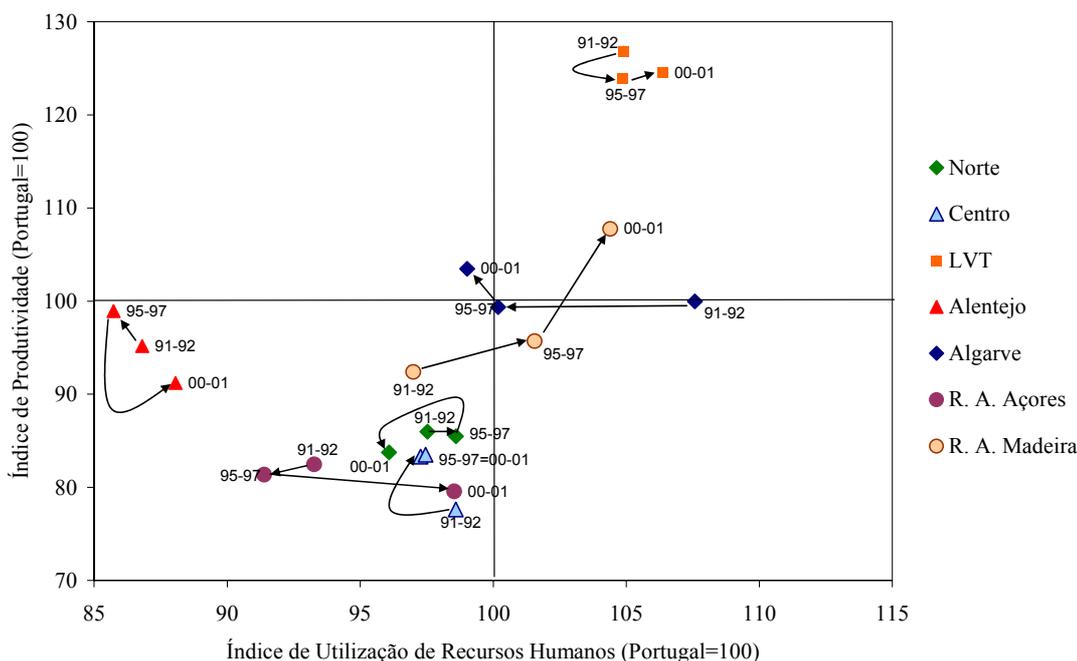
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Quando no início desta análise se concluía que o principal indicador do nível de vida de uma região, o PIB *per capita*, tinha registado, na região do Algarve, uma evolução decrescente durante a década de 90, ainda que mantivesse um posicionamento acima dos valores médios nacionais, foi possível, desde logo, identificar como principal causa desta evolução o espantoso aumento da população residente naquela região. É possível identificar esse efeito de forma mais evidente, através da divisão do indicador PIB *per capita* em dois outros: o índice de produtividade e a taxa de utilização dos recursos humanos (ver Figura 2.2.6), que permitem aferir a trajectória de competitividade regional do Algarve. A análise comparada destes dois indicadores relacionados, permite verificar que a região do Algarve, ao longo da década de 90, tem apresentado tendências opostas face aos valores médios nacionais, tal como já tinha sido possível concluir atrás (Figura 2.2.4 e Figura 2.2.5), havendo uma melhoria clara em termos de produtividade, mas uma degradação do valor registado no índice de utilização de recursos humanos. Tal como já tinha sido referido, a principal causa deste decréscimo está relacionada com o aumento exponencial da população

residente, que segundo os censos cresceu em 16,6% entre 1991 e 2001. Esta conclusão é tanto mais justificada pelo facto de durante este período ter aumentado o nível de emprego da região para não residentes, ou seja, o indicador de mobilidade geográfica.

Passou-se assim, durante a década de 90, de uma situação de “menor emprego, menor população residente e menor produtividade”, para uma situação de “maior emprego, muito maior população residente e maior produtividade”, situação que não sendo óptima, porque o aumento do emprego em termos absolutos, não permitiu aumentar ou manter o índice de utilização de recursos humanos, poderá evoluir de forma positiva se houver capacidade de adaptação da população activa sem emprego para a especialização em actividades que são, muitas vezes, executadas por recursos humanos de fora da região.

FIGURA 2.2.6 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90



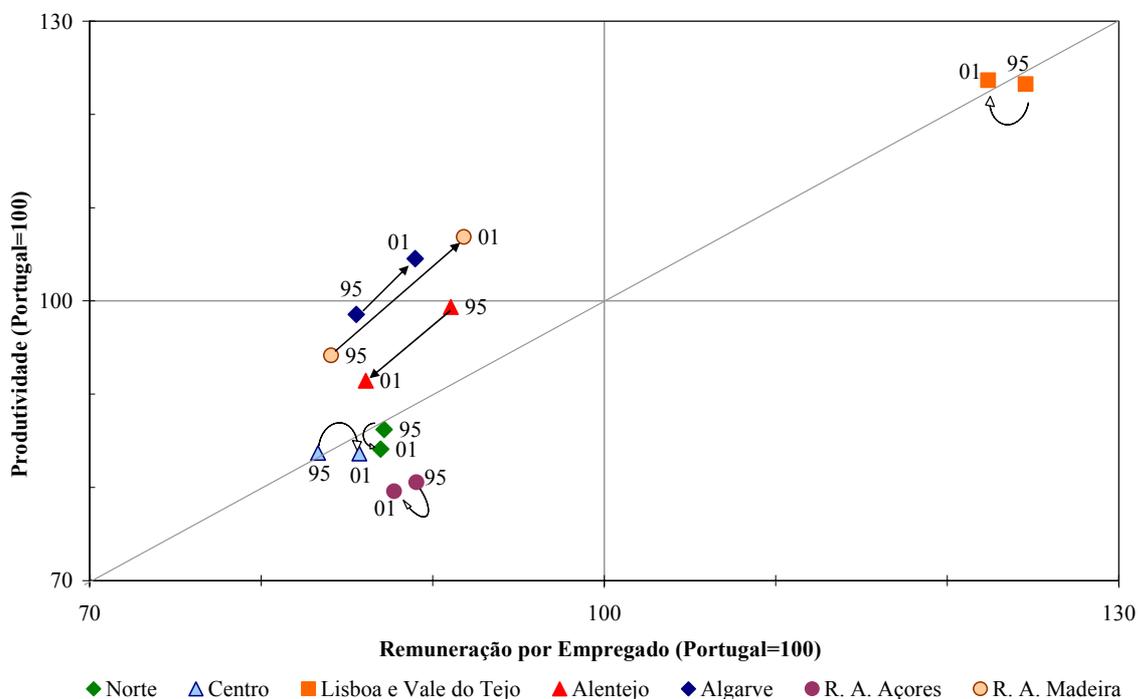
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Fazendo um exercício semelhante ao anterior, mas desta vez comparando a evolução da produtividade regional com as remunerações médias por empregado, é possível verificar que, ao contrário da maioria das regiões nacionais, a região do Algarve observou na segunda metade a década de 90 uma progressão positiva de compromisso entre produtividade e remuneração do trabalho (Figura 2.2.7), fazendo um movimento de posicionamento paralelo à diagonal principal, de baixo para cima. Esta evolução indica que a região deu um salto qualitativo ao nível da produtividade, indiciado quer por investimentos em infraestruturas de base, de modernização, de expansão ou de diversificação da capacidade produtiva, quer pelo reforço das qualificações dos recursos humanos da região, mas também registou uma evolução positiva no rendimento directo da população empregada, ou seja, houve uma distribuição de parte dos ganhos de produtividade através do aumento das remunerações médias do factor trabalho.

Porém, é importante ter em consideração que se exige que este movimento continue, uma vez que os valores das remunerações médias registados por esta região são ainda bastante inferiores à média

nacional, situação que se explica pelo facto do elevado posicionamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, “arrastar” o valor médio nacional.

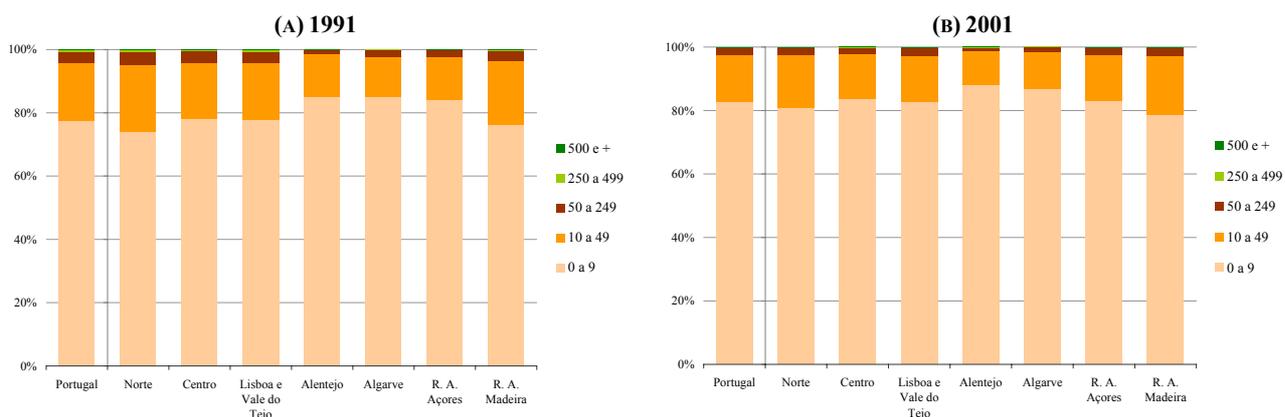
FIGURA 2.2.7 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE PRODUTIVIDADE E REMUNERAÇÕES NOS ANOS 90



Analisando a estrutura do tecido empresarial nacional, é notório o peso que as pequenas e médias empresas têm no total e a evolução que têm vindo a denotar, nomeadamente pelo crescimento relativo das empresas de menor dimensão (com menos de 10 trabalhadores), que em 2001 representam aproximadamente 82% do total do número de empresas nacionais. Ainda que a tendência para o aumento da relevância das empresas de menor dimensão, durante a década de 90, tenha sido identificada na maioria das regiões NUTS II, a região do Algarve, a par com a região do Alentejo, são as regiões que apresentam uma estrutura dimensional do tecido empresarial mais atomizada por empresas de pequena dimensão (Figura 2.2.8).

O aumento significativo do peso que as empresas de menor dimensão têm na região do Algarve está, invariavelmente, relacionado com as actividades de especialização empresarial da região, dependentes da cadeia de valor das actividades turísticas, nomeadamente a restauração e o comércio a retalho, sectores que estando, muitas vezes, associados ao pequeno negócio são habitualmente de natureza familiar e constituídos por pequenas empresas, com um único estabelecimento e com um número de trabalhadores reduzido.

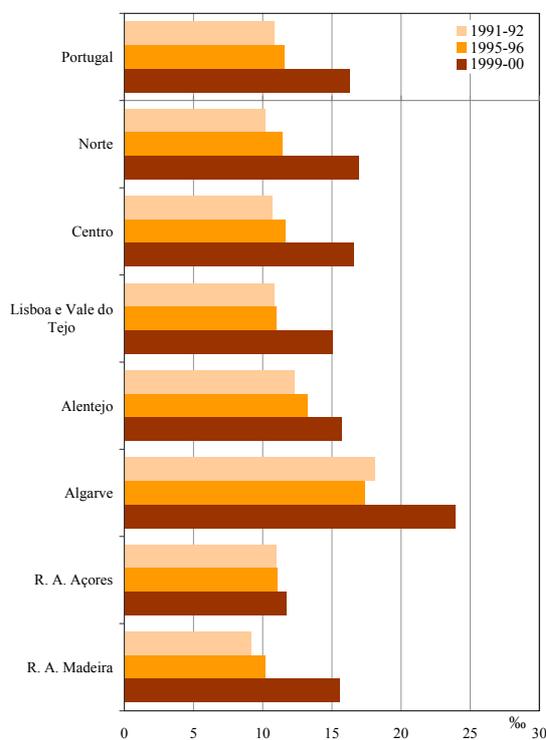
FIGURA 2.2.8 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL NOS ANOS 90, POR ESCALÕES DE DIMENSÃO



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

No seguimento da análise à estrutura empresarial da região do Algarve, é interessante constatar que esta região é a que apresenta a maior taxa de iniciativa empresarial na década de 90 (Figura 2.2.9). Esta taxa de iniciativa traduz-se, maioritariamente, na constituição de empresas de pequena dimensão, associadas às actividades da restauração e do pequeno comércio a retalho, sectores que têm um elevado potencial de natalidade empresarial, pelo facto da necessidade de investimento-base para o início da actividade ser relativamente baixo, nomeadamente quando comparado com sectores industriais.

FIGURA 2.2.9 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL NOS ANOS 90

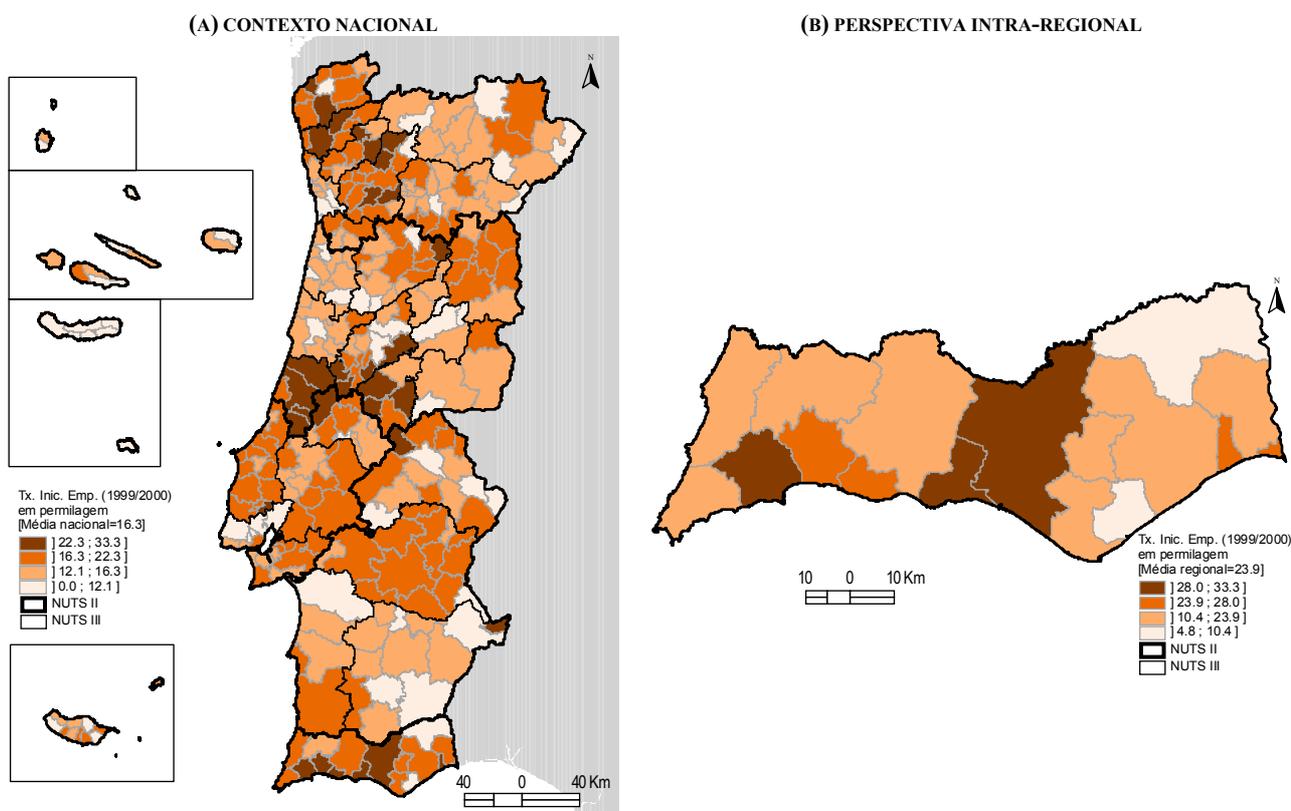


Nota: Taxa de iniciativa = N^o de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Fazendo a mesma análise numa lógica mais atomizada, com taxas de iniciativa calculadas para cada um dos concelhos (ver Figura 2.2.10), é interessante verificar que a iniciativa empresarial é sobretudo intensa nas áreas mais urbanas da faixa litoral do Algarve, nomeadamente no núcleo do barlavento – Lagos, Portimão, Lagoa –, no principal pólo urbano regional – Faro, Loulé e Albufeira – e ainda em Vila Real de Santo António. Nestes concelhos existe uma dinâmica empresarial, claramente, ligada ao ambiente urbano-turístico, ou seja, é nos concelhos que registam maior exploração e desenvolvimento turístico, que existem maiores taxas de iniciativa empresarial. Os valores apresentados por estes concelhos são similares aos que se registam em diversos concelhos da região Centro (distritos de Leiria e Santarém) e da região do Vale do Ave (distritos de Viana do Castelo e Braga), pólos conhecidos pela sua elevada dinâmica empresarial.

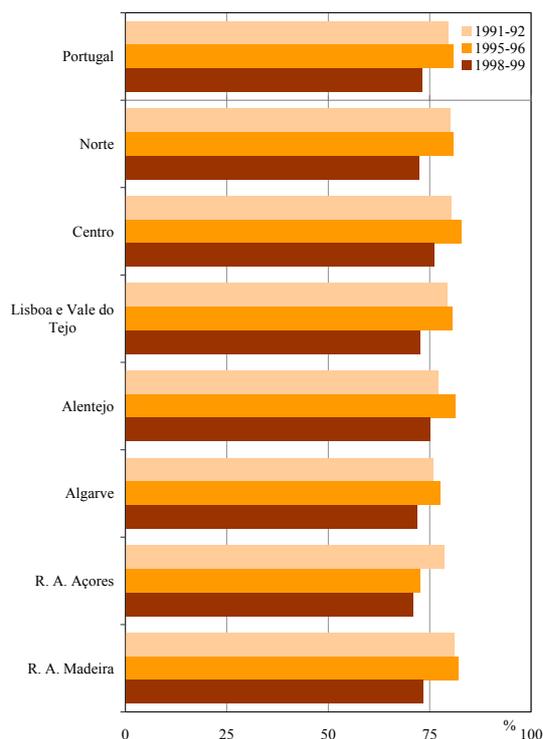
FIGURA 2.2.10 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1999/2000)



Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Apesar da região do Algarve ser a região NUTS II com maiores taxas de iniciativa empresarial, é também a região em que a taxa de sobrevivência empresarial é menor (ver Figura 2.2.11), ou seja, esta região é caracterizada por uma elevada dinâmica empresarial, em que se assiste a um elevado número de nascimentos de empresas, mas também existe uma elevada taxa de mortalidade empresarial infantil (empresas com menos de 1 ano de actividade), denotando-se, assim, que a dinâmica empresarial desta região parece ser pouco sustentada (Figura 2.2.11), muitas vezes dependente de ciclos sazonais e económicos.

FIGURA 2.2.11 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL NOS ANOS 90

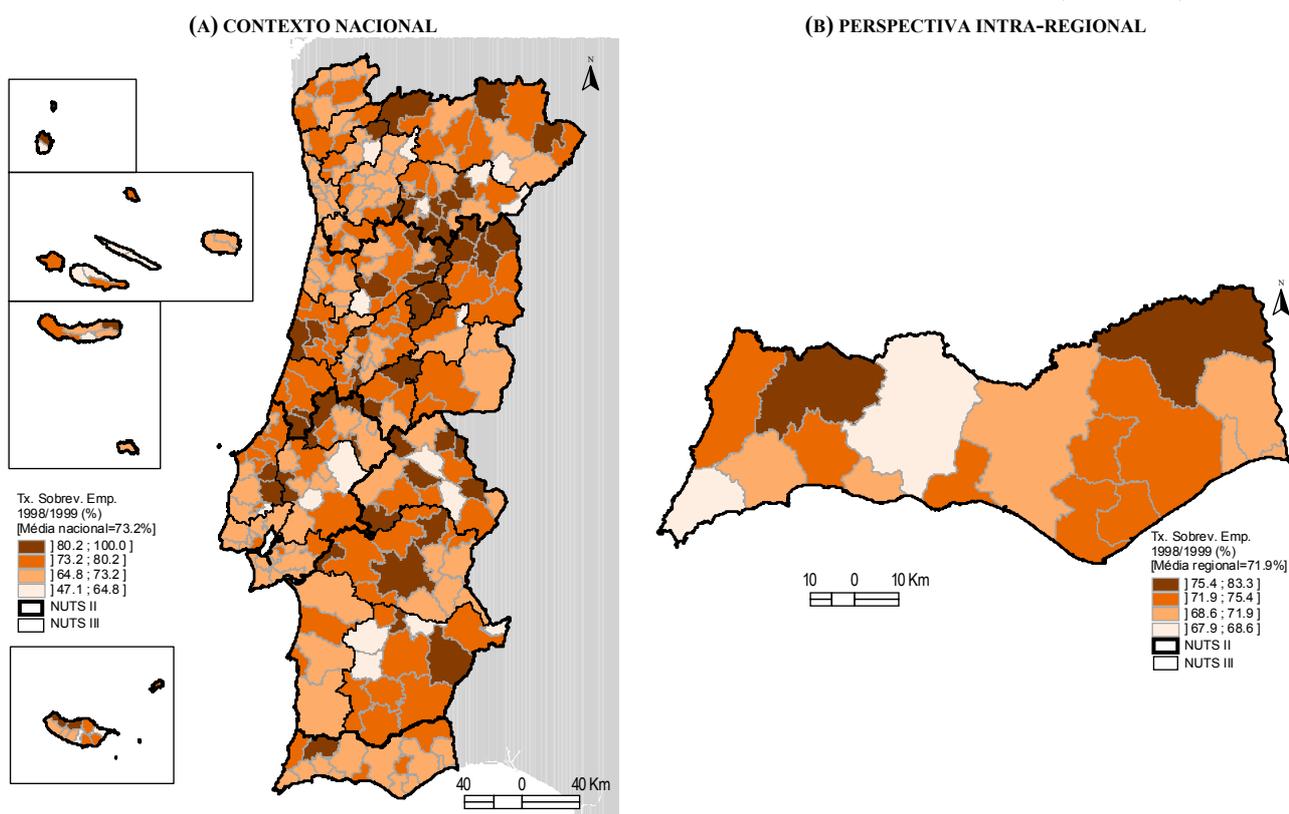
Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/ N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

O padrão geográfico da taxa de sobrevivência é, tal como seria de esperar, bastante diferente do padrão da taxa de iniciativa (Figura 2.2.12), uma vez que são os concelhos que, em termos nacionais, têm menores taxas de iniciativa, tipicamente os concelhos do interior de Portugal, que têm taxas de sobrevivência mais elevadas, permitindo concluir que embora não existam elevadas taxas de natalidade empresarial, as que nascem têm maior probabilidade de sucesso.

Na região do Algarve a interpretação é similar, pois são os concelhos menos desenvolvidos, da serra algarvia, os que apresentam maiores taxas de sobrevivência empresarial, ainda que esses mesmos concelhos sejam os que apresentam taxas de iniciativa empresarial relativamente fracas.

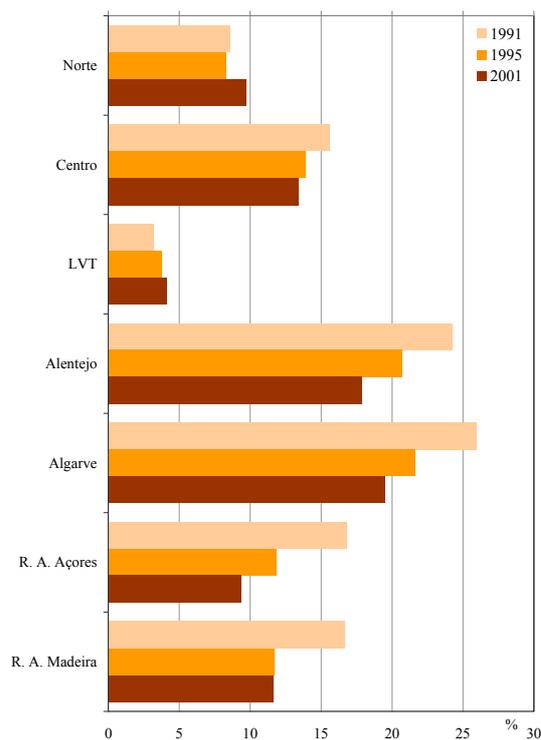
FIGURA 2.2.12 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998/1999)



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Embora registando um decréscimo significativo ao longo da década de 90, o Algarve regista a mais elevada taxa de dependência do emprego, calculada como a percentagem de emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede noutras regiões, no conjunto das regiões nacionais (Figura 2.2.13), significando este resultado que uma grande parte do emprego da região está subordinado a empresas externas, mostrando desta forma alguma vulnerabilidade da região para garantir empregos, ou, numa perspectiva mais optimista, poderá ser a tradução de uma estrutura produtiva com elevado dinamismo. Este valor é facilmente justificado pelo carácter de especialização da região do Algarve no sector do turismo, havendo já nesta região várias unidades hoteleiras e aldeamentos turísticos pertencentes ou geridos por cadeias nacionais com sede noutras regiões e, ainda que com menor relevância, cadeias internacionais, nomeadamente nas regiões de Vilamoura, Albufeira e Lagos, e unidades noutras actividades turísticas como agências de turismo e de *rent-a-car* pertencentes, também, a redes internacionais. É ainda extremamente relevante para a análise deste resultado, ter em consideração que as maiores empresas de construção civil e obras públicas nacionais, com sede noutras regiões, têm operado na região do Algarve, utilizando muita mão-de-obra local e influenciando bastante o indicador de dependência regional de emprego.

FIGURA 2.2.13 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL NOS ANOS 90

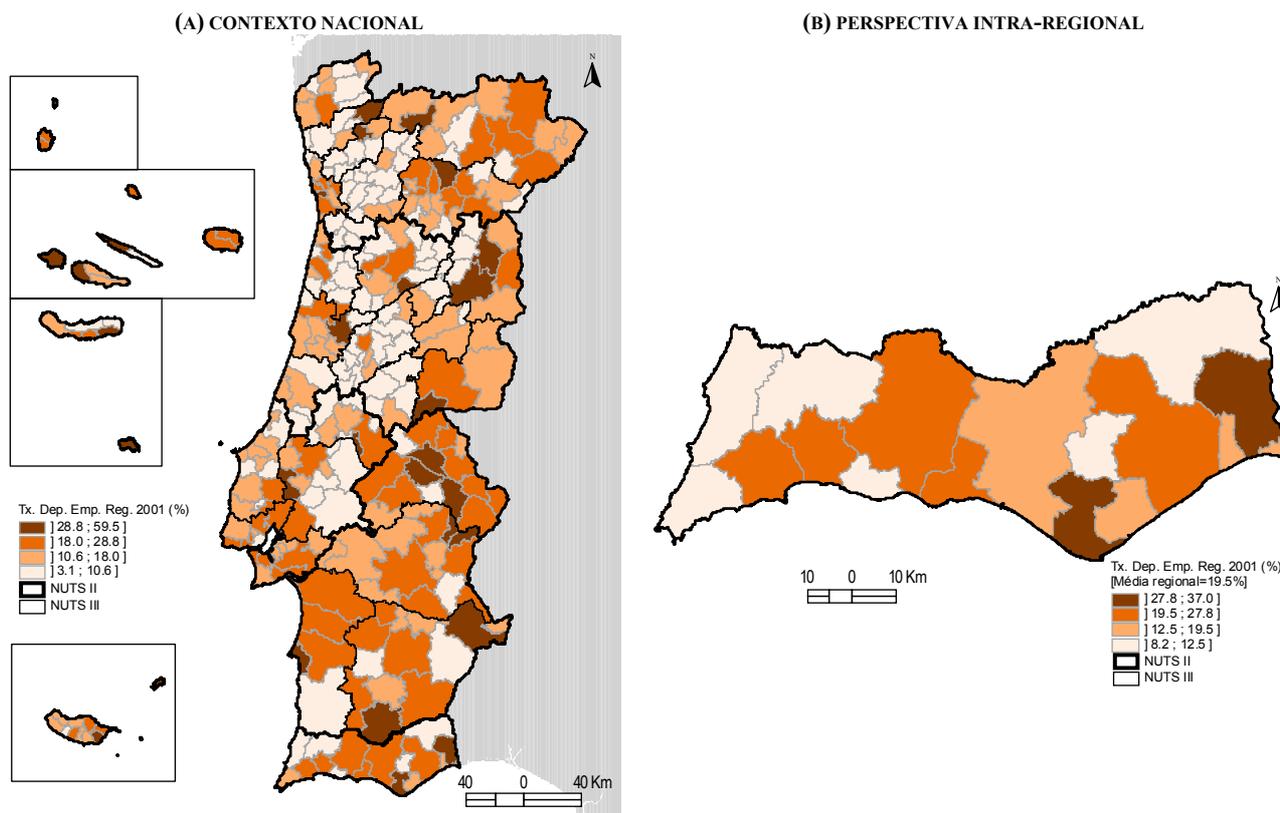
Nota: Indicador de dependência do emprego regional = % do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

O retrato geográfico do indicador anterior – dependência do emprego regional –, ainda que calculado numa lógica concelhia (Figura 2.2.14), permite identificar os concelhos da faixa costeira algarvia, como sendo os que apresentam uma maior dependência do exterior, em termos de emprego, uma vez que estes concelhos são os mais dinâmicos, onde se têm registado os maiores crescimentos de oferta turística e habitacional e da população, e assim onde estão a operar muitas empresas de construção civil com sede noutros concelho intra-regionais ou fora da região, e onde estão a operar novas unidades hoteleiras e de restauração pertencentes a cadeias sedeadas noutras regiões nacionais ou noutros países. Pode-se assim aferir que são estes concelhos que registam melhores *performances* económicas, e que parte dessa performance está relacionada com investimento exógeno à região.

Os concelhos da região do Algarve que apresentam menores índices de dependência do emprego, são sobretudo os que se localizam no interior, próximo da serra algarvia, nomeadamente os concelhos de Aljezur, Monchique e Alcoutim, uma vez que sendo áreas menos povoadas, com menor densidade empresarial e institucional, apresentam taxas de iniciativa empresarial mais reduzidas e taxas de sobrevivência empresarial superiores. Desta forma, são concelhos muito menos atractivos para a localização de filiais de empresas com sede noutras regiões, registando-se maior estabilidade de emprego.

FIGURA 2.2.14 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Indicador de dependência do emprego concelhio = % do emprego em estabelecimentos do concelho pertencentes a empresas com sede fora do concelho.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

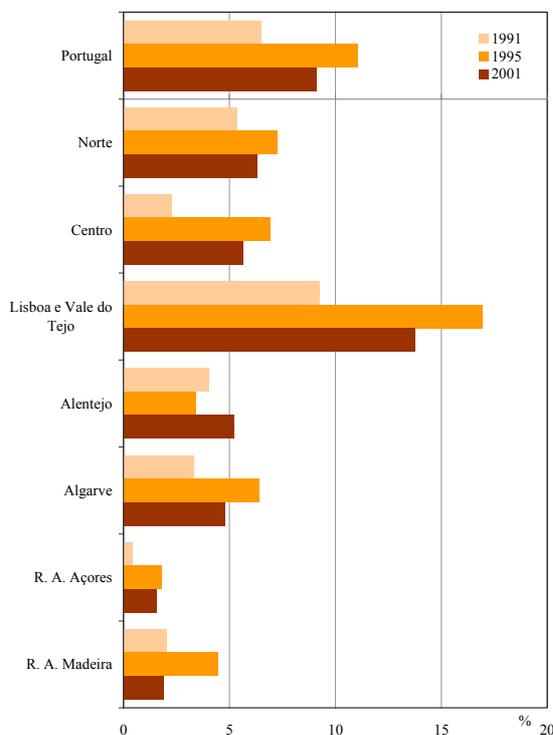
Numa outra perspectiva, utilizando um indicador de internacionalização da economia - presença do capital estrangeiro no tecido empresarial regional –, constatou-se que, comparativamente com as restantes regiões nacionais, a presença de empresas com capital estrangeiro na região do Algarve é pouco relevante (Figura 2.2.15), sendo inclusivamente a região continental em que aquelas empresas têm um menor peso, pelo menos em termos do volume de emprego que asseguram, que não chega, em 2001, a 5% (quando em termos nacionais o valor ascende a 9%). Não obstante a evolução positiva entre o início e o final da década, é importante ter em consideração que houve um retrocesso entre 1995 e 2001, o que poderá resultar de acções de desinvestimento por parte de empresas com capital estrangeiro, ou alternativamente, poderá ser explicado pelo facto desta região apresentar das taxas mais elevadas de iniciativa empresarial, podendo-se diluir o peso das empresas com capital estrangeiro, e do respectivo emprego, no total do emprego da região.

De qualquer modo, a identificação da região do Algarve como sendo a região continental que apresenta menor peso do emprego em empresas com capital estrangeiro, está relacionado com os seguintes factores:

- O crescente número de empresas estrangeiras que se estão a localizar na região do Algarve operam, sobretudo, nos sectores de serviços relacionados com a cadeia de valor do turismo, não sendo, assim, empresas com grande intensidade no factor trabalho;

- Existem actividades de especialização da região, como a agricultura e a pesca, que embora sendo muito absorvedoras de mão-de-obra, não são alvo de investimento estrangeiro;
- A região do Algarve não apresenta grandes vantagens comparativas de localização, face às outras regiões NUTS II, para a maioria dos sectores industriais, razão pela qual esta região não consegue atrair grandes projectos estruturantes de investimento estrangeiro nestes sectores.

FIGURA 2.2.15 – PRESENÇA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL, NOS ANOS 90



Nota: Emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro em % do total do emprego.

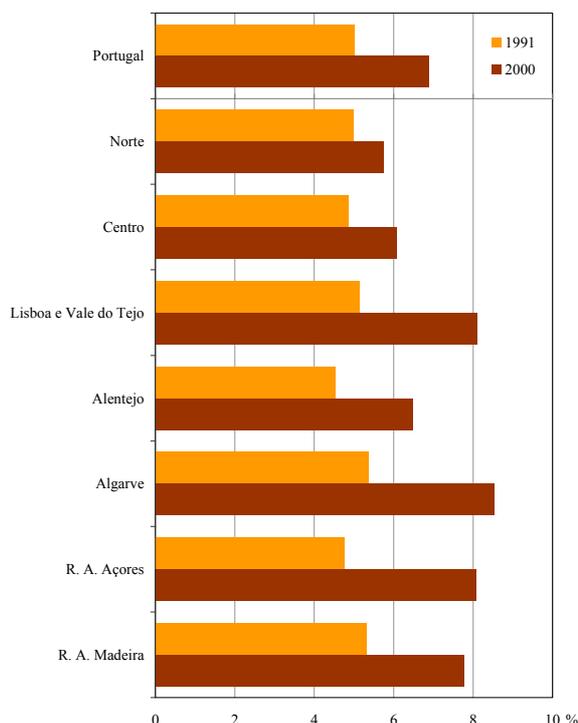
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Outro aspecto importante, no que concerne ao emprego, é a aferição do emprego que não está relacionado com o encerramento ou falência das empresas. Com este indicador, pretende-se qualificar o dinamismo da actividade empresarial da região do Algarve a partir de uma *proxy* que assenta no espírito de empreendedorismo e de iniciativa de mudança na busca de sucesso profissional. Parte-se, assim, do pressuposto que a mobilidade laboral quando não é motivada pelo encerramento das empresas, está relacionada com motivações empreendedoras (Figura 2.2.16), que se demonstram através do exercício de uma actividade empresarial própria (quando os níveis de aversão ao risco são baixos e são identificadas oportunidades de mercado) ou através da procura constante de ascensão na carreira profissional e na obtenção de melhores condições na qualidade de trabalhador por conta de outrém (quando os níveis de aversão ao risco são mais elevados ou não de identificam oportunidades de mercado).

Os valores apresentados pela região do Algarve, que a colocam como sendo a região que regista maior peso naquele indicador, estão directamente relacionados com as características específicas desta região, nomeadamente no que se refere ao dinamismo da actividade empresarial. O Algarve, quer seja pelas suas actividades de especialização, quer seja por via de outros factores sócio-económicos mais elaborados

(como o elevado crescimento populacional ou a elevada taxa de atractividade de população), é das regiões nacionais em que se identifica um maior espírito empreendedor (que se concretiza na abertura de novas empresas), sendo a taxa de iniciativa empresarial a mais elevada no contexto regional nacional. Ainda assim, é importante notar que à elevada taxa de iniciativa empresarial desta região se contrapõe uma taxa de sobrevivência média das empresas bastante reduzida, situação que poderá estar relacionada com o risco ou má avaliação de muitos dos projectos implementados.

FIGURA 2.2.16 – MOBILIDADE LABORAL NOS ANOS 90



Nota: Pessoas que mudaram de emprego por razões para além do encerramento de empresas em % do emprego total.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Após terem sido caracterizados os resultados e as trajectórias de crescimento e competitividade da região do Algarve, orienta-se a análise no sentido de avaliar as condições determinantes desta evolução ao longo dos anos 90, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura

- Infra-estruturas de Suporte às actividades económicas

2.3.1. Demografia

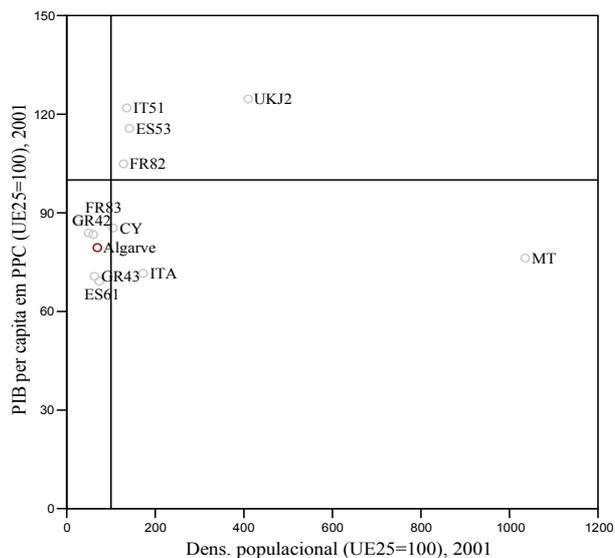
Em termos demográficos, a região do Algarve posiciona-se no contexto europeu, como sendo uma das regiões (no contexto das regiões equiparáveis) com maior índice de envelhecimento (apenas ultrapassada pela região italiana de Toscana), situação que resulta do envelhecimento natural da população, mas também dos efeitos migratórios de entrada de população de idades mais avançadas para o Algarve, influenciados pelas condições climáticas da região. Ainda face ao mesmo referencial comparativo, a região do Algarve regista um nível de densidade populacional abaixo da média da UE25 (114,2 habitantes/Km²), situação que, contudo, encerra grandes contrastes entre os concelhos (ou freguesias) da faixa litoral sul e os concelhos mais interiores.

Aliás, quando a análise da densidade populacional da região é interpretada à luz do posicionamento no contexto nacional, é interessante observar que os valores da região, embora tenham aumentado na década de 90, se mantiveram sempre abaixo dos valores médios nacionais. Ainda assim, fazendo um exercício comparativo entre as densidades populacionais das diversas freguesias, constata-se que as freguesias do litoral-sul registam densidades populacionais três vezes maiores que a média nacional e que as restantes freguesias têm níveis de densidade populacional, em torno de 1/3 do valor médio nacional.

A principal razão que parece estar na origem do crescimento da densidade populacional é o elevado crescimento populacional da região durante a década de 90 (na ordem dos 16%), sendo a este nível a contribuição do saldo migratório claramente superior à contribuição do saldo natural, onde, inclusive, se registou um retrocesso. De qualquer forma, em termos concelhios as situações são bastante heterogéneas, uma vez que os concelhos mais centrais da faixa costeira do sul apresentaram evoluções populacionais bastante positivas, influenciadas por saldos naturais e saldos migratórios positivos, enquanto que nos concelhos de Vila do Bispo, Alcoutim, Tavira e Castro Marim se têm verificado decréscimos populacionais bastante acentuados.

Focando a análise nas condições demográficas, nomeadamente no padrão de povoamento, analisado de um modo muito sintético através da densidade de população, a região do Algarve encontra-se um pouco abaixo da média comunitária (Figura 2.3.1), com um valor próximo dos 80 habitantes por Km², em 2001. este valor é relativamente próximo dos valores apresentados pela maioria das regiões europeias analisadas e que apresentam um nível de qualidade de vida inferior à média europeia, uma vez que a maioria destas regiões apresentam padrões de povoamento menos compactos que a média europeia, sendo as excepções as regiões insulares, nomeadamente Malta, Sicília e Chipre, que ultrapassam a média da União Europeia alargada. Ainda assim, este posicionamento da região do Algarve encerra grandes contrastes em termos de densidades populacionais concelhias ou, num nível ainda mais atomizado, grandes diferenças entre freguesias do mesmo concelho, sendo clara a diferença entre os concelhos (ou freguesias) da faixa litoral, e os mais interiores.

**FIGURA 2.3.1 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE POPULACIONAL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucía	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

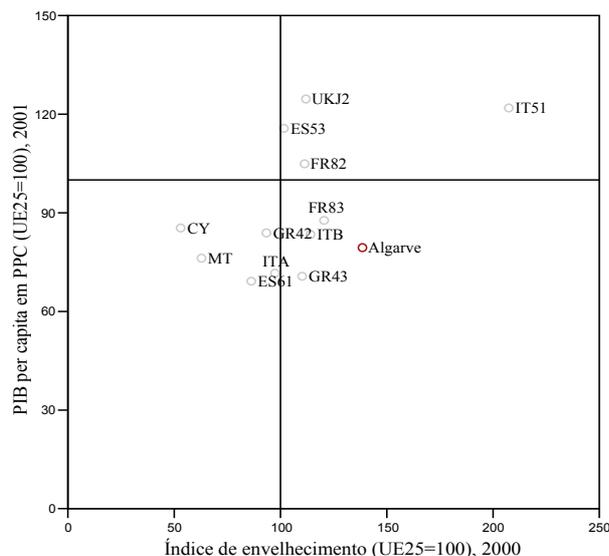
Nota: Densidade populacional na UE25 (2001) = 114,2 hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Fazendo a mesma análise comparativa no âmbito europeu, mas desta vez ao nível do índice de envelhecimento, é possível conferir que o Algarve é uma região bastante envelhecida, sendo a região com maior índice de envelhecimento do grupo, mais restrito, de regiões que apresentam um nível e vida inferior à média europeia. O valor registado pela região do Algarve apenas é ultrapassado (de forma bastante elevada) pela Toscânia (Itália) que, contudo, pertence ao grupo de regiões com níveis de vida acima da média europeia (UE25).

Tendo em conta os níveis relativamente elevados da taxa de natalidade registados no Algarve na década de 90, sempre superiores à média nacional, este envelhecimento decorre sobretudo da atracção de população idosa nacional e estrangeira que se vai instalar no Algarve para usufruir a sua velhice num ambiente privilegiado do ponto de vista climático e favorável em termos de custo de vida.

**FIGURA 2.3.2 – PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



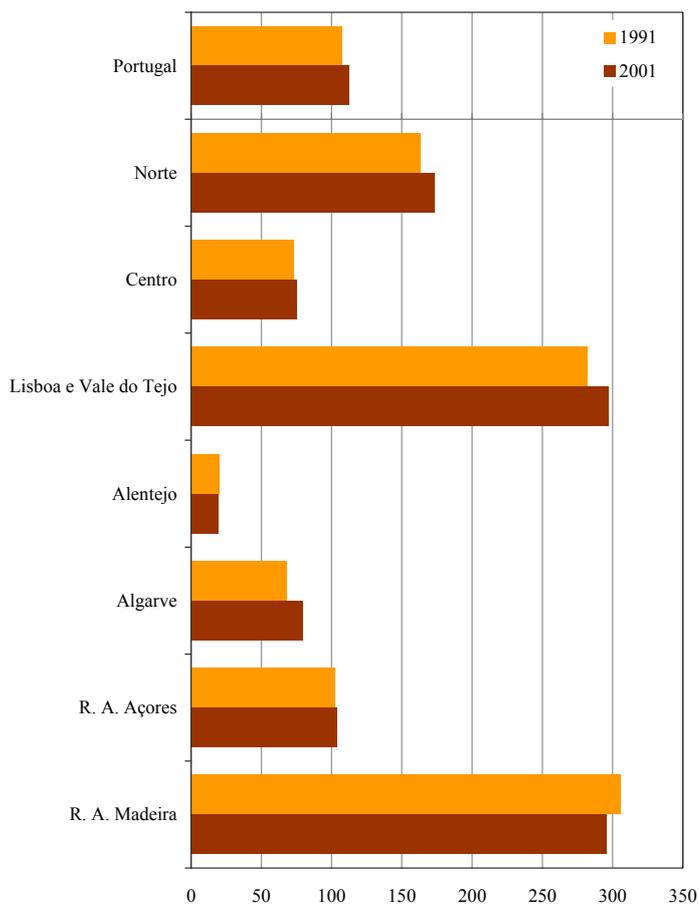
Legenda

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| GR42-Notio Aigaio | ITA-Sicilia |
| GR43-Kriti | ITB-Sardegna |
| ES53-Illes Balears | PT15-Algarve |
| ES61-Andalucia | UKJ2-Surrey, East & West Sussex |
| FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur | CY-Kypros |
| FR83-Corse | MT-Malta |
| IT51-Toscana | |

Nota: Índice de envelhecimento da UE25 (2000) = 91,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A análise do indicador de densidade populacional na perspectiva nacional permite constatar que a região do Algarve fez um percurso, ao longo da década de 90, que lhe permitiu passar da segunda região nacional com menor densidade populacional, a seguir ao Alentejo, para um nível de densidade populacional superior ao valor registado pelo Alentejo, mas também pela região Centro, em 2001 (ver Figura 2.3.3). O principal factor explicativo desta evolução positiva está relacionado com o elevado crescimento populacional da região, que é “alimentado” quer por taxas de natalidade superiores à média nacional, quer, sobretudo, pelo elevado efeito de atracção populacional que a região registou ao longo desta década, decorrente da elevada necessidade de mão-de-obra, da dinâmica empresarial e das óptimas condições climáticas existentes na região.

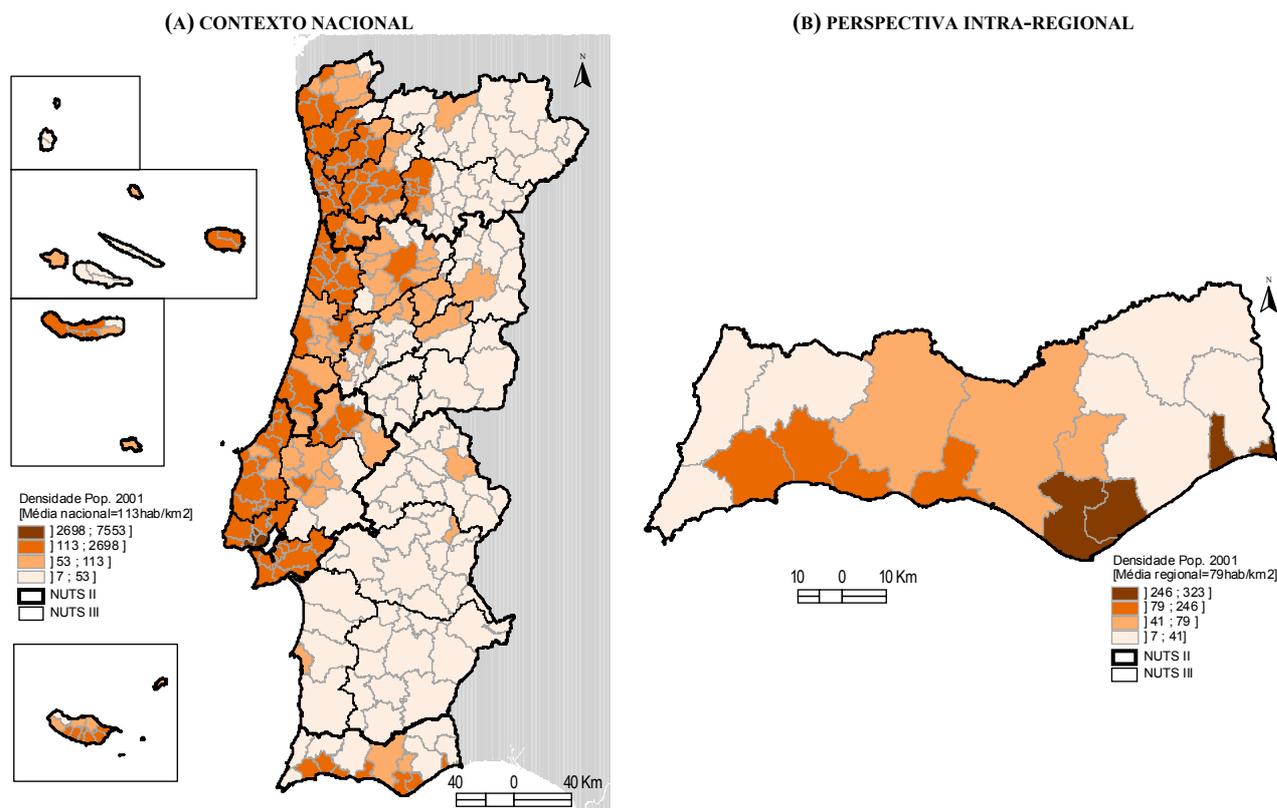
FIGURA 2.3.3 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90

Nota: Densidade populacional em hab./km².

Fonte: INE, Censos

Não obstante o posicionamento nacional (Figura 2.3.3) e europeu (Figura 2.3.1) da região do Algarve, é importante considerar que os níveis de densidade demográfica escondem um padrão intra-regional muito contrastado (ver Figura 2.3.4 e Caixa 2.3-1). Assim, existem concelhos da faixa litoral, como Olhão, Faro ou Vila Real de Santo António, que têm densidades populacionais superiores a 250 habitantes por Km², mas também existem alguns concelhos interiores que, influenciados pela localização na serra algarvia e pelo carácter distinto da especialização sectorial, mais orientada para o sector primário, como Aljezur, Monchique ou Alcoutim, têm densidades populacionais extremamente reduzidas, nalguns casos inferiores a 25 habitantes por Km².

FIGURA 2.3.4 – DENSIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Densidade populacional em hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

CAIXA 2.3-1 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PRESSÃO URBANÍSTICA LITORAL

Um dos problemas mais evidentes da região algarvia prende-se com o ordenamento do território, em particular no que diz respeito às áreas da orla costeira Sul, designadamente à faixa compreendida entre Lagos e Tavira, sujeitas a uma forte pressão urbanística, que, com demasiada frequência, se fez acompanhar por uma falta de enquadramento urbanístico das construções, produzindo manchas de elevadas densidades de construção, descaracterizadas e com baixa qualificação urbana.

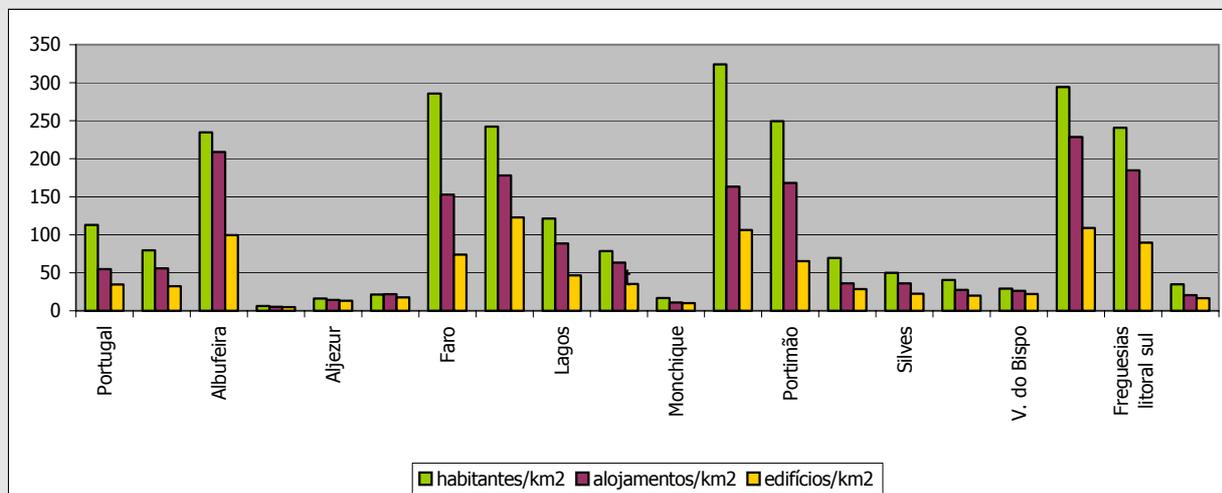
Densidade de População Versus Densidade de Construção

Embora a região, no seu conjunto, apresente uma densidade populacional inferior à do País (79,8 hab/km² contra 113,2 hab/km² para a média nacional) e densidades de construção muito aproximadas (32,2 edifícios/km² e 55,8 alojamentos/km² no Algarve e 34,4 edifícios/km² e 55 alojamentos/km² em Portugal), existem profundos contrastes entre o conjunto das freguesias do litoral sul e as restantes freguesias algarvias. No primeiro grupo de freguesias, que contempla apenas 21,5% do território algarvio, encontrávamos, em 2001, 65,3% da população residente no Algarve e 71,1% dos alojamentos, o que resulta em densidades populacionais e de construção muito elevadas.

Por outro lado, são claros os enormes contrastes entre os vários municípios da região. Albufeira, Faro, Lagoa, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António, concelhos em que a maior parte do território pertence a esta faixa litoral, apresentam densidades de população e de construção claramente superiores aos concelhos do interior - Monchique, São Brás de Alportel e Alcoutim – e também aos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, que embora possuam uma vasta linha de costa a Oeste, vêem-na integrada na Área de Paisagem Protegida da Costa Vicentina, encontrando-se aqui a construção condicionada. Os concelhos de Loulé, Tavira

e Silves, embora abranjam áreas de elevadas densidades, de que são exemplo Armação de Pera e Quarteira, estendem parte significativa do seu território para a zona de serra no interior, com características predominantemente rurais e afectada por fenómenos de despovoamento, que se iniciaram na década de 60.

GRÁFICO 3 – DENSIDADE POPULACIONAL E DENSIDADE DE CONSTRUÇÃO



Nota: Para o indicador de densidade de construção “alojamento/km²”, consideram-se alojamentos familiares e alojamentos colectivos. Todos os indicadores de densidade de construção foram calculados com valores de 2002.

A densidade populacional das freguesias (do litoral sul e restantes) foi calculada com valores de população de 2001.

Fonte: INE, Retratos territoriais.

Dinâmica de Construção nas Freguesias do Litoral

O Algarve foi a região portuguesa onde a taxa de crescimento do número de alojamentos familiares clássicos foi mais acentuada nas últimas décadas. Esta dinâmica, associada quer ao crescimento demográfico quer à expansão do turismo, levou à criação recente (desde 1981) de um conjunto significativo de novas freguesias nos concelhos situados na orla costeira (8 novas freguesias entre 1991 e 2001 e 5 durante a década anterior), área onde, conforme já foi mencionado, estes acréscimos tiveram enorme importância.

Apesar das alterações na delimitação das freguesias tornar difícil a determinação das taxas de variação, quando analisamos a variação do número de edifícios e do número de fogos (alojamentos familiares clássicos) nos concelhos algarvios e nas freguesias do litoral, entre os últimos dois recenseamentos da população e habitação, verificamos que a concentração do edificado na faixa litoral se acentuou de modo muito significativo. O quadro seguinte mostra bem a crescente disparidade entre a faixa litoral e o restante território algarvio através das situações mais ilustrativas.

O crescimento do edificado em algumas freguesias litorais (como por exemplo, Santa Maria e S. Sebastião em Lagos, Albufeira, Olhão, Fuseta, Monte Gordo e Vila Real de Santo António) não é acentuado porque estes territórios, intensamente urbanizados, possuíam já densidades muito elevadas no início da década de 90, não havendo portanto muitas possibilidades de crescimento. Com estes dados, não podemos afirmar porém que se tenha iniciado um processo de estancamento da construção na Região, mas antes que a expansão urbana se foi consolidando e estendendo para o interior, “invadindo” a área do Barrocal, que faz a transição entre o litoral e a Serra algarvia, e reproduzindo neste território situações frequentes de “caos urbanístico”.

TABELA 2 – DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO

	Total de Edifícios			Fogos		
	1991	2001	Var. 1991-01	1991	2001	Var. 1991-01
CC - Albufeira	9.713	13.997	44,1	17.380	29.083	67,3
FG - Guia	1.307	2.120	62,2	1.638	3.340	103,9
FG - Ferreiras	913	1.623	77,8	1.080	2.276	110,7
FG - Olhos de Água	1.305	2.187	67,6	2.324	4.767	105,1
CC - Castro Marim	4.020	5.269	31,1	4.398	6.551	49,0
FG - Altura	902	1.861	106,3	1.168	2.802	139,9
CC - Faro	14.078	14.960	6,3	24.356	30.432	24,9
FG - Montenegro	1.631	2.214	35,7	1.863	2.971	59,5
CC - Lagoa	9.836	10.800	9,8	13.518	15.532	14,9
FG - Ferragudo	889	1.146	28,9	1.117	1.564	40,0
CC - Lagos	9.059	9.921	9,5	13.403	18.744	39,8
FG - Lagos (Santa Maria)	1.638	1.860	13,6	3.219	5.293	64,4
FG - Lagos (São Sebastião)	2.909	3.076	5,7	4.918	7.069	43,7
CC - Loulé	23.706	26.949	13,7	38.580	48.353	25,3
FG - Almancil	4.218	5.384	27,6	4.842	6.753	39,5
CC - Olhão	11.879	13.429	13,0	16.187	20.460	26,4
FG - Moncarapacho	2.376	3.502	47,4	2.450	4.052	65,4
CC - Portimão	10.428	11.898	14,1	22.667	30.372	34,0
FG - Alvor	1.853	2.369	27,8	2.828	4.148	46,7
CC - Silves	13.634	15.272	12,0	19.387	24.213	24,9
FG - Armação de Pêra	1.011	1.213	20,0	4.955	7.459	50,5
FG - Pêra	857	1.265	47,6	969	1.524	57,3
CC - Tavira	10.856	12.086	11,3	13.474	16.652	23,6
FG - Santa Luzia	1.119	1.162	3,8	1.176	1.686	43,4
FG - Cabanas de Tavira	712	1.252	75,8	891	1.611	80,8
CC - Vila do Bispo	3.544	3.979	12,3	4.187	4.622	10,4
FG - Raposeira	221	359	62,4	234	408	74,4
CC - V. R. Santo António	5.400	6.625	22,7	9.327	13.809	48,1
FG - Vila Nova de Cacela	1.609	2.617	62,6	2.188	4.058	85,5
FG - Monte Gordo	1.381	1.509	9,3	2.959	4.348	46,9

Nota: CC – Concelho; FG – Freguesia.

Fonte: INE, Censos.

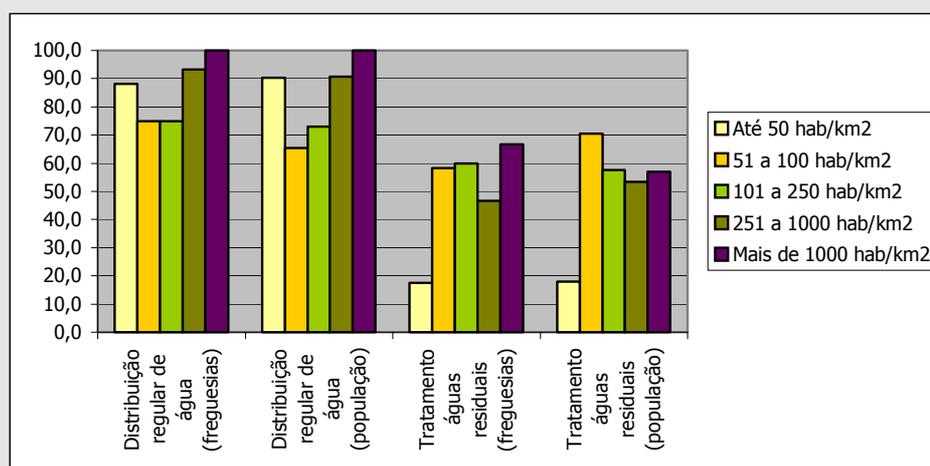
Equipamentos Urbanos e Ordenamento do Território

A excessiva pressão demográfica, imobiliária e turística no litoral (ainda que esta última seja temporalmente concentrada), originou problemas sérios relacionados com o défice de equipamentos e espaços verdes e com a gestão do tráfego automóvel nos períodos de maior afluência de visitantes e turistas. Não obstante, tem havido um forte investimento na dotação de infra-estruturas básicas, que deu já frutos, encontrando-se actualmente o Algarve numa posição vantajosa face ao conjunto do continente português, no que respeita ao tratamento de águas residuais e à recolha selectiva de lixo, esta última disponível em todas as freguesias na Região. Contudo, na distribuição regular de água, o Algarve encontra-se numa situação de desvantagem em relação ao Continente, estando todavia estes problemas resolvidos nas freguesias com maiores densidades populacionais.

TABELA 3 – FREGUESIAS EQUIPADAS E POPULAÇÃO SERVIDA (%)

	Distribuição regular de água		Tratamento águas residuais		Recolha selectiva de lixo	
	Freguesias	População	Freguesias	População	Freguesias	População
Continente	90,6	94,9	15,8	33,8	73,5	93,1
Algarve	84,5	84,7	40,5	51,2	100,0	100,0
Albufeira	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alcoutim	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Aljezur	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Castro Marim	100,0	100,0	50,0	75,3	100,0	100,0
Faro	100,0	100,0	16,7	9,2	100,0	100,0
Lagoa	100,0	100,0	33,3	51,9	100,0	100,0
Lagos	83,3	96,8	100,0	100,0	100,0	100,0
Loulé	81,8	80,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Monchique	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Olhão	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Portimão	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
S. B. Alportel	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Silves	62,5	56,7	50,0	53,2	100,0	100,0
Tavira	88,9	95,7	44,4	40,6	100,0	100,0
V. do Bispo	80,0	91,8	20,0	8,2	100,0	100,0
V. R. S. António	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002

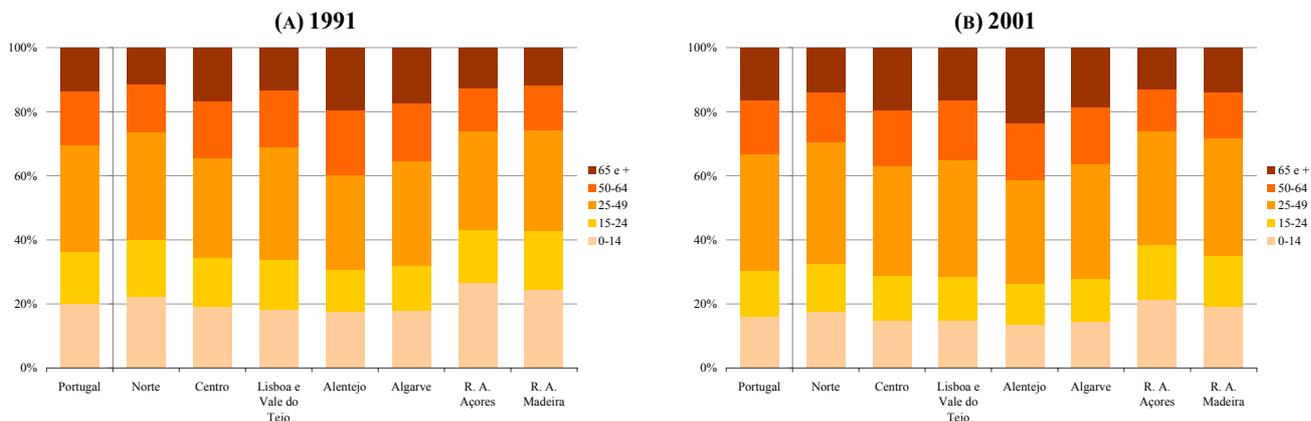
GRÁFICO 4 – FREGUESIAS EQUIPADAS E POPULAÇÃO SERVIDA SEGUNDO OS ESCALÕES DE DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (%)

Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002

Ainda que a região do Algarve não seja a região NUTS II mais envelhecida (Figura 2.3.5), lugar ocupado pela região do Alentejo, esta região tem aumentado a percentagem de população com idade superior a 65 anos, chegando a atingir um peso de aproximadamente 19%, em 2001, podendo ser considerada como uma região particularmente envelhecida. Este fenómeno acontece, quando a região registou um elevado crescimento populacional, atraindo muita população em idade adulta e activa, nomeadamente imigrantes

estrangeiros (em 2001, cerca de 7,5% dos residentes eram de nacionalidade estrangeira), que procuram na região uma oportunidade de emprego, nomeadamente nos sectores da construção civil, restauração e hotelaria. Todavia, a capacidade de atracção da região também leva a que exista a imigração para a região de população mais idosa, nacional e, principalmente, estrangeira, que opta por viver naquela região pelas características climáticas que a mesma apresenta.

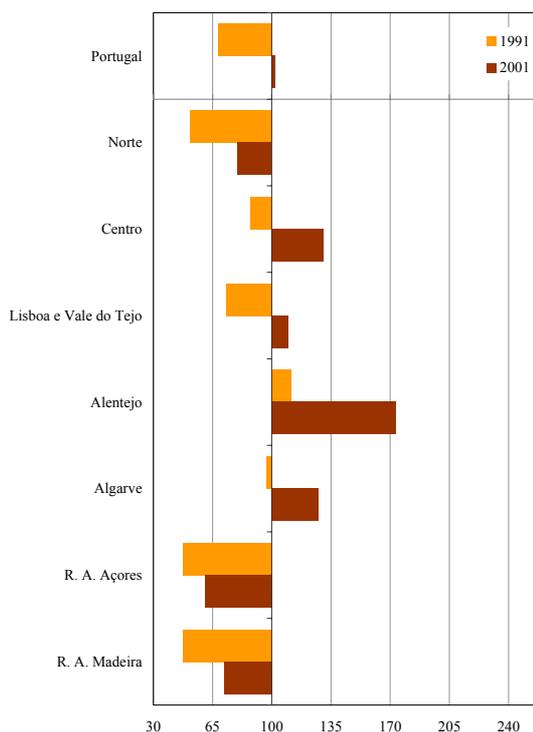
FIGURA 2.3.5 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90



Fonte: INE, Censos

No seguimento da evolução da estrutura etária durante a década de 90, assiste-se a um aumento do índice de envelhecimento da região do Algarve (Figura 2.3.6), tendência também identificada à escala nacional, ainda que apresentado valores mais moderados. Dado que o índice de envelhecimento é calculado a partir do quociente entre a população idosa (mais de 65 anos) e a população jovem (menos de 15 anos), a região do Algarve apresenta o terceiro valor mais elevado pelo facto de ter aumentado o peso da população idosa, mas também ter diminuído o peso da população jovem, registando sempre valores mais extremos que as médias nacionais.

FIGURA 2.3.6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NOS ANOS 90



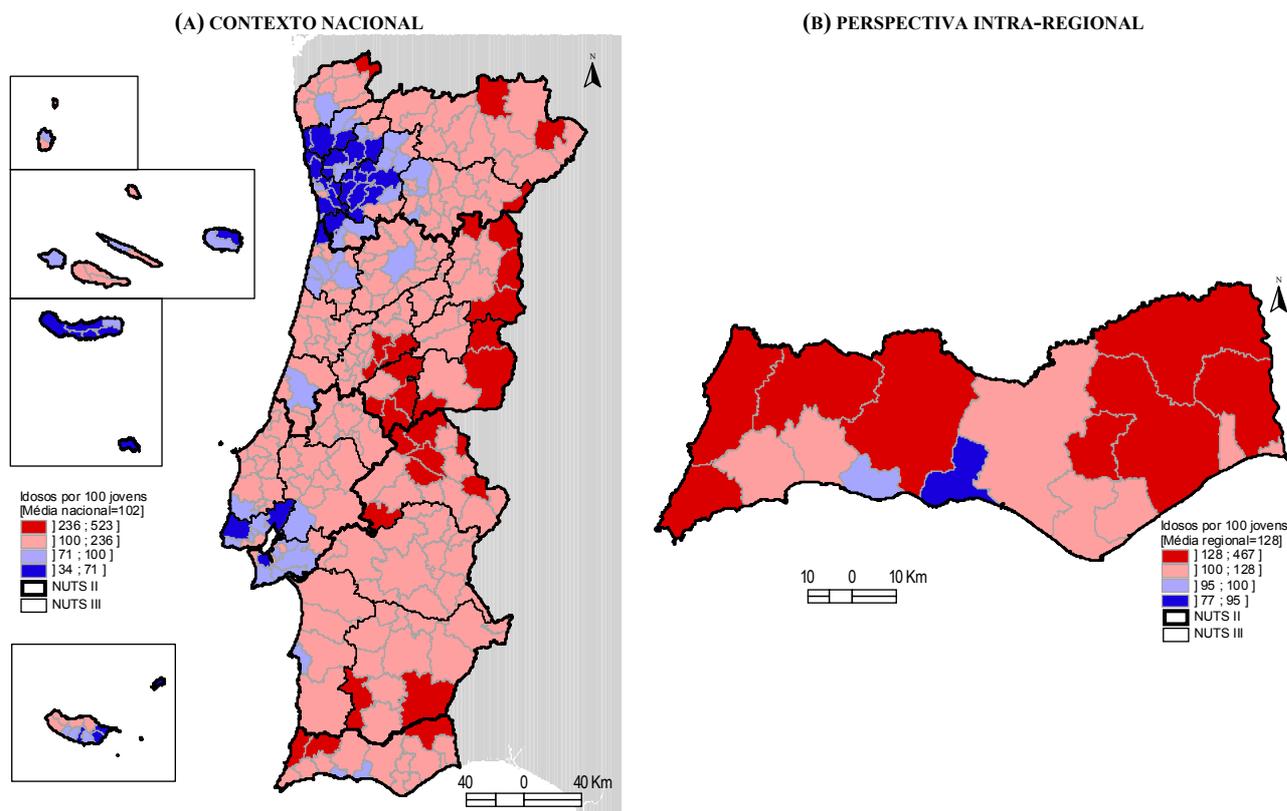
Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: INE, Censos

Uma análise mais pormenorizada do padrão de envelhecimento demográfico, à escala concelhia (Figura 2.3.7), permite identificar duas realidades bastante distintas:

- Os concelhos da serra algarvia, onde o envelhecimento atinge alguns dos valores mais elevados registados no País, nomeadamente Alcoutim, Monchique e Aljezur, explicados quer pela elevada densidade populacional, quer pela taxa de atractividade de população comparativamente inferior aos outros concelhos algarvios;
- Alguns dos concelhos mais dinâmicos da faixa litoral algarvia registam valores abaixo da média regional, sendo o menor índice de envelhecimento explicado pela maior atracção de população em idade activa de outros concelhos, inter e intra-regionais, mas também por serem os principais concelhos de chegada de imigrantes, que provoca um considerável rejuvenescimento da pirâmide etária.

FIGURA 2.3.7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



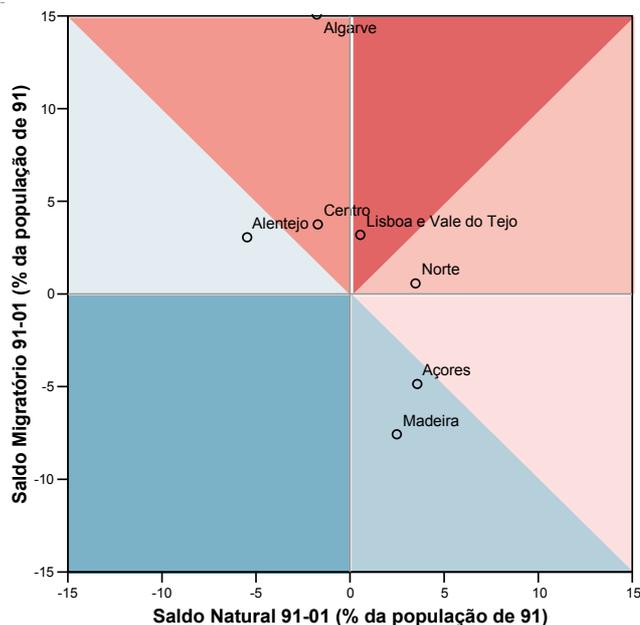
Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

No seguimento dos exercícios anteriores, fez-se o confronto entre os contributos do saldo natural e do saldo migratório para a evolução da população residente na região do Algarve na década de 90, de forma a complementar o entendimento da evolução demográfica da região (Figura 2.3.8). O saldo natural da população do Algarve é negativo, tal como acontece com as regiões do Alentejo e Centro, o que traduz, em parte a tendência identificada pelo índice de envelhecimento da região, e permite entender que ainda que a taxa de natalidade da Região seja ligeiramente superior à média nacional, a taxa de mortalidade é bastante mais superior que o valor médio nacional.

Numa perspectiva diametralmente oposta, esta região é a que apresenta o saldo migratório mais elevado, havendo assim muito mais migração de entrada na região do que de saída, sendo o reflexo das conclusões de diversos indicadores já analisados, nomeadamente a elevada taxa de atractividade populacional da região, o aumento absoluto da população residente e, desta forma, o aumento da densidade populacional da região.

FIGURA 2.3.8 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90



Eixo das ordenadas = Saldo Migratório (SM) 91-01 em % da pop.91,
 Eixo das abcissas = Saldo Natural (SN) 91-01 em % da pop.91

■	SN+ > SM-	Acréscimo Populacional
■	SN+ > SM+	
■	SN+ < SM+	
■	SN- < SM+	
■	SN- > SM+	Decréscimo Populacional
■	SN-, SM-	
■	SN+ < SM-	

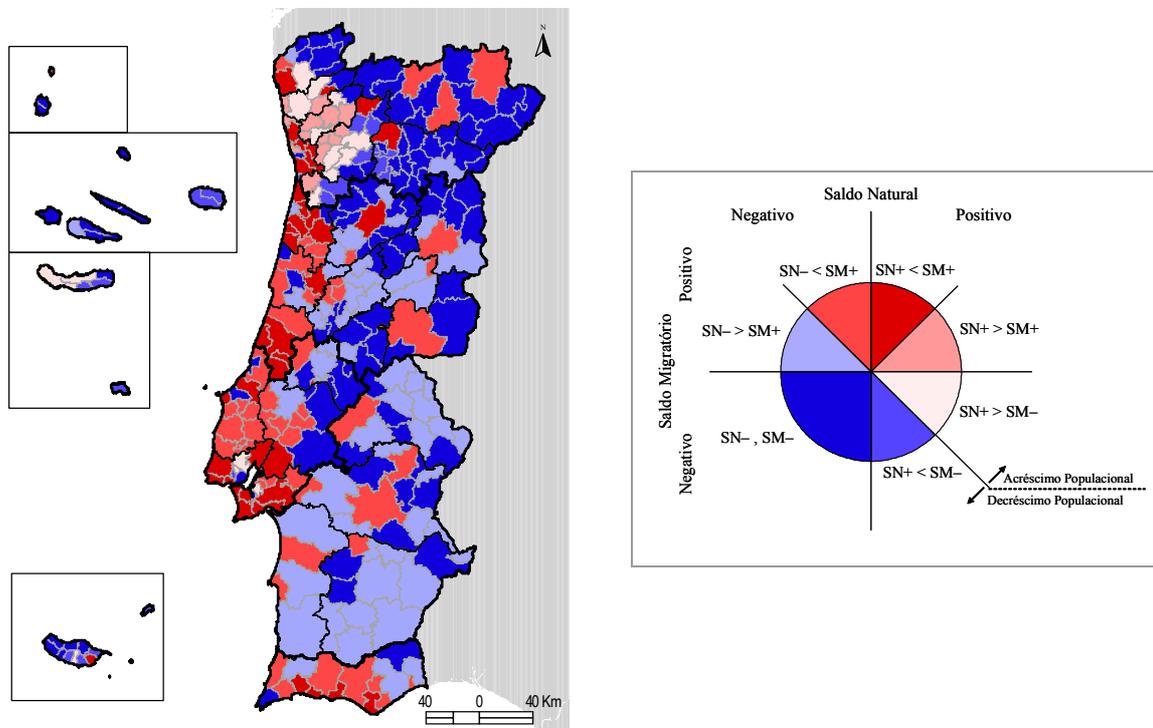
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

O estudo concelhio das contribuições dos saldos natural e migratório para a evolução populacional na década de 90, permite entender, mais uma vez, que existem na região do Algarve realidades bastante distintas (Figura 2.3.9). Enquanto que os concelhos mais centrais da faixa costeira apresentam evoluções populacionais positivas, com os concelhos de Portimão, Lagoa, Albufeira e Faro a apresentarem saldos naturais e saldos migratórios positivos, nos concelhos de Vila do Bispo, Alcoutim, Tavira e Castro Marim têm-se verificado decréscimos populacionais bastante acentuados.

Esta polarização entre aqueles dois conjuntos de concelhos traduz o diferencial de dinamismo empresarial e económico que é bastante elevado nos concelhos em que se registam acréscimos populacionais, e que são, assim, os principais concelhos de destino da população imigrante, nomeadamente com o objectivo de trabalhar nos sectores de construção civil, restauração, hotelaria e comércio a retalho. As regiões onde se identificam os maiores decréscimos populacionais são mais dependentes do sector primário, nomeadamente da agricultura nos concelhos do interior e da pesca nos concelhos costeiros. São por isso áreas menos dinâmicas e atractivas para os fluxos de entrada de população, assistindo-se ao maior envelhecimento médio destes concelhos, quer seja pelo êxodo das populações em idade activa para outros concelhos mais atractivos e desenvolvidos (que podem ser da região algarvia), quer seja pela penalização

das taxas de natalidade desses concelhos, pelo facto de serem sobretudo os jovens adultos em início de actividade activa os principais emigrantes daqueles territórios.

FIGURA 2.3.9 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

2.3.2. Capital Humano

No contexto europeu, a região do Algarve regista um peso da educação superior na população activa bastante abaixo da média europeia (20,6%), sendo a região (do grupo de regiões equiparáveis) que apresenta o peso mais baixo (6% da população com idade entre os 25 e os 64 anos). Ainda assim, no panorama nacional o Algarve é a região que depois de Lisboa e Vale do Tejo apresenta o maior peso da população residente com ensino médio ou superior, explicando-se este resultado quer pelo crescente dinamismo da Universidade do Algarve, quer pelas elevadas taxas de atractividade de população com ensino superior desta região, ao longo dos anos 90.

Contudo, quando a análise é feita em termos de evolução do peso da população empregada com habilitações superiores no total da população empregada, verifica-se que a evolução deste indicador não acompanha a progressão positiva registada ao nível da população residente, sendo, inclusive, a região do Algarve a que apresenta, depois do Alentejo, menor peso de pessoal ao serviço com ensino superior.

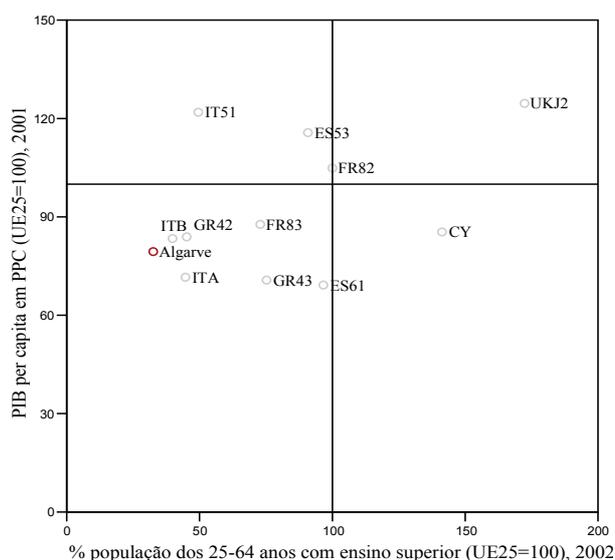
Sendo um dos indicadores mais utilizados para explicar os níveis de desenvolvimento de uma região, bem como a sua capacidade de crescimento sustentado, o peso de população activa com formação superior,

numa determinada região, tem muitas vezes uma correlação positiva com os níveis de vida apresentados pela mesma região (ver Figura 2.3.10).

No caso do Algarve, e como reflexo da própria posição europeia que Portugal ocupa relativamente ao nível habilitacional médio da população, quando se faz uma análise comparativa entre as diversas regiões europeias de características, relacionadas com a especialização produtiva, similares às da região do Algarve, denota-se que as qualificações escolares da população residente naquela região nacional são as mais baixas. A percentagem de população dos 25 aos 64 anos com ensino superior é pouco superior a 6%, afastando-se bastante, por exemplo, da região espanhola que mais concorre com o Algarve no mercado turístico internacional, Andaluzia, que apresenta um peso da população com ensino superior pouco abaixo da média europeia de 20,6%.

Estes resultados são o reflexo do posicionamento do Algarve relativamente ao índice de envelhecimento, mas também retratam a especialização da região em actividades, como construção civil, agricultura e pesca, restauração, hotelaria e comércio a retalho, que tendo maiores ou menores exigências em termos de mão-de-obra, não exigem, teoricamente, grandes qualificações dessa mesma mão-de-obra.

**FIGURA 2.3.10 – PIB PER CAPITA E PESO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucía	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

Nota: % da população dos 25-64 anos com ensino superior na UE25 (2002) = 20,6%.

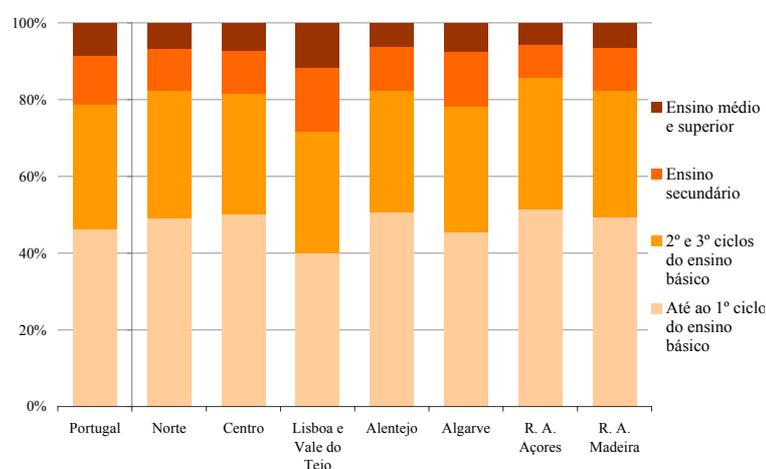
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social e Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook

Ainda que em termos europeus o peso da população activa com formação superior na região do Algarve seja comparativamente reduzido, a análise da estrutura de habilitações da população residente nesta região comparativamente com as outras regiões NUTS II, mostra que a posição do Algarve é bastante

mais positiva (ver Figura 2.3.11). Esta região, a seguir a Lisboa e Vale do Tejo, é a região que apresenta maior peso da população residente com ensino médio ou superior, podendo explicar-se este resultado, em primeiro lugar, pelo crescente dinamismo da Universidade do Algarve, nomeadamente por ministrar um grande número de cursos superiores adaptados às necessidades específicas da região, nomeadamente porque todas as áreas de especialização da região têm cursos médios ou superiores ministrados por aquele estabelecimento de ensino superior e, por outro lado, porque esta região registou elevadas taxas de atractividade de população com ensino superior ao longo da década de 90.

A posição relativa do Algarve mantém-se se a análise incidir sobre o peso da população com ensino secundário ou superior, sendo assim claro, que apesar do aumento do índice de envelhecimento, esta região tem mantido elevados níveis habilitacionais, muito influenciados pelo crescimento populacional, mas também pela própria dinâmica empresarial relacionada com o crescimento empresarial da região.

FIGURA 2.3.11 – ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)



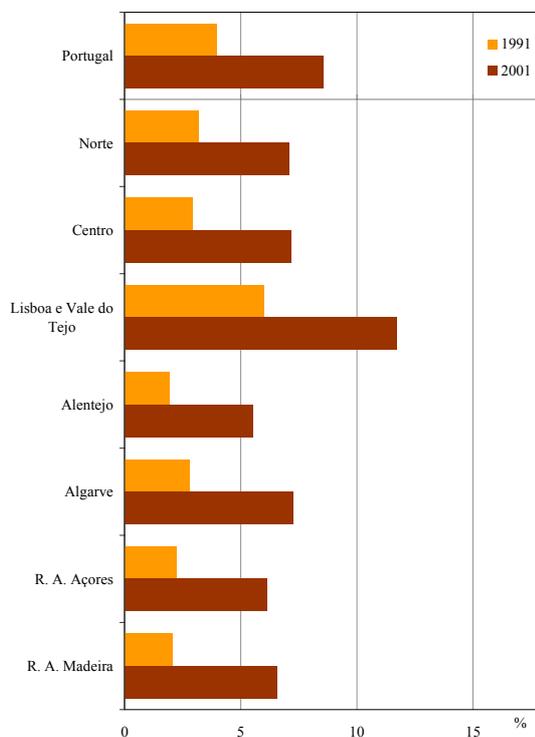
Fonte: INE, Censos

Entre 1991 e 2001 registou-se em todo o País e, especificamente, no Algarve, um considerável acréscimo da parcela de população residente com ensino superior (Figura 2.3.12), o que indicia que existe uma parte crescente da população activa, com habilitações superiores, já inserida, ou prestes a ser inserida, no mercado de trabalho. Mesmo que os valores nacionais continuem a situar-se muito abaixo dos níveis médios comunitários, tem-se registado uma evolução positiva, essencial para potenciar a construção de uma trajectória de coesão, nomeadamente no que se refere ao caso da região do Algarve. Esta evolução rápida e significativa observada nos anos 90, está não só relacionada com a melhoria considerável dos níveis de vida da população, mas também com a crescente descentralização do ensino superior, quer pela criação de novas escolas ou pólos universitários, quer pelo reforço das instituições já existentes, dado que a aposta no ensino superior é um veículo de desenvolvimento económico e da competitividade de uma região.

O crescimento registado ao longo da década de 90, permitiu posicionar a região do Algarve como sendo a região que, depois de Lisboa e Vale do Tejo, apresenta o maior peso da população residente com ensino superior no total da população com idade superior a 20 anos, tendo partido de uma posição, em 1991, abaixo dos valores apresentados pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro. A evolução

registada durante este período resulta, como já foi referido anteriormente, quer da atractividade de população com ensino superior para a região, quer do desenvolvimento da oferta apresentada pela Universidade do Algarve, conseguindo-se ultrapassar o efeito do crescimento do índice de envelhecimento da região.

FIGURA 2.3.12 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 20 ANOS, NOS ANOS 90



Fonte: INE, Censos

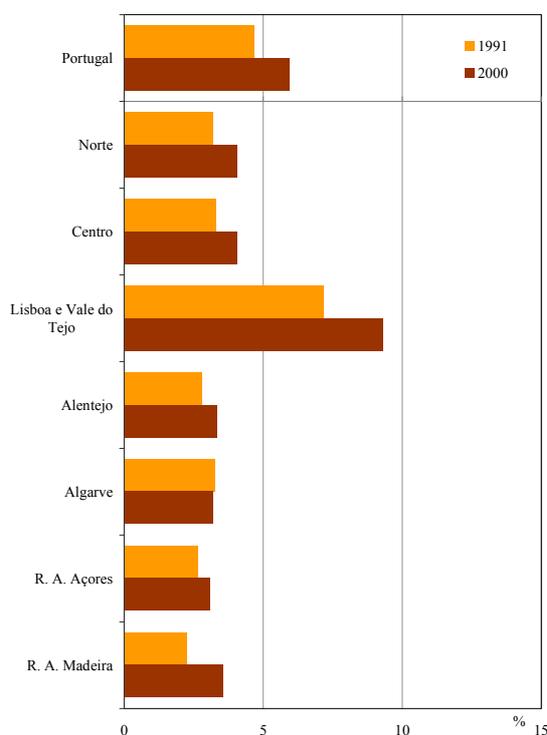
A análise efectuada anteriormente, sobre a dotação e capacidade de renovação dos recursos humanos com qualificações superiores na região do Algarve, necessita de ser complementada com a análise efectiva do peso da população com ensino superior que integra o mercado de trabalho. Esta análise complementar permite concluir que a progressão registada no nível de habilitações da população residente, entre 1991 e 2001, não foi acompanhada por uma evolução similar no nível de habilitações da população empregada. O Algarve apresenta uma percentagem muito baixa de empregados com ensino superior e, mais grave do que isso, um ligeiro decréscimo dessa parcela ao longo da década de 90.

Esta situação reflecte a confluência de três factores: por um lado, (i) o mercado de trabalho algarvio tem evoluído sobretudo no sentido da absorção de uma parcela crescente de trabalhadores desqualificados, ou com qualificações abaixo do ensino superior; por outro lado, (ii) as pessoas que têm vindo a fazer licenciaturas nos estabelecimentos de ensino do Algarve encontram mais facilmente emprego noutras regiões do País, designadamente na Grande Lisboa, onde a oferta de emprego nos segmentos mais qualificados do mercado de trabalho é substancialmente mais ampla; e, por último, (iii) o crescimento populacional por via da atractividade de população de outras regiões, embora envolva a atracção de população com ensino superior, atrai em maior medida população com níveis habilitacionais mais baixos,

influenciando negativamente o indicador em análise, porque se dissolve a atracção de recursos com ensino superior. Esta geografia do emprego qualificado, com um padrão territorial muito concentrado induz movimentos migratórios significativos, em especial pelo tipo de recursos humanos em causa.

De qualquer forma, esta situação é curiosa, uma vez que se a região do Algarve registou taxas de atractividade de população com ensino superior acima da média nacional (como se constatou atrás), e ao mesmo tempo apresentou níveis reduzidos de pessoal ao serviço com ensino superior, poderá concluir-se que coexistem movimentos de saída de recursos humanos com habilitações superiores, com a estrada de outros recursos humanos igualmente com o ensino superior. Estes movimentos poderão estar associados à especialização da região num conjunto restrito de sectores, não tendo mercado suficiente para um conjunto de áreas do saber, nomeadamente ciências humanas.

FIGURA 2.3.13 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90

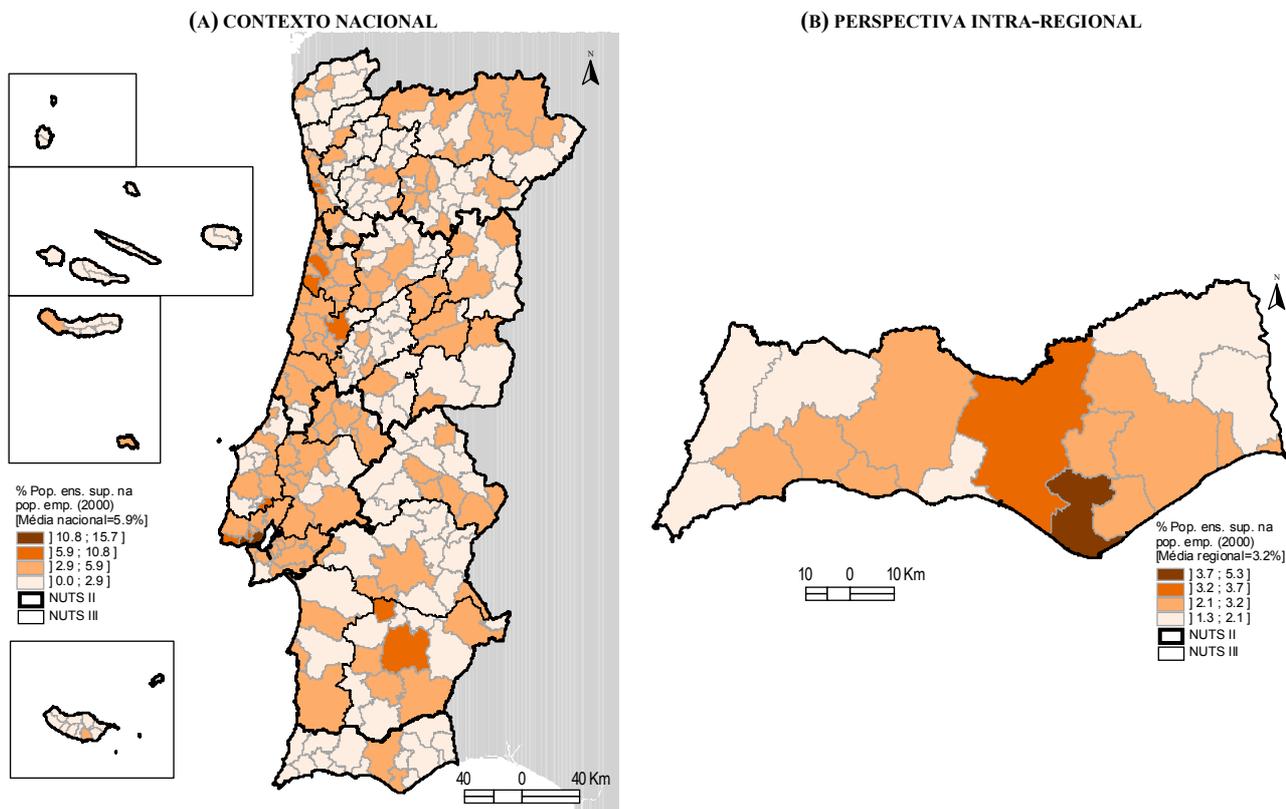


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Uma leitura detalhada à escala concelhia da distribuição da população empregada com formação superior permite identificar o concelho de Faro como aquele que regista maior peso do emprego qualificado, (Figura 2.3.14), e Loulé, pela proximidade geográfica a Faro, o único concelho, dos restantes, que apresenta um peso do emprego com formação superior acima da média da região. Esta concentração geográfica do pessoal ao serviço com habilitações superiores neste conjunto restrito de concelhos pode ser explicada por um conjunto diversificado de razões, nomeadamente: (i) a localização dos estabelecimentos de ensino superior em Faro, quer na óptica do emprego que geram directamente quer na perspectiva das empresas que procuram uma relação de proximidade com a Universidade; (ii) o efeito de Faro ser a capital regional e distrital do Algarve leva à concentração dos serviços públicos administrativos mais qualificados naquela zona; (iii) o facto de ser capital de distrito justifica a localização de um elevado

número de filiais, nomeadamente das empresas nacionais de diversos sectores de serviços, como a banca ou os seguros; (iv) a localização em Faro da maior unidade hospitalar da região, o Hospital Distrital de Faro, bem como do Hospital Privado Santa Maria de Faro; e (v) o efeito da dinamização empresarial provocado pela proximidade dos principais terminais portuário e aeroportuário da região do Algarve.

**FIGURA 2.3.14 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL:
PERSPECTIVA CONCELHIA (2000)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3.3. I&D e Tecnologia

No domínio da I&D e tecnologia, o posicionamento da região do Algarve na base comparativa europeia é bastante desvantajoso, independentemente do indicador analisado ser o número de pedidos de patentes ou o peso do emprego nos serviços intensivos em conhecimento. Porém, é importante notar que o posicionamento do Algarve é análogo aos posicionamentos das restantes regiões europeias equiparáveis que registam níveis de vida abaixo da média europeia, o que poderá traduzir a necessidade dum nível mínimo de riqueza para que o investimento em I&D e tecnologia seja mais elevado.

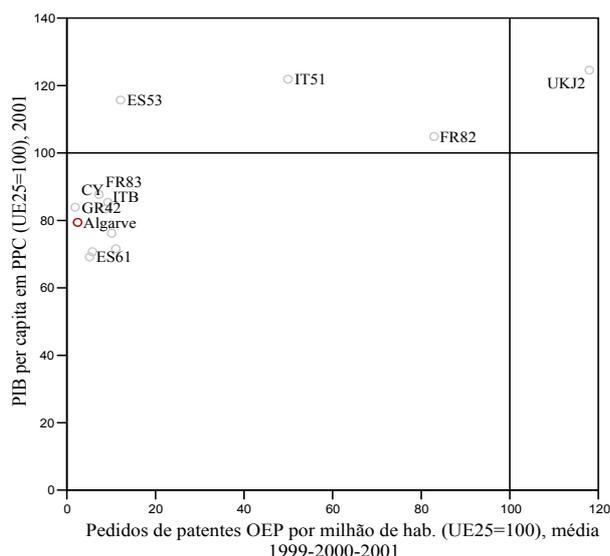
No contexto nacional, o posicionamento da região do Algarve é globalmente desfavorável independentemente da metodologia de análise, uma vez que a hiper-especialização da região no sector

do turismo não induz grande necessidade de actividades de I&D e tecnologia. Não obstante, esta região apresenta vantagens comparativas reveladas nas indústrias de baixa tecnologia, sobretudo pelo facto da especialização nos sectores da agricultura e pesca fornecerem a indústria alimentar, que ainda que em termos absolutos não tenha um elevado valor de exportações, tem um peso relativo face à restante estrutura produtiva extremamente elevado.

Um dos indicadores mais relevantes para avaliar o potencial de I&D de uma região, passa pela quantificação do número de pedidos de patentes à OEP (Organização Europeia de Patentes) efectuados com origem nessa região. O valor obtido para a região do Algarve foi comparado, à escala europeia, com regiões de características similares ao Algarve (ver Figura 2.3.15), podendo concluir-se que todas as regiões que, tal como o Algarve, registam PIB *per capita* inferiores à média europeia (UE25) têm um reduzido número de pedidos de patentes.

Parece assim verificar-se que são as regiões que apresentam maiores níveis de vida, as que registam valores de pedidos de patente mais elevados, possivelmente pelo facto da dinâmica empresarial ser mais elevada, nomeadamente em sectores fomentadores de I&D e desenvolvimento tecnológico.

FIGURA 2.3.15 – PIB PER CAPITA E PEDIDOS DE PATENTES POR MILHÃO DE HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



- Legenda
- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| GR42-Notio Aigaio | ITA-Sicilia |
| GR43-Kriti | ITB-Sardegna |
| ES53-Illes Balears | PT15-Algarve |
| ES61-Andalucia | UKJ2-Surrey, East & West Sussex |
| FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur | CY-Kypros |
| FR83-Corse | MT-Malta |
| IT51-Toscana | |

Nota: Pedidos de patentes OEP (Organização Europeia de Patentes) na UE25 = 128,6 pedidos por milhão de habitantes.

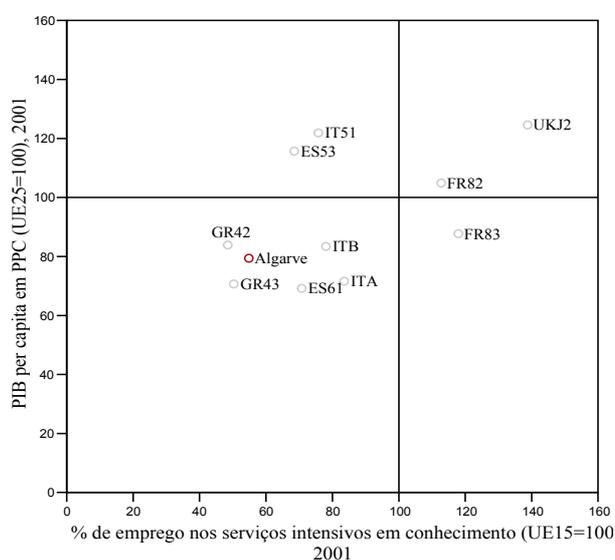
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Na sequência dos resultados anteriores, que mostravam o fraco dinamismo da região do Algarve em termos de pedidos de patentes, pode-se fazer uma análise comparativa, mais uma vez com um conjunto de regiões europeias com características de especialização produtiva similares, relativamente à avaliação da

capacidade tecnológica da região a partir da quantificação dos recursos (emprego) que estão associados a serviços intensivos em conhecimento (ver Figura 2.3.16).

Já foi diversas vezes referida a especialização da região do Algarve no sector dos serviços, contudo o peso do emprego em serviços intensivos em conhecimento é relativamente reduzido nesta região, uma vez que a parcela de emprego nesse tipo de serviços se fixa em 55% do valor médio europeu (UE15), que era de 32,9%, em 2001. Desta forma, a região do Algarve coloca-se numa posição intermédia entre as regiões turísticas gregas de Notio Aigaio e Creta, com valores inferiores aos do Algarve, e as espanholas de Andaluzia e Baleares, com níveis consideravelmente mais elevados. A única região, do sub-grupo de regiões que registam valores de PIB *per capita* inferiores à média europeia, que apresenta um peso de emprego em serviços intensivos em conhecimento é a região francesa da Córsega.

**FIGURA 2.3.16 – PIB PER CAPITA, TECNOLOGIA^(*) E CONHECIMENTO
EMPREGO EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL**



Nota: % de emprego nos serviços intensivos em conhecimento na UE15 (2001) = 32,9%.

Serviços intensivos em conhecimento - Transportes por água; Transportes aéreos; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Actividades imobiliárias; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Actividades recreativas, culturais e desportivas.

Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucía	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

^(*) A informação relativa ao peso do emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia não é apresentada pelo facto de não existir informação disponível, na fonte utilizada, para esta região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

CAIXA 2.3.2 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue, também, a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente (*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

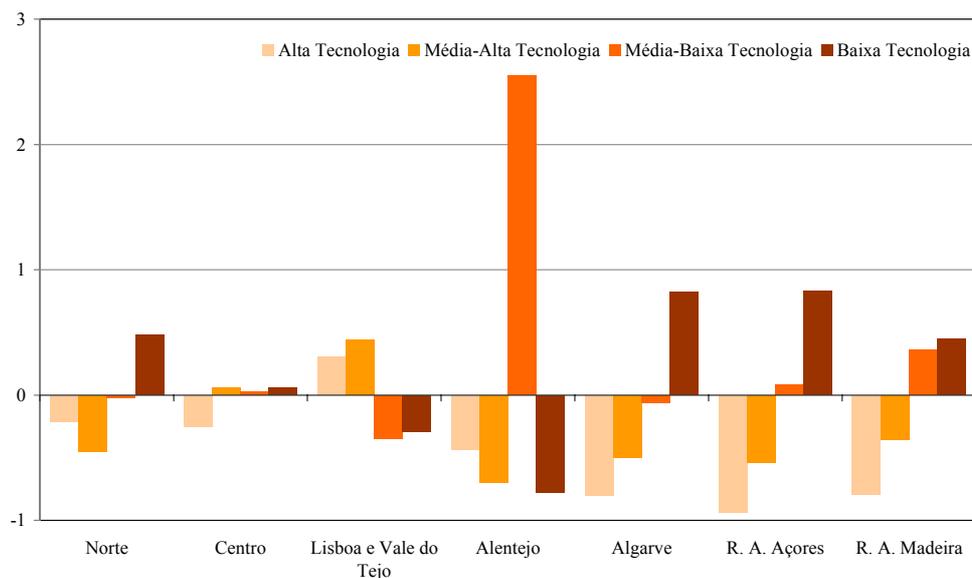
Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de Média –Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

Quando se faz o exercício de classificação da posição da região do Algarve em termos de vantagens comparativas reveladas, pelos graus de intensidade tecnológica apresentados acima, pode-se verificar que existe uma proporcionalidade inversa entre o nível de vantagem comparativa revelada e o grau de intensidade tecnológica, ou seja existem maiores vantagens comparativas reveladas nas indústrias de menor nível tecnológico (Figura 2.3.17). Aliás, o Algarve, conjuntamente com a região dos Açores, é uma das regiões que apresenta maiores níveis de vantagens comparativas reveladas nas indústrias de baixa tecnologia. A explicação para este facto, na região do Algarve, assenta na forte especialização da região nos sectores da agricultura e pesca, principais sectores fornecedores da indústria alimentar, que em termos de exportações tem um peso relativo no total das exportações da região superior ao peso relativo que esse sector tem na estrutura exportadora nacional (ver a este propósito a Caixa 2.3-3).

Aquele resultado é o reflexo da estrutura empresarial da região ser muito focada nos sectores turístico e de serviços, com uma densidade industrial extremamente baixa, permitindo assim que a indústria alimentar (que em termos absolutos pode não registar valores de exportação muito elevados), por via da especialização do Algarve nos principais sectores fornecedores daquela indústria – a agricultura e a pesca –, tenha um peso relativo face à restante estrutura produtiva extremamente elevado.

Em todos os outros níveis de intensidade tecnológica a região do Algarve tem valores inferiores ao patamar de relevância mínimo, ou seja, a região é sub-especializada nas restantes indústrias, e não regista valores de exportação significativos, deduzindo-se assim que não é localização preferencial para a instalação da maior parte dos sectores industriais, sobretudo pela relativa perifricidade da região face aos grandes centros económicos e de decisão nacionais (Lisboa e Porto).

FIGURA 2.3.17 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000)

Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

CAIXA 2.3-3 – INOVAÇÃO NO PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA

Criado como Parque Nacional em 1987, já desde 1978 que esta área estava classificada como Reserva Natural. Repartido por cinco concelhos – Faro, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António -, ocupa cerca de 18.000 ha onde residem perto de 6.000 habitantes. Tem como símbolo a galinha-sultana.

A maior parte da sua área corresponde a um sistema lagunar de grandes dimensões, com uma extensão de cerca de 60Km, limitado a sul por um cordão dunar formado por duas penínsulas e cinco ilhas-barreira que se desenvolvem quase paralelamente à costa. Com cerca de 20% do seu território permanentemente inundado, inclui uma grande variedade de habitats: sapais, restingas, bancos de areia e de vasa, dunas, salinas, pisciculturas, lagoas de água doce e salobra, cursos de água, vegetação ripícola, áreas agrícolas, matas e pinhais, que lhe conferem uma grande diversidade faunística e florística.

Sendo considerada uma área de importância nacional e internacional no respeitante à avifauna, está inserida na lista de zonas húmidas de interesse internacional no respeitante à avifauna e na lista de zonas húmidas de interesse internacional definida pela Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar).

No âmbito das acções de conservação desenvolvidas no Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), podem destacar-se o Centro de Recuperação de Aves, os projectos de recuperação dunar das Penínsulas de Cacela e do Ancão e o Projecto de requalificação do sistema lagunar da Ria Formosa.

O Centro de Educação Ambiental de Marim, localizado no Parque, desenvolve uma série de actividades na óptica da sensibilização ambiental e constitui um observatório do vários ecossistemas que aqui coexistem. Das acções desenvolvidas, destaque para actividades de descoberta do meio, jogos de interpretação da natureza e a existência de uma Ecoteca.

A importância desta Área Protegida vai muito para além do seu rico património natural ou paisagístico. É de salientar a riqueza do património histórico-cultural (como a estação romana, os tanques de salga de peixe, o moinho de maré, o assento de lavoura, a nora ou a barca de atum), arquitectónico e até gastronómico.

As actividades económicas dominantes na área do PNRF são a pesca, a mariscagem, o turismo, a agricultura, a aquicultura e a salinicultura, algumas com tradições bastante antigas:

- Salinicultura – cerca de 1.100 ha de salinas localizadas na Ria Formosa são responsáveis por uma quota importante da produção nacional de sal. Recentemente, algumas delas têm vindo a ser abandonadas ou reconvertidas em piscicultura.
- Piscicultura – as pisciculturas semi-intensivas têm registado um incremento importante, em detrimento da criação extensiva. Em cerca de 460 ha de tanques as espécies mais comercializadas nesta área são o robalo, a dourada, o sargo e a enguia.
- Aquicultura – cerca de 1.600 viveiros ocupam 470 ha e produzem anualmente 7.000 toneladas de marisco (ameijoabo e, em menor número, ostras). Esta é a actividade tradicional mais importante da Ria.
- Mariscagem/marisqueio – fora das áreas concessionadas, nos bancos naturais, há quem recolha moluscos bivalves (língueirão, berbigão, ameijoabo e, ainda, poliquetas e sipunculídeos para isco).
- Turismo – dada a grande riqueza natural e o seu elevado potencial recreativo e paisagístico é significativo o número de turistas que acorre a esta área, contribuindo para a degradação da paisagem em geral, e do cordão dunar em particular, e para o aumento da pressão urbanística. Destaque para os vários equipamentos já existentes (grandes hotéis, campos de golf, empreendimentos turísticos, ciclovias, etc.) e para a elevada circulação de veículos motorizados, em terra e na água.
- Agricultura – com solos de qualidade excepcional são várias as actividades desenvolvidas, algumas que se devem preservar (paisagem tradicional de pomares de sequeiro) e outras que se devem dinamizar (agricultura biológica e para novos nichos de mercado). No entanto, é real a contaminação da laguna por vários compostos (nutrientes, pesticidas, herbicidas, fungicidas, entre outros).

O desenvolvimento deste conjunto de actividades económicas alia 5 características particularmente interessantes do ponto de vista do desenvolvimento regional:

- Guardar a memória das actividades tradicionais;
- Compatibilidade com a preservação e valorização das condições ambientais;
- Criação de empregos qualificados;
- Modernização do tecido empresarial;
- Internacionalização.

Um exemplo especialmente demonstrativo da conjugação dessas características e da inovação empresarial no PNRF é a NECTON – Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, empresa fundada em 1989, cujo objectivo é desenvolver e colocar no mercado produtos que resultem de tecnologias marinhas. Desenvolve duas actividades:

- Produção de sal marinho (baixa tecnologia);
- Produção biotecnológica de microalgas (alta tecnologia).

São apontadas como vantagens competitivas o facto desta empresa ser uma *spin-off* da Escola Superior de Biotecnologia do Porto e ter estabelecido uma série de parcerias de investigação permitindo que, a par de uma actividade produtiva, se desenvolva uma importante actividade de investigação (praticamente todas as pessoas da empresa se dedicam à investigação). Outra vantagem competitiva da empresa prende-se com a sua localização numa região com um elevado número de horas de sol e de radiação por ano, já que os sistemas de produção se baseiam em fotobioreactores (utiliza a luz solar como fonte de energia).

Relativamente à **produção de sal**, a NECTON explora uma salina com 12 ha produzindo sal segundo processos tradicionais com vários séculos (o sal não é lavado, não é higienizado nem processado de nenhuma outra forma), apesar de introduzidas ligeiras melhorias sobretudo na optimização das áreas de produção. Produz sal marinho de qualidade superior, *Phytobloom* (o seu produto principal) e flor de sal. Comercializados em vários estabelecimentos comerciais e hoteleiros em Portugal são, sobretudo, exportados para vários países da Europa (Espanha, França, Áustria, Suíça, Suécia e Noruega). Brevemente a NECTON produzirá Salicórnica, planta que existe nas salinas e que evidencia bastante interesse comercial. Com esta actividade, procura inverter, por um lado, o abandono das salinas que se verifica em todo o País e, por outro, a exploração industrial que retira a este produto as suas características naturais e que tem conduzido ao aumento do desemprego. Neste contexto, a empresa participou na fundação da TradiSal, uma associação de produtores de sal marinho que visa a reabilitação desta actividade, procurando obter uma denominação de origem à escala europeia, estabelecer procedimentos para a qualidade, formar “marnotos” e dar vida às várias salinas da Região.

Quanto à **produção biotecnológica de microalgas**, a NECTON iniciou esta actividade numa óptica de exploração dos recursos naturais, valorizando-os e aproveitando as oportunidades surgidas. A investigação e o desenvolvimento de tecnologias que têm vindo a ser levados a cabo permitiu a produção de uma série de produtos com níveis de produtividade interessantes: betacaroteno a partir de *Dunaliella*; astaxantina a partir de *Hematococcus*; *phytobloom*, a partir de *Nanocloropsis*, utilizada em aquacultura (para alimentação de zooplâncton) e que é actualmente o seu principal produto no mercado e maior fonte de rendimento.

Apesar da exploração ao nível da biotecnologia de microalgas estar muito centrada na aquacultura, a empresa pensa vir a explorar áreas potencialmente interessantes como os produtos dietéticos, a cosmética, a farmacêutica, os aditivos alimentares e as rações.

Participam em vários projectos de investigação ao nível internacional e já foi galardeada com 5 prémios internacionais, sendo a única empresa europeia a ser premiada na área dos produtos tradicionais. O sal produzido pela NECTON é o único em Portugal certificado pela Nature Progress e a qualidade dos produtos é regularmente avaliada por laboratórios certificados. As suas exportações serão brevemente alargadas aos EUA, Japão e Austrália.

A área de investigação da NECTON está estruturada em três níveis: interna, nacional e europeia. No seu quadro de pessoal e consultores externos estão presentes outras nacionalidades (Chinesa, Espanhola) devido, nalguns casos, à dificuldade em encontrar especialistas portugueses com experiência nas áreas de investigação necessárias (engenharia industrial, biologia marinha e biotecnologia).

São apostas da NECTON para o futuro a diversificação dos produtos nas áreas da saúde, da cosmética e da farmacêutica, a recuperação de salinas abandonadas para exploração e o desenvolvimento de acções no domínio do eco-turismo, sempre na óptica de uma melhor gestão dos recursos naturais.

Também se está a desenvolver um projecto inovador no PNRF, na área da gestão, designadamente por via do projecto “Modelação Participada como suporte à Gestão de Áreas Protegidas” da responsabilidade do IMAR, do Centro ECOMAN (FCT/UNL), da Universidade do Algarve e do PNRF, iniciado em 1999. Tal como a sua designação indica, pretendeu-se, no âmbito deste projecto, desenvolver uma metodologia de modelação participada para suporte à gestão de áreas protegidas. O caso de estudo seleccionado para aplicação desta metodologia foi o PNRF.

Um plano de gestão, a partir da situação de referência, deve permitir identificar os objectivos de gestão, as oportunidades e ameaças à concretização dos objectivos definidos e as medidas e acções específicas que melhor poderão contribuir para os objectivos enunciados. Feita esta identificação, é necessário avaliar os recursos necessários e estabelecer a calendarização, a monitorização e a fiscalização das acções executadas. Num processo de gestão participada, todos estes pontos são discutidos por um alargado leque de agentes.

Neste caso, foram organizadas 4 sessões de modelação participada (*workshops*) em que estiveram presentes 100 participantes representantes de cerca de 50 entidades com interesses na Ria Formosa, desde organismos públicos, privados, associações, ONG, etc.

Foram várias as etapas do processo de modelação participada: selecção dos participantes, entrevistas preliminares, definição dos objectivos do modelo participado, apresentação dos resultados das primeiras entrevistas, composição dos grupos de trabalho, identificação das variáveis para os diferentes sectores do modelo, identificação de inter-relações entre variáveis e sectores, quantificação das variáveis, proposta de cenários de gestão a analisar, simulação e avaliação de cenários, conclusões preliminares, entrevistas finais e relatório final do projecto.

Os grupos de trabalho definidos foram quatro, tendo cada participante escolhido o que gostaria de integrar:

- Urbanismo, acessibilidades e demografia;
- Actividades económicas I – pesca, viveiros, piscicultura, extracção de inertes, extracção de sal e agricultura;
- Actividades económicas II – turismo e actividades de recreio e lazer;
- Sistema natural e interfaces – dragagens, erosão/acrecção, controlo hídrico, controlo da poluição, valores naturais (preservação e potenciação).

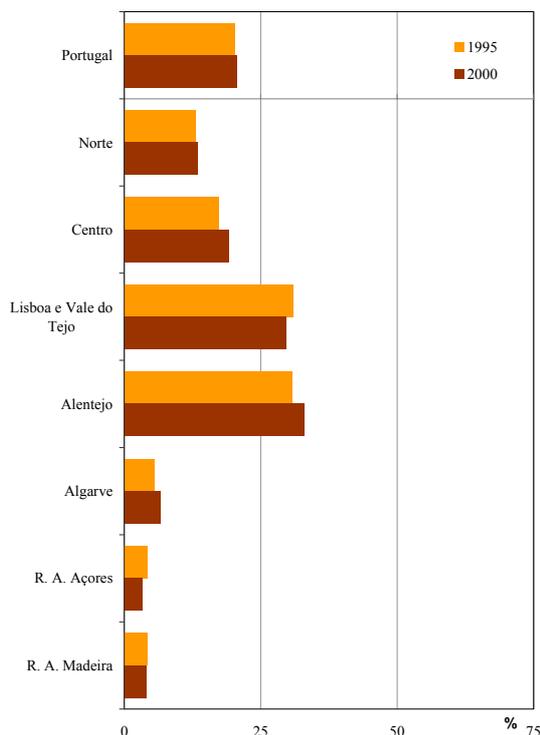
De referir que o Plano de Gestão deve ser articulado com os restantes instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente com o Plano de Ordenamento que se encontra em revisão.

Com este tipo de abordagens, os organismos envolvidos têm a preocupação de mostrar que as áreas protegidas não devem ser encaradas como entraves ao desenvolvimento mas sim, se devidamente geridas e acauteladas, como geradoras de novas oportunidades para a Região.

Na sequência das fracas vantagens comparativas reveladas dos sectores industriais com níveis de intensidade tecnológica mais elevados situados na região do Algarve, analisou-se a importância comparativa que esses sectores de média/alta tecnologia têm no total da indústria, em termos de VAB (ver Figura 2.3.18). Dada a maior especialização sectorial da região do Algarve em actividades do sector terciário, particularmente serviços relacionados com a cadeia de valor turística, e do sector primário, nomeadamente na agricultura e pesca, justifica-se que esta região apresente um reduzido peso em actividades industriais, de uma forma geral, e, mormente, de actividades industriais em sectores de média/alta tecnologia.

Ainda que, entre 1995 e 2000, se tenha registado um ligeiro aumento, o Algarve é a região continental que apresenta um menor peso do VAB industrial gerado por empresas em sectores industriais de média/alta tecnologia. A fundamentação deste posicionamento está relacionado com o carácter periférico que a região apresenta, nomeadamente face aos grandes centros económicos nacionais, Grande Lisboa e Grande Porto, não sendo uma localização preferencial para os grandes projectos estruturantes industriais que se realizam em Portugal, quer de origem nacional, quer com carácter de investimento estrangeiro em Portugal, mas também com características específicas das empresas, uma vez que o Algarve é uma das regiões que regista maior peso de empresas de pequena dimensão, não se constituindo estas, tendencialmente, em sectores tecnologicamente mais avançados.

FIGURA 2.3.18 – VAB INDUSTRIAL EM SECTORES DE MÉDIA/ALTA TECNOLOGIA EM % DO TOTAL DA INDÚSTRIA, NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

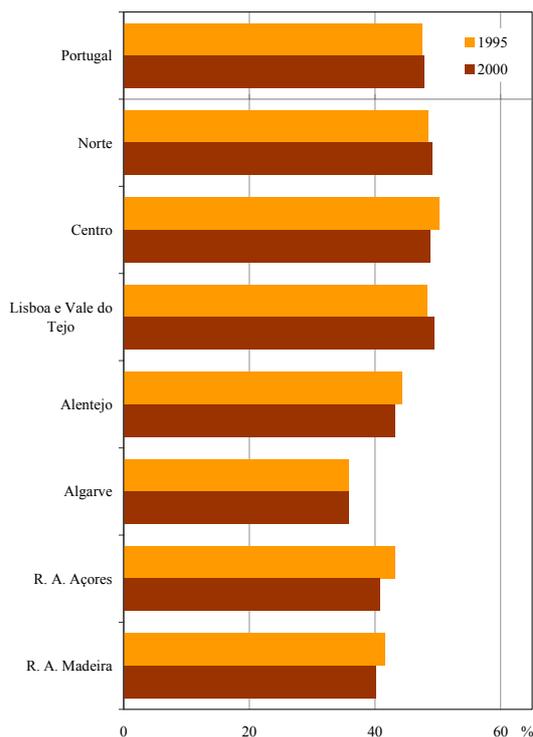
Quando a análise incide sobre o peso do VAB dos serviços intensivos em conhecimento no total do VAB dos serviços (ver Figura 2.3.19) e sobre o peso do VAB de todos os sectores intensivos em conhecimento e tecnologia no total do VAB da região (ver Figura 2.3.20), os resultados são similares, ou seja, a região do Algarve apresenta-se sempre como a região com valores mais desfavoráveis, ainda que nestes casos a diferença face à média nacional, em termos relativos, seja inferior, não se registando, igualmente, alterações significativas entre 1995 e 2000.

Ainda assim, os valores apresentados nestes casos são substancialmente superiores aos que se identificaram quando a análise incidu, exclusivamente, sobre os sectores industriais. A maior relevância absoluta destes resultados está relacionada com o peso que têm na região alguns serviços intensivos em conhecimento, nomeadamente:

- a Universidade do Algarve, quer enquanto unidade de ensino superior, quer como dinamizadora do conhecimento e de investigação e desenvolvimento através de um conjunto alargado de unidades de investigação a operar em diversas áreas do conhecimento;
- dada a especialização da região na construção civil, e sendo esta região bastante dinâmica em termos de mercado imobiliário, existe um grande número de unidades de intermediação imobiliária a operar na região, bem como empresas de projecto e outras actividades de apoio à construção, nomeadamente o aluguer de equipamentos;

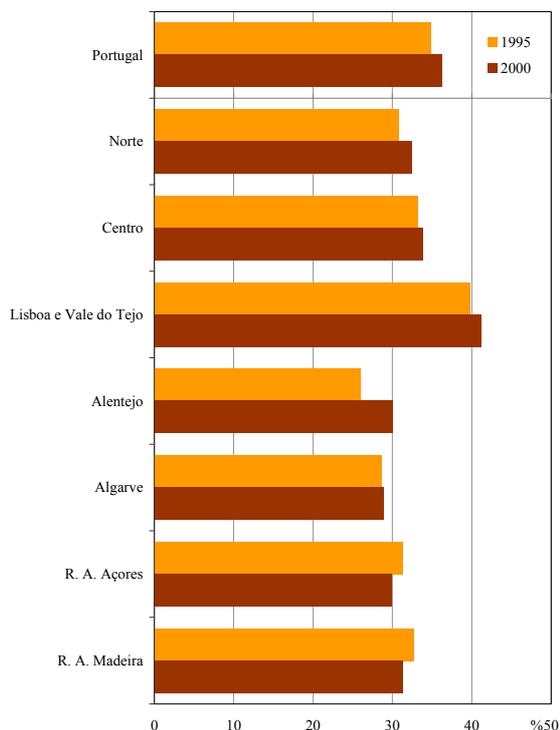
- tendo em consideração o elevado número de empresas a actuar na região, existe especialização regional em actividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, de forma a darem apoio a todas essas empresas;
- a existência de um elevado número de instituições de intermediação financeira, quer tradicionais, quer exclusivamente relacionadas com os câmbios (que têm especial relevância nesta região pela sua orientação turística).

FIGURA 2.3.19 – VAB DOS SECTORES DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % TOTAL DOS SERVIÇOS, NOS ANOS 90



Nota: Serviços intensivos em conhecimento - Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

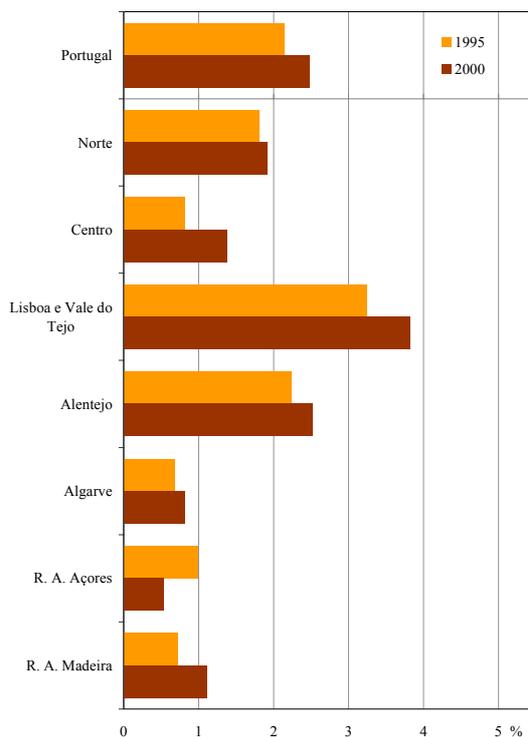
FIGURA 2.3.20 – VAB DOS SECTORES INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90

Nota: Sectores Intensivos em Conhecimento e Tecnologia - Fabricação de produtos químicos; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Fabricação de outro material de transporte (parte).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

A apreciação da posição que a região do Algarve tem relativamente às actividades intensivas na investigação e no desenvolvimento científico e tecnológico pode, igualmente, ser interpretado pela importância relativa do emprego em tecnologias de informação e comunicação (Figura 2.3.21). Assim, é possível apurar que os resultados desta rubrica reforçam a imagem de debilidade do Algarve neste domínio. Apesar de um acréscimo de 1995 para 2000, o peso do emprego neste sector estratégico para o desenvolvimento regional cifra-se abaixo de 1% no Algarve (face ao valor médio nacional de 2,5%). Estes resultados mostram uma outra faceta do perfil de especialização do Algarve, uma vez que os sectores de especialização não estimulam grandes necessidades ao nível das tecnologias de informação e comunicação.

FIGURA 2.3.21 – EMPREGO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90



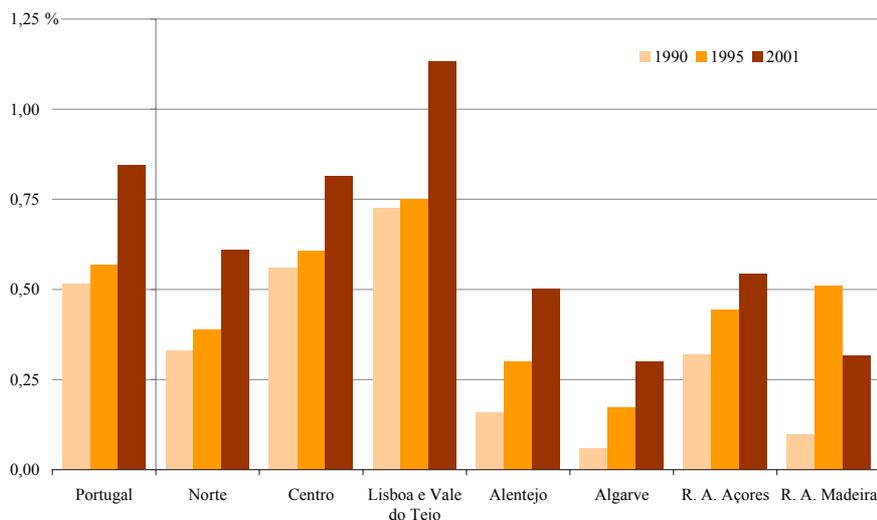
Nota: Tecnologias de Informação e Comunicação - Fabricação de máquinas de escritório e suas partes; Fabricação de computadores e outro equipamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Válvulas, tubos e outros componentes electrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio, TV e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios; Fabricação de aparelhos receptores de material de rádio e TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais); Fabricação de equipamento de controlo automático de processos industriais; Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão; Comércio por grosso de máquinas e material de escritório; Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação; Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores); Telecomunicações; Actividades informáticas e conexas

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

A importância das actividades de I&D na região do Algarve pode, ainda, ser medida através da análise relativa das despesas em I&D da região, avaliando o peso dessas despesas no total do PIB regional (ver Figura 2.3.22). Não obstante a região do Algarve tenha apresentado, ao longo da década de 90, um crescimento positivo da importância das despesas em I&D no PIB regional, comparativamente com as restantes regiões NUTS II, aquela região registou sempre o valor mais desvantajoso.

Estes resultados têm em consideração que existe uma clara desvantagem comparativa regional num conjunto de factores que influenciam negativamente a sua posição em termos de I&D, nomeadamente o fraco peso da população empregada com habilitações superiores, a especialização regional em sectores com fracas necessidades de desenvolvimento de conteúdos tecnológicos e a distância da região aos principais centros de desenvolvimento tecnológico e inovação nacionais, localizados principalmente nas regiões da Grande Lisboa e Grande Porto.

FIGURA 2.3.22 – INTENSIDADE EM I&D NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



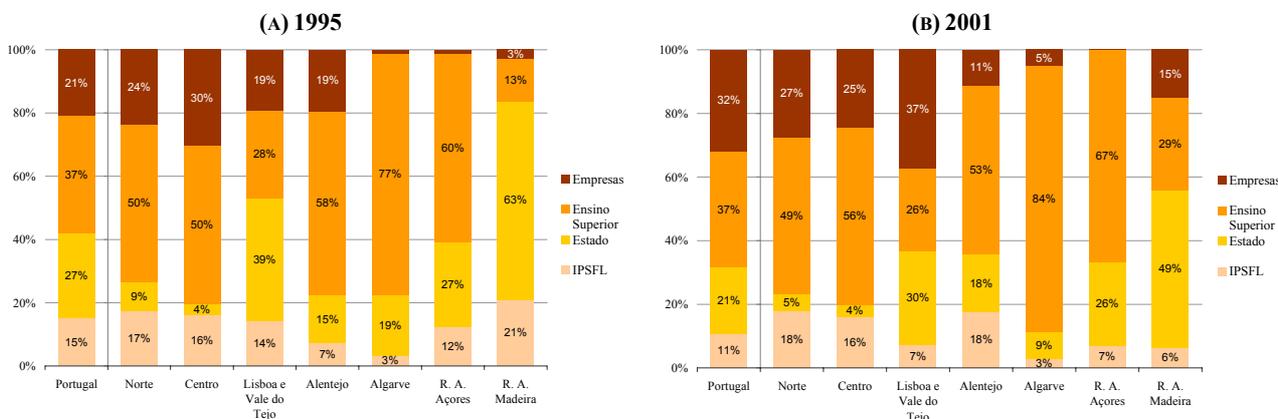
Nota: Intensidade em I&D = Despesas em I&D em % do PIB.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Fazendo a decomposição das despesas em I&D pelos diferentes sectores institucionais responsáveis por essas despesas (ver Figura 2.3.23), é possível aferir que o ensino superior quase que monopoliza as actividades de I&D na região do Algarve, sendo a região em que este sector apresenta maior relevância. Este domínio das instituições do ensino superior no total das despesas em I&D, traduzindo o elevado dinamismo que a Universidade do Algarve tem em diversas áreas de actuação, reforçou-se ao longo da década de 90, passando de 77%, em 1995, para 84%, em 2001.

Não obstante, houve durante este mesmo período um aumento da relevância das empresas privadas no total das despesas de I&D, passando de 1% em 1995, para 5%, em 2001, muito por contrapartida da diminuição da relevância do estado, facto que denota uma crescente consciencialização da importância estratégica da I&D no reforço das respectivas capacidades competitivas empresariais, já que possibilita a adopção de estratégias de mercado assentes na inovação e na diferenciação.

FIGURA 2.3.23 – ESTRUTURA DAS DESPESAS EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL

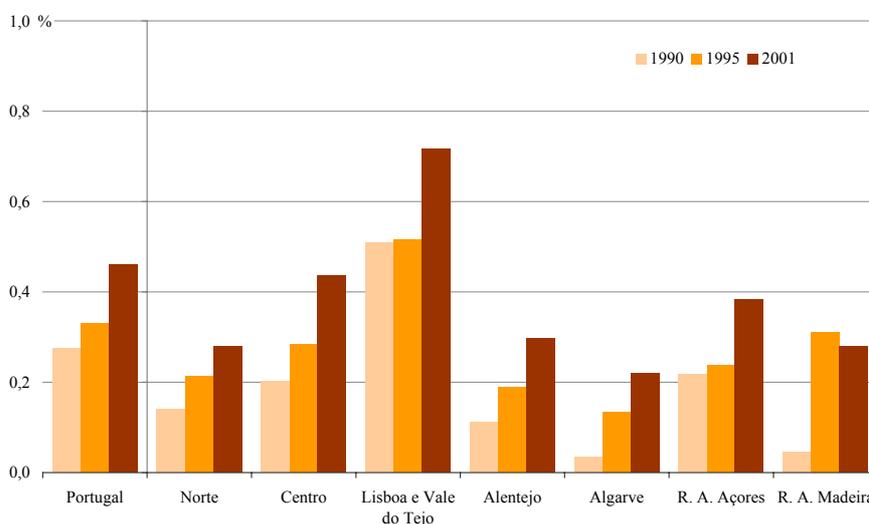


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

Para além da perspectiva assente nas despesas da Região do Algarve dedicadas às actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, pode-se fazer uma análise similar que incida sobre os recursos humanos que se dedicam a essas mesmas actividades, quantificadas, para o efeito, em ETI (equivalente a tempo integral), isto porque os recursos humanos que se dedicam da I&D poderão não o fazer em tempo integral. Um exemplo em que tal acontece é nas unidades de investigação pertencentes a universidades, em que parte dos investigadores distribui o seu tempo entre a docência e a investigação.

As conclusões a retirar são muito similares às anteriores, demonstrando que esta região, no contexto nacional, não atribui muita importância às actividades de I&D, uma vez que é a região NUTS II que menor percentagem de população activa tem relacionada com esta área (ver Figura 2.3.24), acusando um esforço na afectação de recursos humanos às actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico abaixo do esforço médio para o território nacional. O ensino superior é, novamente, o principal sector institucional responsável pelos activos dedicados a actividades de I&D (ver Figura 2.3.25). Ainda que se tenha identificado um aumento do peso do emprego em I&D no total da população activa da região do Algarve, tendência que também tinha sido identificada na análise das despesas com I&D, os valores mantêm-se abaixo de todas as outras regiões NUTS II. Este facto reflecte a menor necessidade da estrutura empresarial e de suporte da região em actividades de I&D, mas também as dificuldades que existem em desenvolver acções de I&D numa região de elevada perifericidade face a outras regiões mais activas em investigação e desenvolvimento, quer pela maior localização de unidades de ensino superior e instituições públicas de investigação, quer pelo padrão de especialização sectorial mais adequado ao investimento em acções de I&D, nomeadamente as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Centro.

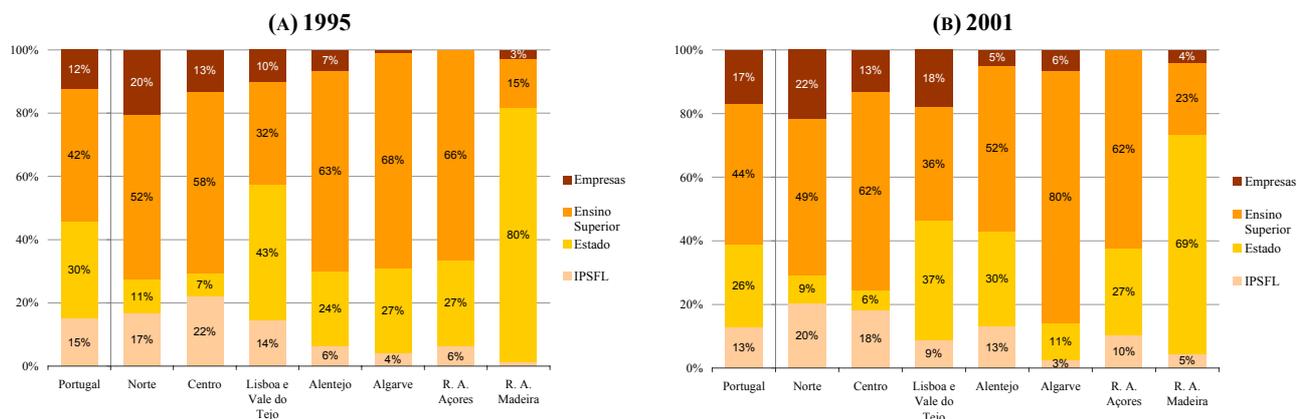
FIGURA 2.3.24 – PESSOAL EM I&D EM % DA POPULAÇÃO ACTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Inquérito ao Emprego

**FIGURA 2.3.25 – ESTRUTURA DO PESSOAL EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

2.3.4. Especialização Produtiva

No contexto europeu, a região do Algarve regista um peso do emprego no sector terciário superior à média europeia, traduzindo a elevada especialização desta região no sector turístico. Contudo, a conjugação dos resultados das regiões equiparáveis ao nível do indicador de terciarização da economia com os resultados no indicador do nível de vida, permite identificar uma correlação positiva entre estes dois indicadores, estando o Algarve, neste âmbito, mal posicionado, uma vez que para o grau de terciarização da economia que regista, deveria ter um nível de vida superior.

O perfil de especialização produtiva da região do Algarve em termos de VAB, permite identificar como sectores com maior relevância face à média nacional, as actividades de comércio, alojamento e restauração, as actividades financeiras, imobiliárias e de apoio às empresas, e ainda a agricultura e pesca. Assim, ainda que, no Algarve, o sector secundário represente na região 22,5% do emprego (face a 6,1% do sector primário e 71,4% do sector terciário), este fica claramente abaixo da média nacional (35,1% do emprego), entendendo-se por que é que, em termos de VAB, o sector da indústria é o que tem pior posicionamento face à média nacional.

Já no que se refere à produtividade, em 2001, a região do Algarve regista valores acima da média nacional nos sectores da pesca e agricultura, bem como nas actividades imobiliárias e financeiras, serviços às empresas e outros serviços. Contudo, as actividades que mais contribuem para o nível de produtividade da região são o alojamento e restauração, quer pela hiper-especialização da região nestes sectores, quer pelo nível de produtividade absoluta que os mesmos apresentam.

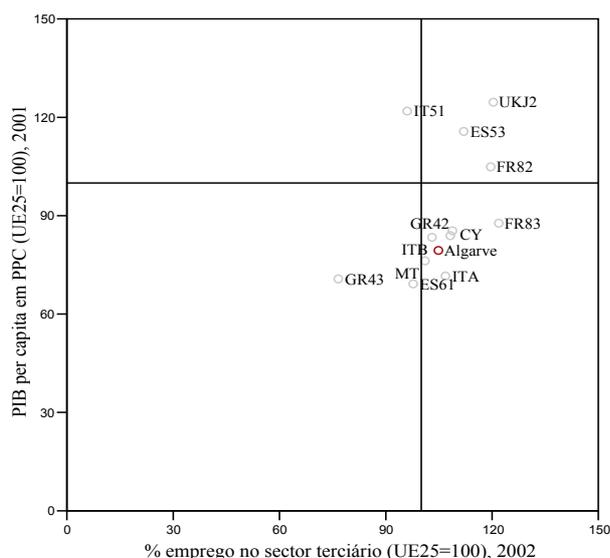
O estudo do padrão de especialização produtiva de uma região permite entender a adequação desse padrão à utilização dos recursos regionais disponíveis e explicar as relações existentes entre toda a

estrutura empresarial da região, como forma de explicar o nível de competitividade dessa mesma região e a capacidade que essa região tem para influenciar as condições de competitividade da economia nacional.

No contexto das regiões turísticas da UE seleccionadas como referências comparativas, pode-se efectuar uma análise sobre o peso que o sector terciário tem no total das economias regionais, medida através do emprego (ver Figura 2.3.26). Este exercício permite entender que o peso do emprego terciário na região do Algarve para além de ser superior à média da UE25, é também superior ao posicionamento de algumas das regiões comparadas. Do conjunto de regiões europeias que, tal como o Algarve, registam valores de PIB *per capita* inferiores à média europeia, as que são mais terciarizadas que o Algarve são apenas algumas das regiões insulares mediterrâneas, nomeadamente Chipre, as Ilhas Gregas (Notio Aigaio), a Sicília e a Córsega.

Conjugando o posicionamento das diferentes regiões face aos dois indicadores analisados, é possível identificar uma forte correlação entre estes dois indicadores, ou seja, as regiões mais especializadas nos serviços tendem a ser as mesmas regiões que apresentam níveis de vida mais elevados. Nesta perspectiva, a região do Algarve é uma das que está mais mal posicionada face à diagonal principal, mostrando que para o grau de terciarização da economia que regista, deveria ter um nível de vida bastante superior, situação que é identificada para a grande maioria das regiões.

**FIGURA 2.3.26 – PIB PER CAPITA E EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



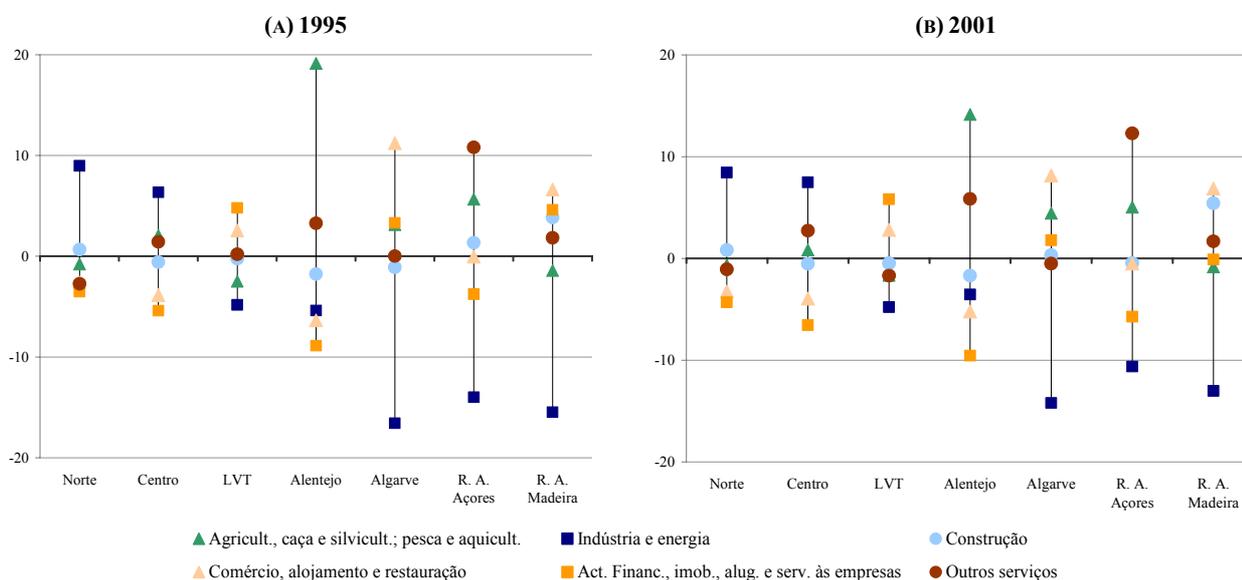
- Legenda
- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| GR42-Notio Aigaio | ITA-Sicília |
| GR43-Kriti | ITB-Sardegna |
| ES53-Illes Balears | PT15-Algarve |
| ES61-Andalucía | UKJ2-Surrey, East & West Sussex |
| FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur | CY-Kypros |
| FR83-Corse | MT-Malta |
| IT51-Toscana | |

Nota: % de emprego no sector terciário na UE25 (2002) = 65,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A análise da estrutura sectorial da região do Algarve, em termos de comparação entre de peso do sector no VAB regional e o peso que esse mesmo sector tem no VAB nacional, permite comprovar a elevada especialização da região no sector terciário, nomeadamente nas actividades de comércio, alojamento e restauração, bem como actividades financeiras, imobiliárias e de apoio às empresas, mas também no sector primário, sobretudo através da relevância da pesca e, em menor grau, da agricultura. No extremo oposto, o sector da indústria e energia é o que está mais sub-representado na região do Algarve, situação que se explica, como já se referiu, pelo carácter periférico que esta região tem face às principais zonas económicas nacionais, Lisboa e Porto. Entre 1995 e 2001, houve uma manutenção dos valores relativos face às médias nacionais, tendo sido a evolução mais significativa a que se observou no sector da construção, que passou duma posição inferior à média nacional para uma situação de sobre-representação face ao espaço nacional.

FIGURA 2.3.27 – VAB POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)



O exercício de avaliação da especialização produtiva, medida através do peso do emprego nos grandes sectores de actividade (primário, secundário e terciário) na região do Algarve, por comparação com os padrões médios de especialização produtiva nacional (ver Figura 2.3.28), permite entender que, apesar de se manter a ordem de grandeza destes três grandes sectores, o sector secundário regista um peso do emprego significativamente inferior ao peso médio nacional (22,5% no Algarve face a 35,1% do total do emprego nacional, em 2001), enquanto que os sectores primário e terciário estão sobrerrepresentados, uma vez que no Algarve têm um peso de 6,1% e 71,4%, respectivamente, e em termos nacionais esses pesos são apenas de 5,0% e 59,9%, no ano de 2001. Estes resultados globais, reflectem, claramente, a grande especialização do Algarve em toda a cadeia de valor turística, com todos os serviços que tem associados, parecendo igualmente relevantes as actividades agrícolas e de pescas.

Não obstante os resultados globais apresentados acima, uma análise centrada nos concelhos permite identificar grandes heterogeneidades entre os mesmos. Os concelhos que apresentam os maiores pesos do

emprego no sector primário são, num primeiro nível, Aljezur, Monchique e Alcoutim, sobretudo devido à actividade agrícola, e num segundo nível, os concelhos de Vila do Bispo, Silves, Castro Marim, Olhão e Tavira, valores que no caso dos dois últimos concelhos são explicados, sobretudo, pelo peso da sua actividade piscatória. No caso do concelho de Silves, é interessante constatar que apesar de ser um concelho com extensão litoral (ainda que pequena) tem uma organização de concelho interior, que o penaliza em termos de especialização no sector turístico (ainda que existam tentativas para reforçar a oferta turística do concelho como alternativa ao “sol e praia” ver Caixa 2.3-4).

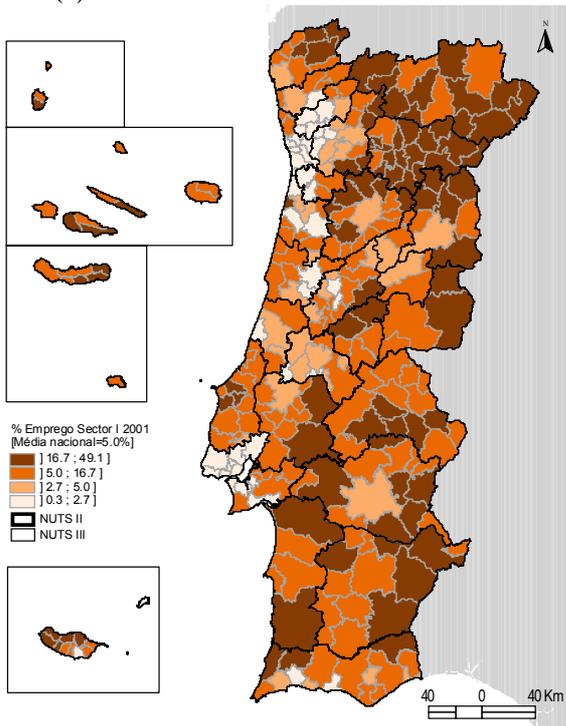
Por outro lado, os concelhos algarvios que apresentam maior especialização produtiva no sector secundário são: Aljezur, Lagoa, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António. Estes concelhos registam um peso do emprego do sector secundário no total do emprego sempre superior a 24,4% (para uma importância média regional que não ultrapassa 22,5%), mas ainda que sejam regionalmente relevantes, não têm grande significado numa perspectiva mais alargada ao espaço nacional, uma vez que todos os concelhos apresentam pesos de especialização no sector secundário inferiores à média nacional (35,1%). A leitura destes resultados parece demonstrar que nenhum dos concelhos algarvios apresenta grande apetência industrial, sobretudo pelo aspecto de perifericidade que esta região apresenta em relação aos principais centros económicos do país.

Os sectores industriais que apresentam maior relevância na região do Algarve ou estão associados à exploração de recursos naturais, como as indústrias extractivas (nomeadamente as pedreiras de Sienito, “Brecha”, Calcário e Calcário Ornamental e as minas de sal-gema) e a indústria da madeira e cortiça, ou, alternativamente, são grandes fornecedores das actividades de especialização da região, como: as indústrias alimentares e bebidas (sobretudo panificação, pastelarias e produção de aguardentes), fornecedores naturais das actividades de restauração e hotelaria; e a fabricação de produtos metálicos ou outros produtos minerais não metálicos, que tal como as indústrias extractivas fornecem sobretudo a actividade de construção.

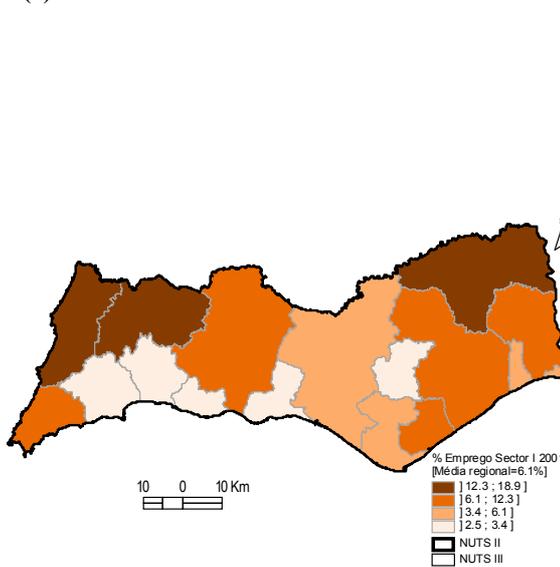
Influenciada pela grande especialização da região do Algarve na cadeia de valor turística, o sector terciário encontra-se claramente sobrerrepresentado nesta região comparativamente com a média nacional, sendo os concelhos de Portimão, Albufeira, Faro e Lagos, os que registam os pesos do emprego no sector terciário acima da média regional de 71,4%. A sobre-especialização destes concelhos é justificada, quer pela localização de todas as dependências de instituições e organismos do governo central (no caso do concelho de Faro), quer pelo grande peso da actividade turística e de todos os serviços relacionados (nos restantes concelhos). De qualquer forma, e orientação terciária da região é indubitável, quando, no contexto nacional (Figura 2.3.28 – E), se percebe que apenas os concelhos de Aljezur e Monchique, registam pesos do emprego em sectores terciários inferiores ao peso médio do espaço nacional – 59,9%.

FIGURA 2.3.28 – EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

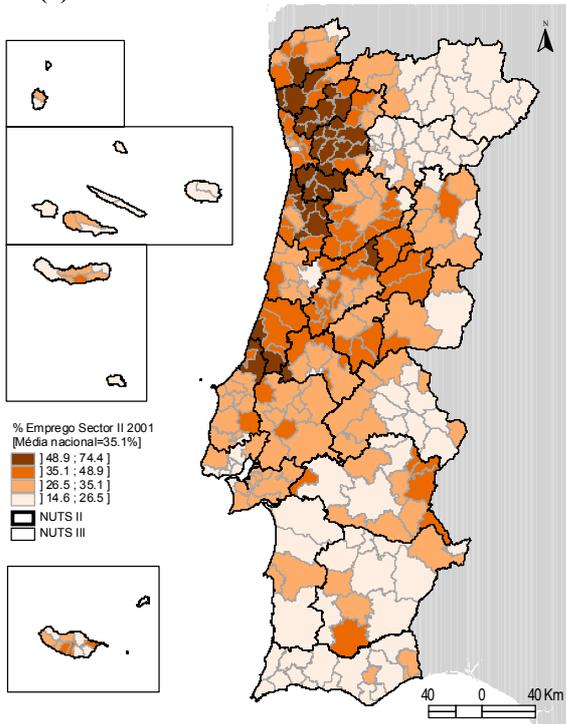
(A) SECTOR PRIMÁRIO: CONTEXTO NACIONAL



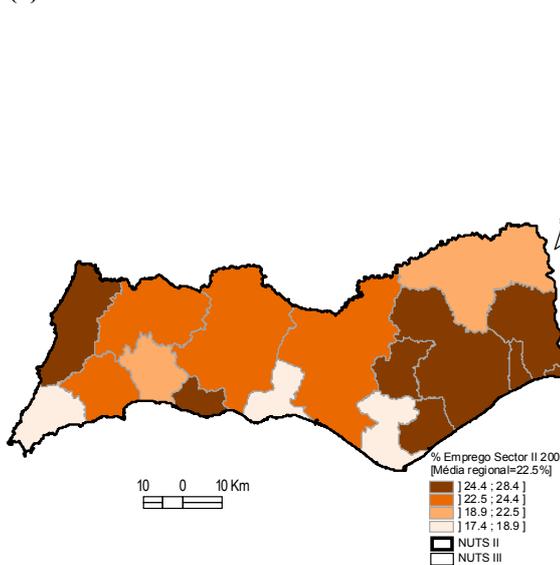
(B) SECTOR PRIMÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



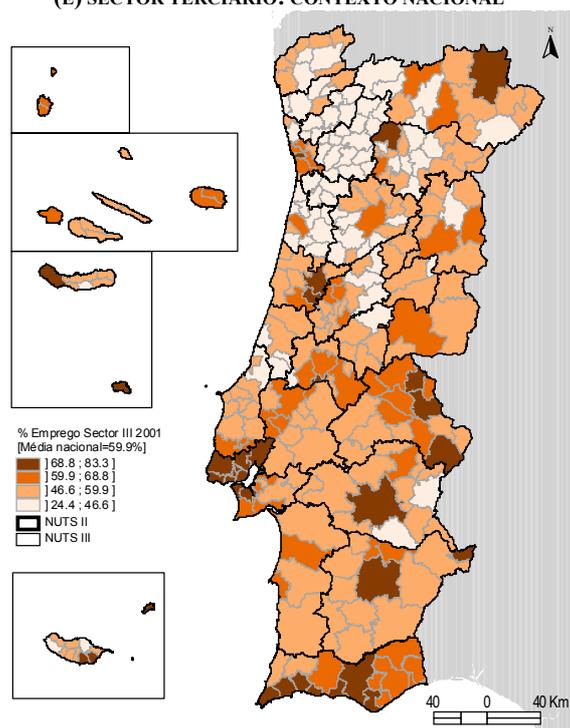
(C) SECTOR SECUNDÁRIO: CONTEXTO NACIONAL



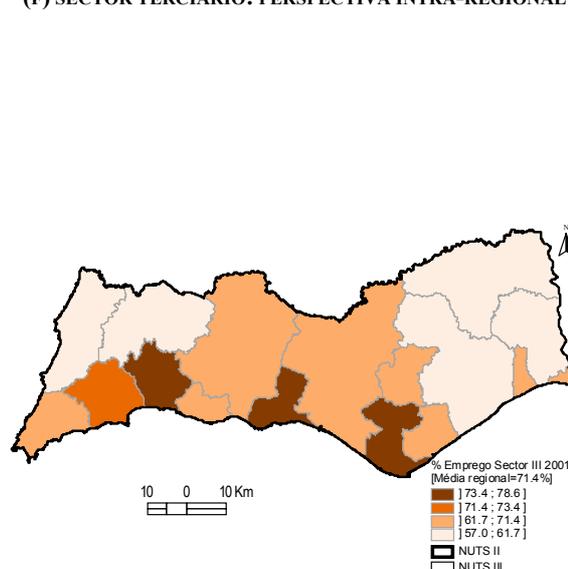
(D) SECTOR SECUNDÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(E) SECTOR TERCIÁRIO: CONTEXTO NACIONAL



(F) SECTOR TERCIÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

CAIXA 2.3-4 – TURISMO NO INTERIOR ALGARVIO: A FÁBRICA DO INGLÊS EM SILVES

Este projecto desenvolve-se numa antiga fábrica de rolhas de cortiça do século XIX, que laborou desde 1894 até meados da década de noventa do século XX. Em 1997, esta estrutura industrial foi adquirida pela empresa Fábrica do Inglês S.A. com o objectivo de a reabilitar e de desenvolver um empreendimento de âmbito turístico e cultural. A intervenção levada a cabo preservou a arquitectura original, bem como o vasto património documental e tecnológico ainda existente.

Este “imenso palco de lazer” está aberto todo o ano e aposta na interactividade das propostas de animação oferecidas aos utentes nas vertentes da cultura, da animação e da restauração.

No domínio cultural, deve destacar-se o Museu da Cortiça e o Centro de Documentação. O Museu da Cortiça, inaugurado em 1999, ocupa uma área de exposição próxima dos 1.400 m² e as suas salas (oficina transformadora, oficina de serralharia, ferraria e do correio, casa da máquina e casa da prensa) procuram ilustrar o ambiente da antiga fábrica apoiando-se, também, na projecção de filmes sobre o tema da cortiça (sala de audiovisuais e sala de interpretação). O Centro de Documentação reúne o património documental e museológico da antiga fábrica, para além de conter documentos relacionados com a cultura da cortiça.

No domínio da animação, deve salientar-se o Jardim das Laranjeiras (considerado uma fábrica/jardim do final do século XIX e que alberga um espaço de restauração e um parque infantil), o Aquavision (fontes cibernéticas durante o dia que de noite são palco de um espectáculo multimédia onde é contada a história de Silves), Animação de Rua (que percorre todo o Parque ao fim da tarde) e o Recinto Multiusos (no Verão acolhe espectáculos de variedades e no Inverno, com o recurso a uma tenda com capacidade para 800 pessoas, permite a organização de uma série de eventos - congressos, desfiles de moda, feiras, festas para grandes grupos, etc.).

No domínio da restauração, estão localizados no Parque seis estabelecimentos de qualidade relacionados com a antiga actividade industrial que agora serve de cenário: Casa de Chá, que funciona nos antigos escritórios da administração da fábrica; Bar Tapas, no pavilhão onde se efectuava a selecção manual das rolhas; Café da Fábrica, no pavilhão da antiga pesagem e

ensacamento dos produtos fábri; Pizzaria, que aproveitou a estufa da oficina onde se fabricavam as rolhas coladas; Cervejaria, no local onde se fazia a cozedura da cortiça em caldeiras e posterior tratamento e que aproveitou os antigos tanques para viveiros de mariscos; Churrasqueira, na antiga oficina de rabaneação e quadração.

Este projecto tem vindo a atrair cada vez mais pessoas e, de certa forma, tem constituído uma boa alternativa ao turismo da faixa litoral. A Fábrica do Inglês tem para oferecer um leque bastante diversificado de actividades e eventos que podem ser desfrutados por população de todas idades. Com animação e actividades ao longo de todo ano, embora com maior incidência na época alta, são proporcionados aos visitantes e aos residentes todo o tipo de espectáculos nas mais diversas áreas (teatro, literatura, música, etc.).

A Fábrica do Inglês veio enriquecer o concelho de Silves, em particular, e todo o Algarve, de uma forma global, pela mais-valia que constitui em termos de oferta cultural e lúdica, dada a grande variedade de actividades que proporciona. Refira-se que tem havido uma preocupação em desenvolver algumas acções em colaboração com a Câmara de Silves, para além de outras entidades locais e regionais. A título de exemplo, o espectáculo multimédia onde é contada a história de Silves assenta na projecção de diapositivos e de raios laser nas muralhas do Castelo de Silves.

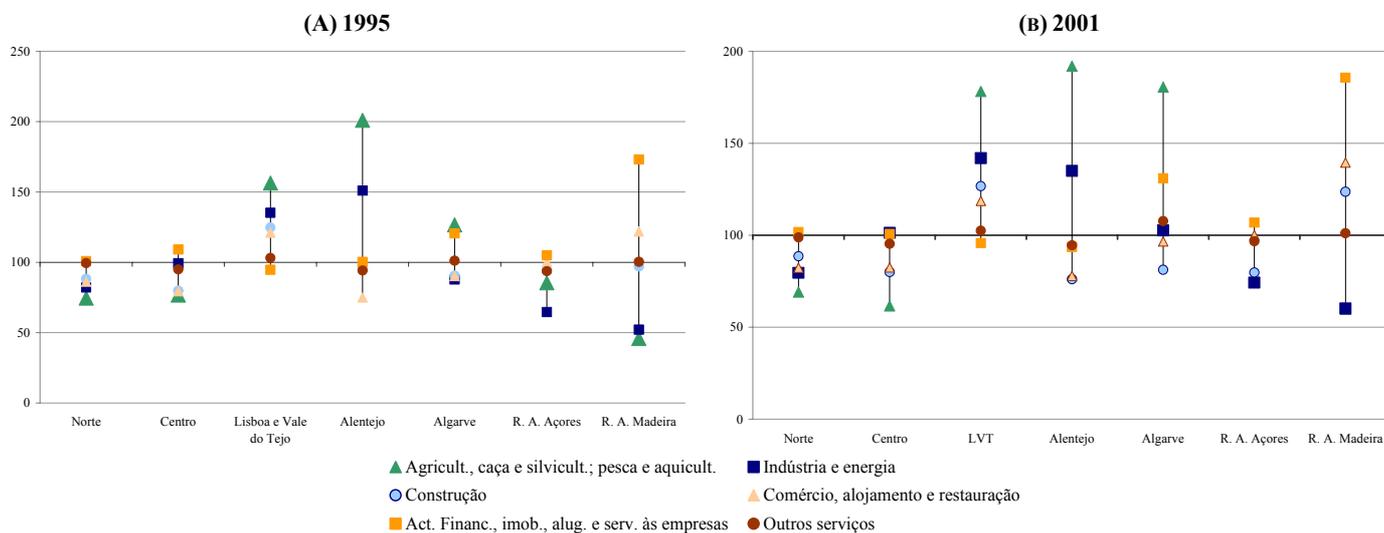
O projecto da Fábrica do Inglês tem sido importante não só para responder à procura turística (nacional e estrangeira), como para os residentes no Concelho e na Região. As actividades desenvolvidas neste Parque Lúdico e Cultural interessam ambos os públicos, permitindo o contacto com a história, com o passado de uma actividade industrial, disfrutar de um conjunto de eventos e espectáculos, aproveitar uma oferta gastronómica variada e qualificada, para além da possibilidade de fruição simples de um espaço cuidado, atractivo e animado. No que respeita aos residentes é de salientar o facto de poderem assistir, durante todo o ano, a espectáculos que outrora só poderiam ser vistos em cidades de maior dimensão obrigando, para tal, a deslocações significativas em termos de distância e de tempo.

Numa agregação da economia em seis grandes sectores de actividade, a avaliação da produtividade comparativa entre os valores regionais e os valores médios nacionais permite concluir que a região do Algarve, no ano de 2001, registou níveis de produtividade mais elevados nas actividades primárias, nomeadamente na pesca e agricultura, bem como nas actividades imobiliárias e financeiras de aluguer e serviços às empresas (ver Figura 2.3.29). A rubrica de outros serviços também apresenta, no Algarve, um nível de produtividade superior à média nacional, sendo aliás a região NUTS II que apresenta maior produtividade relativa, quer neste grande sector, quer no sector já referido das actividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas. Esta posição relativa dos sectores de serviços, demonstra que ainda que não sejam as actividades que registam maior relevância relativa, face à média nacional, em termos de posição no VAB da região (Figura 2.3.27), são efectivamente as que registam maiores níveis de produtividades, contribuindo amplamente para que a produtividade média da região do Algarve, em 2001, seja bastante superior à média nacional. É importante notar, que entre 1995 e 2001, estes sectores foram os que apresentaram maiores ganhos de produtividade, enquanto que o sector da construção foi o responsável pela maior queda de produtividade identificada, registando sempre valores abaixo da média nacional.

O grande sector da indústria e energia, apesar de ter pouca relevância na região do Algarve, também apresentou uma evolução positiva entre 1995 e 2001, passando, aliás, de uma posição de produtividade inferior à média nacional para uma posição superior, o que apesar de parecer ser contraditório com as desvantagens comparativas que esta região tem face a outras menos periféricas, reflecte a influência da elevada produtividade das actividades industriais de fabricação de outros minerais não metálicos, onde se

incluem grande parte dos sectores fornecedores de materiais e matérias-primas da cadeia da construção civil, sector com grande relevância no Algarve.

**FIGURA 2.3.29 – PRODUTIVIDADE POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)**



A análise do perfil de especialização sectorial do Algarve, permite identificar o sector de alojamento e restauração (letra H no gráfico) como sendo o que tem maior especialização regional, uma vez que é o sector que regista maior índice de produtividade, claramente acima da média regional e nacional e o maior quociente de localização (ver Figura 2.3.30). Em 2001, este sector apresenta níveis de produtividade superiores aos valores médios nacionais, representando 12,8% do VAB produzido no Algarve e correspondendo a região a 16,7% do VAB nacional com origem nas actividades de alojamento e restauração. Ainda assim, é relevante perceber que em termos de produtividade houve uma diminuição do posicionamento relativo deste sector, na segunda metade dos anos 90, face às médias regional e nacional, deixando de ter o dobro da produtividade média nacional, para passar a registar uma produtividade superior em aproximadamente 90% à média nacional. Esta evolução está mais relacionada com a melhoria da produtividade média nacional, do que com o enfraquecimento absoluto da produtividade registada pelo sector no Algarve.

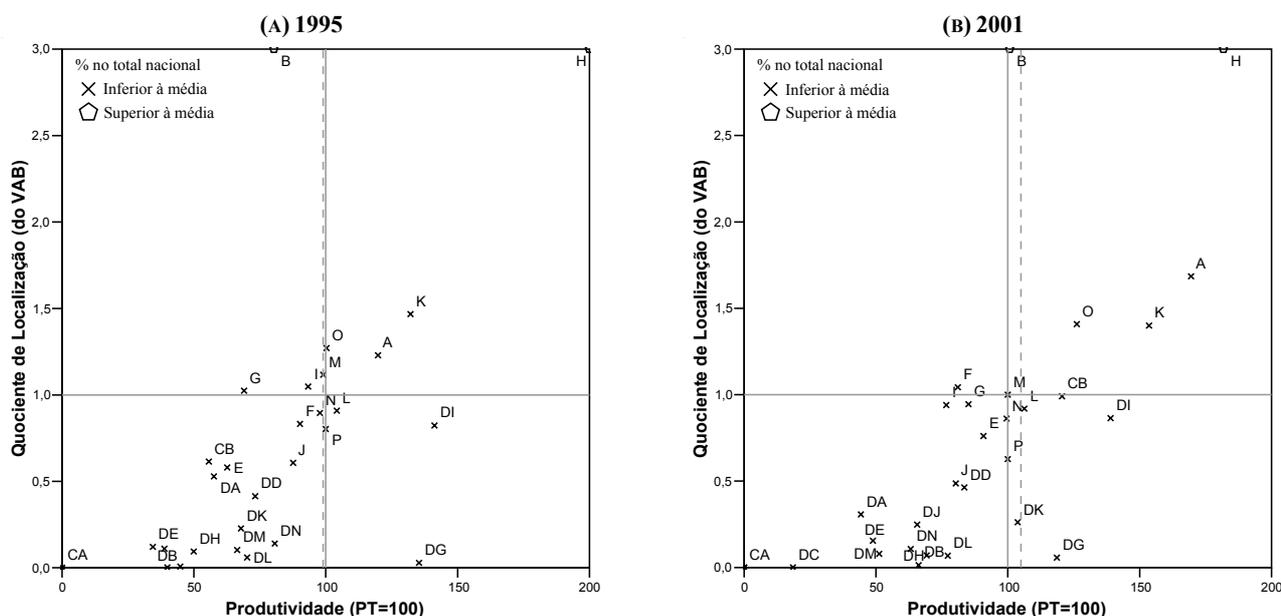
Os sectores do alojamento e restauração (H) e da pesca (B), são os únicos sectores cuja relevância absoluta em termos nacionais (contributo para a formação do VAB) é superior à parte que lhes caberia se houvesse uma distribuição homogénea das actividades pelas sete regiões NUTS II portuguesas. Contudo o posicionamento do sector da pesca (B), embora seja um sector com um quociente de localização ao nível do sector do alojamento e restauração (H), em termos de produtividade tem registado uma tendência crescente que lhe permitiu atingir a média nacional em 2001, sendo esta evolução o reflexo dos apoios importantes que têm sido dirigidos à modernização da frota pesqueira.

É ainda possível identificar outros sectores de especialização na região do Algarve, que simultaneamente registam índices de produtividade acima dos valores médios nacional e regional, nomeadamente agricultura (A), actividade imobiliárias e serviços prestados às empresas (K) e outros serviços colectivos,

sociais e pessoais (O). O sector da construção (F), muitas vezes identificado como um sector de especialização da região do Algarve, regista valores de quociente de localização elevados, ainda que apenas em 2001 esses valores sejam superiores a 1. Esta situação explica-se pelo facto das maiores empresas nacionais deste sector poderem estar a operar na região, sem que para isso tenham necessidade de deter uma filial nessa mesma região, estando assim o VAB regional deste sector claramente subavaliado.

Por fim, é importante registar que a região do Algarve é sobretudo uma região especializada em serviços, sendo as excepções a especialização na agricultura (A) e pesca (B), e todas as actividades industriais parecem deter uma relevância regional marginal. O sector industrial que parece deter maior relevância é a fabricação de outros metais não metálicos, principal fornecedor do sector da construção.

FIGURA 2.3.30 – ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL (VAB) NOS ANOS 90



Nota: a leitura do gráfico baseia-se na combinação de 3 parâmetros:

- Parâmetro de localização relativa das actividades: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização (QL) do VAB;
- Parâmetro de Produtividade: posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média nacional (linha vertical contínua) e no referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada);
- Parâmetro de localização absoluta das actividades: relevância sectorial absoluta da região a nível nacional. A região apresenta localização absoluta inferior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é inferior a 1/7 e localização absoluta superior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é superior a 1/7.

QL = relação entre o peso relativo do VAB sectorial na região e o peso relativo do VAB sectorial no País.

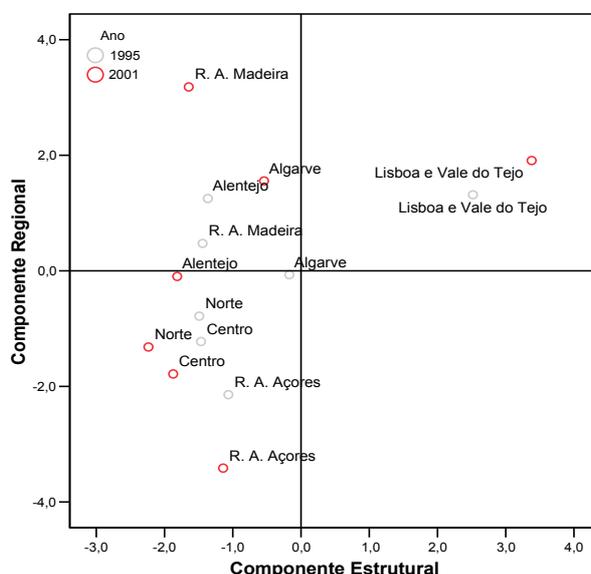
A	Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	DM	Fab. material de transporte
B	Pesca	DN	Ind. transformadoras, n.e.
CA	Extracção produtos energéticos	E	Prod. e distribuição de electricidade, gás e água
CB	Ind. extractivas, com excep. extracção prod. energéticos	F	Construção
DA	Ind. alimentares, bebidas e tabaco	G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
DB	Ind. têxtil	H	Alojamento e restauração
DC	Ind. couro e produtos de couro	I	Transportes, armazenagem e comunicações
DD	Ind. madeira, cortiça e suas obras	J	Actividades financeiras
DE	Fab. pasta, papel e cartão. Edição e impressão	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
DF	Fab. coque, prod. petrolif. refinados e combustível nuclear	L	Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória
DG	Fab. prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	M	Educação
DH	Fab. artigos de borracha e matérias plásticas	N	Saúde e acção social
DI	Fab. outros prod. minerais não metálicos	O	Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais
DJ	Ind. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	P	Famílias com empregados domésticos
DK	Fab. máquinas e equipamentos, n.e.	Q	Organismos internac. E outras instituições extraterritoriais
DL	Fab. equipamento eléctrico e óptica		

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

A partir da estrutura de especialização sectorial de todas as regiões NUTS II fez-se um exercício em que se procura explicar os diferenciais regionais de produtividade (ver Figura 2.3.31), quer pela possibilidade de existência de um maior nível de eficiência produtiva regional (componente regional dos diferenciais de produtividade), quer a possibilidade de existência de um padrão de especialização regional assente em sectores com maiores níveis intrínsecos de produtividade (componente estrutural dos diferenciais de produtividade). No ano de 1995, a região do Algarve registou um nível de produtividade abaixo do valor médio nacional, sendo este posicionamento suportado pela posição comparativa deficitária face à média nacional em ambos os eixos de decomposição dos diferenciais de produtividade. Não obstante, o posicionamento da região na componente estrutural é ligeiramente mais baixo que na componente regional, ou seja, a principal justificação para que a produtividade do Algarve seja inferior à média nacional prende-se com o próprio padrão de especialização regional, que combina, em larga medida, actividades que têm, nesta região, níveis de produtividade abaixo da média nacional, como seja o comércio por grosso e a retalho, a construção ou as actividades financeiras.

Por outro lado, durante a segunda metade da década de 90, registou-se um incremento no nível de produtividade da região do Algarve, tendo esta região ultrapassado o valor médio nacional. A principal justificação para esta evolução positiva refere-se ao aumento da eficiência produtiva regional, ou seja, apesar da diminuição do poder explicativo do padrão de especialização da região, a eficiência regional passou a ser mais explicada pelo aumento generalizado dos níveis de produtividade de todos os sectores localizados na região do Algarve face às médias nacionais, do que pela produtividade associada à dinâmica regional, tal como é possível constatar na Figura 2.3.30.

FIGURA 2.3.31 – DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: ANÁLISE *SHIFT-SHARE*



Nota: A análise shift-share decompõe os diferenciais de produtividade da região face ao país em duas parcelas: Componente Estrutural - diferencial de produtividade da região em relação ao país, resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente Regional - diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência sectorial entre a região e o país, assumindo a estrutura produtiva regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais.

**CAIXA 2.3.5 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE:
A IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS COMPETITIVOS**

A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década^(*), traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na cadeia de valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, “sourcing”) no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

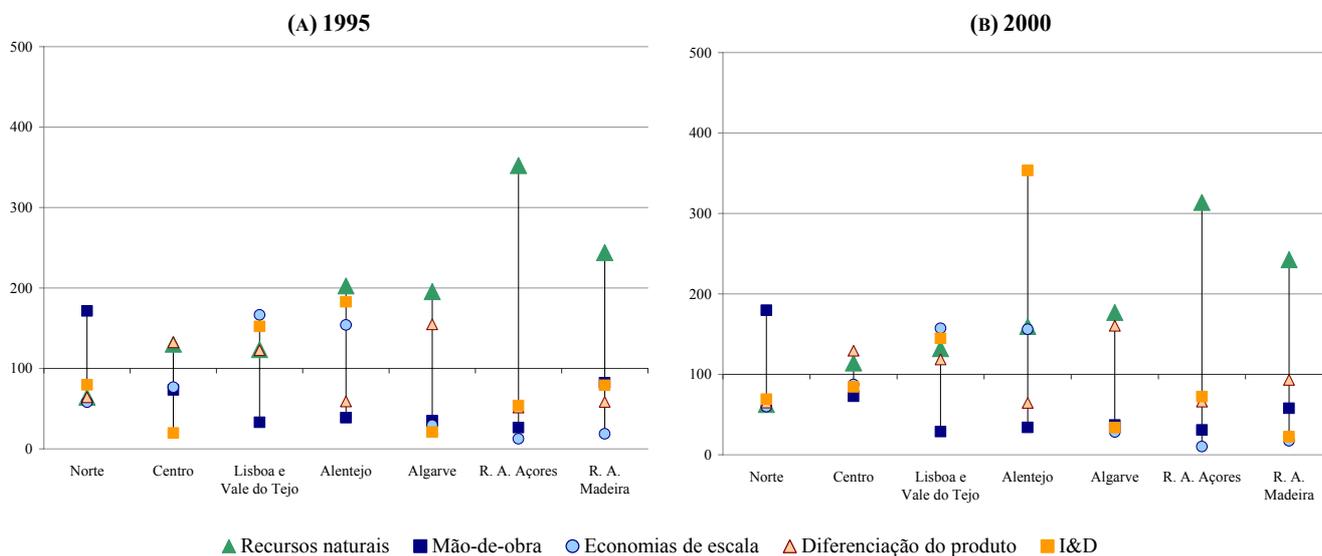
(*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

Ainda que se tenha feito anteriormente a análise comparativa do posicionamento de cada uma das regiões NUTS II face aos valores médios nacionais em termos a VAB sectorial (Figura 2.3.27), faz-se agora um estudo similar, mas em que se organizam os diversos sectores industriais de acordo com factores chave de competitividade, tal como se apresentam na caixa de texto anterior. É esta forma de análise que permite entender que, durante a segunda metade da década de 90, a região do Algarve registou uma maior especialização em actividades que incidem na exploração de recursos naturais, entre as quais se deve

destacar a indústria alimentar, que é fomentada pelo peso que os sectores primários da agricultura e das pescas têm na região. Contudo, é importante notar que, entre 1995 e 2000, o diferencial face ao peso médio que aquele factor tem no VAB nacional decresceu (Figura 2.3.32).

Apesar de serem as actividades que procuram a exploração de recursos naturais que registam o maior peso na riqueza criada na região, existe outro factor chave de competitividade que parece ter uma grande relevância no Algarve face aos valores médios nacionais – a diferenciação do produto. Ainda que o grau de especialização do factor diferenciação do produto seja inferior ao registado pelo factor dos recursos naturais, entre 1995 e 2000, este factor manteve o seu diferencial positivo face à média nacional, justificando-se este resultado pela importância que tem para a economia da região os sectores relacionados com a fabricação de outros produtos minerais não metálicos, nomeadamente todos os produtos e matérias-primas que integram a cadeia de valor da construção civil e obras públicas.

FIGURA 2.3.32 – ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90 (PORTUGAL=100)



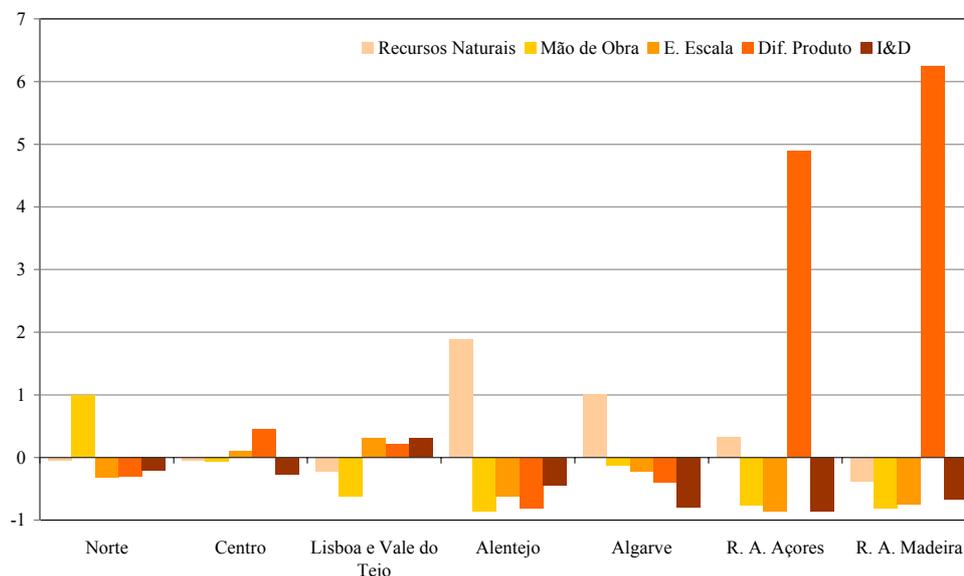
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

Numa outra perspectiva, pode-se analisar a posição da região do Algarve em termos de vantagens comparativas reveladas, utilizando os mesmos factores chave de competitividade. Esta análise permite identificar os sectores que exploram o factor chave recursos naturais como sendo os únicos a registarem vantagens comparativas reveladas, ainda que com um valor pouco elevado, sendo isto o reflexo do peso que as exportações dos sectores relacionados com a indústria alimentar têm na região, mantida pela forte especialização da região nas actividades piscatória e agrícola.

No seguimento do exercício anterior, em que se identificou um elevado peso no VAB regional das actividades que exploram o factor chave diferenciação do produto, seria de esperar que essas actividades registassem igualmente vantagens no que se refere às exportações, o que não acontece. A justificação para este resultado está associada ao próprio padrão de especialização da região, em que o sector da construção tem uma grande dinâmica, absorvendo a maioria da produção regional dos minerais não metálicos produzidos na região (nomeadamente, produtos cerâmicos, cimento, cal, gesso e argamassas). Aliás,

grande parte deste tipo de produtos não tem grande vantagem na exportação, uma vez que tendo elevados pesos brutos, perde a competitividade pelos elevados custos de transporte associados.

FIGURA 2.3.33 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE (2000)



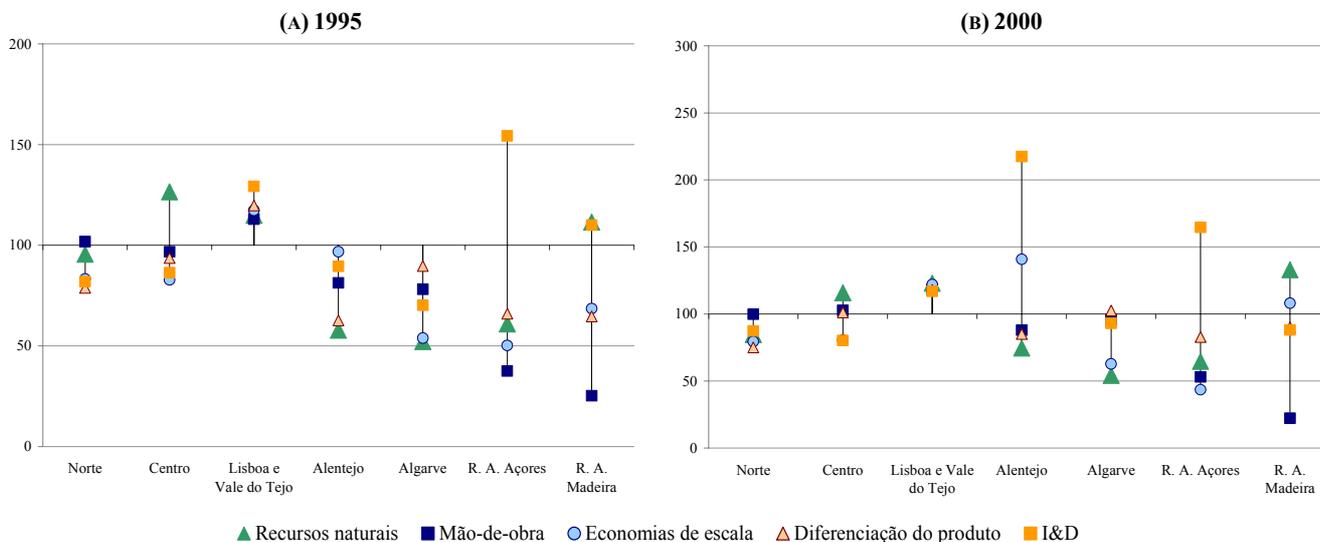
Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Mantendo ainda a análise sobre os factores chave de competitividade, mas desta vez numa perspectiva de produtividade, pode-se observar que o Algarve apresenta níveis de produtividade inferiores aos valores nacionais para todos os factores de competitividade (Figura 2.3.34). Contudo, é importante verificar que existe algum contraste entre os sectores que constituem cada um dos factores chave, sendo os sectores que exploram os recursos naturais os menos produtivos, para os dois anos em análise, e os sectores relacionados com a diferenciação dos produtos os que apresentam níveis de produtividade mais elevados, chegando, em 2000, a atingir o nível de produtividade médio nacional. Este valor reflecte a importância que têm na região as actividades de fabricação de outros produtos minerais não metálicos, sobretudo enquanto fornecedores das actividades de construção.

Quanto ao posicionamento registado pelos sectores que exploram os recursos naturais, constata-se que está de acordo com os resultados que tinham sido obtidos individualmente pelos sectores que constituem aquele factor chave de competitividade (Figura 2.3.30), nomeadamente a reduzida produtividade da indústria alimentar, bebidas e tabaco e da fabricação de pasta, papel e cartão e seus artigos. Estes resultados não são contraditórios com o posicionamento positivo que os sectores que exploram os recursos naturais, nomeadamente a indústria alimentar e das bebidas, obtiveram em termos de peso na estrutura do VAB e vantagens comparativas reveladas, uma vez que numa perspectiva relativa estes sectores se destacam positivamente na região do Algarve, mais pelo tecido industrial ser globalmente escasso do que pela grande vantagem específica daqueles sectores.

**FIGURA 2.3.34 – PRODUTIVIDADE POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)**

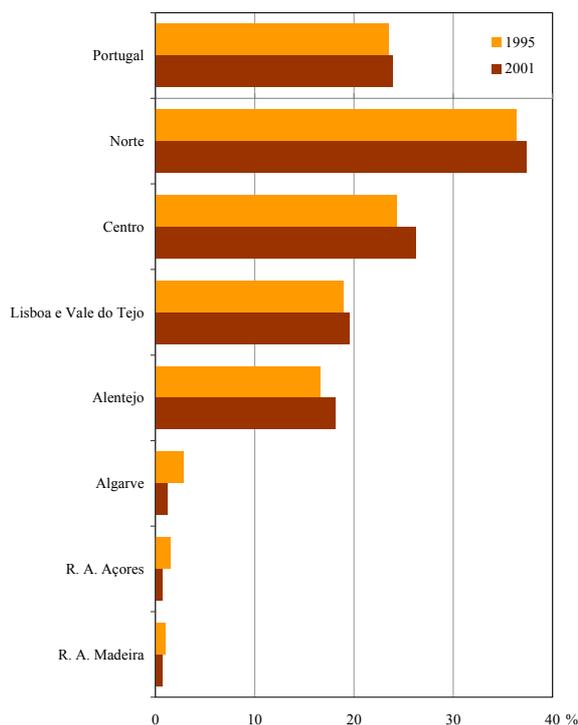


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais, e DEEP, Quadros de Pessoal

Na sequência de toda a análise efectuada anteriormente, em que se concluiu que a região do Algarve é especializada sobretudo em serviços, com a cadeia de valor turística a desempenhar uma importante função dinamizadora de toda a economia regional, em que os sectores relacionados com a exploração de recursos naturais são os que têm um maior peso no VAB da região e as maiores vantagens comparativas reveladas, ainda que registem produtividades muito reduzidas, pode-se efectuar uma análise em que se verifica a evolução da intensidade exportadora da região, ou seja, qual o peso que as exportações da região têm no VAB regional.

Com esta última análise é possível verificar que o Algarve é a região continental em que as exportações têm menor relevância no VAB, sendo ainda a única região do continente que regista uma tendência decrescente. Este resultado, não sendo surpreendente, é a consequência da especialização da região na cadeia de valor turística, não sendo o Algarve uma região de localização preferencial para a localização de empresas industriais. As indústrias localizadas nesta região, ou são indústrias de suporte a outras actividades de especialização da região, como a fabricação de materiais e matérias-primas para a construção, ou são indústrias de transformação directamente a jusante de outras actividades de especialização, como a indústria alimentar decorrente da especialização da região na agricultura e na pesca.

FIGURA 2.3.35 – INTENSIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90



Nota: Intensidade exportadora = Exportações/VAB, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.3.5. Estrutura da Procura

A análise da composição das despesas dos agregados familiares da região do Algarve mostra que, em conformidade com a estrutura média nacional, os agregados familiares tendem a afectar a maior parcela de consumo às despesas relacionadas com a habitação e custos associados (água, electricidade, gás e outros combustíveis), sendo inclusive, os que maior peso relativo destinam a estas rubricas. As maiores divergências face à distribuição média nacional colocam-se ao nível dos outros bens de primeira necessidade, como produtos alimentares, bebidas, vestuário e saúde (que em termos nacionais diminuíram, entre 1995 e 2000, e na região do Algarve aumentaram), bem como nas despesas relacionadas com hotéis, restaurantes, café e similares, provavelmente influenciadas pela especialização sectorial da região nestas actividades. Em termos de despesas com produtos de lazer, distração e cultura, não obstante ter existido uma evolução positiva no consumo destes serviços, entre 1995-2000, o posicionamento da região é inferior à média nacional, sendo apenas superior às despesas que as regiões do Alentejo e da Madeira destinam a este tipo de bens intangíveis.

No que se refere à taxa de urbanização, embora a região registe um valor abaixo da média nacional, apenas é superado de forma bastante consistente pelos valores das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, sendo claro que os concelhos de Faro, Olhão, Vila Real de Santo António, Lagos e Portimão

são os que registam maior grau de urbanização. Referência ainda, para o efeito polarizador que os concelhos de Faro e Albufeira têm sobre a mão-de-obra residente em concelhos limítrofes.

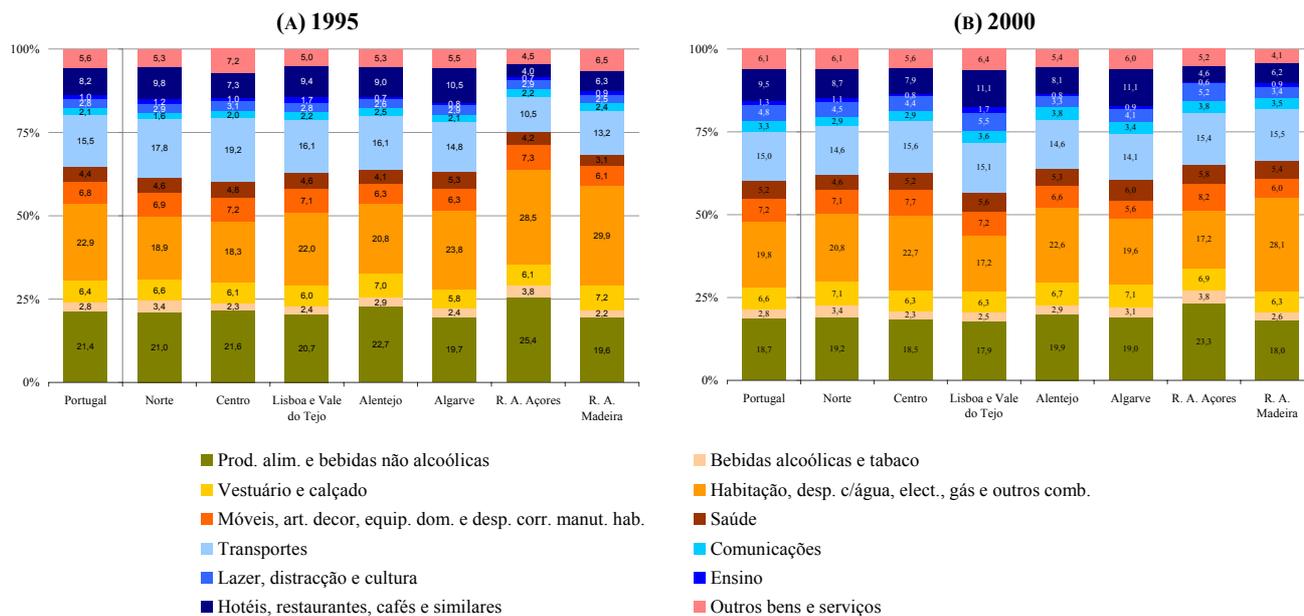
Uma das formas mais axiomáticas para estudar a procura de uma região, passa pela análise da estrutura das despesas dos agregados familiares, nomeadamente por comparação com a estrutura média nacional, quer numa lógica estática, quer em termos evolutivos (ver Figura 2.3.36). Fazendo este exercício comparativo para a região do Algarve, é possível verificar que os agregados familiares desta região, tal como em termos nacionais, tendem a afectar a maior parcela do consumo às despesas relacionadas com a habitação e custos associados (água, electricidade, gás e outros combustíveis), sendo inclusive a região continental que em 1995 regista o maior peso relativo nesta rubrica. Contudo foi identificada uma tendência decrescente destas despesas, explicada pelo facto da crescente oferta imobiliária da região conseguir compensar o aumento dos preços dos terrenos e o desenvolvimento e alargamento da cadeia de valor relacionada com o negócio imobiliário.

Numa outra perspectiva, face a uma descida generalizada dos pesos de outros bens/serviços de primeira necessidade que não a habitação, nomeadamente produtos alimentares, bebidas, vestuário e saúde, que em termos nacionais passaram de 35,0%, em 1995, para 33,3%, em 2000, a região do Algarve registou uma evolução contrária, com os pesos destas despesas a ultrapassarem a média nacional em aproximadamente 2%, no ano de 2000. Neste ano, aliás, os agregados familiares da região do Algarve foram, a seguir aos agregados familiares da Região Autónoma da Madeira, os que gastaram mais com estas despesas, sendo esta evolução em contra-ciclo justificada, sobretudo, pela diminuição relativa do peso das despesas com a habitação (que diminuiu em 4,2%), que influencia os pesos das outras rubricas. Esta justificação é reforçada pelo facto do período em análise (1995-2000) ter sido um período de melhoria do nível de vida dos agregados da região, avaliado quer pela evolução positiva do indicador PIB *per capita*, quer pelo aumento das remunerações médias por empregado, comparativamente com as evoluções médias nacionais dos indicadores.

Assim, é possível identificar neste período uma tendência para a substituição das despesas em bens essenciais por bens não essenciais ou intangíveis, nomeadamente serviços e produtos de lazer, comunicações, ensino, hotéis, restaurantes, cafés e similares. Esta evolução é ainda justificada pelo facto desta região ser a que regista maiores taxas de mudança de emprego motivadas por vontade empreendedora e de evolução na carreira, pelo que seria de esperar um aumento da aplicação das despesas em lazer e bens intangíveis e uma diminuição do peso dos bens essenciais, como a alimentação, vestuário e saúde.

É ainda relevante verificar que, provavelmente influenciados pela especialização sectorial da região em actividades turísticas, os agregados familiares residentes no Algarve apresentaram, sempre, o maior peso das despesas relacionadas com hotéis, restaurantes, cafés e similares, podendo a explicação para este fenómeno estar relacionada, sobretudo, com o facto da oferta ser bastante alargada, influenciando assim a procura a gastar mais nesta rubrica, do que noutras regiões.

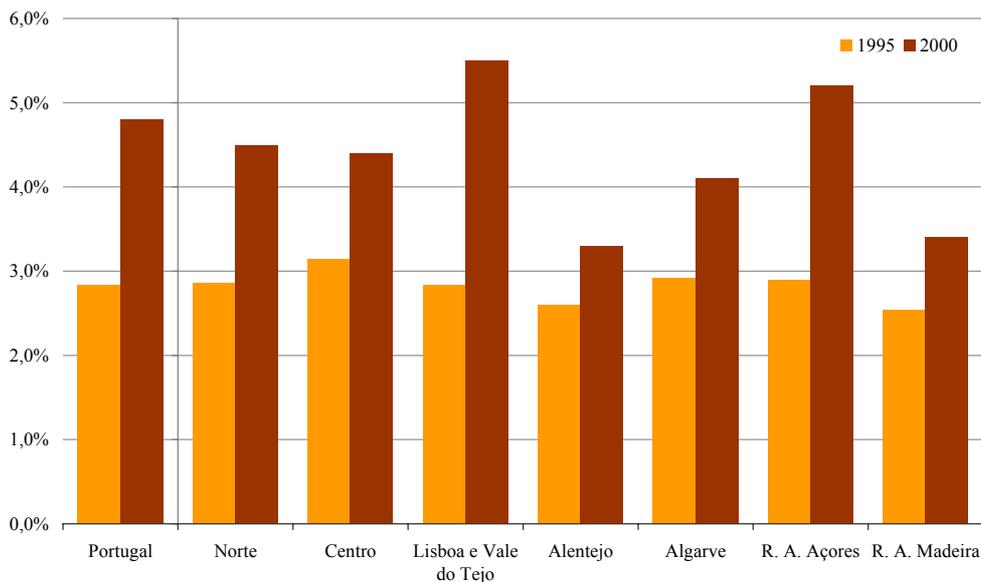
FIGURA 2.3.36 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES NOS ANOS 90



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Tal como já se tinha referido, entre 1995 e 2000, houve um crescimento positivo das despesas em produtos de lazer, distracção e cultura (Figura 2.3.37), na região do Algarve, sendo esta evolução o resultado do crescimento do nível de vida, do aumento das remunerações por empregado e do aumento do número absoluto de população com habilitações superiores, que tendencialmente são uma população mais propensa a investir em cultura e lazer.

FIGURA 2.3.37 – CONSUMO EM SERVIÇOS AVANÇADOS EM % DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



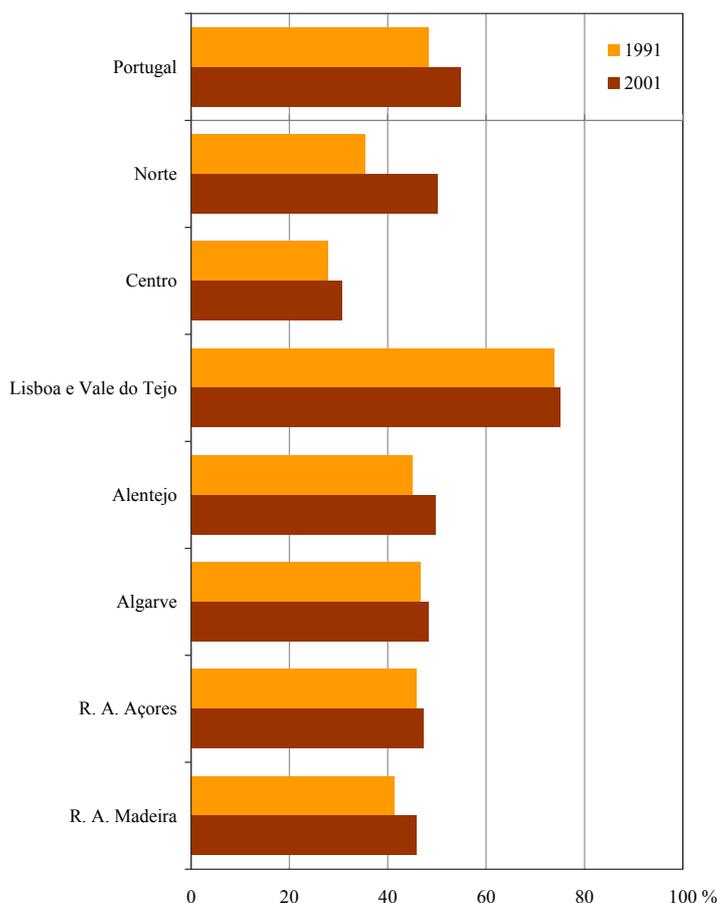
Nota: Despesas em lazer, distracção e cultura em % do total das despesas dos agregados familiares.

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Outra forma de caracterizar a procura na região do Algarve, passa pela análise da taxa de urbanização, ou seja, avaliar que percentagem da população residente, habita em lugares com mais de 2.000 habitantes, sendo este exercício uma *proxy* da localização da procura nos principais centros de desenvolvimento (ver Figura 2.3.38). Desta forma, é possível verificar que houve um crescimento da taxa de urbanização média do Algarve, ainda que esta região tenha passado de uma situação, no início da década de 90, em que era a segunda região NUTS II, a seguir a Lisboa e Vale do Tejo, com maior taxa de urbanização (46,8%), para uma situação, em 2001, em que apesar de ter aumentado, a posição do Algarve é apenas superior à posição da região Centro, quando se consideram apenas as 5 regiões NUTS II do Continente, com a taxa de urbanização de 48,2%, ficando em ambos os casos, estes valores aquém dos valores médios nacionais.

A evolução positiva da taxa de urbanização do Algarve explica-se sobretudo pelo elevado crescimento populacional da região (16,6% entre 1991 e 2001) e pela elevada taxa de atractividade de população que a região tem registado, o que tendencialmente se traduz na localização preferencial em lugares dentro dos próprios pólos urbanos ou em lugares na periferia dos grandes pólos urbanos, que são normalmente os que registam maior dinamismo empresarial, especialmente no que se refere ao sector do turismo.

Não obstante, é importante ter em consideração que a região do Algarve, apesar de ter um elevado número de pólos urbanos, é claramente uma região de residência sazonal, havendo um grande número de lugares com índices de construção extremamente elevados e taxas de residência bastante reduzidas, porque são construções vendidas a residentes sazonais, para os quais aquela habitação representa a segunda habitação. Pode ainda acontecer, que lugares abrangidos por zonas hoteleiras tenham igualmente um nível de população residente relativamente reduzido.

FIGURA 2.3.38 – TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL

Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2.000 habitantes/População Residente total, em %.

Fonte: INE, Censos

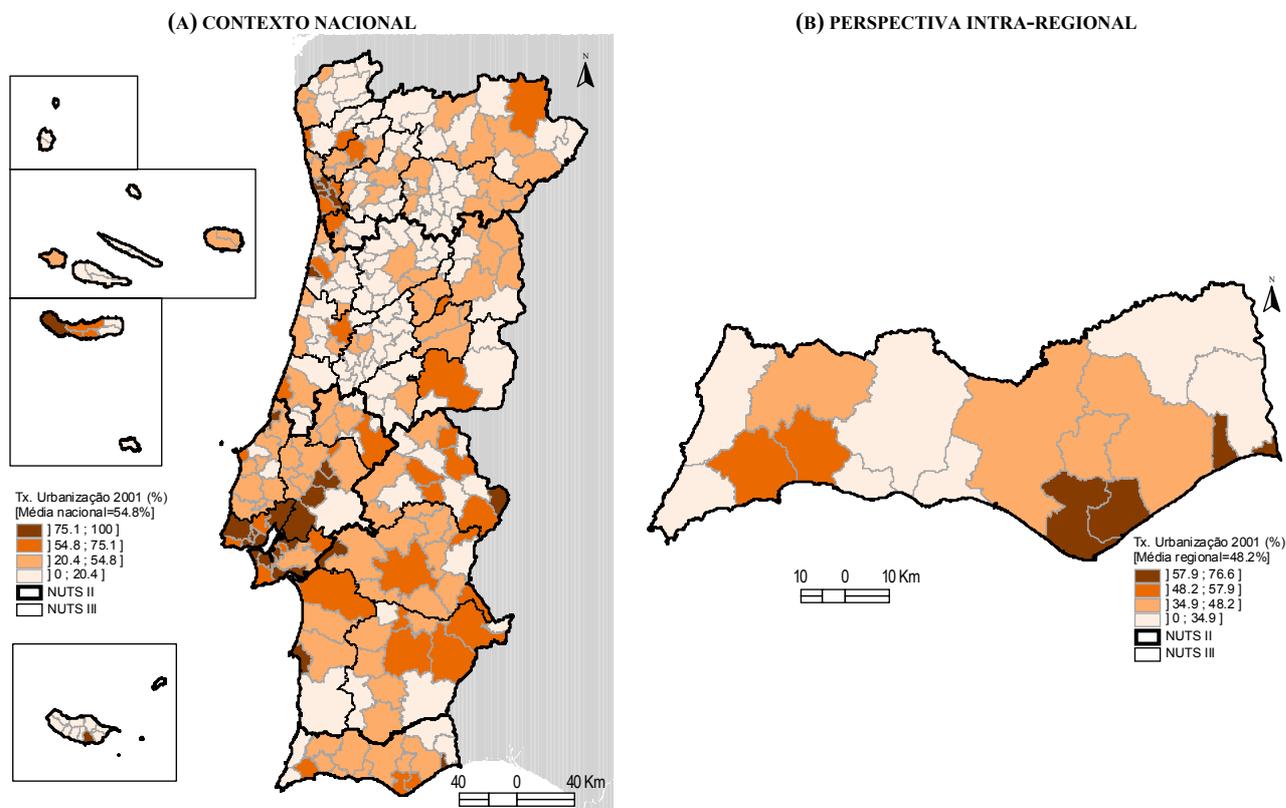
Como complemento do exercício anterior, o padrão geográfico concelhio permite entender que apenas 5 dos 16 concelhos da região do Algarve registam taxas de urbanização superiores ao valor médio da região (ver Figura 2.3.39), nomeadamente Faro, Olhão, Vila Real de Santo António, Lagos e Portimão. É curioso verificar que concelhos como Lagoa e Albufeira, que também tinham sido considerados como tendo densidades populacionais extremamente elevadas, não registem taxas de urbanização acima da média. A explicação poderá ajudar a entender porque é que em termos relativos a taxa de urbanização do Algarve é tão baixa. Grande parte dos concelhos algarvios são desequilibrados em termos de densidades populacionais, ou seja, no mesmo concelho existem realidades completamente distintas, havendo uma faixa litoral, que muitas vezes tem uma largura inferior a 2 quilómetros, com densidades populacionais extremamente elevadas e regiões menos costeiras com densidade médias ou baixas.

É por via da explicação anterior que se entende que os concelhos com menor extensão tendem a registar maiores taxas de urbanização, e que os concelhos do interior da região apresentam as menores taxas de urbanização.

Por outro lado, existem concelhos cuja faixa costeira é maioritariamente ocupada por unidades hoteleiras e outras actividades turísticas (por exemplo a restauração), e por habitações sazonais de férias, habitando

a maioria da mão-de-obra daqueles pólos na periferia desses mesmos pólos. Estas situações podem explicar a taxa de urbanização inferior à média da região do Algarve para alguns dos concelhos costeiros.

FIGURA 2.3.39 – TAXA DE URBANIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

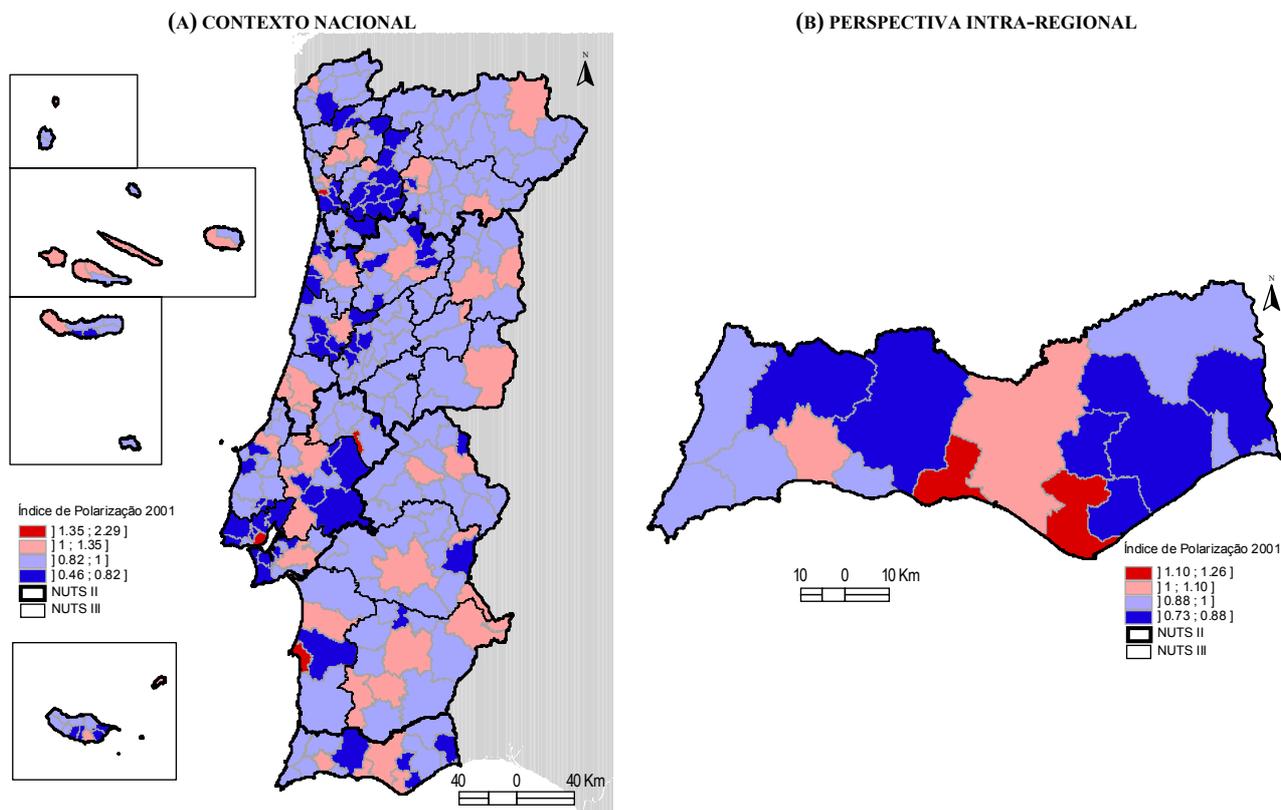


Numa perspectiva complementar à análise anterior, é possível aferir, concelho a concelho, se estes são receptores ou emissores líquidos de mão-de-obra (ver Figura 2.3.40), através da análise do índice de polarização, que permite aferir qual o peso da população empregada num determinado concelho, no total da população residente desse concelho que é empregada (nesse ou noutro concelho), ou seja, é quase um indicador de mobilidade de mão-de-obra inter-concelhio. Aplicando esta análise à região do Algarve, é possível explicar, por exemplo, porque razão é que o concelho de Albufeira, sendo um concelho com uma densidade populacional superior à média da região, não regista uma taxa de urbanização acima da média. Este exercício permite classificar o concelho de Albufeira como sendo um concelho receptor líquido de mão-de-obra, ou seja, a população empregada nesse concelho é bastante superior (entre 10 e 26%) à população residente e que é empregada nesse ou noutro concelho.

O concelho de Faro, sendo o maior pólo urbano da região do Algarve, é o concelho onde se situam a maior parte das dependências de instituições e organismos do governo central, com um grande dinamismo empresarial, nomeadamente por ser neste concelho que estão instaladas as infraestruturas aeroportuárias e portuárias, registando, tal como Albufeira, um índice de polarização elevado, sendo assim um pólo de atracção de mão-de-obra.

Os concelhos que são emissores líquidos de mão-de-obra, são sobretudo os concelhos localizados nas proximidades dos principais concelhos receptores, nomeadamente os concelhos próximos da serra algarvia, a oeste, Monchique e Silves, que enviam mão-de-obra sobretudo para o concelho de Portimão, e os concelhos mais a oeste, nas proximidades de Faro, nomeadamente São Brás de Alportel, Olhão, Tavira e Castro Marim.

FIGURA 2.3.40 – ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



2.3.6. Infraestruturas de Suporte

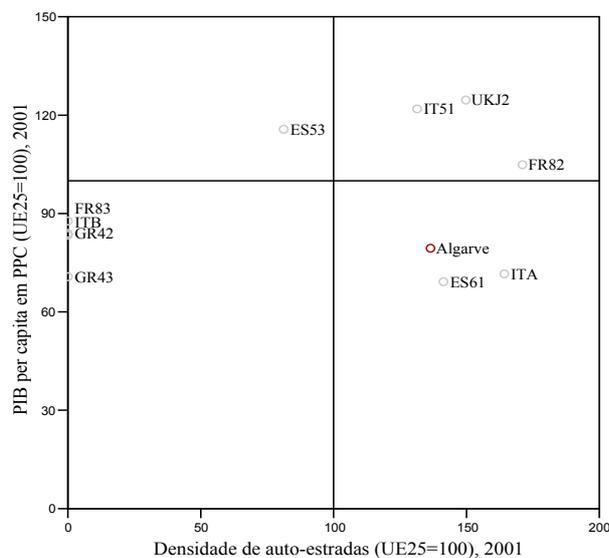
A região do Algarve, relativamente às infraestruturas de suporte tem um posicionamento bastante desigual de acordo com o indicador em análise. Quando se analisa a densidade de auto-estradas, numa base comparativa europeia, constata-se que esta região está bem dotada deste tipo de infraestruturas, com um valor bastante superior à média europeia (1,9 Km/Km² versus 1,4Km/Km²). Em termos de distância aos principais mercados, o Algarve é a região continental nacional mais periférica, situação que se traduz na menor atractividade da região para a localização de grandes investimentos estruturantes, nomeadamente no sector industrial. Por último, a posição da região no que se refere às despesas em I&D também é a mais desvantajosa, situação que reflecte a especialização produtiva da

região e a distância aos principais mercados. Ainda assim, esta região foi a que registou níveis de crescimento destas despesas mais elevados entre 1995 e 2001.

O nível de acessibilidades garantido pela densidade da rede de auto-estradas é bastante elevado na região do Algarve (ver Figura 2.3.41), com densidades cerca de 36% acima da média comunitária, sendo esta posição o resultado dos investimentos neste tipo de infraestruturas viárias que foram feitos nas últimas décadas, aproveitando os fundos comunitários. De facto quer a Via do Infante (Lagos até Castro Marim/Ayamonte) quer o prolongamento da A2 até ao Algarve aumentaram muito consideravelmente a centralidade da região no contexto ibérico. A ligação entre o Algarve e Andaluzia, a par de muitas outras acções de cooperação transfronteiriça, parece esboçar, cada vez mais nitidamente, uma faixa urbana e turística contínua e articulada.

Com uma densidade da rede de auto-estradas similar à da Andaluzia e da Toscana, o posicionamento desta região é ainda mais relevante entre as regiões turísticas europeias que, tal como a região do Algarve, apresentam níveis de vida inferiores à média europeia, dado que apenas a região do Algarve, a região espanhola da Andaluzia e a ilha da Sicília registam valores superiores à média da Europa alargada (UE25). Ao nível da aquisição de bens e serviços, esta ligação por auto-estrada (A22-Portugal e A49-Espanha) veio introduzir alterações significativas no tecido comercial (com níveis crescentes de concentração), na configuração dos fluxos pendulares e mesmo nos padrões de consumo dos residentes.

**FIGURA 2.3.41 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE DE AUTO-ESTRADAS:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| GR42-Notio Aigaio | ITA-Sicilia |
| GR43-Kriti | ITB-Sardegna |
| ES53-Illes Balears | PT15-Algarve |
| ES61-Andalucía | UKJ2-Surrey, East & West Sussex |
| FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur | CY-Kypros |
| FR83-Corse | MT-Malta |
| IT51-Toscana | |

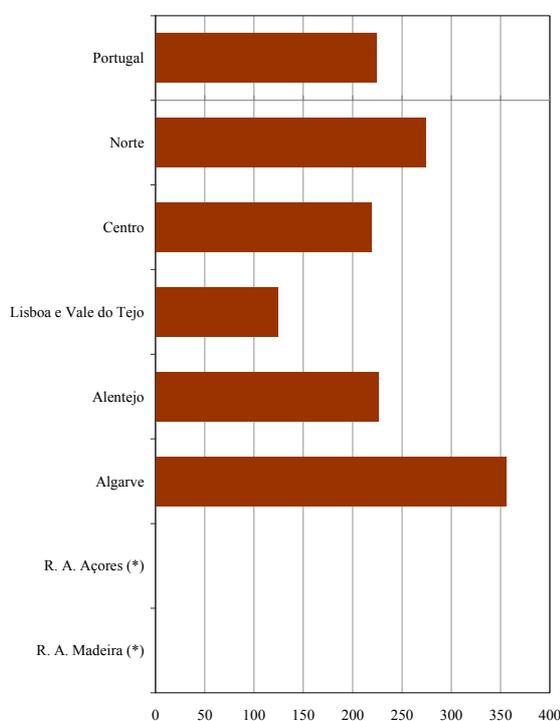
Nota: Densidade de auto-estradas na UE25 (2001) = 1,4 km por km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

De forma a confrontar o grau a centralidade da região do Algarve com as outras regiões, fez-se um exercício de definição da distância média de cada região NUTS II aos principais mercados nacionais – Lisboa e Porto (ver Figura 2.3.42). Não se consideraram estes dois mercados como tendo a mesma relevância, pelo que as distâncias foram ponderadas pela importância relativa que cada um deles tem no VAB conjunto: Lisboa - 70%, Porto - 30%.

Os resultados demonstram que o Algarve é de facto a região nacional mais periférica (dado que não se consideraram as Regiões Autónomas de Madeira e dos Açores) face aos principais mercados nacionais, situação que influencia a estrutura empresarial local, no sentido de não ser atractiva a localização nesta região, para um conjunto de actividades, nomeadamente a maioria das actividades industriais. Este dado mostra que a especialização da região em serviços resulta indubitavelmente do seu potencial turístico, mas também da fraca atractividade da região para a localização de actividades industriais.

FIGURA 2.3.42 – DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS MERCADOS
(EM KM)



Nota: Para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira não foram calculadas distâncias, uma vez que os cálculos se baseiam nas distâncias por rede viária aos pólos de Lisboa e Porto. A distância apresentada para cada NUTS II corresponde à média das distâncias entre as capitais de distrito das respectivas NUTS III (ou concelhos mais populosos, no caso de regiões NUTS III sem capital de distrito) e os pólos de Lisboa e Porto, sendo as distâncias a estes pólos ponderados pela importância relativa que cada um deles tem no VAB conjunto: Lisboa - 70%, Porto - 30%. ***Vai ser alterado***

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, a partir da base de dados geo-referenciada da Michelin.

Como forma de aferir o potencial das infraestruturas de inovação na região, e assim o esforço de desenvolvimento de novos conhecimentos cuja incorporação na actividade empresarial poderá potenciar o desenvolvimento regional, fez-se um exercício de posicionamento das diferentes regiões face à média nacional, em termos de despesas em I&D nas entidades de suporte, calculado em % do VAB, para 1995 e

2001 (Figura 2.3.43 - A) e taxa média de variação anual das despesas de I&D e do VAB, entre 1995 e 2001 (Figura 2.3.43 - B). Durante a segunda metade da década de 90, não obstante tenha aumentado o peso das despesas em I&D da região do Algarve no VAB, esta região manteve-se como uma das regiões que menos investe em I&D, podendo ser identificadas diversas razões:

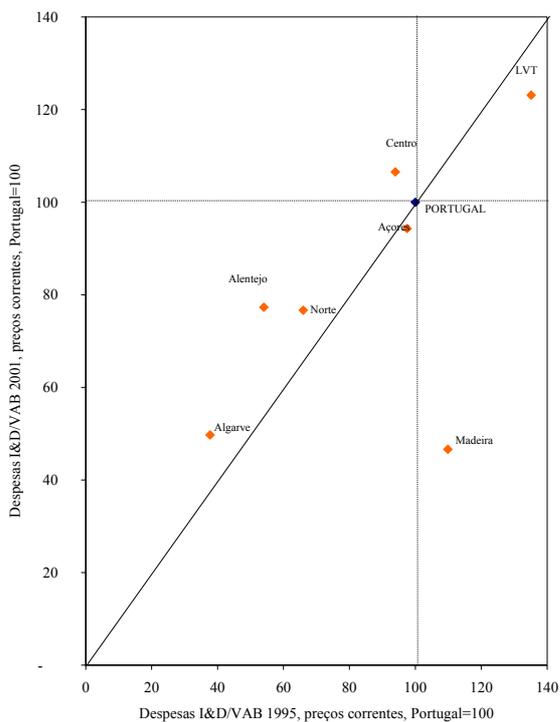
- sendo uma região que está distante dos principais mercados nacionais, numa lógica de consumo, é uma localização preterida pelas empresas que maior investimento fazem em I&D, nomeadamente as filiais das grandes empresas multinacionais;
- esta região também tem uma localização periférica face aos principais centros nacionais de I&D, maioritariamente localizados em Lisboa e Porto;
- decorrente dos aspectos anteriores, existe nesta região uma grande dificuldade de acesso a informação, matéria-prima base para as actividades de I&D;
- a especialização regional em sectores com fracas necessidades de desenvolvimento de conteúdos tecnológicos não fomenta o I&D.

As actividades de I&D existentes na região do Algarve são, na sua maioria, desenvolvidas pela Universidade do Algarve, havendo um défice de actividades de I&D implementadas pelas outras entidades de suporte, nomeadamente, as empresas privadas, o Estado, as Instituições Públicas Sem Fins Lucrativos (IPSFL).

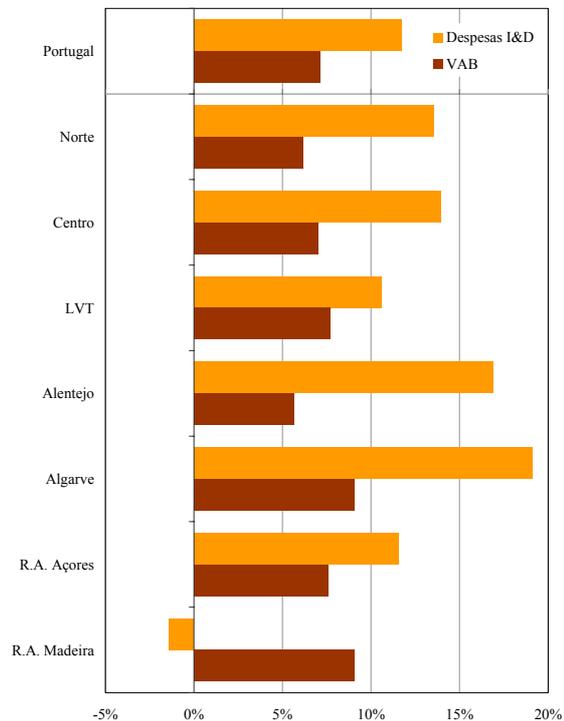
Ainda que o posicionamento do Algarve em termos de peso das despesas de I&D no VAB seja bastante desvantajoso, esta região é a que regista maiores taxas de crescimento de ambas as parcelas do quociente referido (ver Figura 2.3.43 - B).

FIGURA 2.3.43 – DESPESAS EM I&D NAS ENTIDADES DE SUPORTE EM % DO VAB NOS ANOS 90

(A) PESO DAS DESPESAS DE I&D NO VAB



(B) TAXA MÉDIA DE VARIAÇÃO ANUAL (%) DAS DESPESAS DE I&D E DO VAB (1995-2001), PREÇOS CORRENTES



Nota: As entidades de suporte envolvidas são: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e INE, Contas Regionais

3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE

Trabalhada a temática da competitividade, passa-se, neste ponto, à abordagem específica, relativamente extensiva e compreensiva, das questões da coesão económica social e dos avanços registados em matéria de equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial de apresentação, uma vez mais, de resultados, trajectórias/processos e condições de coesão da região do Algarve, projectando, sempre que possível, o seu posicionamento, neste domínio, no espaço europeu e nacional onde se integra.

Neste quadro, começa-se então por avaliar os principais resultados do modelo de desenvolvimento português em matéria de coesão económica e social entre a região do Algarve e as restantes regiões NUTS II nacionais.

O tratamento dos aspectos mais económicos da coesão como a distribuição nacional do rendimento bruto colectável, a maior ou menor capacidade regional de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado e a ventilação das disparidades regionais ao nível das produtividades sectoriais dá início a este subponto 3.1 do presente relatório regional. Seguem-se os principais resultados em matéria de coesão e justiça social, passando-se em revista algumas questões fundamentais em matéria de saúde pública, educação, acção social e redistribuição.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização do modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de análise desta interacção.

Analizam-se, por fim, as condições/determinantes da coesão económica e social regional em termos da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Saúde
- Educação
- Cultura e Lazer
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO

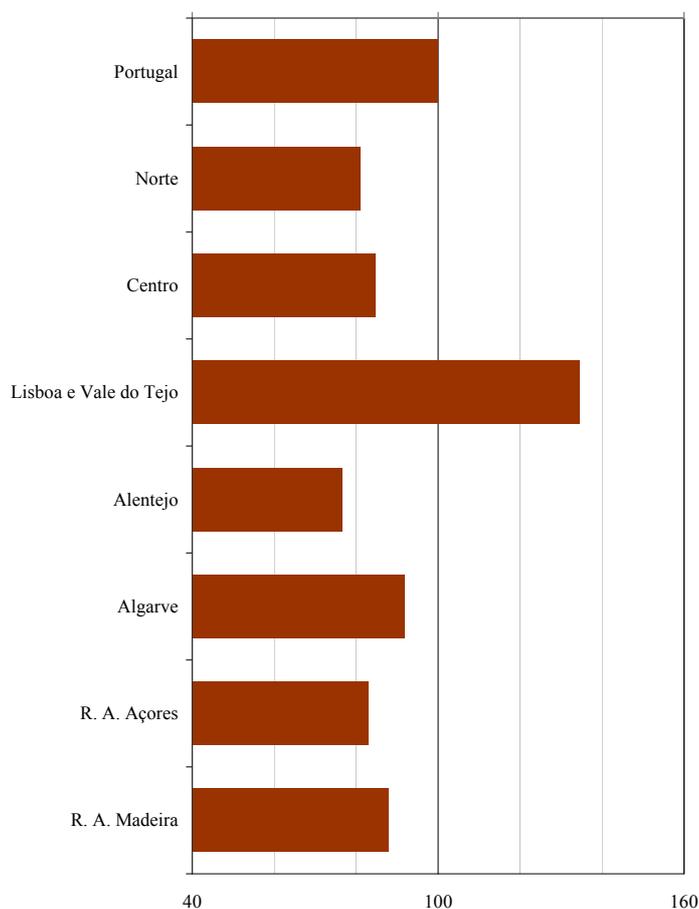
Ao nível dos resultados da coesão económica, constata-se que a região do Algarve tem um posicionamento bastante positivo, uma vez que é a região que apresenta o segundo maior nível de rendimento colectável per capita (a seguir à região de Lisboa e Vale do Tejo) e regista um elevado nível de coesão interna (superior à média nacional e apenas superado pelas regiões do Norte e Madeira). Não obstante, esta região é, a seguir à Região Autónoma da Madeira, a que apresenta uma menor capacidade de retenção do rendimento na região, o que se explica pela saída de rendimento para as sedes das empresas que têm filiais no Algarve.

Em termos de resultados da coesão social, a região do Algarve apresenta, globalmente, um posicionamento pouco consistente uma vez que, por um lado regista um nível de esperança média de vida à nascença alinhada com a média nacional e a segunda melhor situação (a seguir à região de Lisboa e Vale do Tejo) do número médio de anos de escolaridade, enquanto que, por outro lado, apesar dos progressos, durante a década de 90, a taxa de analfabetismo e o peso dos idosos isolados ainda são superiores às respectivas médias nacionais. Desta forma, os resultados dos índices de pobreza segundo o rendimento e segundo as condições de vida são bastante penalizadores da Região do Algarve, ainda que no primeiro caso, a diferença face à média nacional seja inferior.

Uma das análises mais frequentes no âmbito da coesão económica regional consiste na comparação entre os rendimentos médios de um determinado conjunto de regiões, aplicada neste caso às regiões NUTS II nacionais, para valores do ano 2001 (Figura 3.1.1). Ainda que a região do Algarve registe um valor médio do rendimento líquido *per capita* inferior ao nível médio nacional, representando 91,9% daquele valor (4.037,5 euros), a região do Algarve é, depois da região de Lisboa e Vale do Tejo (5.429,7 euros), a que apresenta maior nível de rendimento (3.710,0 euros).

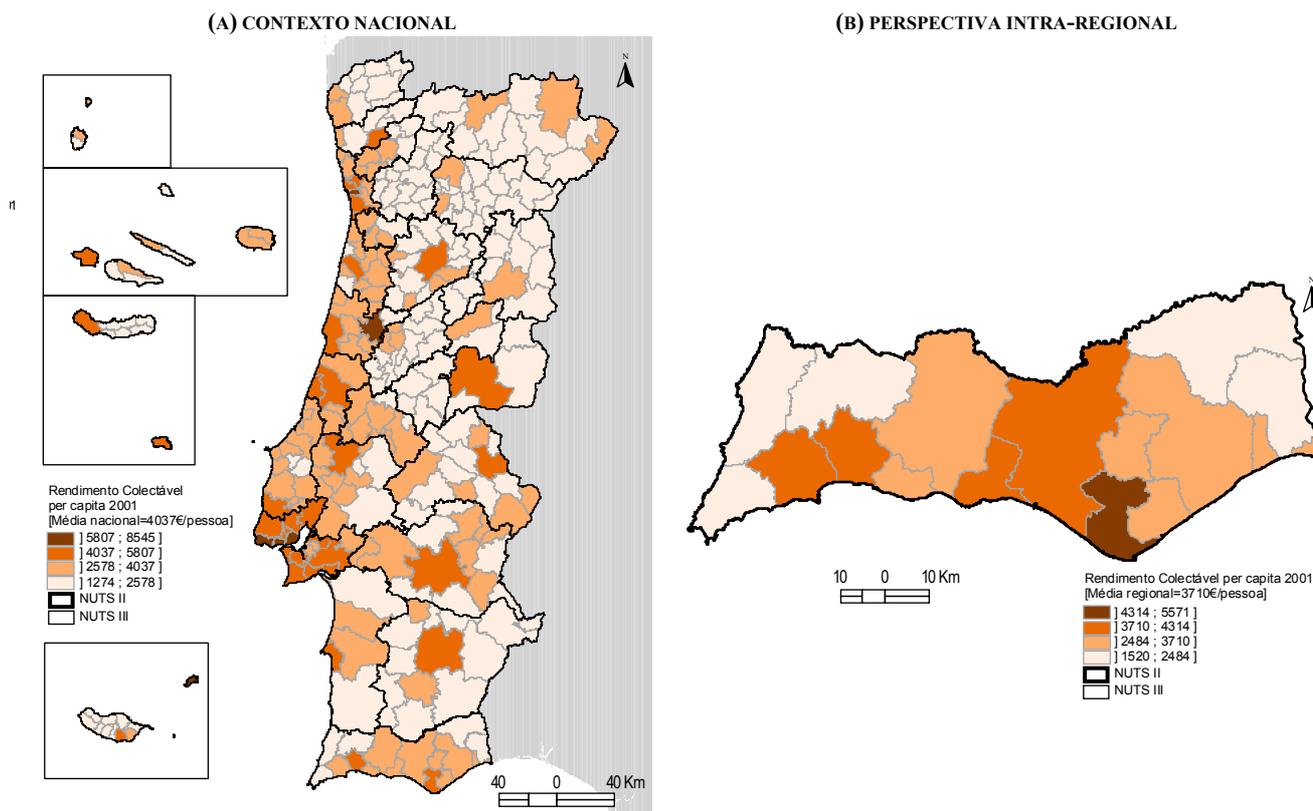
A explicação para este posicionamento relativo do Algarve está associada quer às elevadas taxas de iniciativa empresarial, havendo assim um grande número de empresários na região, que apresentam, tendencialmente, níveis de rendimento médio mais elevados, quer ao facto da tipologia de especialização sectorial favorecer as empresas de serviços, que por definição libertam mais riqueza, quer, ainda, ao facto do mercado de trabalho da região ser sazonalmente saturado, ou seja, é uma região onde existe grande dificuldade em encontrar recursos humanos nas épocas de Verão. Esta região é, aliás, a que apresenta maior taxa de mudança de emprego por outras situações que não o encerramento das mesmas (analisado no ponto 2.2), situação que poderá ter como corolário o normal aumento dos níveis salariais praticados. Assim, em termos globais, esta região parece apresentar um nível de vida médio acima de grande parte das regiões nacionais, situação que já tinha sido identificada através da análise comparativa do PIB *per capita* das diferentes regiões NUTS II portuguesas.

**FIGURA 3.1.1 – RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

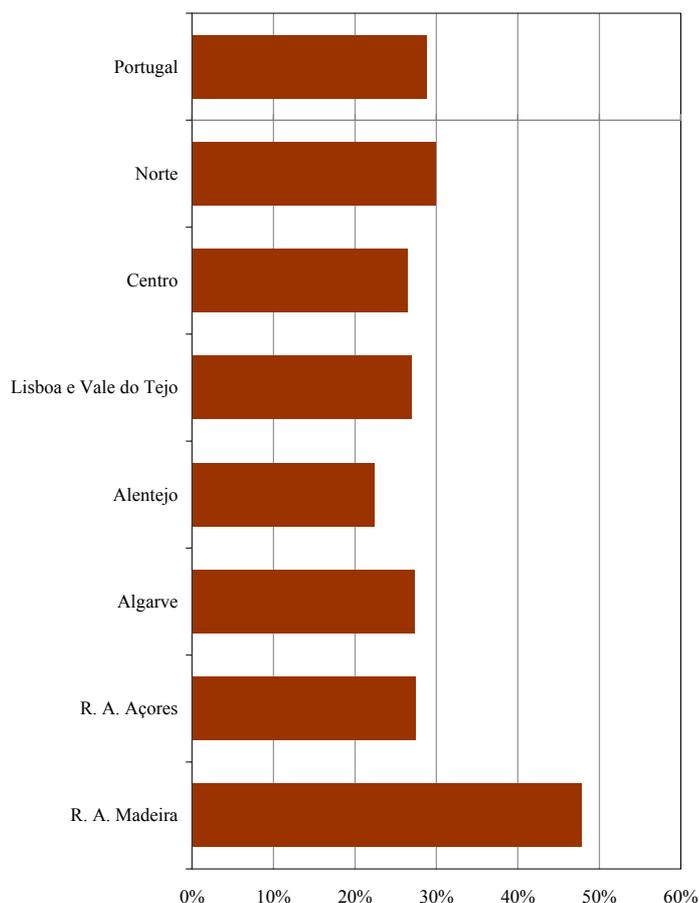
Numa perspectiva concelhia, a análise dos níveis de rendimento colectável *per capita* permite identificar os concelhos de Faro, Lagos, Portimão, Albufeira e Loulé, como sendo os que registam níveis de rendimento mais elevados na região do Algarve (ver Figura 3.1.2). Existe um grande número de factores que parece justificar, directa ou indirectamente, a diferenciação daqueles concelhos, como por exemplo: (i) a maior especialização terciária, (ii) as taxas de iniciativa empresarial acima da média, (iii) os índices de envelhecimento abaixo da média regional, (iv) os valores mais elevados no número médio de anos de escolaridade, (v) as menores taxas de analfabetismo e, por último, (vi) são os concelhos que têm apresentado maior crescimento populacional, registando elevadas taxas de atractividade de população, quer em termos globais, quer relativamente a população com habilitações superiores.

FIGURA 3.1.2 –RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Utilizando um indicador de dispersão concelhia do rendimento familiar (quociente entre o desvio padrão e o valor do rendimento médio concelhio *per capita*) é possível aferir o nível de coesão interna de cada região, no que concerne à repartição do rendimento colectável por habitante. No caso específico do Algarve, é possível verificar se a região apresenta um grande nível de coesão interna e, assim, se o elevado nível de rendimento médio *per capita* apresentado por esta região é generalizado ou, alternativamente, se o nível de coesão interna é diminuto e existe uma grande heterogeneidade de níveis de rendimento (ver Figura 3.1.3). Comparativamente com as restantes regiões NUTS II portuguesas, a região do Algarve apresenta um nível de coesão interna do rendimento familiar superior à média nacional, ainda que o nível de dispersão desse rendimento seja similar ao rácio de dispersão da Região Autónoma dos Açores e superado pelos níveis da região Norte e da Região Autónoma da Madeira.

**FIGURA 3.1.3 – DISPERSÃO CONCELHIA DO RENDIMENTO COLECTÁVEL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**

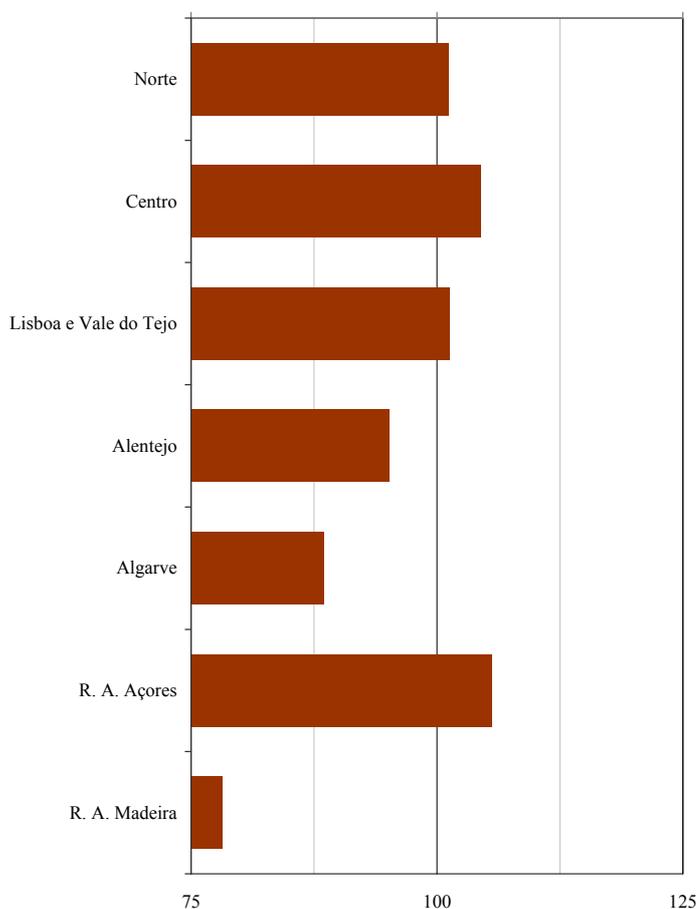


Nota: Dispersão concelhia do rendimento colectável *per capita* = Coeficiente de variação (desvio padrão/média) para cada uma das regiões, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Mantendo ainda o foco no nível do rendimento, fez-se um outro exercício sobre a avaliação da capacidade de retenção do rendimento na região do Algarve, comparando o posicionamento desta região no contexto nacional, em termos de nível de rendimento colectável exibido e nível de PIB *per capita* – ver Figura 3.1.4. O Algarve, a seguir à Região Autónoma da Madeira é a região NUTSII que apresenta uma menor capacidade de retenção do rendimento, isto é, o rendimento económico criado, em média, por cada pessoa residente (PIB *per capita*), não é directamente traduzido em termos de rendimento colectável. Desta forma a região do Algarve não demonstra ter capacidade de atracção de rendimento de outras regiões, nomeadamente através da abertura de filiais ou internacionalização de empresas de origem algarvia, que consigam superar as saídas de rendimento económico para as sedes das empresas com filiais no Algarve, quer nacionais (como as grandes empresas de construção e obras públicas), quer internacionais (sobretudo na hotelaria e outros serviços de base turística).

**FIGURA 3.1.4 – CAPACIDADE RELATIVA DE RETENÇÃO/ATRACÇÃO DE RENDIMENTO
FACE À CAPACIDADE RELATIVA DE CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO (2001)
(PORTUGAL=100)**

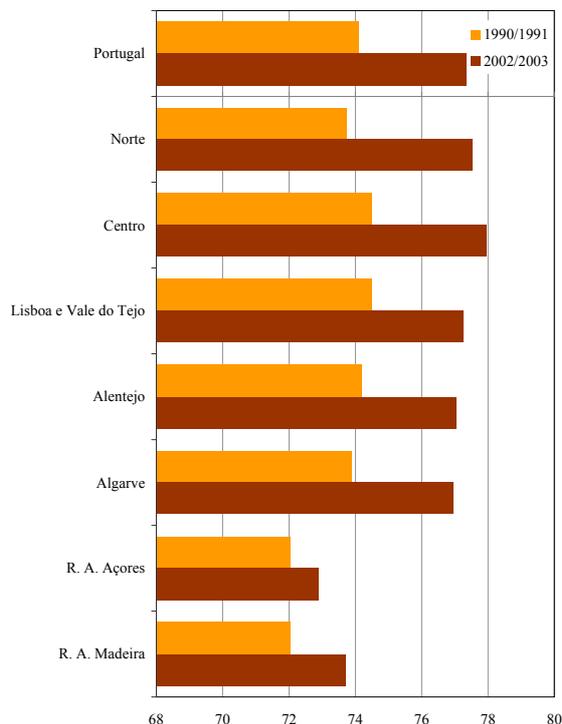


Nota: Este indicador resulta do quociente entre o rendimento colectável *per capita*, em índice (Portugal=100), e o PIB *per capita*, em índice (Portugal=100).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

A região do Algarve registou uma evolução positiva da esperança média de vida, ao longo da década de 90, passando de 73,9 anos, em 1990/991, para 77 anos, em 2002/2003, acompanhando assim o aumento da média nacional, ainda que com valores ligeiramente inferiores (ver Figura 3.1.5). Não obstante o facto do Algarve ser a região que em termos continentais, regista as menores esperanças médias de vida, é também uma das regiões que apresenta um maior índice de envelhecimento demográfico, situação que se explica também pelo elevado saldo migratório da região, uma vez que existe um elevado número de pessoas mais idosas, nacionais e estrangeiras, que escolhem o Algarve, pelas suas características climatéricas, como local de residência.

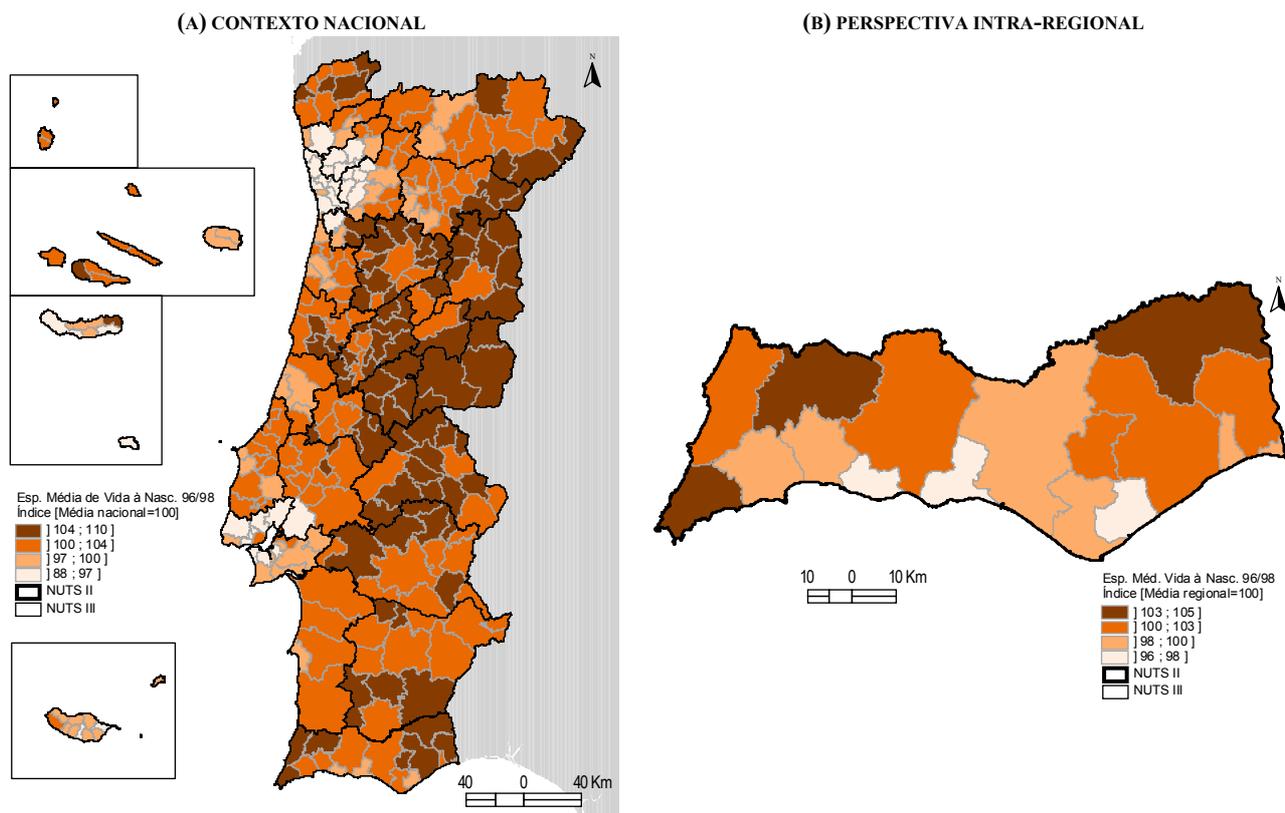
**FIGURA 3.1.5 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA, NOS ANOS 90
(EM ANOS)**



Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – Uma Correção pela Estrutura Etária

Numa perspectiva geográfica, em termos concelhios, a análise comparativa da esperança média de vida na região do Algarve mostra que são os concelhos situados nas áreas turisticamente menos dinâmicas, com menores densidades populacionais, nomeadamente do interior, que apresentam valores mais elevados, como os concelhos de Vila do Bispo, Monchique e Alcoutim, e a um nível inferior Aljezur, Silves, São Brás de Alportel e Castro Marim (ver Figura 3.1.6).

Tendo em consideração que os concelhos da faixa litoral são os que apresentam melhores infraestruturas, nomeadamente na área da saúde, seria de esperar maiores esperanças de vida nestes concelhos. Os resultados concelhios, contrários a esta lógica, explicam-se, sobretudo, pelas melhores condições de vida das pessoas, vivendo em ambientes mais tranquilos, com ritmos de trabalho mais moderados, em que havendo piores infraestruturas (como veremos de seguida), o acesso é mais fácil, por via do menor congestionamento destes concelhos.

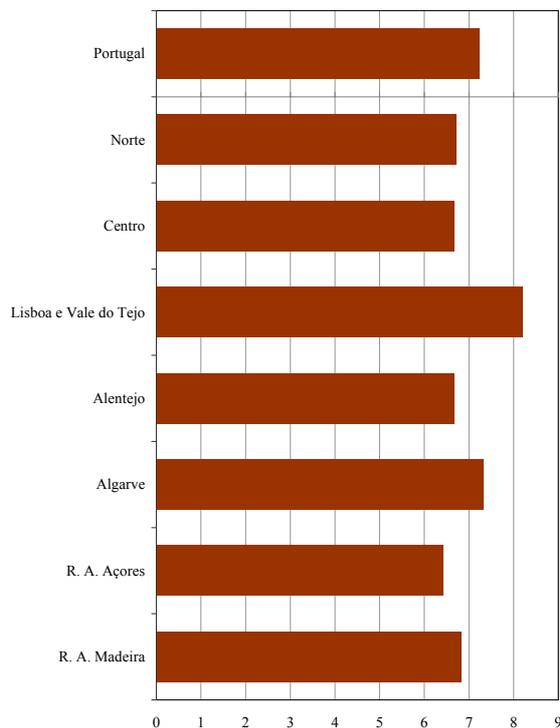
FIGURA 3.1.6 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: PERSPECTIVA CONCELHIA (1996/1998)

Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – Uma Correção pela Estrutura Etária

Ao nível do número médio de anos de escolaridade da população residente em cada uma das regiões, o posicionamento do Algarve, em 2001, é bastante positivo, sendo a região que, depois de Lisboa e Vale do Tejo, apresenta maior número médio de anos de escolaridade (ver Figura 3.1.7), aliás com valores acima da média nacional de 7,25 anos.

Este posicionamento da região do Algarve é claramente influenciado pelas elevadas taxas de atractividade de população com ensino superior da região, ao longo da década de 90, situação que resultou das elevadas dinâmicas empresariais, sobretudo relacionadas com a cadeia turística, mas também, ainda que indirectamente, do bom posicionamento da região relativamente ao nível de vida.

**FIGURA 3.1.7 – Nº MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**

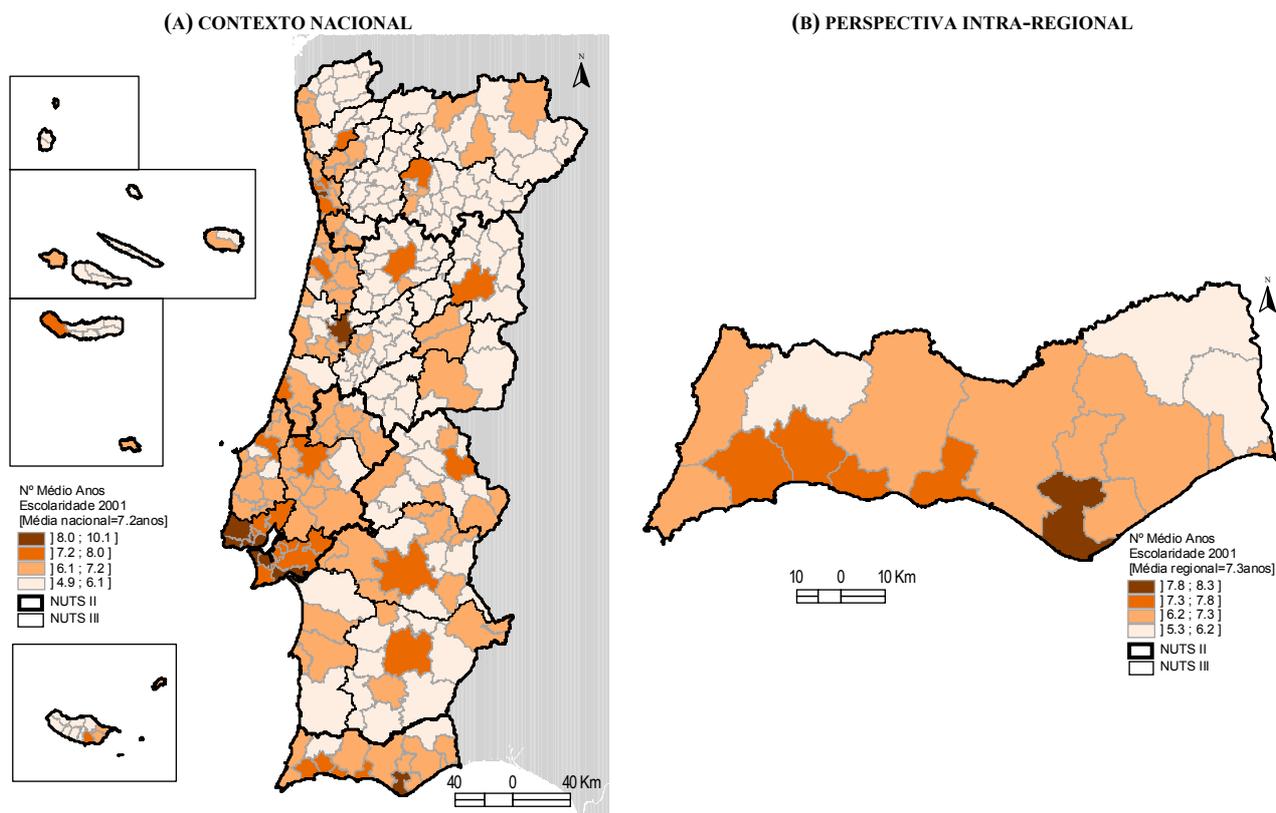


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Numa perspectiva concelhia, a análise do número médio de anos de escolaridade na região do Algarve mostra que são os concelhos mais desenvolvidos a apresentar maior número de anos de escolaridade, nomeadamente Faro, Albufeira, Lagoa, Portimão e Lagos (ver Figura 3.1.8), em resultado destas regiões serem mais cosmopolitas e terem melhores condições de acesso ao ensino, mas também por terem sido as regiões que ao longo da década de 90 apresentaram maiores taxas de atractividade de população com ensino superior, influenciando, assim, o valor médio.

Por outro lado, são sobretudo os concelhos do interior que registam número de anos de escolaridade mais reduzidos, designadamente Monchique, Alcoutim e Castro Marim, explicando-se este fenómeno quer pela maior distância entre os lugares de residência e as escolas, uma vez que sendo concelhos menos povoados têm menor número de escolas, nomeadamente do 3º ciclo e secundárias, desmotivando o prosseguimento dos estudos, quer pelo facto das pessoas com maiores habilitações terem tendência a deixarem estes concelhos e irem trabalhar e/ou residir para os concelhos mais desenvolvidos, onde existe maior procura de mão-de-obra qualificada, quer, ainda, pelo facto destas regiões terem sido as que registaram menores taxas de atractividade de população com ensino superior.

FIGURA 3.1.8 – Nº MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

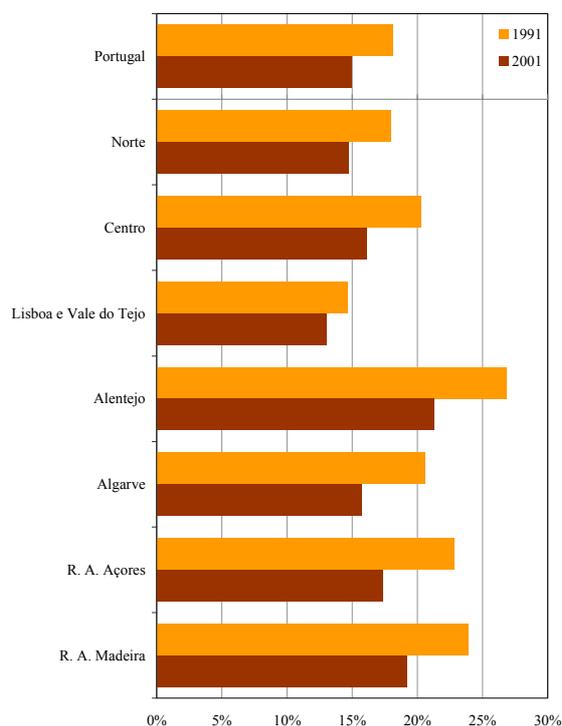


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

No que se refere à taxa de analfabetismo, a região do Algarve registou, durante a década de 90, valores um pouco superiores à taxa média nacional, embora tenha acompanhado a tendência decrescente verificada durante aquele período e seja uma das regiões NUTS II que apresenta o valor mais baixo, após as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte (ver Figura 3.1.9). Ainda que a evolução do índice de envelhecimento na região não influencie positivamente a taxa de analfabetismo, o posicionamento da região é, sobretudo, influenciado pelo próprio padrão de especialização produtiva da região, muito apoiado no sector dos serviços, na medida em que as actividades deste sector, estando ou não relacionadas com a cadeia turística, exigem níveis de habilitações mínimos.

Por outro lado, esta região é, a seguir à Região Autónoma da Madeira, a que apresenta a maior diminuição relativa da taxa de analfabetismo durante a década de 90, resultando esta evolução do facto do Algarve ser a região que maior crescimento populacional apresentou durante esse período, designadamente com a entrada de população em idade activa, nacional ou estrangeira, com qualificações.

**FIGURA 3.1.9 – TAXA DE ANALFABETISMO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**



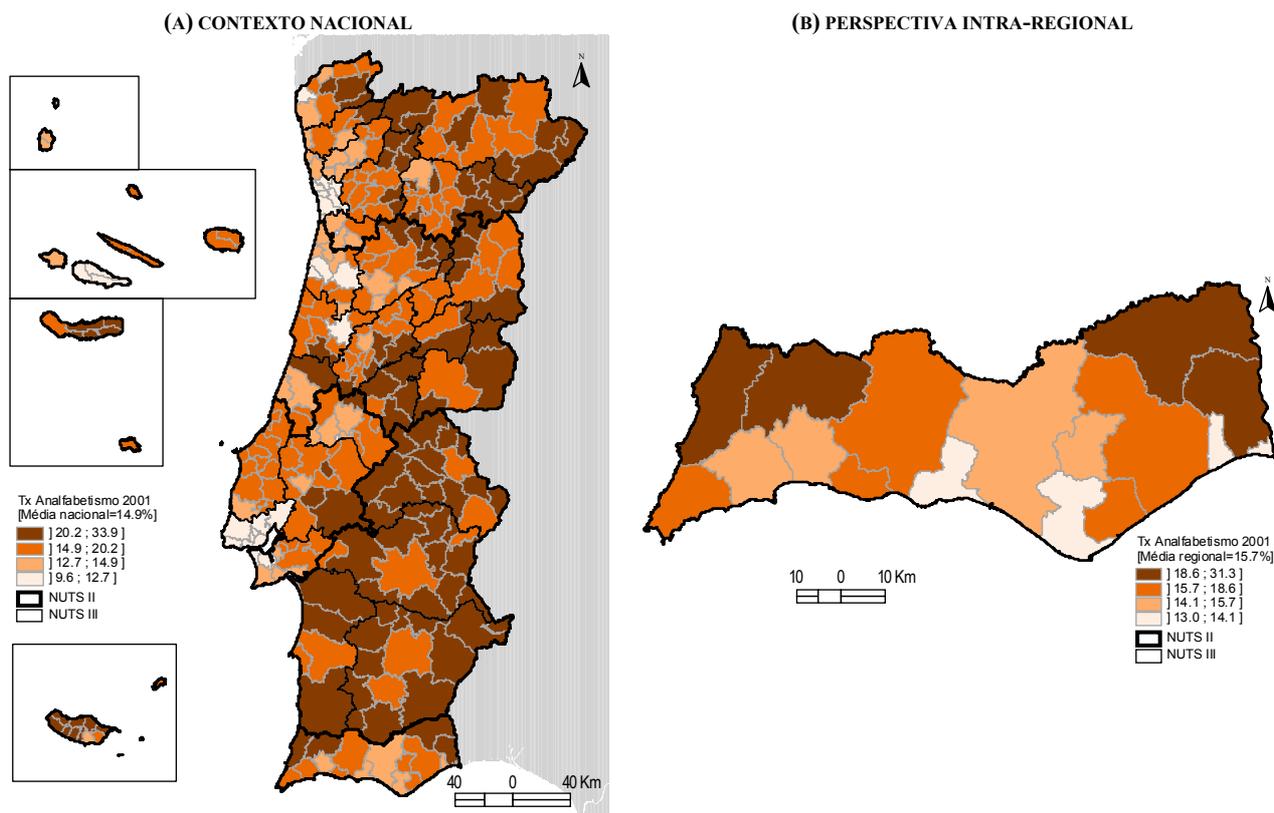
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Observando agora a região do Algarve segundo uma perspectiva concelhia, é possível constatar que a maioria dos concelhos apresentam taxas de analfabetismo superiores à média regional (Figura 3.1.10), sendo possível identificar, ainda assim, uma dicotomia entre os concelhos do interior que registam os valores mais elevados (designadamente os concelhos de Aljezur, Monchique, Alcoutim e Castro Marim), e alguns dos concelhos da faixa litoral, como Faro, Albufeira e Vira Real de Santo António.

No caso do primeiro grupo de concelhos, as elevadas taxas de analfabetismo são justificadas por serem os concelhos que apresentam níveis de envelhecimento mais elevados, justificados quer pela maior esperança média de vida, quer pelo êxodo das camadas etárias mais jovens para concelhos intra ou inter-regionais mais desenvolvidos. Estes concelhos algarvios são os menos povoados, não tendo, assim, grande relevância na definição da média regional.

O segundo grupo de concelhos, é constituído sobretudo por concelhos litorais mais desenvolvidos, com elevadas dinâmicas empresariais, onde o sector turístico tem uma grande influência, e onde se têm registado maiores taxas de atractividade de população, em termos gerais, e população com formação superior, em termos específicos.

FIGURA 3.1.10 – TAXA DE ANALFABETISMO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

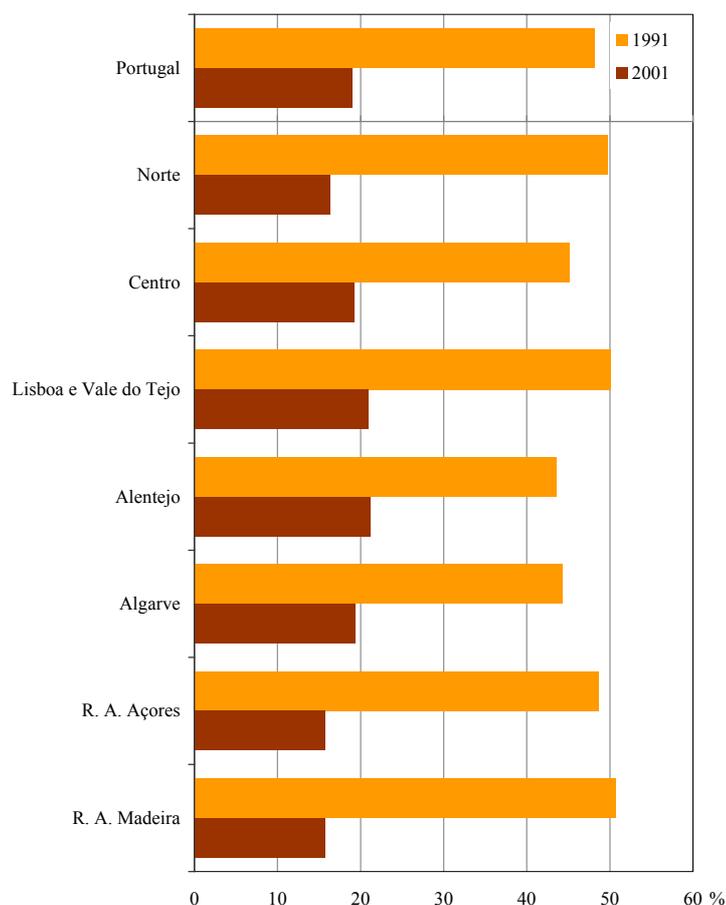


Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

Ainda com o intuito de aferir o nível de coesão social da região do Algarve, sobretudo no que se refere ao combate do isolamento social, fez-se um exercício de análise sobre as famílias de idosos, nomeadamente no que se refere à integração dos idosos isolados no seio de núcleos familiares mais alargados ou, alternativamente, em instituições de apoio à terceira idade, como os lares de idosos (Figura 3.1.11). Em termos globais, entre 1991 e 2001, todas as regiões NUTSII registaram um grande progresso, acompanhando o movimento de diminuição do peso médio nacional das famílias clássicas com um idoso no total da população com mais de 65 anos, que passou de 48,1%, em 1991, para 19,0%, em 2001.

Comparativamente com as restantes regiões NUTS II, a região do Algarve regista, em 2001, um peso dos idosos isolados acima do valor médio para o espaço nacional, registando o terceiro maior peso naquele indicador, apenas ultrapassado pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo. Ainda assim, a sua posição relativa alterou-se bastante, uma vez que em 1991, a região do Algarve era a segunda região com um peso dos idosos isolados mais baixo, a seguir à região do Alentejo. Esta situação é explicada pelo elevado peso que a população de níveis etários mais elevados (superior a 65 anos) têm no total da população da região, uma vez que esta região se mantém como uma das que apresenta maior peso da população idosa.

**FIGURA 3.1.11 – IDOSOS ISOLADOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**

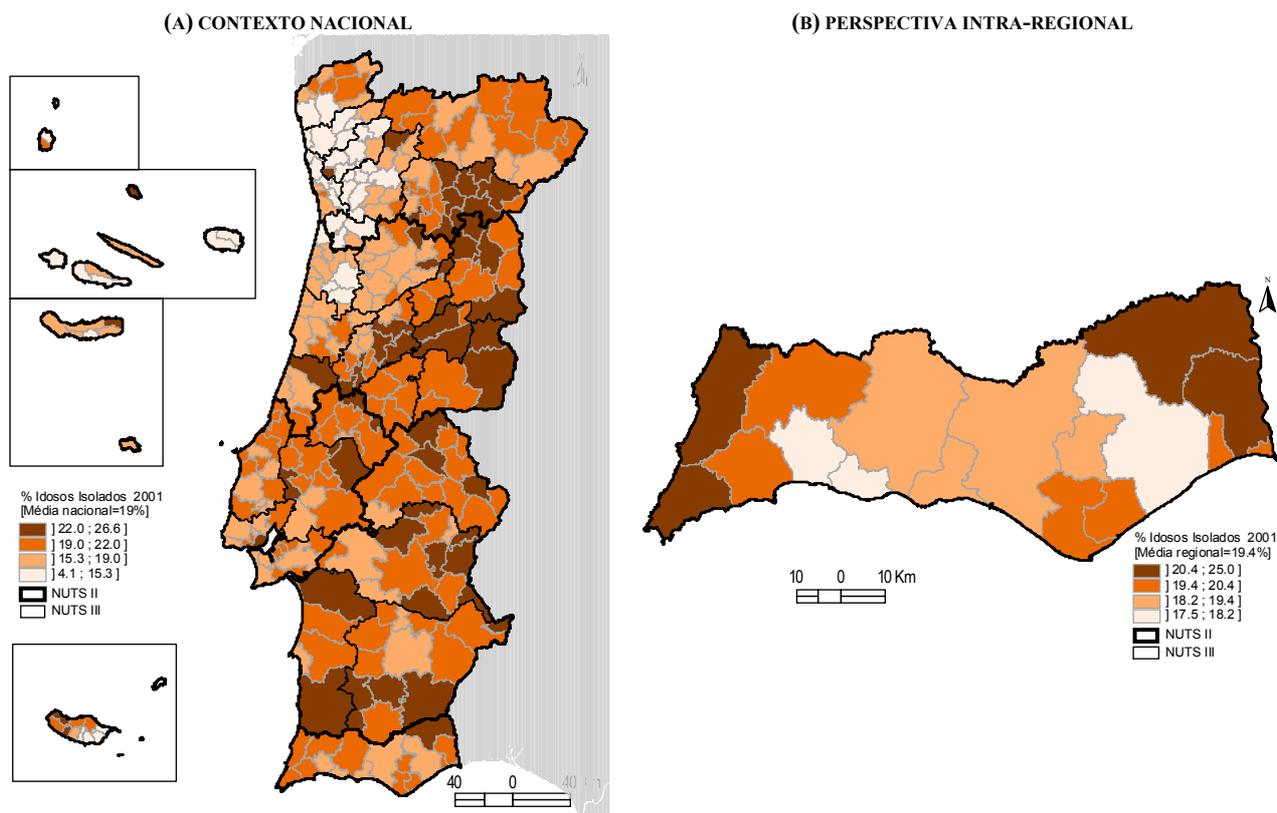


Nota: Idosos Isolados = % idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

Numa análise por concelhos, não é possível identificar uma tendência geográfica demarcada na região do Algarve, relativamente ao peso dos idosos isolados no total dos idosos residentes (ver Figura 3.1.12). Os concelhos que apresentam valores superiores à média regional são, quer os concelhos interiores próximos da serra algarvia que registam níveis de envelhecimento mais elevados, como Aljezur, Monchique, Vila do Bispo, Alcoutim e Castro Marim, quer concelhos da faixa litoral, mais desenvolvidos, como Lagos, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António. Ainda assim, as razões que justificam os elevados valores naqueles concelhos poderão ser distintas: nos concelhos mais interiores, quando existe o falecimento de um dos idosos de uma família mononuclear, o outro, tendencialmente, mantém-se a viver sozinho, não indo viver com outros familiares (por exemplo, os filhos), porque com o êxodo da população mais jovem desses concelhos em direcção aos centros urbanos mais desenvolvidos, os idosos ficam “desprovidos” de suporte familiar, podendo ter relutância em mudar-se para junto desses familiares; nos concelhos mais desenvolvidos, as estruturas familiares assentam fundamentalmente em unidades mononucleares, não sendo frequente, muitas vezes até por questões que se prendem com a falta de espaço, a mudança dos idosos para casa dos familiares, aquando do falecimento do respectivo cônjuge.

FIGURA 3.1.12 –IDOSOS ISOLADOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Idosos Isolados = % idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

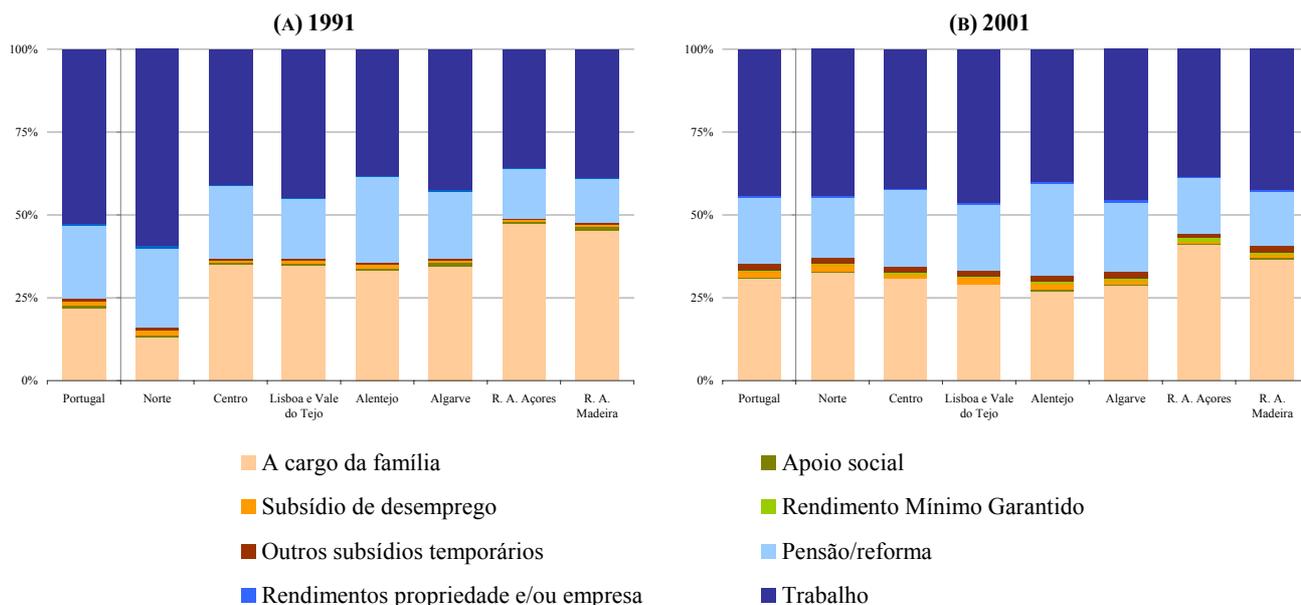
Ainda no âmbito da articulação dos campos económico e social relativamente à coesão, pode-se interpretar a estrutura de rendimentos da população residente da região do Algarve como instrumento de aferição das condições económicas e sociais e da organização familiar e social caracterizadoras da região (ver Figura 3.1.13). Comparativamente com o padrão da estrutura média dos meios de subsistência no espaço nacional, a região do Algarve apresenta algumas particularidades que podem ser especificadas e analisadas individualmente para cada um desses meios de subsistência.

- O factor trabalho é o principal meio de subsistência na maioria das regiões NUTSII (a excepção é a Região Autónoma dos Açores), sendo o Algarve a segunda região, a seguir a Lisboa e Vale do Tejo, em que este factor tem maior importância. Esta situação explica-se pela elevada dinâmica empresarial, pelo crescimento da faixa etária da população em idade activa e pelo facto desta região apresentar uma taxa de desemprego significativamente abaixo da média nacional. Ainda que em termos médios nacionais, entre 1991 e 2001, o peso do rendimento do trabalho no total dos meios de subsistência da população residente tenha diminuído (de 52,6%, em 1991, para 44,2%, em 2001), na região do Algarve a evolução foi a inversa, passando de 42,3% para 45,5%, entre 1991 e 2001, respectivamente. Esta evolução positiva do peso do factor trabalho enquanto principal meio de subsistência da população residente, resulta do maior crescimento populacional do Algarve, com grande relevo na faixa etária da população em idade activa.

- A segunda maior parcela de população residente, na maioria das regiões NUTSII, está a cargo da família (a exceção é a Região Autónoma dos Açores, em que esta parcela é a que tem maior peso), tendo este meio de subsistência registado um reforço durante a década de 90 ao passar de um peso médio nacional de 21,9%, em 1991, para um peso de 30,8%, em 2001. Este crescimento não reflecte a evolução decrescente da dimensão média das famílias, que passou de 3,1 para 2,8 pessoas entre 1991 e 2001, resultando antes da dependência dos jovens do núcleo familiar dos pais durante um maior período de tempo, uma vez que o nível médio de anos de escolaridade está a aumentar e a entrada dos jovens no mercado de trabalho é cada vez mais tardia. Na região do Algarve, a evolução foi no sentido da diminuição do peso da população residente dependente do suporte financeiro familiar, quer pelo facto da dimensão média das famílias nesta região ser inferior à do espaço nacional, quer pelo facto da proporção da população jovem ser inferior à média nacional, tendo, inclusive, a percentagem da população desta faixa etária (até aos 24 anos) registado uma diminuição ao longo dos anos 90.
- A região do Algarve, no ano 2001, regista um peso das pensões e reformas enquanto principal meio de subsistência ligeiramente superior à média nacional (20,8% no Algarve, face ao peso médio nacional de 20,0%), o que se fica a dever ao maior peso da população com idade superior a 65 anos na região do Algarve (18,6% da população residente) face ao peso médio nacional (16,3% da população residente). Contudo, as evoluções têm sido opostas, uma vez que em 1991, as pensões e reformas enquanto principal meio de subsistência tinham um peso na média nacional superior ao da região do Algarve (22,2% para o total nacional e 20,0% para o Algarve).
- Pode-se ainda constatar que, ao longo da década de 90, três das categorias de meios de subsistência identificadas (apoio social, outros subsídios temporários e rendimentos de propriedade e/ou empresa), têm registado valores individuais marginais em todas as regiões NUTSII consideradas. Ainda assim, é importante notar que nas duas primeiras as dinâmicas de evolução foram similares para Portugal e para a região do Algarve, no sentido decrescente no caso do apoio social e no sentido crescente para os outros subsídios temporários. Relativamente aos rendimentos de propriedade e/ou empresa a evolução durante a década de 90 foi negativa no total nacional, e positiva na região do Algarve, reflectindo este último a grande taxa de iniciativa da região.
- Não obstante a percentagem de população residente que tem como principal meio de subsistência o subsídio de desemprego seja relativamente reduzida em todas as regiões analisadas, essa ponderação regista uma clara tendência de crescimento, evoluindo, no caso da média nacional, de 1,2%, em 1991, para 1,8%, em 2001. A região do Algarve não constituiu excepção nesta tendência de crescimento do peso que a população que depende principalmente do subsídio de desemprego tem no total da população residente, evoluindo, entre 1991 e 2001, de 0,8% para 1,4%, respectivamente. A principal explicação para que o peso global da população residente dependente do subsídio de desemprego seja inferior ao peso no total nacional, está relacionada com o facto da taxa de desemprego regional ser inferior à taxa média nacional.

- Por último, relativamente ao rendimento mínimo garantido⁷ é importante notar que a percentagem de população residente que tem nesta tipologia de rendimento o principal meio de subsistência é relativamente reduzido (0,4% da população nacional). Por outro lado, a introdução deste rendimento social poderá constituir a principal justificação para que a importância dos rendimentos de apoio social tenham diminuído entre 1991 e 2001. Na região do Algarve, o rendimento mínimo garantido tem uma ordem de grandeza similar à média nacional, sendo o principal meio de subsistência para 0,5% do total da população residente.

FIGURA 3.1.13 – PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90



Nota: O Rendimento Mínimo Garantido não se incluía nos meios de subsistência da população residente em 1991 porque só foi instituído posteriormente, em 1997.

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto, com base em dados do INE, Censos

⁷ O Rendimento Mínimo Garantido foi instituído a partir de 1997, pelo que, na actual figura, apenas se apresentam dados para 2001.

CAIXA 3.1.1 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE POBREZA

Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)

O IPR tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Apuramento da receita média líquida total, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, como autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie, etc..
- Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total por adulto equivalente, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- A linha de pobreza, segundo recomendações do EUROSTAT, é traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.

O valor do Índice de Pobreza segundo o Rendimento determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

O IPCV incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.
- Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (teste de consenso): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradias ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- Selecção das variáveis com base no critério de frequência (teste de frequência), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total.
- Ponderação das variáveis a incluir no score pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o score afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- O critério adoptado para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

O valor do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

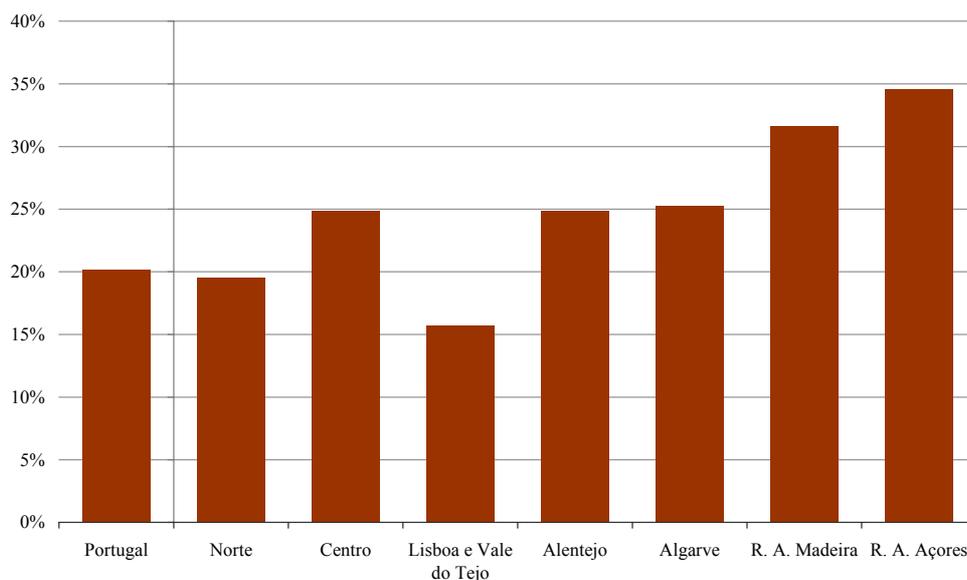
No seguimento do exercício anterior, em que se procedeu à identificação dos principais meios de subsistência da população residente no espaço nacional e, em particular, na região NUTSII do Algarve, analisam-se agora as condições de pobreza, através da análise de dois índices: índice de pobreza segundo o rendimento (ver Figura 3.1.14) e índice de pobreza segundo as condições de vida (ver Figura 3.1.15). De acordo com a metodologia de aferição do grau de pobreza com base no rendimento, existe uma grande percentagem de famílias (ou Agregados Domésticos Privados - ADP) da região do Algarve (25,3%) com níveis de rendimento inferiores a 60% do rendimento mediano nacional, ou seja, 25,3% dos ADP registam valores de rendimento inferiores ao limiar de pobreza, valor bastante acima da média nacional (20,2%).

Mostrando um peso das famílias com níveis de rendimento inferiores ao limiar de pobreza similar às regiões do Alentejo e do Centro (ambas com um peso de 24,9%), o valor registado pela região do Algarve apenas é ultrapassado pelas Regiões Autónomas da Madeira (31,6%) e dos Açores (34,6%), sendo o reflexo do elevado envelhecimento demográfico da Região, do elevado peso da população residente a cargo da família (jovens e idosos) e do aparecimento de um grande número de situações de isolamento (nomeadamente nos concelhos mais interiores) e pobreza, que têm sido apoiados pelo Rendimento Mínimo Garantido (pois o Algarve, depois das Regiões Autónomas, é a região mais apoiada por este meio de subsistência – em percentagem da população residente). Para este resultado da região, é ainda importante ter em consideração que esta região é (depois da região de Lisboa e Vale do Tejo) a que tem recebido mais mão-de-obra imigrante, que é utilizada, sobretudo, em actividades que exigem pouca qualificação da mão-de-obra como a construção e a restauração, e em que as remunerações são baixas.

Utilizando agora a metodologia de quantificação do grau de pobreza com base nas condições de vida, que assenta no acesso ou privação das famílias a um conjunto de condições de alojamento, bens de equipamento ou meios de transporte, constata-se que a percentagem de famílias (ou ADP) que registam níveis de rendimento inferiores ao índice de privação médio na região do Algarve é bastante superior ao indicador anterior – 35,2% do total dos ADP –, valor que é novamente superior à média nacional (27,6%).

Desta forma, constata-se que a intensidade de níveis de pobreza na região do Algarve é superior em termos de falta de condições básicas de vida adequadas, numa lógica análoga aos valores nacionais, como reflexo dos problemas já identificados, e que se relacionam quer com o envelhecimento demográfico da população residente, quer com a entrada de um grande volume de mão-de-obra estrangeira, mas que também são influenciados pela grande dependência de uma parte da população do sector pesqueiro. Estes factores justificam que exista uma maior percentagem de famílias com níveis de condições de vida abaixo do limiar de pobreza que no espaço nacional, nomeadamente porque no Algarve, em média, os níveis de preços são mais elevados devido à forte orientação turística da região, e porque a percentagem de famílias ligadas ao sector agrícola é bastante diminuto, não possibilitando a melhoria das condições de vida assentes ou complementadas com modalidades de auto-consumo e de economia de subsistência, que permitiriam atenuar os encargos financeiros sobre as despesas alimentares familiares e fazer face aos menores níveis de rendimento existentes.

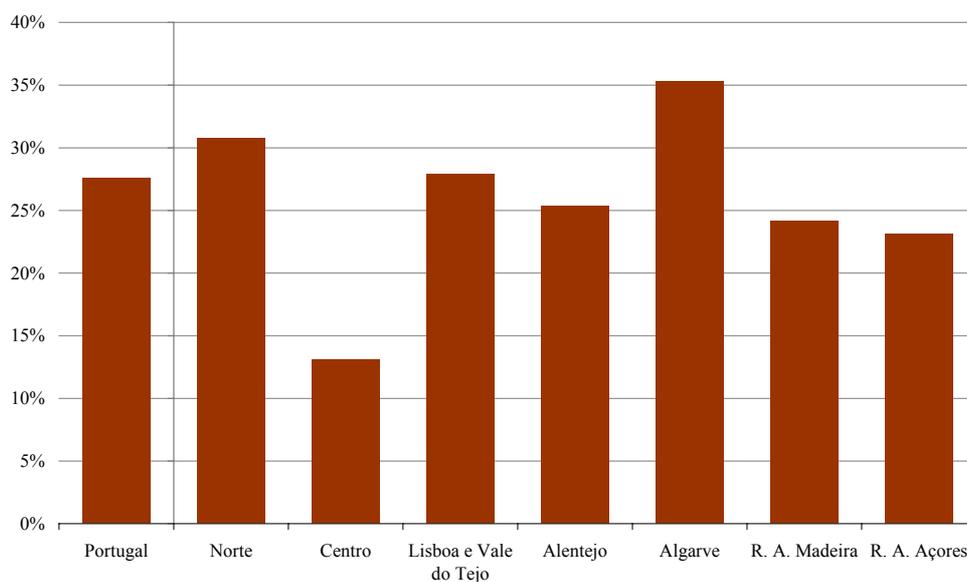
FIGURA 3.1.14 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO O RENDIMENTO (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

FIGURA 3.1.15 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE VIDA (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo as condições de vida = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL

Em termos de comparação europeia com as regiões equiparáveis, a região do Algarve regista uma posição mais vantajosa face à média da UE25 no que se refere à taxa de desemprego, em termos globais, ou ao desemprego de longa duração, em termos particulares, sendo uma das regiões que regista valores mais baixos.

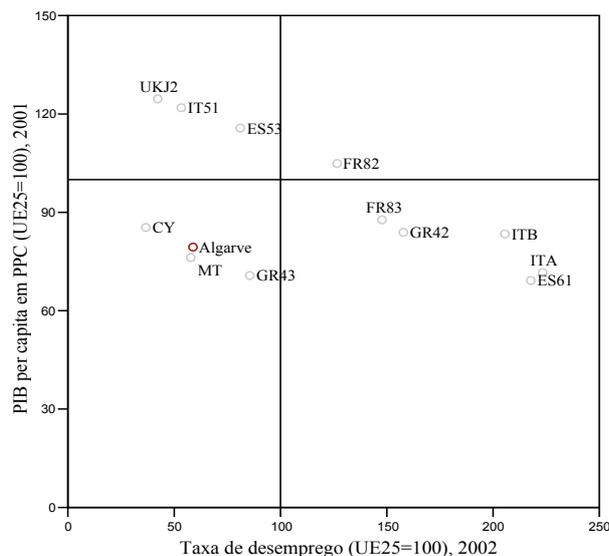
No contexto nacional, a região do Algarve ainda regista um nível de desemprego inferior à média nacional, embora, ao longo da década de 90, se tenha assistido a um aumento do nível de desemprego superior à evolução média nacional, situação que terá sido bastante influenciada pelo elevado crescimento populacional da região. A decomposição do desemprego por escalão etário permite verificar que a região do Algarve apresenta uma distribuição similar à média nacional, ainda que com maior desemprego na faixa etária 25-39 anos (11% no Algarve, face à média nacional de 10%), reflectindo esta diferença os elevados fluxos migratórios de entrada de população na região (que se verifica sobretudo nestas idades). Em termos habilitacionais, a estrutura do desemprego também é similar à média nacional.

Com o objectivo de efectuar a análise do posicionamento da região do Algarve segundo uma óptica de coesão e convergência regional no contexto europeu, importa enquadrar a relação estabelecida entre o nível de vida e a taxa de desemprego do Algarve face às relações estabelecidas pelas outras regiões europeias de características similares ao Algarve (nomeadamente no que se refere à grande especialização sectorial na fileira turística). Desta forma, observa-se que o posicionamento relativo global da região do Algarve relativamente à taxa de desemprego é bastante positivo (ver Figura 3.2.1), fixando-se, a par com a região de Malta, com as regiões que apresentam o quarto menor valor de desemprego, próximo de 58% do valor registado pela média da UE25 (9,0%).

Apenas as regiões de Surrey, East & West Sussex (Reino Unido), Toscana (Itália) e Chipre é que apresentam taxas de desemprego abaixo da região do Algarve. Para o grupo de regiões que apresentam valores de PIB *per capita* inferiores à média europeia (a que a região do Algarve pertence), pode-se verificar que a quase generalidade apresenta valores de desemprego acima do verificado pela região do Algarve, havendo ainda 5 dessas regiões que registaram valores de desemprego acima da taxa média de desemprego para a UE25.

É ainda interessante observar que as regiões consideradas nesta comparação parecem apresentar um posicionamento que sugere a existência de uma relação de proporcionalidade inversa entre o PIB *per capita* e a taxa de desemprego, uma vez que as regiões que apresentam melhores condições de vida (PIB *per capita*) apresentam taxas de desemprego bastante abaixo da média europeia e vice-versa. Neste contexto, a região do Algarve parece pertencer a um sub-grupo mais restrito de regiões (Chipre, Algarve, Malta e Creta) que mantêm a mesma regra de proporcionalidade inversa, mas num nível abaixo da diagonal principal, registando valores de PIB *per capita* e de taxa de desemprego inferiores às médias comunitárias.

**FIGURA 3.2.1 – PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucia	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

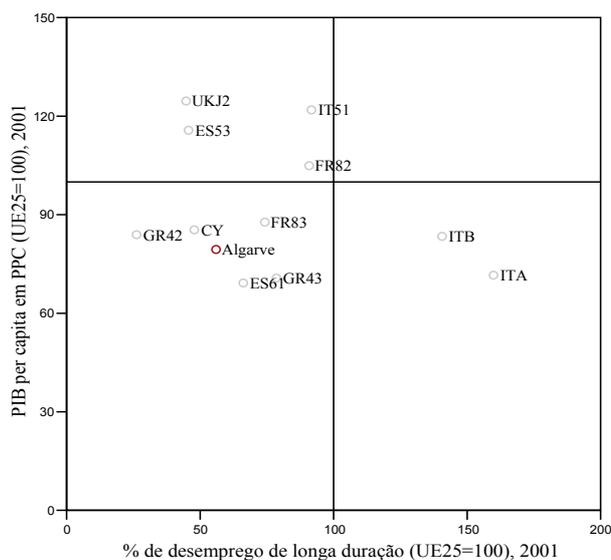
Nota: Taxa de desemprego da UE25 (2002) = 9%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Pode-se, ainda, fazer um exercício similar ao anterior, através do qual se pretende posicionar a região do Algarve no âmbito do mesmo conjunto de regiões europeias, mas em que se altera o objecto da análise comparativa para a relação entre as variáveis: nível de vida (PIB *per capita*) e peso do desemprego de longa duração no total do desemprego (ver Figura 3.2.2). Neste contexto, a posição da região do Algarve face ao valor médio da UE25, nomeadamente no que se refere ao desemprego de longa duração, parece ser sensivelmente a mesma do que aquela que foi apresentada relativamente à taxa de desemprego. O Algarve regista um peso do desemprego de longa duração bastante inferior à média comunitária (44,7%), sendo aliás a quinta região a apresentar um valor mais baixo para esse indicador, a seguir às regiões de Notio Aigaio (Grécia), Surrey, East & West Sussex (Reino Unido), Ilhas Baleares (Espanha) e Chipre.

A explicação para a posição do Algarve relativamente ao peso do desemprego de longa duração, que regista um peso de 55,3 na base UE25=100, poderá estar relacionada com o carácter sazonal que o desemprego tem nesta região, com os períodos de verão a apresentarem grandes necessidade de mão-de-obra, nomeadamente nos sectores relacionados com a restauração, hotelaria e outras actividades directa ou indirectamente relacionadas com a elevada procura dos serviços turísticos.

**FIGURA 3.2.2 – PIB PER CAPITA E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

GR42-Notio Aigaio	ITA-Sicilia
GR43-Kriti	ITB-Sardegna
ES53-Illes Balears	PT15-Algarve
ES61-Andalucía	UKJ2-Surrey, East & West Sussex
FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur	CY-Kypros
FR83-Corse	MT-Malta
IT51-Toscana	

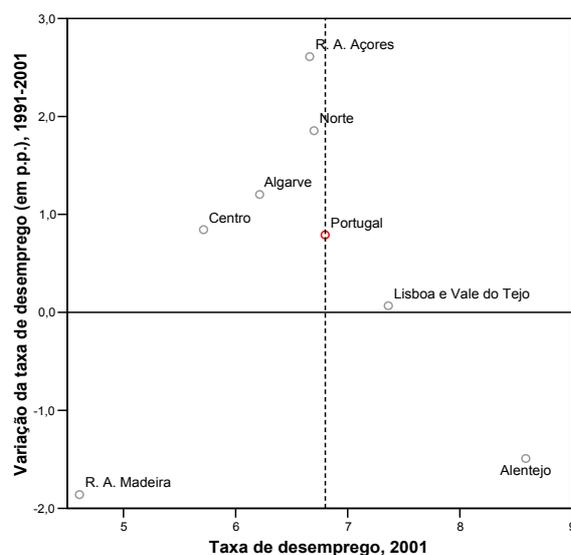
Nota: % de desemprego de longa duração na UE25 (2001) = 44,7%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Numa perspectiva nacional, fazendo o cruzamento entre o valor da taxa de desemprego para 2001 e a variação desse indicador entre 1991 e 2001, para cada uma das diferentes regiões NUTSII, é possível observar que a região do Algarve se encontra na posição da maioria das regiões NUTSII nacionais, em que a taxa de desemprego é inferior à média nacional e se registaram evoluções positivas daquele indicador durante a década de 90.

Ainda assim, é importante notar que a região do Algarve regista, em 2001, a menor taxa de desemprego a seguir à Região Autónoma da Madeira e à região Centro, ainda que tenha apresentado o terceiro maior crescimento da taxa de desemprego durante os anos 90, designadamente a seguir às regiões dos Açores e Norte. Apesar destes resultados não serem muito positivos, não deve ser alheio à sua leitura o facto desta região ter registado durante a década de 90 o maior crescimento populacional das regiões NUTSII, circunstância que terá pesado no aumento da taxa de desemprego da região. Ainda assim, o posicionamento desta região reflecte o elevado dinamismo da economia regional, fortemente influenciado pelo crescimento dos sectores directa ou indirectamente relacionados com a fileira turística, mas também pela elevada taxa de iniciativa empresarial existente nesta região, factores que influenciaram a absorção de grande parte do crescimento da oferta de mão-de-obra (por via do crescimento populacional) com o aumento do nível de procura dessa mesma mão-de-obra (por via do desenvolvimento de novos postos de trabalho).

**FIGURA 3.2.3 – TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



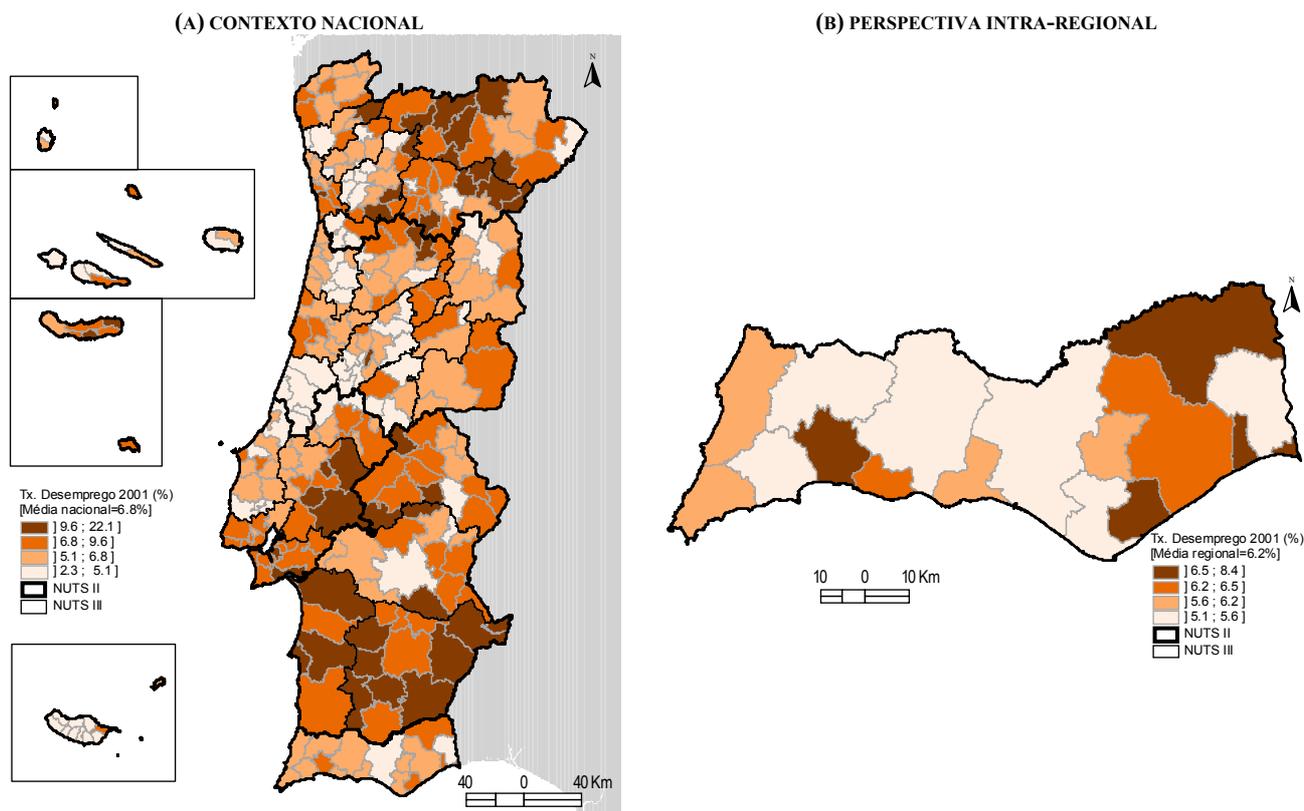
Nota: A taxa de desemprego apresentada nesta figura, que tem como fonte de informação os recenseamentos da população, reporta-se ao conceito de desemprego em sentido lato, que, no essencial, deriva do conceito de desemprego em sentido estrito, utilizado por exemplo no inquérito ao emprego, pelo facto de considerar também como desempregados os indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, independentemente do seu formato. Por referência, a taxa de desemprego em sentido estrito, proveniente do inquérito ao emprego, em 2001 (média anual) é de 4% para Portugal e de 3,8% p/ o Algarve.

Fonte: INE, Censos

Uma leitura mais detalhada, à escala concelhia (ver Figura 3.2.4), da distribuição da taxa de desemprego permite identificar os concelhos de Portimão, Vila Real de Santo António, Olhão e Alcoutim, numa primeira linha, e os concelhos de Lagoa e Tavira, numa segunda linha, como sendo os que registam maiores taxas de desemprego, sempre superiores à média regional (6,2%), registando, inclusive, os quatro primeiros concelhos valores acima da média nacional (6,8%), em quaisquer dos casos considerando aquele indicador em sentido lato⁸. Estes resultados explicam-se, em parte, pela maioria destes concelhos apresentarem grandes densidades populacionais (as exceções são Alcoutim e Tavira), havendo um desajustamento entre a procura e a oferta de postos de trabalho, e nos casos de Alcoutim e Tavira, a explicação poderá estar associado ao facto destes concelhos pertencerem ao grupo de concelhos que registam maiores índices de envelhecimento.

⁸ Tal como já foi referido na figura anterior, em sentido restrito a taxa de desemprego média da região do Algarve seria de 3,8%, e a taxa de desemprego nacional seria de 4,0%, não se considerando, nestes casos, o desemprego de indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, qualquer que seja o seu formato.

FIGURA 3.2.4 - TAXA DE DESEMPREGO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

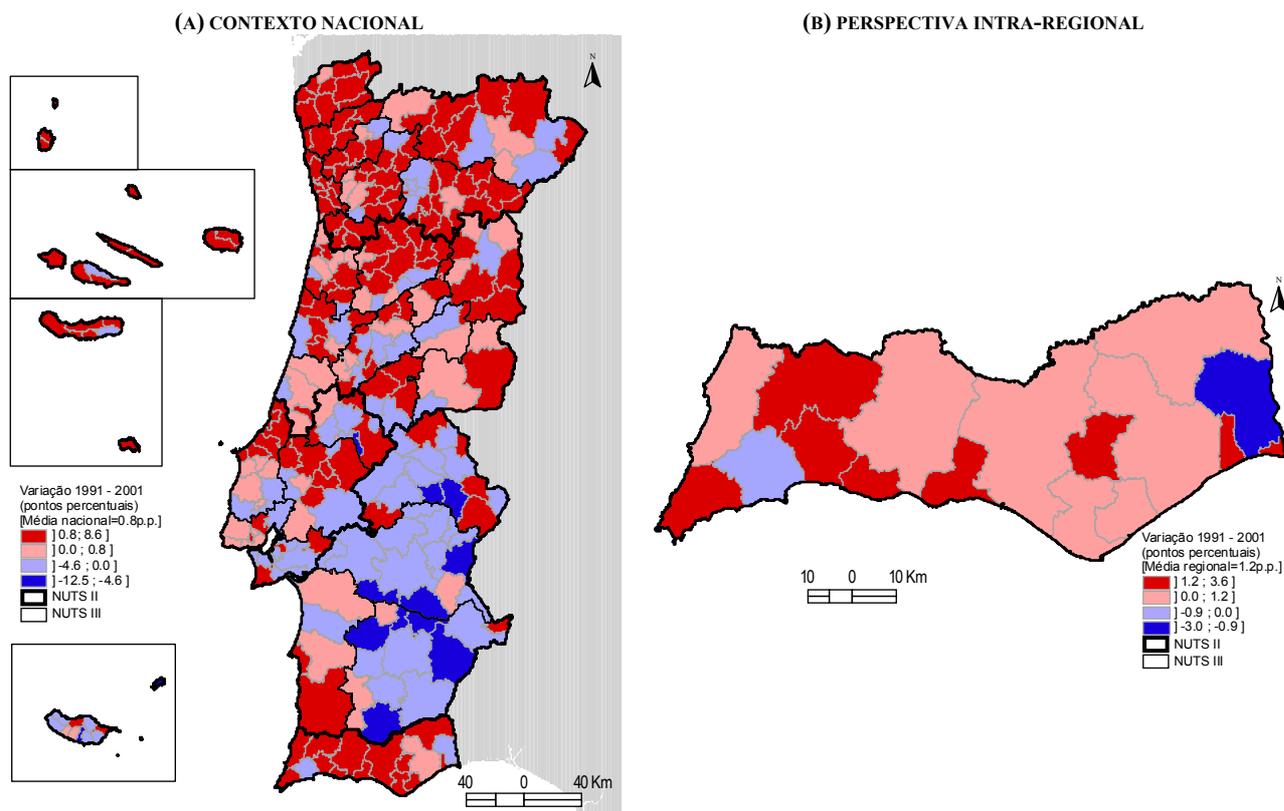


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

As conclusões são um pouco distintas, se alternativamente à taxa de desemprego se analisar a evolução do desemprego durante a década de 90 (Figura 3.2.5), uma vez que a maioria dos concelhos algarvios registaram aumentos superiores à média nacional (0,8 pontos percentuais), sendo as únicas excepções o concelho de Tavira (onde o desemprego aumentou, mas menos de 0,8 pontos percentuais) e os concelhos de Lagos e Castro Marim (onde se registaram dinâmicas positivas de emprego, ou seja, diminuições dos níveis de desemprego).

Numa base de comparação regional, é possível distinguir os concelhos de Vila do Bispo, Monchique, Portimão, Lagoa, Albufeira, São Brás de Alportel e Vila Real de Santo António, como sendo os que registam os crescimentos mais acentuados da taxa de desemprego, com valores entre 1,2 e 3,6 pontos percentuais. O crescimento do desemprego identificado ao longo da década de 90 é, em parte, o reflexo do elevado crescimento populacional registado durante este período. Apesar do crescimento da economia da região, um pouco arrastada pelo desenvolvimento da fileira turística, em que a região é hiper-especializada, e, também, pelo crescente número de empresas industriais que se têm vindo a constituir na região, não foi possível absorver toda a mão-de-obra que chegou durante estes anos à região. O crescente desemprego existente no Algarve atinge sobretudo pessoas de níveis habilitacionais mais reduzidos, com dificuldades de adaptação a uma conjuntura de mudança e pertencendo sobretudo a grupos etários mais altos.

FIGURA 3.2.5 - VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA

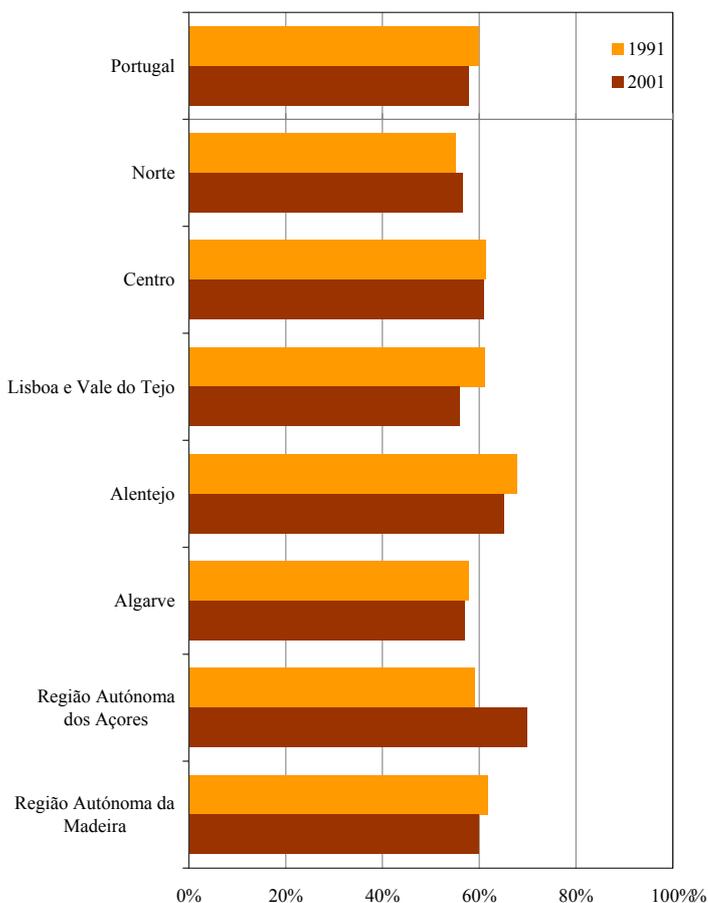


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Não obstante o posicionamento médio da região e dos respectivos concelhos quanto à taxa de desemprego, bem como a respectiva variação durante a década de 90, pode-se fazer uma decomposição mais exaustiva daquelas taxas em termos de género, estrutura etária e nível habilitacional, como forma de melhorar a fundamentação qualitativa para a posição relativa que a região apresenta.

No âmbito da análise sobre o género (ver Figura 3.2.6), pode-se concluir que os níveis de desemprego tendem a ser mais elevados para o sexo feminino, sendo possível verificar que apesar da tendência decrescente, aproximadamente 57,8% do desemprego no espaço nacional, em 2001, era de recursos do sexo feminino. Relativamente à região do Algarve e ainda que o seu posicionamento relativo se tenha agravado, uma vez que em 1991 era a segunda região com menor peso de desemprego feminino e em 2001 passou a ser a terceira, esta região acompanha a trajectória decrescente do peso do desemprego feminino no desemprego total apresentada pela média do espaço nacional, durante a década de 90, registando sempre um peso inferior à média nacional (56,9%, em 2001).

**FIGURA 3.2.6 – DESEMPREGO FEMININO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



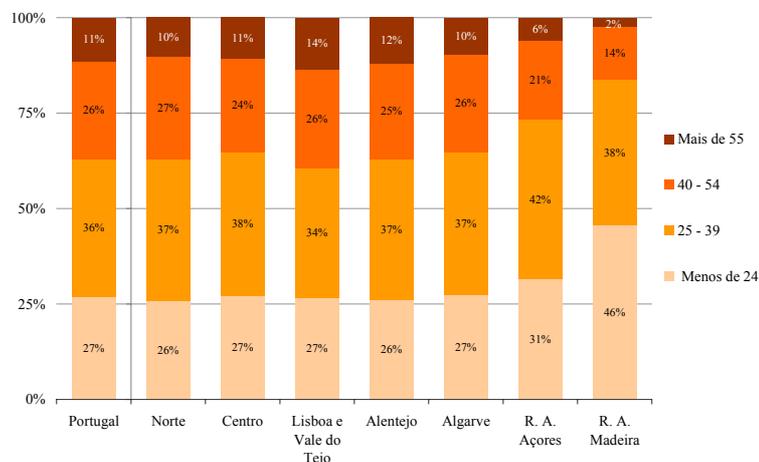
Nota: % do desemprego feminino no total do desemprego.

Fonte: INE, Censos

A decomposição da estrutura do desemprego por escalão etário, permite concluir que existe uma grande similitude entre as distribuições das diferentes regiões NUTSII (ver Figura 3.2.7). Na região do Algarve, a estrutura do desemprego apresenta, face à distribuição etária média nacional, um peso mais elevado da população com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos (37%, face ao valor médio nacional de 36%), enquanto que o escalão etário mais avançado (acima de 55 anos) aparece como tendo um peso mais ligeiro (10% no Algarve, face aos 11% em termos médios nacionais). Esta distribuição reflecte os elevados fluxos migratórios de entrada de população nacional na região do Algarve, uma vez que é sobretudo em idades de maior actividade profissional e quando a estrutura familiar é mais reduzida, que existe maior disposição à migração, normalmente por questões relacionadas com a vida profissional. Por outro lado, a região NUTS II do Algarve foi o segundo maior destino da população estrangeira entrada em Portugal durante a década de 90, depois da região de Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo por haver nesta região a especialização produtiva em sectores que, tradicionalmente, utilizam essa mão-de-obra, designadamente a construção civil, restauração e serviços associados à fileira do turismo. Estes dois movimentos de entrada de população justificaram que tenha sido a faixa etária entre os 25 e os 39 anos que, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, tenham registado o maior aumento

populacional, e assim, a maior saturação dos postos de trabalho potencialmente preenchidos por população desta faixa etária.

**FIGURA 3.2.7 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**



Fonte: INE, Censos

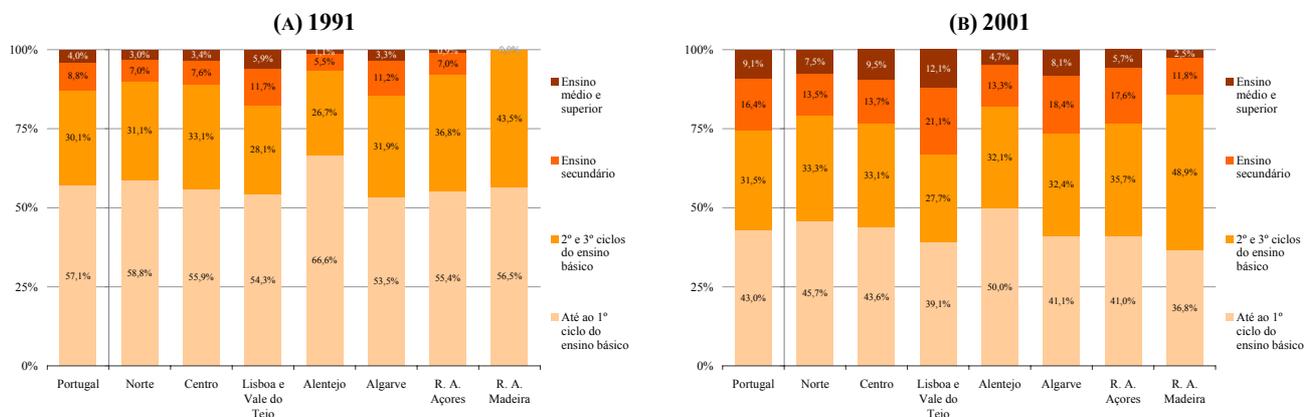
Numa outra perspectiva de análise, decompondo a estrutura de desemprego por níveis de habilitações e analisando a evolução que essa estrutura registou entre 1991 e 2001 (ver Figura 3.2.8), pode-se observar que a região do Algarve registou, ao longo da década de 90, uma evolução similar à distribuição média nacional, com uma diminuição do peso do desemprego de pessoas com habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico (de 53,5%, em 1991, para 41,1%, em 2001), e um incremento da ponderação da população com educação média e superior (que passou de 3,3%, em 1991, para 8,1%, em 2001) e com o ensino secundário (que evoluiu de 11,2% para 18,4%, entre 1991 e 2001) no total da população desempregada.

O primeiro movimento, de redução do peso da população desempregada com habilitações inferiores ao 1º ciclo, é comum a todas as regiões NUTSII e é explicado, quer pela diminuição da importância relativa que a população de idade mais avançada tem no total da população desempregada (uma vez que os níveis habilitacionais mais baixos estão, tradicionalmente, relacionados com população mais idosa), quer pela melhoria estrutural do número médio de anos de escolaridade em Portugal, e assim, do nível de habilitações médias.

O segundo movimento, de aumento do peso da população com níveis habitacionais superiores no total da população desempregada, ainda que possa ser considerado como um corolário do primeiro movimento, demonstra que a obtenção de graus de escolaridade mais elevados não é garantia de emprego. Por outro lado, é o reflexo do crescimento do peso da população com níveis de educação mais elevados (secundário, médio ou superior) no total da população activa, e comprova a necessidade de acompanhar a evolução positiva do nível de habilitações médio da população, com maiores graus de exigência e profissionalismo do tecido empresarial da região do Algarve, de forma a conseguir dar um salto qualitativo para níveis de competitividade mais elevados. Para que tal aconteça não é necessário alterar a estrutura empresarial da região, bem como os níveis de especialização produtiva existentes, mas apenas reforçar a competitividade

das empresas existentes (bem como outras instituições), pela aposta em recursos com qualificações superiores.

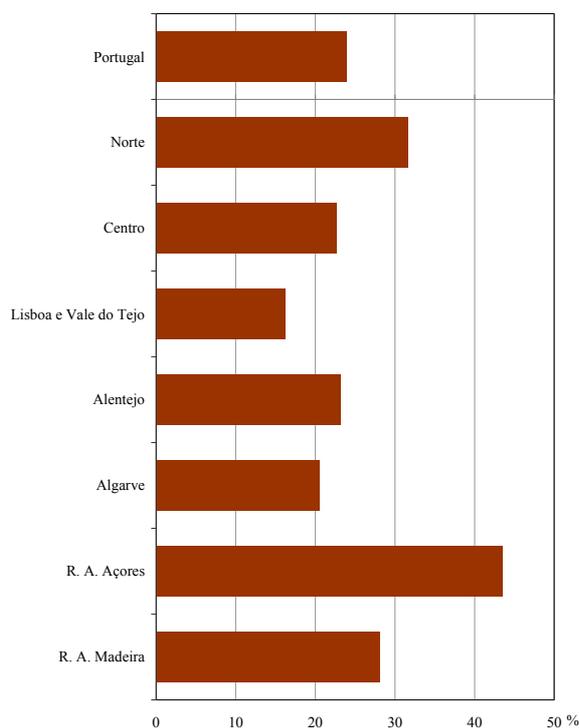
**FIGURA 3.2.8 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÃO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Fonte: INE, Censos

Parte das considerações efectuadas anteriormente sobre a evolução da estrutura de desemprego por níveis de habilitações podem ser suportadas pela análise da saída antecipada dos jovens do sistema educativo (Figura 3.2.9). A região do Algarve é a que regista o segundo menor peso dos jovens entre os 18 e os 24 anos que tenham abandonado a escola antes de completar o 9º ano de escolaridade, depois de Lisboa e Vale do Tejo, demonstrando, assim, que tem existido um reforço da população com níveis de ensino mais elevados. Cruzando estes dados com a elevada taxa de atractividade de população com qualificações superiores para esta região, entende-se o reforço do desemprego nos níveis de habilitações mais elevados.

**FIGURA 3.2.9 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL (2001)**

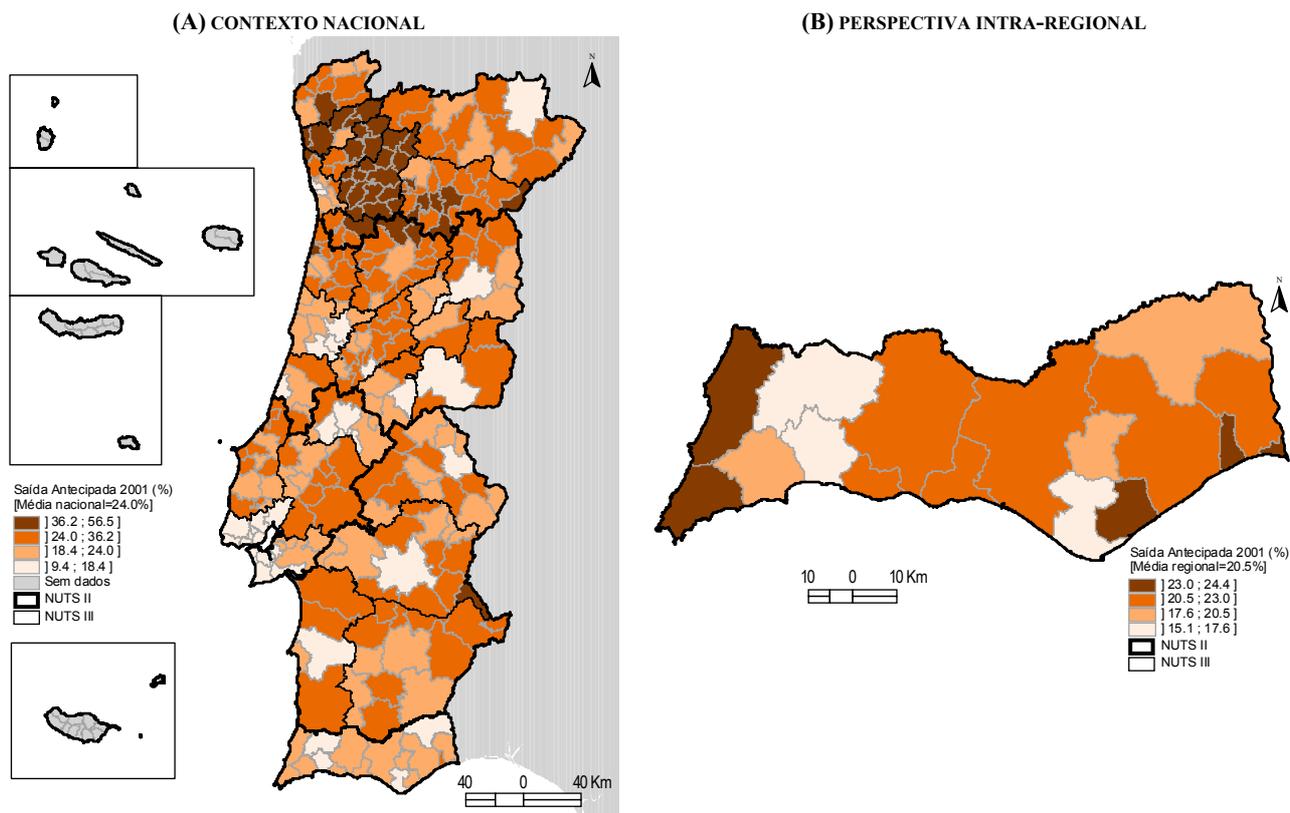


Nota: Saída antecipada = indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: INE, Censos

O retrato concelhio do indicador da saída antecipada dos jovens (18 a 24 anos) do sistema educativo, antes de terminar a escolaridade obrigatória (9º ano), mostra que todos os concelhos algarvios registam valores médios inferiores à média nacional. No âmbito regional, não existe uma tendência geográfica clara, uma vez que os valores mais elevados se registam em concelhos da costa oeste de Aljezur e Vila do Bispo, e em concelhos da costa sul, marcadamente de cariz turístico, como Olhão e Vila Real de Santo António. Na perspectiva oposta, os concelhos que registam as menores taxas de saída antecipada do sistema de ensino, registando valores inferiores à média regional de 20,5%, são, num primeiro nível, Monchique, Portimão e Faro, e num segundo nível, os concelhos de Lagos, São Brás de Alportel e Alcoutim.

FIGURA 3.2.10 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Saída antecipada = indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9ºano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

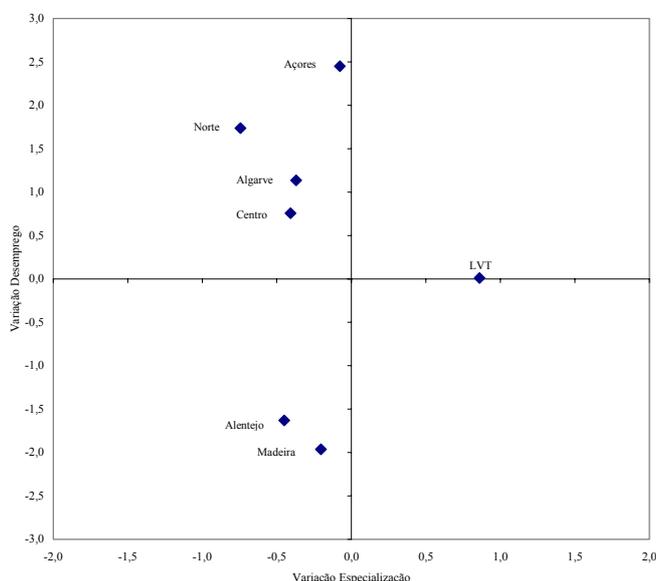
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Pode-se fazer uma análise centrada na relação entre a esfera social e a esfera económica através da comparação entre a variação percentual do desemprego (1991-2001) e a variação percentual da produtividade relacionada com alterações na especialização produtiva das regiões (1995-2001). Este exercício permite perceber se a esfera económica é mais ou menos sensível aos movimentos efectuados na esfera social e vice-versa, ou seja, possibilita aferir a articulação e os impactos que as oscilações numa das esferas têm na outra. Assim, pode-se aferir se o aumento de produtividade de uma região, relacionado com a alteração do padrão de especialização, resultou num menor nível de desemprego (maior especialização em actividades utilizadoras de mão-de-obra) ou num maior nível de desemprego (maior especialização em actividades que não utilizam mão-de-obra intensiva).

No caso específico da região do Algarve, é possível constatar que houve uma degradação simultânea dos indicadores analisados, quer do que estava relacionado com a coesão social, uma vez que houve um aumento do desemprego de 1,1%, quer do relativo à coesão económica com a diminuição da produtividade associada à variação da especialização produtiva de, aproximadamente, 0,4%. Quando observados numa lógica relativa de evolução face à situação de partida, estes resultados são particularmente penalizadores, uma vez que reflectem o agravamento da situação da região do Algarve ao longo da década de 90, ainda que uma ligeira variação negativa da produtividade tenha sido acompanhada por um efeito mais intenso no desemprego.

Contudo, é importante notar que, em termos absolutos, houve um aumento de produtividade na região do Algarve durante o período em análise, passando esta região a ter maior produtividade que a média nacional, ainda que essa produtividade esteja sobretudo relacionada com o maior nível de eficiência sectorial entre a região e o país, factor que não foi considerado no exercício infra. Por outro lado, não obstante o aumento da taxa de desemprego, é importante notar que esta região foi a que maior aumento populacional registou ao longo da década de 90, situação pela qual não se pode concluir que houve uma clara degradação da situação da região, porque em termos efectivos houve uma grande absorção da nova mão-de-obra que entrou na região. Por outro lado, é importante ter em consideração que os dados não se referem ao mesmo período de análise, o que tem impacto sobretudo na análise da evolução do desemprego, que tendo sido mais intenso durante a primeira metade da década de 90, não está directamente relacionado com a evolução da produtividade ocorrida entre 1995 e 2001.

FIGURA 3.2.11 – VARIAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Eixo Y - Variação em pontos percentuais do desemprego, 1991-2001; Eixo X - Variação da produtividade, 1995-2001, decorrente de variação da especialização produtiva (uma variação positiva significa ganhos de produtividade resultantes de avanços na especialização produtiva e vice-versa).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Contas Regionais

3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Passa-se, em seguida, depois de apresentados os principais resultados e de descrita a trajetória seguida de coesão económica e social, decorrentes do modelo de desenvolvimento português e da região Norte, a uma análise sintética, à semelhança do que foi feito para o estudo da competitividade, das condições/determinantes da coesão regional em termos, sobretudo, da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na Região, nas áreas, designadamente, da:

- Educação
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

O tratamento do ambiente foi, tendo em conta as especificidades desta dimensão temática e, de alguma maneira, da análise correspondente, autonomizado de tudo o resto para um subponto próprio (ponto 3.3.2).

3.3.1. Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos

No contexto nacional, a região do Algarve regista níveis de dotação e acesso da população residente a equipamentos de educação, saúde, acção social e de cultura e lazer consideravelmente favoráveis, ainda que em termos específicos o posicionamento da região seja bastante distinto. Assim, no que se refere às infraestruturas escolares até ao nível secundário, a região do Algarve é a que regista maior taxa de cobertura, uma vez que 76,8% da população reside em freguesias ou concelhos com este tipo de equipamento. Nos restantes equipamentos o Algarve apresenta níveis de cobertura superiores à média nacional, ainda que existam regiões NUTSII com maiores dotações infraestruturais.

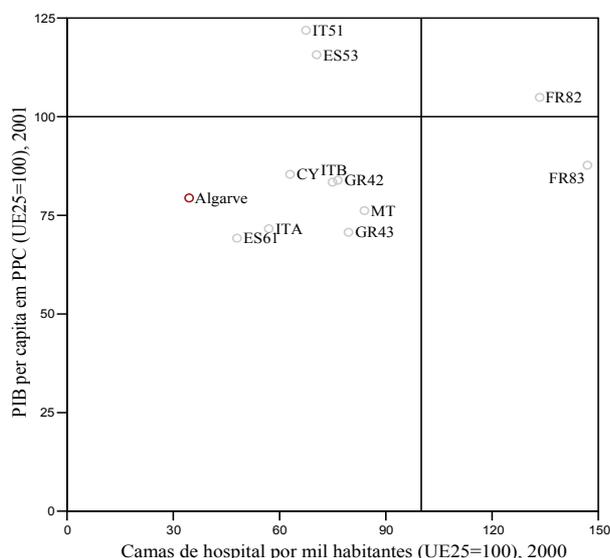
Numa base de comparação europeia, a região do Algarve é, no contexto das regiões equiparáveis, a que apresenta um número de camas de hospital por milhar de habitantes mais baixo (2,3 camas por mil habitantes), ficando bastante abaixo da média da UE25 (6,7 camas por mil habitantes), situação que é particularmente crítica nas alturas de maior procura da região para férias.

O primeiro exercício de avaliação de equipamentos existentes passa pela comparação com o grupo de regiões europeias, que foram consideradas nesta análise devido a um conjunto de características sócio-económicas similares às da região do Algarve, num indicador relativo ao número de camas de hospital por cada mil habitantes (Figura 3.3.1). Pode-se observar que, neste domínio, a região do Algarve é a que apresenta um posicionamento mais desfavorável, uma vez que o rácio de aproximadamente 2,3 camas por

cada milhar de habitantes (ou seja, com uma posição relativa de 34,875 face à média da UE25=100), é bastante inferior à média comunitária (6,7camas/por mil habitantes).

Não obstante esta ser uma fraqueza evidente da região, que pode ser considerada mais crítica nas alturas de maior procura da região como destino de férias (Primavera/Verão e Páscoa), é importante notar que a maioria das regiões congéneres europeias consideradas apresentam valores inferiores à média europeia (UE25), independentemente dessas regiões registarem valores de PIB *per capita* acima do valor médio europeu ou não. As únicas regiões que excedem a média comunitária são as duas regiões francesas consideradas nesta comparação: Córsega e Provence-Alpes-Côte d'Azur. Contudo, é importante notar que, tal como será apresentado abaixo, em termos de centros de saúde a região do Algarve, numa perspectiva regional nacional, é das que apresenta maior nível de cobertura (após a Região Autónoma da Madeira e a região de Lisboa e Vale do Tejo), aspecto de absoluta importância para garantir um elevado nível de qualidade de vida à população residente (em termos de cuidados de saúde) e como suporte à elevada actividade turística da região.

FIGURA 3.3.1 – PIB PER CAPITA E CAMAS DE HOSPITAL POR MIL HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| GR42-Notio Aigaio | ITA-Sicilia |
| GR43-Kriti | ITB-Sardegna |
| ES53-Illes Balears | PT15-Algarve |
| ES61-Andalucia | UKJ2-Surrey, East & West Sussex |
| FR82-Provence-Alpes-Côte d'Azur | CY-Kypros |
| FR83-Corse | MT-Malta |
| IT51-Toscana | |

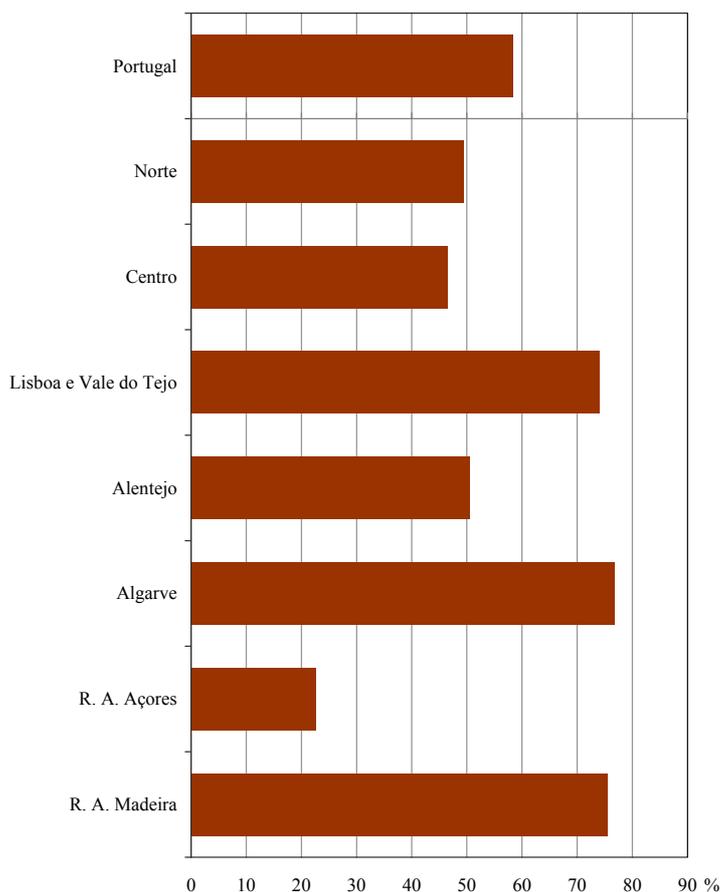
Nota: Camas de hospital por mil habitantes na UE25 (2000) = 6,7.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Em termos de infraestruturas escolares (consideradas até ao nível do ensino secundário), a região do Algarve é a que apresenta maior taxa de cobertura, uma vez que 76,8% da população reside em freguesias ou concelhos com este tipo de equipamentos, valor bastante superior à média nacional, de 58,3% (ver Figura 3.3.2). Este posicionamento relativo indica uma grande facilidade de acesso da população

residente aos equipamentos educativos, o que influencia, como se constatou atrás, o nível médio de habilitações da região, e pode potenciar, desta forma, a maior capacidade de desenvolvimento da região. Aliás, o reflexo da posição relativa do Algarve em termos de infraestruturas de educação, é identificado quando se percebe que esta região, a seguir a Lisboa e Vale do Tejo, é a que apresenta maior número médio de anos de escolaridade, e uma das regiões que regista menor nível de abandono escolar.

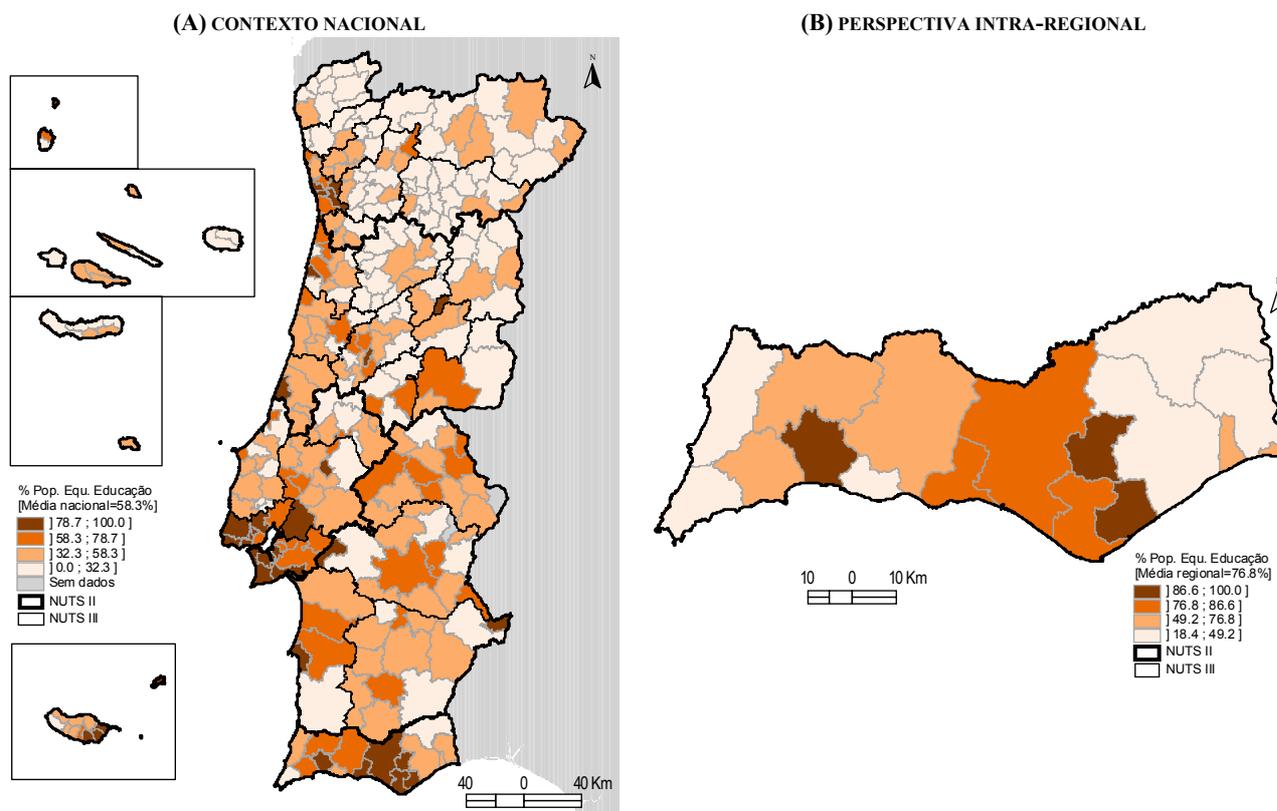
FIGURA 3.3.2 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

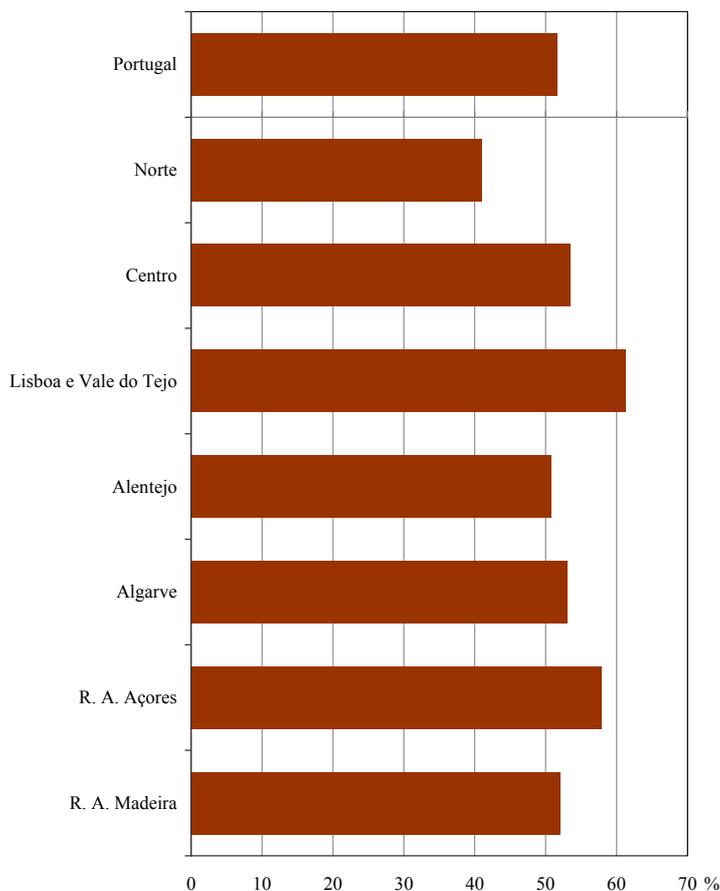
Numa perspectiva concelhia (Figura 3.3.3), são sobretudo os concelhos costeiros do centro da região os que estão melhor equipados em termos de infraestruturas de educação, nomeadamente os concelhos de Portimão, Olhão e São Brás de Alportel, numa primeira linha, e os concelhos de Faro, Loulé e Albufeira, numa segunda linha. Com a excepção do concelho de São Brás de Alportel, todos os outros concelhos pertencem ao grupo de concelhos mais populosos do Algarve, sendo, assim, os que registam maior necessidade deste tipo de infraestruturas. O concelho de São Brás de Alportel, pelo facto de apenas ter uma freguesia, apresenta valores extremamente elevados, cobrindo a totalidade da população residente no concelho, uma vez que existem naquela freguesia escolas para todos os ciclos do ensino básico e uma escola secundária (Escola Secundária José Belchior Viegas).

FIGURA 3.3.3 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

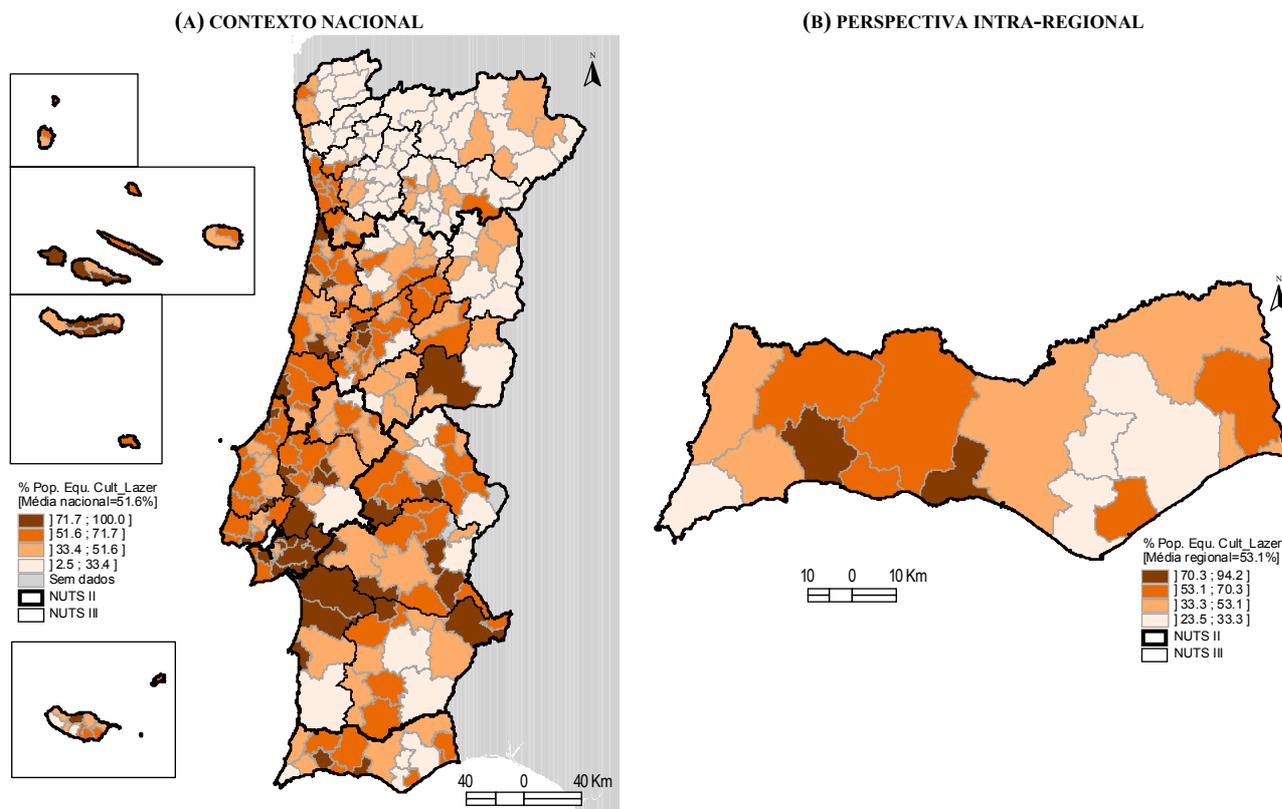
Já no que se refere ao acesso a equipamentos culturais e de lazer (Figura 3.3.4), a posição relativa da região do Algarve é inferior, por comparação com as restantes regiões NUTS II, embora acima do valor médio nacional (50,2%), dado que apenas 53,1% da população algarvia tem acesso a esse tipo de equipamentos. Este valor é inferior às taxas de cobertura apresentadas noutras regiões como Lisboa e Vale do Tejo (61,2%), Região Autónoma dos Açores (57,8%) ou região Centro (53,5%). Tendo sido considerados, neste indicador, apenas três tipos de equipamentos culturais e de lazer (bibliotecas abertas ao público, salões de festas e escolas de música, dança e outras artes), os valores resultam da média das coberturas destes três tipos de equipamentos, sendo este indicador, no Algarve, influenciado sobretudo pelo reduzido número de bibliotecas públicas que, em grande parte dos concelhos, se restringe apenas à biblioteca municipal e pelo reduzido número de escolas de música (normalmente associadas a bandas filarmónicas) e de outras artes.

FIGURA 3.3.4 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

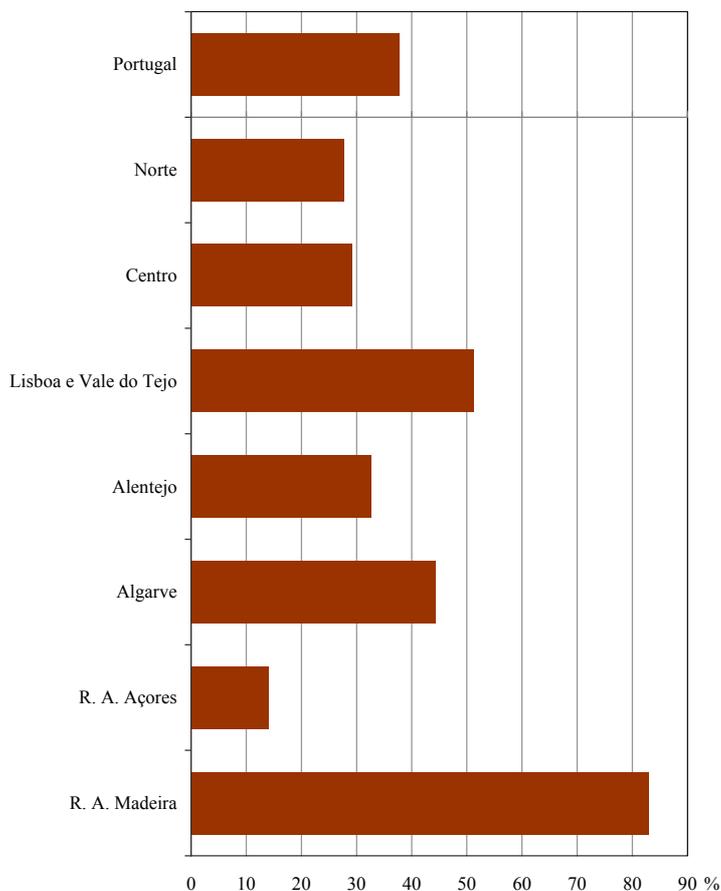
A visão concelhia da percentagem de população residente em freguesias ou concelhos dotados de infraestruturas culturais e de lazer (Figura 3.3.5), permite identificar os concelhos de Portimão e Albufeira, num primeiro nível, e os concelhos de Monchique, Silves, Lagoa, Olhão e Castro Marim, num segundo nível, como tendo valores superiores à média da região (53,1%). A explicação para o concelho de Faro registar valores inferiores à média regional está relacionado com o facto de, no total das 6 freguesias, apenas a freguesia de Faro ter uma biblioteca pública, existir salão de festas apenas numa das freguesias, bem como escola de música ou dança em duas freguesias do concelho. Se tivessem sido considerados os equipamentos desportivos, a posição do concelho de Faro seria bastante diferente, uma vez que este concelho é dos que apresentam maior número de infraestruturas desportivas e maior número de clubes ou associações desportivas.

FIGURA 3.3.5 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

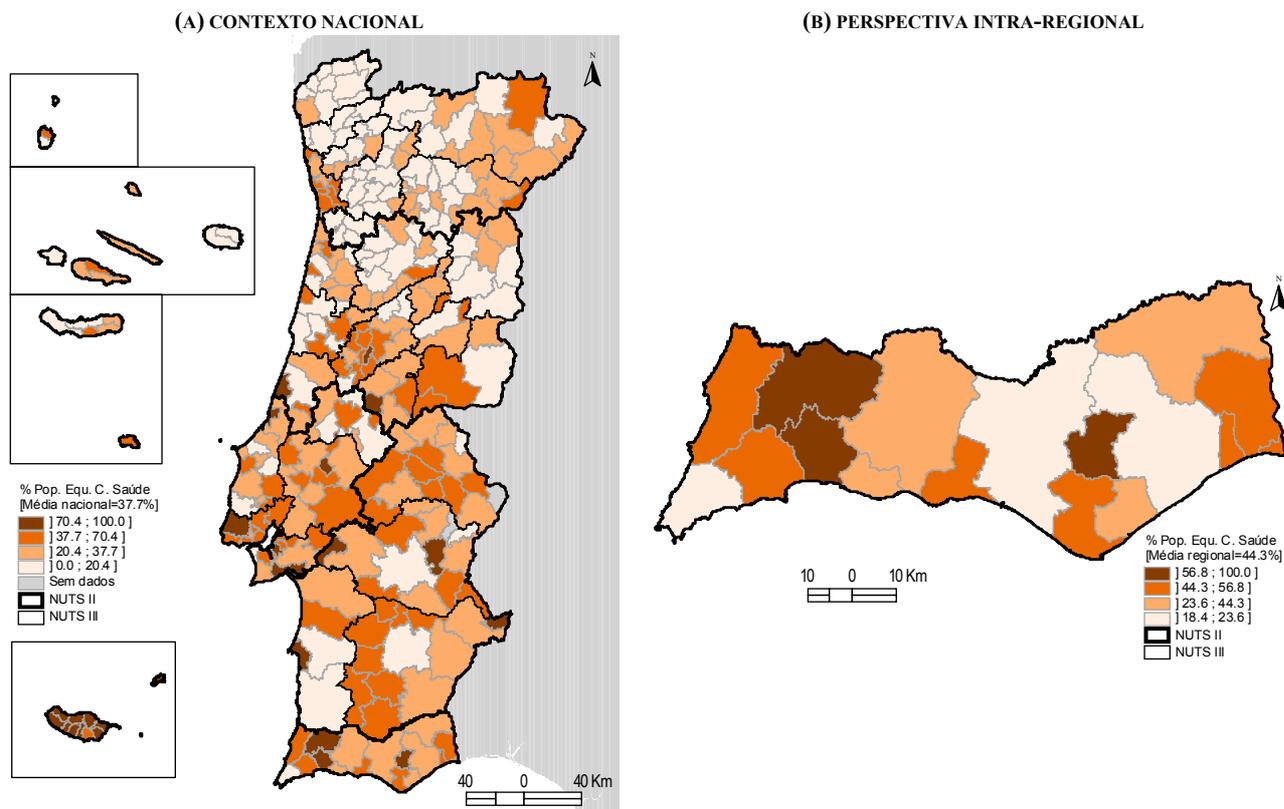
A posição da região do Algarve, no que se refere à acessibilidade da população residente às infraestruturas de saúde é bastante favorável, uma vez que 44,3% da população reside em freguesias equipadas com centros de saúde (Figura 3.3.6), garantindo assim maior facilidade de acesso e assistência das populações residentes. Ainda que este valor seja bastante superior à média nacional (37,7%), e que apenas a Região Autónoma da Madeira (82,9%) e a região de Lisboa e Vale do Tejo (51,4%) registem valores superiores ao Algarve, o posicionamento seria bastante mais elevado, se tivessem sido consideradas as extensões dos centros de saúde, uma vez que na maioria dos concelhos algarvios, quando uma freguesia não tem centro de saúde tem uma extensão (as excepções são os concelhos de Aljezur, Lagos, Olhão, Tavira e Vila do Bispo, em que existe uma freguesia sem centro de saúde ou extensão).

FIGURA 3.3.6 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

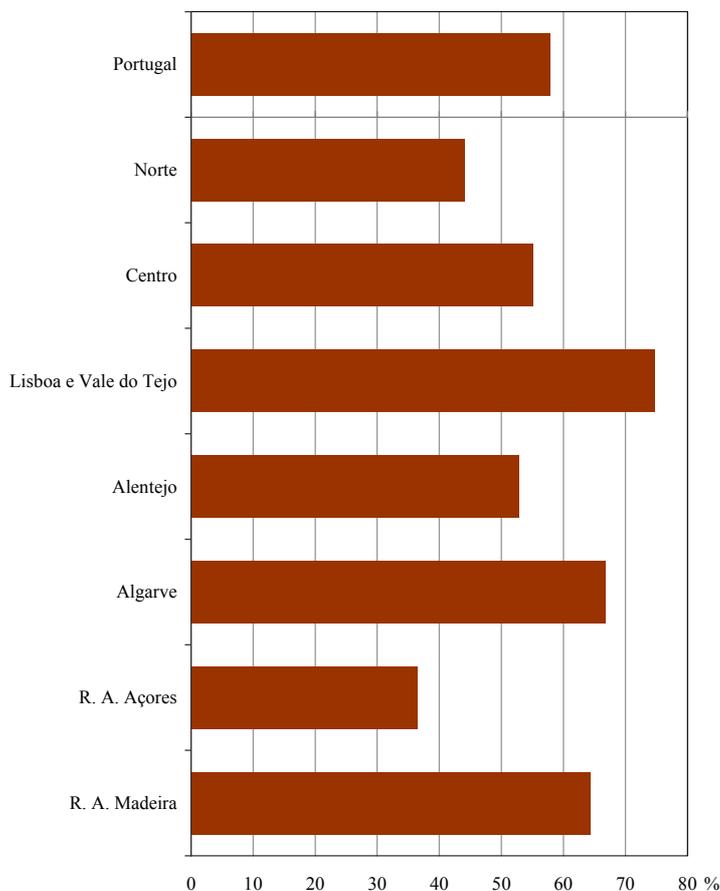
Numa óptica intra-regional, os concelhos que registam maior percentagem de população com acessibilidade a centros de saúde, no ano de 2001, são Monchique, São Brás de Alportel e Portimão, numa classe mais elevada e Aljezur, Lagos, Albufeira, Faro, Castro Marim e Vila Real de Santo António, na classe seguinte, mas ainda com valores acima da média regional. A explicação para que sejam concelhos menos desenvolvidos a registar os valores mais elevados está relacionado, quer com o número de freguesias existentes nesses concelhos (uma freguesia no caso de São Brás de Alportel, e três freguesias nos concelhos de Monchique e Portimão), quer com a concentração populacional que existe nestes dois últimos concelhos, uma vez que o centro de saúde de Monchique se localiza na freguesia de Monchique, onde se concentram 72,4% da população do concelho, e o centro de saúde na freguesia de Portimão dá resposta a 80,4% da população residente (tanto quanto o Hospital de Portimão).

FIGURA 3.3.7 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Relativamente à acessibilidade da população residente aos equipamentos de acção social, nomeadamente creches e lares de idosos, o Algarve apresenta uma posição vantajosa (Figura 3.3.8), uma vez que 66,8% da população habita em freguesias que estão equipadas com aqueles equipamentos. Com um valor bastante superior à média nacional (57,9%), o Algarve é a segunda região NUTS II, a seguir à região de Lisboa e Vale do Tejo (74,8%), a registar maior cobertura destes equipamentos de acção social.

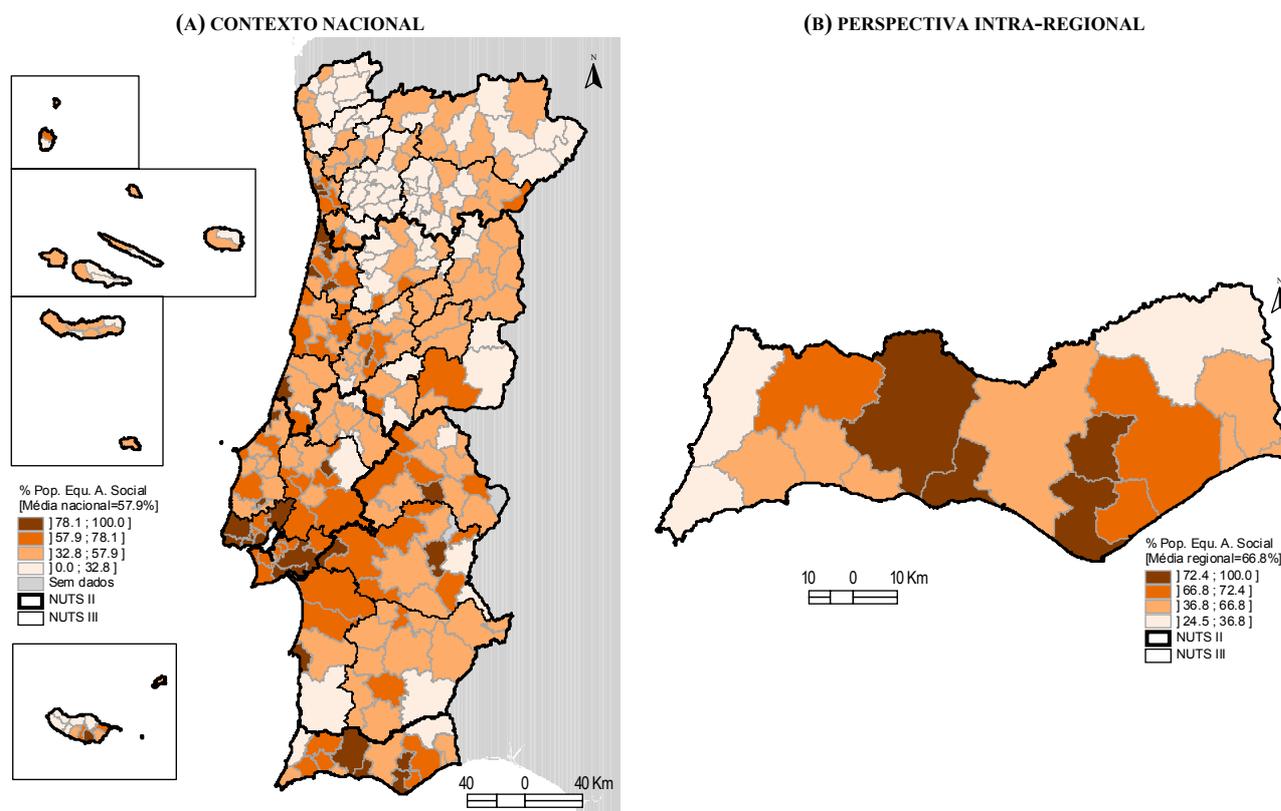
FIGURA 3.3.8 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

A análise do posicionamento concelhio permite identificar os concelhos de Silves, Albufeira, Faro e São Brás de Alportel, como sendo os que registam maior percentagem de população servida pelos equipamentos de acção social considerados (creches e lares de idosos), ainda que os concelhos de Monchique, Tavira e Olhão também apresentem valores acima da média regional (66,8%). Apesar do número de concelhos que registam valores superiores à média regional ser reduzido, 7 concelhos num total de 16, neste conjunto de concelhos reside aproximadamente 52,0% da população da região do Algarve (ver Figura 3.3.9).

Não obstante os concelhos de Aljezur, Alcoutim e Vila do Bispo serem os que apresentam menor cobertura por este tipo de infraestruturas, se fossem considerados neste indicador os centros de dia, a posição destes concelhos seria tendencialmente superior, uma vez que a maioria das freguesias destes concelhos (ou a totalidade, no caso do concelho de Alcoutim) têm este tipo de equipamentos, que se dirigem à mesma população que os lares de idosos, e em alguns casos são substitutos.

FIGURA 3.3.9 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACCÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

3.3.2. Ambiente

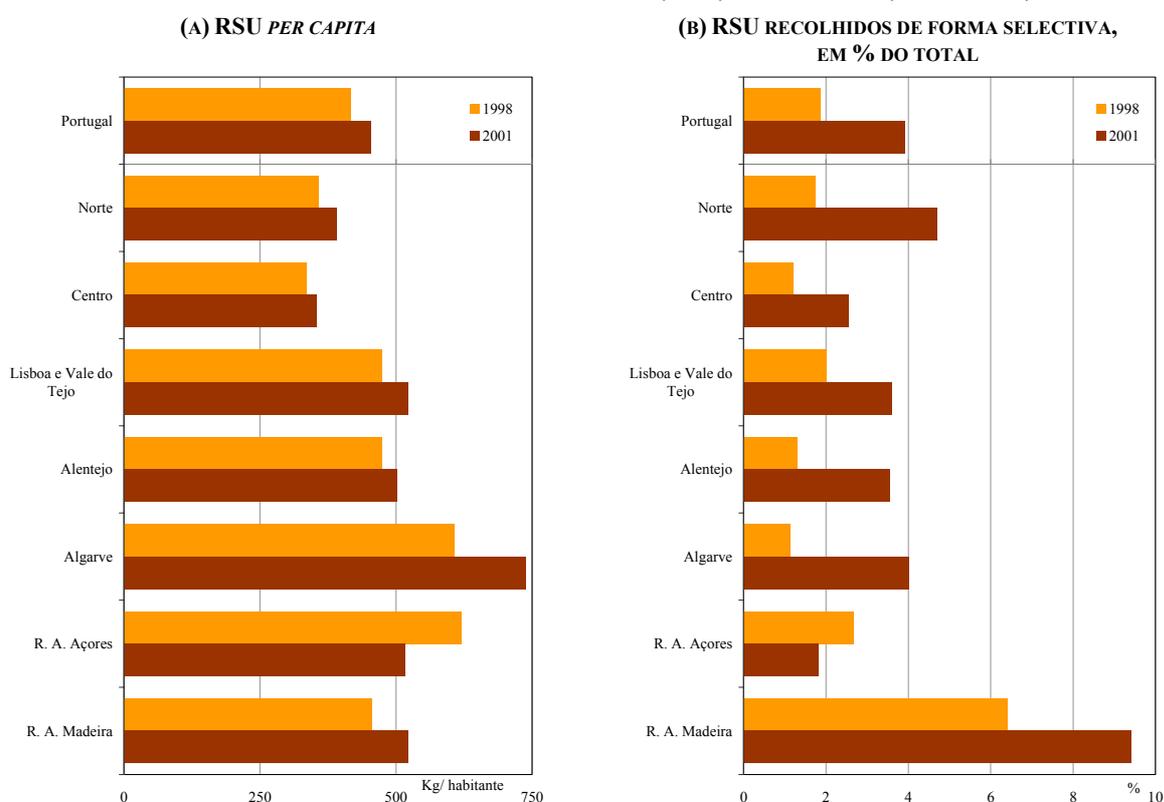
Relativamente à temática ambiental, a região do Algarve é a que apresenta o maior nível de produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) per capita (738,5 Kg/habitante), valor claramente influenciado pela vocação turística da região. Contudo, parece existir um esforço desta região no sentido aumentar a recolha e tratamento selectivo de parte desses resíduos, sendo o Algarve, em 2001, a terceira região NUTSII com maior peso de RSU recolhidos de forma selectiva, com uma taxa de 4,0%. Relativamente aos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, o peso da população servida com aqueles sistemas na região do Algarve (80,8%, em 2001) é bastante superior à média nacional (71,4%, em 2001), sendo a região que apresenta a terceira maior taxa de cobertura (depois de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo).

A região do Algarve, por comparação com as outras regiões NUTS II, é a que apresenta a maior produção de resíduos sólidos urbanos *per capita* (Figura 3.3.10 - A), sendo ainda a região que, entre 1998 e 2001, apresenta maior incremento absoluto daquele valor, passando de 608,2 para 738,5 Kg/habitante, acompanhando a tendência de crescimento identificada na maioria das regiões nacionais. O posicionamento relativo desta região é explicado, em grande parte, pela especialização do Algarve no sector do turismo, com uma elevada oferta hoteleira, mas também com um grande número de habitações

sazonais, havendo uma grande parte do ano, em que o número de turistas na região é bastante superior ao número de residentes.

Não obstante o posicionamento desfavorável da região em termos de volume de resíduos sólidos urbanos *per capita* nos últimos anos da década de 90, houve nesta região um esforço significativo no sentido de aumentar a recolha e tratamento selectivo de parte desses resíduos (ver Figura 3.3.10 - B), sendo o Algarve, em 2001, a terceira região com maior peso de recolha selectiva no total (4,0%), depois da região Norte (4,7%) e da Região Autónoma da Madeira (9,4%). O valor da média nacional é, ainda, bastante marginal (3,9%) por via dos fortes investimentos necessários à implementação de todo o processo de recolha, selecção, tratamento e acondicionamento destes resíduos, com a consequente integração nos circuitos de reciclagem e reutilização de resíduos.

FIGURA 3.3.10 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS (1998 E 2001)



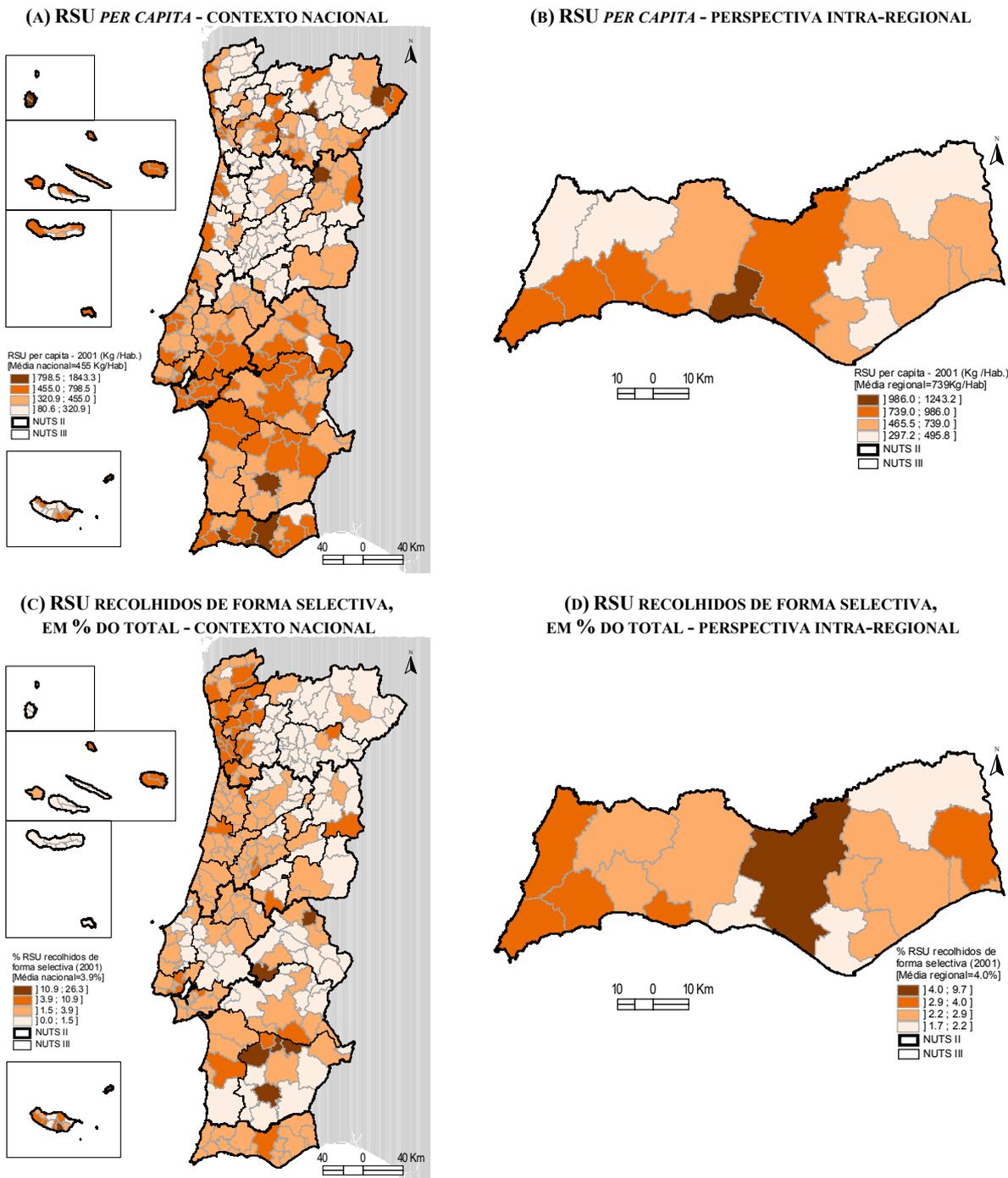
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Numa óptica mais fragmentada, por concelhos, é possível aferir que, em termos nacionais, os concelhos da região do Algarve apresentam maioritariamente valores de resíduos sólidos urbanos *per capita* acima da média nacional, sendo as únicas excepções os concelhos de Alcoutim, São Brás de Alportel e Monchique, sobretudo pelo facto de serem os concelhos menos vocacionados para o negócio turístico (ver Figura 3.3.11).

Por outro lado, é interessante verificar que o concelho que regista um maior valor de produção de resíduos sólidos urbanos, concelho de Albufeira, também é um dos concelhos em que o peso da recolha selectiva desses mesmos RSU é mais baixa. Uma posição diferente tem o concelho de Loulé, uma vez que

apesar de ser um dos concelhos com maior valor de resíduos sólidos urbanos por habitante, também é o concelho que apresenta maior percentagem de recolha selectiva desses mesmos resíduos. Ainda assim, para além de Loulé, os concelhos de Vila do Bispo, Aljezur, Lagos, Lagoa e Castro Marim, apresentam igualmente taxas de recolha selectiva elevadas, ainda que em termos nacionais os valores registados por estes concelhos sejam inferiores à média nacional (3,9%).

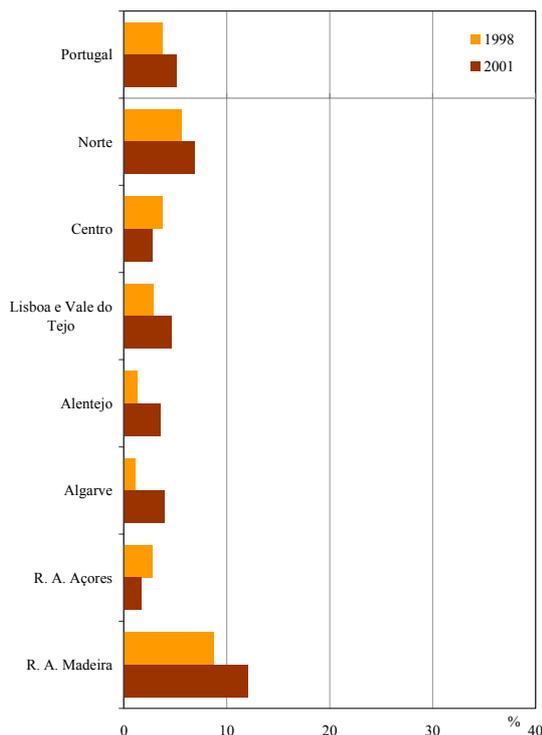
FIGURA 3.3.11 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente

Na sequência dos resultados anteriores sobre o peso da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos, constata-se que as taxas de reciclagem são extremamente reduzidas em todas as regiões NUTS II, sendo o posicionamento relativo da região do Algarve mais desfavorável (ver Figura 3.3.12). Ainda que o Algarve registre a terceira maior taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos e urbanos, no ano de 2001, é a região com a quarta maior taxa de reciclagem (no valor de 4,0%), sendo, desta forma, inferior às taxas das seguintes regiões: Região Autónoma da Madeira (12,0%), região Norte (6,9%) e região de Lisboa e Vale do Tejo (4,6%).

FIGURA 3.3.12 – TAXA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (1998 E 2001)



Nota: Taxa de reciclagem dos RSU = Resíduos reciclados em % dos RSU recolhidos.

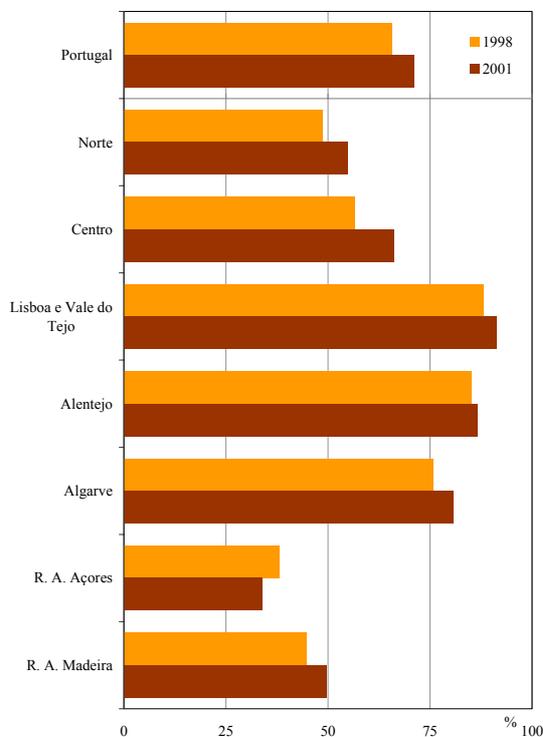
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

Numa outra perspectiva, a região do Algarve, em termos de população servida com sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, tem uma posição sempre superior aos valores médios nacionais, registando um aumento de 4,8%, entre 1998 e 2001, passando, respectivamente, de 76,0% para 80,8% (ver Figura 3.3.13).

Este posicionamento do Algarve, cujos valores apenas são superados pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, resulta, por um lado, da concentração populacional nos principais centros urbanos do litoral algarvio, havendo normalmente uma ou duas freguesias por concelho a concentrarem mais de 70% da população concelhia e, por outro lado, da elevada construção de novas áreas habitacionais, sobretudo na última década, onde se torna mais fácil instalar este tipo de infraestruturas (em contrapartida de zonas habitacionais mais antigas). Numa perspectiva mais integrada, o desenvolvimento dos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais necessita de dar resposta às necessidades associadas ao facto desta região ser, ainda que sazonalmente, densamente povoada, produzindo elevadas quantidades de

resíduos sólidos urbanos e de águas residuais, de forma a desenvolver e credibilizar o potencial turístico da região.

FIGURA 3.3.13 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL (1998 E 2001)

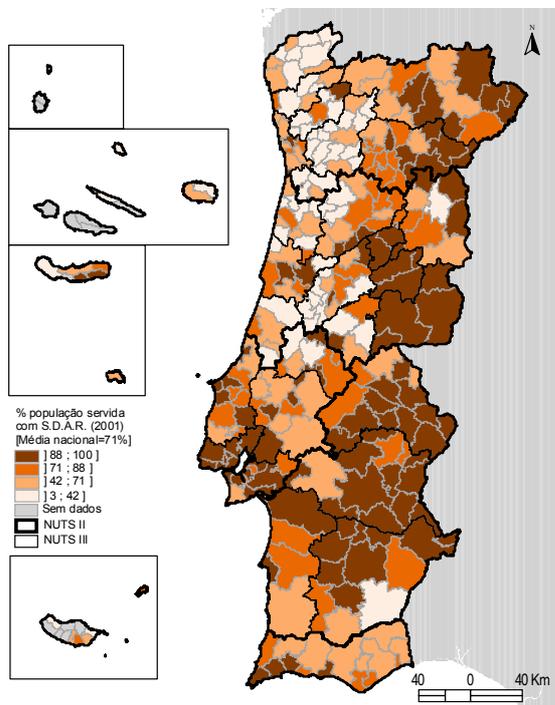


Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

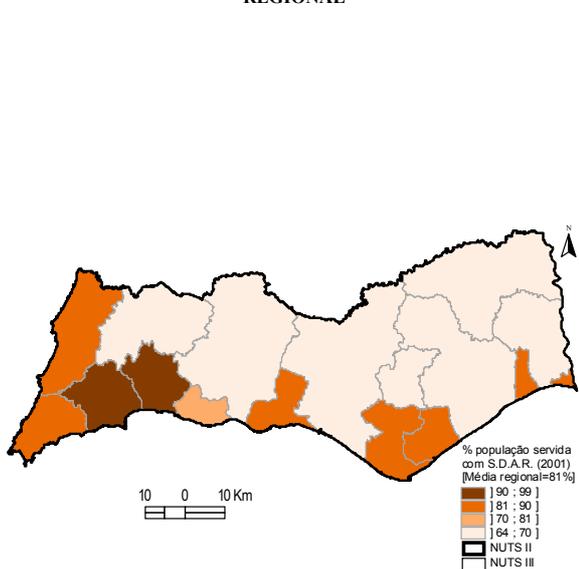
De forma mais detalhada, a análise concelhia deste indicador permite concretizar os aspectos referidos anteriormente, podendo-se ainda aferir que são, grosso modo, os concelhos mais pequenos (em termos de superfície) e litorais (e que assim apresentam características morfológicas mais fáceis por serem globalmente mais planos), aqueles que apresentam maiores percentagens de população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, nomeadamente: Lagos, Portimão, Aljezur, Vila do Bispo, Albufeira, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António. Os concelhos com superfícies mais vastas apresentam maiores dificuldades para conseguir cobrir a totalidade da população, uma vez que o investimento necessário para cobrir determinadas povoações mais recônditas é extremamente elevado, sendo o mesmo verdade para os concelhos morfológicamente mais acidentados, como os concelhos situados na serra algarvia. Não obstante, é interessante verificar que nenhum dos concelhos algarvios, aquando da sua posição nacional, apresenta valores enquadráveis na classe inferior, sendo a percentagem mais reduzida de população servida por este tipo de infraestruturas de 64%.

FIGURA 3.3.14 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

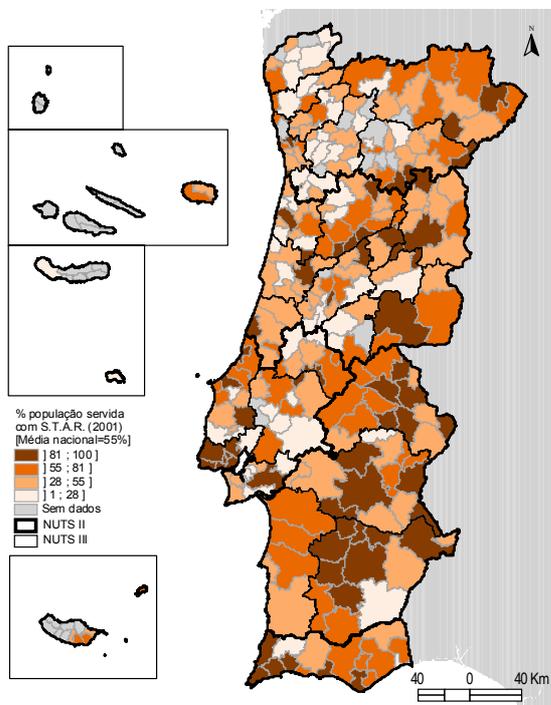
(A) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



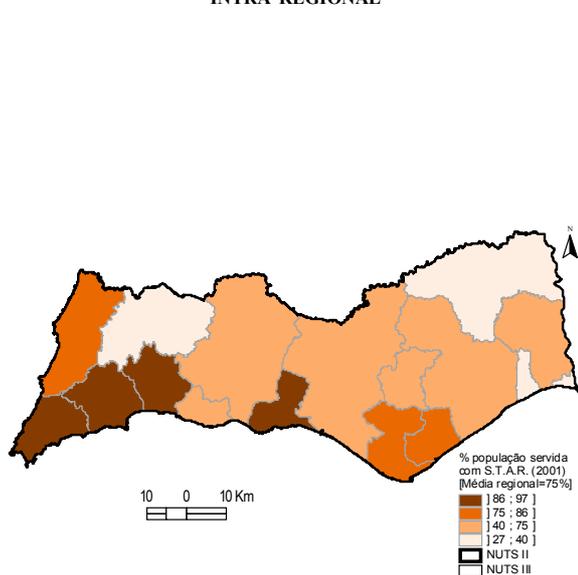
(B) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(C) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



(D) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente